

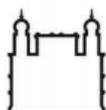
Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ sobre
Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 02/2022
1 a 14 de fevereiro de 2022



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação	<i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>
10	No final deste túnel, existe uma ‘nova era’	<i>José Luís Fiori</i>
13	Piloto, copiloto e passageiro: de quem é a culpa?	<i>Santiago Alcázar</i>
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
17	Principais momentos políticos nas Nações Unidas	<i>Santiago Alcázar</i>
19	Informe sobre as atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU	<i>Armando De Negri Filho</i>
30	Os avanços e percalços das colaborações em pesquisa: a OMS segue como catalisadora financeira e científica?	<i>Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez</i>
34	2022 será o ano de protagonismo da agenda ambiental global?	<i>Danielly P Magalhaes, Luiz Augusto Galvão, Léo Heller, Carlos Machado e Guilherme Franco Neto</i>
41	A agenda internacional da água	<i>Léo Heller</i>
46	Saúde no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): Observação permanente e intervenções eventuais	<i>Rômulo Paes de Sousa</i>
52	Migrações, Refúgio e Saúde Global	<i>Jameson Vinicius Martins, Ananda Melo King e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>
58	Em busca de maior representatividade e garantia de direitos para mulheres e crianças	<i>Maria Auxiliadora S. M. Gomes e Maria Teresa R. Massari</i>
62	Governança integrativa para a transformação do sistema alimentar global	<i>Denise Oliveira e Silva</i>
65	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde	<i>Isis Pillar Cazumbá</i>
69	Comércio, Patentes e Saúde Global	<i>Claudia Chamas</i>
73	A educação, ciências e cultura informação e comunicação em prol da saúde global - Informe sobre as atividades da UNESCO	<i>Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard</i>
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
76	Informe sobre as atividades e posições dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Armando De Negri Filho</i>
84	Mais de um ano após o início da vacinação, a exigência de equidade na distribuição de vacinas é destaque nas manifestações da sociedade civil	<i>Lara Daibert, Laurenice J. A. Pires e Luis Eugenio de Souza, Marciglei Brito Moraes e Patricia Lewis</i>

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 90 G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Regina Ungerer*
- 102 G7 e OCDE tomando partido, G20 será espaço de disputa? - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vinicius Roland e Júlia A.M. Abbud Ribeiro*
- 110 Rússia e China se aproximam de forma inédita e prometem envolver o BRICS - *Claudia Hoirsch*
- 116 Saúde global e diplomacia da Saúde na América Latina - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger*
- 122 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg*
- 134 Na Europa, Ucrânia tensionada e ameaçada - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 137 Ásia estará no centro dos cenários positivos em 2022. E China também - *Lúcia Marques*
- 145 Estados Unidos da América e saúde global - *Luiz Augusto Galvão*
- 148 China nos Jogos Globais - *André Lobato*
- 151 Autores destes Cadernos
- 154**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS
- 155***Para citações, ver 'Ficha catalográfica'

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 02/2022 – 16 de fevereiro de 2022

Apresentação

Uma quinzena minada de incertezas na geopolítica internacional. Europa, Estados Unidos, Rússia e China numa guerra de posições em torno da Ucrânia, que é muito mais do que apenas isso, num teatro de operações em que todos querem ganhar adeptos e sair bem na foto, com uma troca intensa de visitas, promessas não cumpridas e blefes. Esse mesmo clima de desconfiança e compromissos não cumpridos das lideranças globais se reflete na gestão global da pandemia e nas negociações sociais, ambientais e de saúde.

Aquelas incertezas impactam a saúde porque geram ameaças concretas de danos militares potenciais à vida e à saúde, incluindo a mental, dos diretamente envolvidos, como também em todo o mundo. Enquanto no mundo dos sistemas de saúde, enfermidades que estavam próximas da erradicação ou controle ganham fôlego, pois a pandemia atrapalhou a rotina e as campanhas de imunização e deu ímpeto ao movimento antivacina, não só entre caminhoneiros do Canadá, como na pouco democrática Hungria ou entre populações dominadas por seguidores da Bíblia ao pé da letra.

As economias continuam cambaleantes, pois os países entram e saem de esquemas mais ou menos rígidos de distanciamento físico e outras restrições, pois a distribuição e o acesso às vacinas continuam abissalmente desiguais e porque as cadeias de produção e transporte colapsaram. Em 2020 ou 2021? Não, senhores e senhoras, este quadro é de fevereiro de 2022, quando escrevemos estas linhas de introdução ao segundo volume do ano dos Cadernos CRIS/Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Poderíamos ter escolhido outro punhado de *non sense* que atormenta o povo do mundo, mas estes são suficientes para ilustrar o mundo que vivemos.

Segundo Caderno este que traz novidades: passamos a acompanhar o PNUD, a UNESCO e outras agências do sistema multilaterais, que vem pela mão de pesquisadores da Fiocruz (da Fiocruz Minas e Casa de Oswaldo Cruz) incorporados ao trabalho do CRIS, e incorporamos uma análise mais estratégica e determinadora de processos geopolíticos, ambientais e sanitários, pelas mãos de **José Luís Fiori**, convidado agora permanente do CRIS.

Fiori vaticina que a declaração China-Rússia pode estar inaugurando uma nova era na geopolítica global, enquanto o embaixador **Alcázar** nos instiga com sua pergunta “*Piloto, copiloto e passageiro: de quem é a culpa?*”, no espaço do multilateralismo, concluindo que a culpa é da política e nos explica o porquê. Ainda Alcázar nos reporta acontecimentos sem grande importância, na sua própria avaliação, na ONU Nova York, no Conselho de Segurança e no Conselho Econômico-Social das Nações Unidas.

No Conselho de Direitos Humanos da ONU, que inicia em 20 de fevereiro, **De Negri** destaca os informes de duas atividades ainda de 2021: o Fórum Social sobre lições aprendidas e desafios na luta contra a Covid19, realizado em outubro de 2021, e o Painel Interseccional sobre o Direito à Seguridade Social, realizado em novembro de 2021. Ambos são capazes de subsidiar

diretamente os debates em torno a um novo contrato social ou eco-social sustentado pelo UNRISD (Instituto das Nações Unidas para a Pesquisa em Desenvolvimento Social) e o fortalecimento dos sistemas de proteções sociais e de seguridade social, como conclamou o Secretário Geral da ONU de forma reiterada desde 2020 e com ênfase após sua reeleição.

A OMS segue como catalisadora financeira e científica? Esta pergunta instigante abre o informe de **Galvão, Reges e Bermudez** sobre a **OMS**. Eles tratam também das questões do Acelerador de Acesso a Ferramentas de Covid-19 (ACT Accelerator); analisam a consulta da OMS sobre pesquisa de vacinas Covid-19, procurando possíveis evidências de que a Ômicron está fugindo da imunidade e quais seriam as implicações disto; e o aprofundamento dos entraves ao acesso aos serviços de saúde no mundo todo, produzido pelos implacáveis números de casos e óbitos por Covid-19, que não cedem.

Em 2022, a **agenda ambiental global**, tão determinante da saúde humana, pode se beneficiar da mobilização dos atores de governança para um futuro melhor, em razão da pandemia, conta-nos **Magalhães, Galvão e colegas**. Dizem-nos que 2022 nos reserva espaços de articulação política, como a *Assembleia das Nações Unidas sobre Ambiente (UNEA 5.2)*, no âmbito do *PNUMA*, e o esperado encontro de alto nível *Estocolmo+50*, além das Conferências das Partes (COP) sobre Biodiversidade e Clima. Como *pièce de résistance* do informe apresentam as discussões na sessão extraordinária do *Fórum de Ministros (as) da América Latina e Caribe* sobre a necessidade de acordos multilaterais ambientais, fundos para o clima e florestas, o impulso à economia circular, entre outros. No panorama brasileiro, sinalizam o descompromisso com acordos internacionais firmados, através da aprovação do ‘Pacote do Veneno’, subsídios à termoelétricas de carvão até 2040 e retrocessos com profundos impactos nos ODS.

Complementando o trabalho do *cluster* de ambiente, **Leo Heller** apresenta a arquitetura das organizações internacionais que atuam no tema relacionado à água, que é complexa e multifacetada. Abrange desde o campo do WASH (water, sanitation and hygiene) até a água como recurso hídrico. Encontram-se diferentes organizações – agências das Nações Unidas, especialistas independentes, organizações não-governamentais - tratando do tema, com uma diversidade de enfoques. A **UN-Water** é um mecanismo de coordenação de 33 agências das NU, reunindo ainda 42 ‘parceiros’, incluindo organizações não-governamentais. Outro ator importante é o *Relator Especial para os Direitos Humanos à Água e ao Saneamento*, que tem mandato capaz de influenciar a agenda internacional sobre a água. Agentes e visões que incidem nessa agenda, nem sempre o fazem em convergência nas abordagens e algumas vezes emergindo tensões. O tema global da água revela os limites e ambiguidades da atuação das NU, pois, se para determinados contextos, impulsiona uma visão mais progressista da questão, em outros é relutante em abraçar lutas como a antiprivatista e concepções como a dos direitos humanos.

Rômulo Paes-Sousa, em seu primeiro informe para os Cadernos CRIS sobre o **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)** sinaliza que o importante programa da ONU faz, em saúde, “observação permanente e intervenções eventuais” e nos dá um panorama completo sob esta perspectiva.

O segundo informe do **Grupo Migrações, Refúgio e Saúde Global** complementa o que publicou nos Cadernos CRIS-Fiocruz 01/2022, com informações relativas ao período de dezembro de 2021 a 15 de fevereiro de 2022. Destacam primeiramente o efeito danoso das políticas migratórias restritivas dos países desenvolvidos, que se traduzem em números elevadíssimos de mortes de migrantes em suas fronteiras, apesar da pandemia de Covid-19,

como reporta a **Organização Internacional para as Migrações (OIM)** em dois relatórios publicados recentemente pelo *Missing Migrants Project*. Em seguida, apresentam brevemente alguns dados importantes de relatórios relacionados à mobilidade humana (*Human Rights Watch e OBMigra*), além de iniciativas institucionais da OIM e da UE. Por fim, destacam algumas notícias do período que ressoam o tema da mobilidade e sua relação com a saúde, com relevo para a crise humanitária em Moçambique, o caso do tenista Djokovic, na Austrália, e o assassinato brutal de Moïse Kabagambe, um jovem refugiado de 24 anos da República Democrática do Congo, residente no Brasil desde 2014.

O capítulo sobre **Saúde da Mulher Criança e Adolescente** conta com uma síntese de documentos com foco em saúde da mulher e da criança. A **ONU Mulher** apresenta uma análise global sobre eleição de mulheres em cargos governamentais deliberativos enquanto a **WHO** disponibilizou dois guias para profissionais na atenção à mutilação genital feminina. A **UNFPA** lança campanha #IDONT contra o casamento infantil, enquanto a **UN** apresenta ações práticas para abordar a exploração sexual infantil. **UNICEF** tem uma nova diretora executiva, realiza reunião de conselho executivo entre 8-11/2 e faz apelo para abertura de escolas e vacinação de crianças. Assim nos reportam nossas analistas do Instituto Fernandes Figueira, **Gomes e Massari**.

A **FAO** e o **Programa Mundial de Alimentos (WFP)**, sinaliza **Oliveira-e-Silva**, apontam a importância da implementação de governança integrativa para a transformação do sistema alimentar global para integrar Estados nacionais e continentes em nível nacional, regional e global. Foi lançado o Marco Estratégico da FAO 2022-2031 e o Índice de Pobreza Multidimensional Rural, e destacado, o empoderamento de mulheres e jovens, experiências de inovação tecnológica sustentáveis, e a reconexão com patrimônios alimentares ancestrais. A ajuda humanitária e a proteção social em áreas vulneráveis na Ásia, Oriente Médio e África, para a promoção de sistemas e ambientes alimentares saudáveis e sustentáveis.

Isis Cazumbá registra que, atento ao eminente risco de calote, o **FMI** pautará sobre assunto em uma reunião com Ministros das Finanças do G20. O **Banco Mundial** mostra o seu comprometimento no fornecimento de vacinas Covid-19 no leste da Ásia e no Pacífico. O **BID** bate recorde em financiamento em 2021, superando estimativa anterior.

No âmbito da **OMC**, não há definição sobre a proposta de suspensão (*waiver*) de direitos de propriedade intelectual no âmbito da pandemia de Covid-19, apresentada pela Índia e África do Sul, conforme reporta **Claudia Chamas**. A **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** anuncia crescimento recorde dos depósitos de patentes durante a pandemia. Rebeca Grynspar, Secretária-Geral da **UNCTAD**, pretende revitalizar o espaço de construção de consenso na organização, oferecendo respostas para um mundo polarizado e melhor compreensão dos desafios do desenvolvimento.

Em seu primeiro informe para os *Cadernos CRIS*, **Gaspar e Sanglard** oferecem um panorama geral das atividades da **UNESCO** vinculados aos seus principais pilares de atuação, que são a educação, cultura e ciências, buscando relacioná-los à saúde global. A única agência da ONU que trata da educação em todos os níveis tem como papel de liderança nos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 vinculado à educação de qualidade (4), e participa ativamente em atividades vinculadas à erradicação da pobreza (01) e da fome (02), acesso à água potável e saneamento básico (06). Um outro ponto de destaque é quanto à preservação do patrimônio cultural e às ciências humanas e sociais tendo em vista que a cultura e as relações humanas fazem parte do componente importante dos determinantes sociais da

saúde quando estamos lidando com os aspectos da preservação da memória, patrimônios tangíveis e intangíveis, valorização da cultura dos povos originários e todo o conhecimento gerado por tais povos tradicionais, além de estudar os aspectos de inclusão de gênero e raça nas ciências como um todo.

Como elementos de destaque neste informe, **De Negri** apontam dois conflitos substantivos no âmbito da participação das **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público** no ambiente de confrontação política e ideológica que marca os enfrentamentos com os interesses do capital: 1) a reiterada e propositada confusão em torno ao que caracteriza a sociedade civil de interesse público organizada e sua diferença ética em relação aos atores com interesses privados e comerciais; e 2) seus conflitos com os interesses privados das empresas com fins de lucro, tais como os grandes monopólios farmacêuticos e as grandes fundações do filantropocapitalismo, na sua disputa ativa pelo espaço soberano decisório dos estados nacionais e na sua forte oposição aos movimentos sociais de interesse público em sua incidência no âmbito das decisões na OMS e no conjunto do Sistema das Nações Unidas.

Organizações globais da sociedade civil dedicadas à saúde seguem acompanhando de perto a resposta global à COVID-19, os impactos da pandemia e a dinâmica das relações internacionais para o enfrentamento dos múltiplos desafios sociais e econômicos neste contexto – os novos e os que se agravaram nos últimos dois anos. É o que nos reportam **Daibert e colegas**. Ao todo, 37 instituições e movimentos foram monitorados e as atividades mais relevantes foram compiladas. Como questão específica, destacou-se a forte inquietação causada pela persistência da gritante iniquidade na distribuição vacinal ao redor do mundo, associada à elevada lucratividade das grandes empresas farmacêuticas. Outros assuntos abordados incluíram: acesso a testes, impacto social da pandemia e recuperação justa e sustentável, fuga de cérebros, a estratégia chinesa da ‘Covid Zero’, outros problemas de saúde no contexto da pandemia (doenças tropicais negligenciadas, doenças crônicas não transmissíveis, doenças cardiovasculares e violência), participação das mulheres na ciência e funções essenciais de Saúde Pública. Por fim, deve-se registrar que a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) e a Women in Global Health tiveram reconhecidas, pelo Conselho Executivo da OMS, suas condições de ONGs em relações oficiais com a OMS.

O destaque deste informe em relação ao **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul** é Quadro Estratégico do UNOSSC para 2022–2025. **Ungerer** sinaliza que o quadro estratégico seguirá cinco eixos principais que darão suporte a três objetivos finais. Fortalecer suas comunicações e parcerias estratégicas, bem como uma gestão baseada em resultados estão no *modus operandi* do quadro. Muito destacada a necessidade de mobilizar recursos adequados para projetos específicos de cooperação Sul-Sul e triangular, visando acelerar as ações dos países quanto à Agenda 2030 e à pandemia do Covid-19.

G-77 + China, agora sob o comando do Paquistão, ressaltaram a importância da implementação do ODS 14 e da próxima Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos (Lisboa, 27/06-01/07). De acordo com o Grupo, a pandemia do Covid-19 afetou negativamente o ambiente marinho, pois materiais de biossegurança e de proteção individual foram parar no oceano, afetando o transporte marítimo e a pesca. **Ungerer** sinaliza também que G-77 + China querem fortalecer diversas dimensões no espaço da educação, emprego para os jovens nos países em desenvolvimento, igualdade de gênero e erradicação da violência contra mulheres e meninas. Já o **MNA** destacou a longa história de cooperação entre o G-77 e o MNA, esperando aprofundar o engajamento entre os dois grupos na abordagem de assuntos de interesse comum

para o Sul Global. E expressaram seu descontentamento com o posicionamento do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação no Oriente Médio, incluindo a questão da Palestina.

Burger, Esteves e colegas nos trazem a análises dos clubes dos países ricos. No âmbito do **G7**, ao indicar sua enviada especial para política climática, a Alemanha dá novo impulso à proposta de transformar o G7 no chamado “Clube do Carbono”, principal arena para a definição das regras relacionadas à estabilidade climática. No **G20**, em meio às realizações de conferências iniciais dos seus grupos de engajamento, a disputa geopolítica de chineses e russos, por um lado, e os EUA e seus aliados, por outro, pode dificultar a condução do grupo pela presidência da Indonésia, ao tornar o multilateralismo objeto de disputa de narrativas, impactando inclusive a governança global em matéria de saúde. Já a **OCDE** busca padronizar como os membros contabilizarão as doações de vacinas, compradas em excesso para seus países, como ajuda oficial ao desenvolvimento. Muitos membros do DAC da OCDE se opõem à liberação de patentes e transferência de tecnologia para a produção de vacina, agora irão deduzir a doação de vacinas, muitas vezes com pouca validade dos seus compromissos com o mundo em desenvolvimento.

BRICS é analisada por nossa analista **Cláudia Hoirsch**. A Declaração Conjunta de Rússia e da China – em resposta ao Ocidente na crise da Ucrânia – aproximam de forma inédita os dois países que, em saúde se comprometem a colaborar no desenvolvimento e produção de vacinas Covid-19, de medicamentos, na saúde pública e medicina moderna, além de envolver BRICS, desde que a China assumiu a presidência pro-tempore do grupo em janeiro de 2022. No período, a visita do presidente brasileiro à Rússia, em meio à uma possível invasão da Rússia à Ucrânia surpreende, assim como a capacidade científica da África do Sul no desenvolvimento de um centro global de TT de vacinas mRNA contra a Covid-19 na África.

A **ALC**, que segue sendo uma das mais impactadas do ponto de vista econômico, social e sanitário, começou a apresentar uma redução do crescimento de novos caso, mas um aumento no número de mortes, sobretudo em partes da América Central e do Sul. Do ponto de vista político regional, em Costa Rica, o processo eleitoral profundamente fragmentado, com 25 candidatos à presidência, resultou num primeiro turno com dois candidatos sem favoritismo. No Peru, o governo de Castillo segue instável e já se encontra na formação do que seu quarto governo em seis meses. **Tobar, Minayo e Linger** destacam ainda os seguintes acontecimentos regionais: O **PROSUL** passou a ser presidido de forma pro tempore pelo Paraguai, encerrando o mandato colombiano. A secretária executiva do **ORAS-CONHU** participou da reunião da OMS em que apoiou a aplicação de instrumentos para garantir a disponibilidade de recursos humanos em saúde nos países andinos. Na **SEGIB**, Andrés Allamand assume como novo secretário-geral Ibero-americano. A **OEA** promoveu a Quinta Reunião de Ministros da Aliança de Energia e Clima das Américas.

Na **África**, reportam **Silva, Cá e Rosenberg** que a 35.ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana aprovou a passagem do CDC África para a agência de saúde autônoma da organização continental. A Presidente da Comissão Europeia, visita o Senegal, anunciando um primeiro pacote de investimentos de 150 bilhões de euros para África. O Secretário Executivo da CPLP visita Brasil, entre 13 e 16 de fevereiro. A CPLP realizou a XIII Conferência de Ministros da Juventude e Desporto.

A **Europa** vive dias de tensão com a possibilidade de invasão da Ucrânia pela Rússia, que quer impedir o avanço da aliança militar ocidental. A diplomacia vem atuando fortemente, ainda que mesclando tentativas de diálogo e ameaças. Do ponto de vista da saúde global, **Freire** reporta que a grande novidade foi um encontro de ministros da saúde dos países membros da

União Europeia, que discutiu a implementação de uma política de saúde pública comum para o bloco.

2022 será o ano da **Ásia**. E do Tigre, símbolo de força, coragem e destemor. E, segundo a astrologia chinesa, será um bom ano para a China também. Mas não é simplesmente porque entramos no Ano do Tigre que será um bom ano para os chineses. Os cenários apontam para um 2022 favorável à China. Com desdobramentos positivos para os países da **Ásia Sudeste, Pacífico e Central e do Oriente Médio**. O país de Xi Jinping vem se preparando e construindo alianças há pelo menos três décadas. E acaba de consolidar uma aliança extremamente estratégica nas áreas diplomáticas, políticas, econômicas, tecnológicas e ambientais com a Rússia. E extremamente importante na geopolítica global. A cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno 2022, de Pequim, também foi uma excelente oportunidade para Xi fortalecer laços estratégicos com vários países das duas regiões. O boicote diplomático liderado pelos Estados Unidos não atrapalhou. Estes são os temas enfrentados por nossa analista **Lúcia Marques** neste Caderno.

Mas no momento, nas duas regiões, a despeito da alta disseminação da variante Ômicron; da desaceleração econômica e outros desafios que a Covid-19 trouxe; dos conflitos e crises humanitárias que se prolongam; de novos desastres naturais; e das manifestações populares anti-vax e contra as medidas de contenção, que os governos enfrentam, o que mais tem preocupado os líderes é a guerra híbrida (ainda) entre EUA e Rússia (Ucrânia) e EUA e China (Taiwan e Mar Meridional da China). E começam a ter que escolher o lado dessa bipolaridade.

O Secretário de Estado dos **EUA** Antony J. Blinken convocou a Reunião de Ação Global COVID-19 com a participação de vários países e da OMS. De acordo com **Galvão**, a situação da epidemia nos EUA segue em melhoria depois de um aumento sem precedente e claramente demonstra o fator protetivo das vacinas.

Na **China**, os Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim 2022 são um sucesso sanitário e diplomático para a China, segundo **Lobato**. O rigor do circuito fechado tem possibilitado a ocupação dos estádios, o que não ocorreu em Tóquio, e os mandatários do Sul Global apareceram e fecharam acordos, em detrimento da ausência de Otan e seus aliados. Entre os países a fecharem acordos estão Rússia, Argentina, Equador e Paquistão.

O crescimento da abrangência dos Cadernos se dá pela adesão e sugestões dos nossos leitores, que procuramos atender. Damos as melhores boas-vindas aos nossos novos companheiros, e queremos, queridos leitores, que esta produção coletiva dos trabalhadores da Fiocruz e outros ilustres convidados os ajudem a entender melhor a complexa teia que reúne geopolítica, economia, ambiente e sociedade, desafiando nossa atuação como profissionais e cidadãos.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 16 de fevereiro de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz

No final deste túnel, existe uma ‘nova era’

José Luís Fiori

Já não existe mais um único “critério ético”, tampouco existe mais um único juiz com poder para arbitrar todos os conflitos internacionais, com base na sua própria “tábua de valores”. E já não é mais possível expulsar os “novos pecadores” do “paraíso” inventado pelos europeus, como aconteceu com os lendários Adão e Eva. Como essa supremacia acabou, talvez seja possível, ou mesmo necessário, que o Ocidente aprenda a respeitar e conviver de forma pacífica com a “verdade” e com os “valores” de outras civilizações.

J. L. Fiori. O mito do pecado original, o ceticismo ético e o desafio da paz. In: _____. (Org.). *Sobre a Paz*. Petrópolis: Editora Vozes, 2021, p. 464.

Dois acontecimentos sacudiram o cenário mundial neste início de 2022: o primeiro foi o *ultimatum* russo, lançado em meados de dezembro de 2021 e dirigido aos EUA, à OTAN e aos países-membros da União Europeia, exigindo o recuo imediato da OTAN, na Ucrânia, e propondo uma revisão completa do “mapa militar” da Europa Central, definido pelos Estados Unidos e seus aliados da Aliança Atlântica após a vitória na Guerra Fria. O segundo foi a “declaração conjunta” da Federação Russa e da República da China, no dia 7 de fevereiro de 2022, propondo uma “refundação” da ordem mundial estabelecida depois da Segunda Guerra Mundial e aprofundada depois da vitória dos EUA e de seus aliados na Guerra do Golfo em 1991. Os dois documentos propõem uma “revisão” do *status quo* internacional, mas o primeiro contém objetivos e exigências imediatas e localizadas, enquanto o segundo apresenta uma verdadeira proposta de “refundação” do sistema interestatal “inventado” pelos europeus. Ambos, no entanto, estão apontando neste momento para uma reconfiguração profunda do sistema internacional.

No caso do “ultimato russo”, a questão imediata que está em jogo é a incorporação da Ucrânia pela OTAN, mas o verdadeiro problema de fundo é a exigência russa de revisão das “perdas” que lhe foram impostas depois da dissolução da União Soviética.¹ Depois de 1991, a Rússia perdeu 5 milhões de quilômetros quadrados e 140 milhões de habitantes, mas agora se propõe a reduzir essas perdas expandindo sua influência no seu entorno estratégico e afastando a ameaça ao seu território, por parte da OTAN e dos Estados Unidos. Esse *ultimatum* era perfeitamente previsível e veio sendo anunciado há muito tempo, pelo menos desde a “Guerra da Geórgia”, em 2008.² A grande novidade agora é que a proposta revisionista dos russos deverá avançar sem guerra, através de um jogo de xadrez extremamente complexo, no qual se acumulam as ameaças militares e econômicas, mas não deverá haver um enfrentamento direto, apesar da propaganda e da histeria psicológica provocada pelos anúncios sucessivos da “invasão que não houve”, sobretudo da parte dos Estados Unidos e da Inglaterra. A Rússia obteve uma vitória imediata ao conseguir colocar todos os demais atores envolvidos em torno de uma mesa

¹ O Abade de Saint Pierre (1658-1743), filósofo e diplomata francês do início do século XVIII foi o primeiro a formular a tese que depois foi retomada por vários outros autores, de que uma das principais causas das novas guerras é o desejo de reparação ou “revanche” dos derrotados das guerras anteriores, na sua obra *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa* (Brasília: Ed. UnB, 2003).

² Fiori, J. L. Guerra e paz. *Jornal Valor Econômico*, São Paulo, 28 ago. 2008

para discutir os termos da sua proposta. E o mais provável é que os seus principais pleitos sejam atendidos, sem invasão nem guerra. Além disso, nas discussões evidenciaram-se a divisão entre as potências ocidentais e a falta de iniciativa e liderança da parte do governo norte-americano, que se restringiu a repetir a mesma ameaça de sempre, de que importaria novas sanções econômicas aos russos caso ocorresse a invasão que foi reiteradamente negada pelos próprios russos, enquanto a iniciativa diplomática passava quase inteiramente para as mãos dos europeus. Além disso, os Estados Unidos não receberam o apoio que esperavam de seus velhos aliados do Oriente Médio, da Ásia e mesmo da América Latina. E o que é pior, para os anglo-saxões, tudo indica que a Alemanha terá um papel fundamental na intermediação diplomática do conflito, o que envolveria numa reaproximação entre os alemães e os russos, com a liberação imediata do Gasoduto do Báltico que sempre teve a oposição dos norte-americanos. Afora o fato que um eventual sucesso diplomático alemão neste conflito daria à Alemanha uma centralidade geopolítica dentro da Europa que aceleraria o declínio da influência dos Estados Unidos entre seus aliados europeus.

Já no caso do documento apresentado à “comunidade internacional” pela Rússia e pela China, no dia 7 de fevereiro recém passado, as reivindicações específicas e locais dos dois países são bem conhecidas e não têm maior importância neste contexto. A importância do documento vai muito além disto, porque se trata de fato de uma verdadeira “carta de princípios” proposta à apreciação de todos os povos do mundo, contendo algumas ideias e conceitos fundamentais para uma “refundação” do sistema internacional criado pelos europeus há quatro séculos. É um documento que requer leitura atenta e uma reflexão séria, sobretudo neste momento de desestruturação do “bloco ocidental” e de divisão e fragilização interna dos próprios Estados Unidos.

O primeiro aspecto que chama atenção nesse documento aparentemente insólito é sua defesa de alguns valores muito caros ao “sistema de Westfália”, como é o caso de sua defesa intransigente da soberania nacional, e do direito de cada povo decidir seu próprio destino, desde que respeitado o mesmo direito de todos os demais povos. Ao mesmo tempo, o documento defende também algumas das ideias mais destacadas do “liberal-internacionalismo” contemporâneo, como é o caso da sua defesa de uma ordem internacional baseada em leis, do seu entusiasmo pela globalização econômica e o multilateralismo, por sua defesa da “causa climática” e do desenvolvimento sustentável, e seu apoio irrestrito à cooperação internacional no campo da saúde, da infraestrutura, do desenvolvimento científico e tecnológico, do uso pacífico do espaço e do combate ao terrorismo. De um ponto de vista acadêmico e ocidental, aliás, esse “documento russo-chinês” lembra muitas vezes o idealismo internacionalista de um Woodrow Wilson, tanto quanto lembra, em outros momentos, o idealismo nacionalista de um Charles de Gaulle.

Mas a surpreendente originalidade desse documento aumenta ainda mais com sua defesa universal e irrestrita de valores como a liberdade, a igualdade, a justiça, os direitos humanos e a democracia. Sobretudo quando assume a defesa da democracia como um valor universal, e não como privilégio de algum povo em particular ou responsabilidade conjunta de toda a comunidade internacional, com o reconhecimento simultâneo de que não existe apenas uma forma de democracia, nem nenhum “povo escolhido” que possa ou deva impor aos demais algum modelo superior de democracia, como se fosse uma “verdade revelada” por Deus. E é neste ponto que se explicita a proposta verdadeiramente revolucionária desse documento: que se aceite de uma vez por todas que, pelo menos desde o final do século XX, o sistema interestatal não é mais um monopólio dos europeus e de algumas de suas ex-colônias, uma vez que ele está

formado agora por várias culturas e civilizações, e que nenhuma delas é superior às demais, nem muito menos possui o monopólio da verdade e da moralidade.³ Ou seja, esta proposta eurásiana de uma nova ordem mundial rejeita qualquer tipo de “universalismo expansivo” ou “catequético”, mas aceita ao mesmo tempo a existência de valores universais.⁴

Não haveria nada de original em tudo isso se tais ideias fizessem parte de um texto acadêmico ou de uma reflexão filosófica pós-moderna, por exemplo. O que faz a diferença nesse documento não é seu multiculturalismo; é o fato de que este multiculturalismo aparece aqui como uma reivindicação e uma proposta universal apresentada e sustentada pela segunda maior potência atômica do mundo, e pela segunda maior economia de mercado do mundo. Mais ainda, que seja uma proposta sustentada por uma potência que faz parte da árvore genealógica da civilização ocidental e, ao mesmo tempo, por uma potência e uma civilização que não pertence a esta mesma matriz, nem teve jamais nenhum tipo de vocação catequética. Sim, porque a China se desfez do seu Império milenar e só se transformou num Estado nacional no início do século XX; e foi só no final do século XX que ela se integrou plenamente ao sistema interestatal, incorporando-se à economia capitalista mundial numa velocidade e um sucesso extraordinários. Desde então, o Estado nacional chinês se comporta como todos os demais Estados europeus, mas a China nunca teve nenhum tipo de religião oficial, e nunca se propôs ser um modelo econômico, político ou ético universal - e por isso também nunca se propôs a catequizar o resto do mundo. Pelo contrário, a China parece fazer questão de se relacionar com todos os povos do mundo independentemente de regimes políticos, religiões ou ideologias, mesmo quando seja absolutamente inflexível com relação à defesa nacional de seus valores tradicionais e interesses de sua civilização milenar.

Por isso, se for o caso de especular sobre o futuro desta “nova era” que está nascendo, é preciso ter claro que a China não está se propondo a substituir os Estados Unidos como centro articulador de algum tipo de novo “projeto ético universal”. Tudo indica que o avanço desta nova “era multicivilizacional” já não tem como ser revertido, nem há mais como devolver o sistema mundial à sua situação anterior, de completa supremacia eurocêntrica. “E mesmo que o eixo do sistema mundial ainda não tenha se deslocado inteiramente para a Ásia, o certo é que já se estabeleceu um novo “balanço de poder” que deslocou a hegemonia anterior, do projeto universal e do “expansionismo catequético” da tradição greco-romana e judaico-cristã”⁵.

³ *“Some actors representing but the minority on the international scale continue to advocate unilateral approaches to addressing international issues and resort to force, they interfere in the internal affairs of their states, infringing their legitimate rights and interests...”* (Joint Statement of the Russian Federation. And the People’s Republic of China”, en.kremlin.ru/supplement /5770, p. 1).

⁴ *“The sides call on all States to pursue well-being for all and with these ends, to build dialogue and mutual trust , strengthen mutual understanding champion such universal human values as peace, development, equality, justice, democracy and freedom, respect the rights of peoples to independently determine the development paths of their countries and the sovereignty and the security and development interests of States, to protect the United Nations-driven international architecture and the international law-based world order, seek genuine multipolarity with the United Nations and its Security Council playing a central and coordinating role, promote more democratic international relations and ensure peace, stability and sustainable development across the world”* (Joint Statement of the Russian Federation. And the People’s Republic of China”, en.kremlin.ru/supplement /5770, p. 2).

⁵ Fiori, J. L. *A Pax Romana: conquista, império e projeto universal*. In: _____. (Org.) *Sobre a Paz*. Petrópolis: Editora Vozes, 2021, p. 131.

Piloto, copiloto e passageiro: de quem é a culpa?

Santiago Alcázar

A culpa é da política. De nada serve chamar os atores, o cenógrafo, figurinista, iluminador e maquiador. A peça é um rotundo fracasso! O roteiro é um desastre! E, pior, quando se deixa a sala para trafegar pela realidade, deparamo-nos com a Covid-19 e os seus múltiplos efeitos, a mudança climática e as suas crias cruéis, as inequidades e os seus horrores multiplicadores. Autor, autor, houve-se, mas certamente não para felicitá-lo, afinal de contas a culpa é da política.

A revolta, contudo, não é generalizada e muitos haverá que ainda não se deram conta do que acontece. Incorporam a seus dizeres cotidianos o vocabulário da obra, mas misturados a impressões desconectadas, futilidades e ironias construídas para parecer inteligente. Não olhem para cima. Nem para os lados. Tudo se resolverá dobrando a Natureza à vontade superior. E, assim, destemidamente, partem para enfrentar forças descomunais que, comovidas por tamanha soberba, irão depositar, com certeza, as suas armas aos seus pés.

Decisões erradas, canalhas, medíocres ou simplesmente burras, desencadearam complexas relações causais que conduziram ao atual estado de coisas. Como se chegou aqui, perguntarão alguns com toda inocência. Por culpa de políticas equivocadas, tem que se admitir. Mas quem é o autor? Quem é o culpado?

Políticos profissionais propõem, debatem, influenciam, redigem, apresentam, votam e aprovam projetos que se tornam leis. Há muito, no entanto, que esses se sentam no assento do passageiro, atrás. Na frente, como copiloto, armados de gráficos e equações, estão os economistas, bruxos, encantadores de serpentes e contadores de histórias. Ao volante, o grande piloto que só tem um objetivo, simples e direto. Quem é o culpado? Cada um dos três jogará a culpa no outro e assim, por acerto e conveniência, para evitar constrangimento, decidem por consenso que a culpa será do outro, abstrato e indefinido e por isso não é alguém em particular. O que confirma a crença que o inferno está vazio, não por falta de méritos, mas por falta de vergonha.

Em 2015, em Paris e em Nova York, os líderes deixaram claro que estavam prontos para perseguir objetivos que, por um lado, reduziriam a emissão de gases de efeito estufa, contribuindo desse modo para deter o aquecimento da Terra e, por outro, eliminariam a pobreza extrema e a fome, reunindo as condições para tornar real o tão almejado futuro melhor para todos.

Em março de 2020, a OMS declarou a Covid-19 uma pandemia, a rigor a primeira na história a espalhar-se por todo o planeta. As contaminações e óbitos foram se apropriando de números diários crescentes, assustadores. Ninguém estava a salvo. O medo instalou-se e, como expelidos por alguma força centrífuga, todos se afastaram uns dos outros. A comunidade parecia explodir, propelindo pelos ares laços e estilhaços de memória. As cidades se esvaziaram, ecoando o inflexível avanço do deserto.

O impacto foi tão grande e inusitado que logo se começou a pensar que mais que uma doença *pan+demos*, restringida à saúde, o que se tinha era um colapso estrutural *syn+demos*, econômico, comercial, social e político, ademais de sanitário. Era mais que evidente, nesse contexto, que o assunto não podia ficar confinado às estreitezias da OMS. O fenômeno expandia-se inflexível, derrubando normais, pondo em xeque ideias e crenças, invalidando pressupostos

do cotidiano. Se parecia normal que a OMS fosse a autoridade máxima para oferecer diretrizes para tratar a pandemia, pareceu cada vez mais lógico que para tratar a sindemia o locus adequado deveria ser a Assembleia Geral das Nações Unidas.

A economia ficou em ponto morto. No comércio, as operadoras marítimas deslocaram seus navios containers de volta às bases e despediram a tripulação. Os estivadores desapareceram dos portos. Caminhoneiros parados, sem trabalho. A quase paralização das cadeias de suprimento não tardou para produzir efeitos nefastos. Mobiliário, vestuário, alimentos, medicamentos e insumos, entre outros, começaram a disputar os recursos logísticos ainda disponíveis. As prioridades não obedeceriam a nenhuma lógica. As embalagens ficaram mais caras e a febre de compras pela Internet ocasionou uma voracidade aparentemente sem limites por papelão, o que acabou reduzindo a quantidade de polpa para livros e cadernos. O dia a dia foi revelando o limite real da oferta que todos imaginavam infinita. Em outras áreas repetia-se algum quadro semelhante de complexidade inesperada e por isso terrível, principalmente porque nesses casos não se sabe o que fazer. A caixa de ferramentas dos que têm que tomar decisões não foi pensada para tamanhas complexidades.

O distanciamento social afrouxou os feixes da convivência, levantou dúvidas abruptas, encolheu a empatia e prejudicou a saúde mental. Todos se tornaram estrangeiros suspeitos, mesmo quando velhos conhecidos. Os miseráveis, desassistidos e migrantes, pareciam e parecem multiplicar-se a diário. Visíveis, com cruezas expostas, impossível de as esconder, eram e são o retrato de uma humanidade que se desfaz, fio a fio, átomo a átomo.

Políticas de caráter emergencial foram implementadas com urgência, para salvar as economias, as suas. Os nacionalismos brotaram de novo, desta vez no campo fértil da distribuição das vacinas. O *America First*, que todos presumiam morto e enterrado, ressurgiu com vitalidade redobrada e revestida com bandeiras e argumentos outros. Com efeito, em meados de fevereiro de 2021, quando as vacinas ainda eram uma novidade, dez países haviam açambarcado, com voracidade pantagruélica, 75% de toda a produção mundial, conforme anunciado à época por um Antônio Guterres indignado.

Para complicar a situação, na Bielorrússia, a “constante” Lukashenko alegou vitória no pleito de 2020, a sexta consecutiva, com mais de 80% dos votos. A oposição saiu às ruas contra o regime repressor, ademais da revolta incontida da leviandade do governo frente à pandemia, que o próprio Presidente minimizara. Os protestos, os maiores de que se tem notícia naquele país, sensibilizaram o Ocidente, que descarregou uma bateria de sanções econômicas. A partir daí, desencadearam-se ações e reações que acabaram resultando na interrupção, por decisão de Lukashenko, da exportação de potássio para a UE. Não é preciso sublinhar a importância do potássio para a agricultura, nem o fato que a Bielorrússia responde por mais de 20% das exportações globais. Decisões erradas, canalhas, medíocres ou simplesmente burras causam maremoto. Em tempos pandêmicos produzem tempestade. A inflação dos preços dos alimentos foi uma consequência lógica e tornou ainda mais difícil alcançar os ODS da Agenda 2030, principalmente os dois primeiros – erradicação da pobreza extrema e fome zero.

Decisão míope resultou em todo o exercício fracassado levado a cabo pela Cúpula sobre sistemas alimentares, que se realizou em setembro de 2021 e comentada no informe CRIS 15-21, relativo ao período de 10 a 23 de agosto de 2021. Não obstante a obrigação moral de situar nas agendas específicas de todas as grandes reuniões as contribuições para o avanço da Agenda 2030 e dos ODS, o que se viu foi a imoralidade de um convescote que não somente ignorou os nobres propósitos alcançados quase por milagre em 2015, mas deixou de fora importantes

representantes da agricultura familiar e da sociedade civil, que são as partes interessadas (*stakeholders*) mais relevantes do processo de construir um futuro melhor na área da agricultura.

Não deveria causar surpresa que os seguidos relatórios sobre a implementação dos ODS acusam defasagem preocupante com respeito às metas temporais acordadas. A culpa, como já se sabe é da política. A mesma que obstaculiza o compromisso declarado de reduzir drasticamente a emissão de gases de efeito estufa. A mesma que produz resultados pífios em todas as cúpulas – G-20, G-7 ou COP-26 – fracassadas por terem falhado na calibragem da importância crítica da pandemia e da mudança climática em suas respectivas agendas. Fracassadas pela recusa em aceitar a utilização de lente de saúde e de lente de mudança climática não somente para transformar aquelas mesmas agendas, mas para reorientá-las para a realização do futuro melhor para todos como prometido. Fracassadas, por último e sobretudo, por insistirem com suas fórmulas velhas para problemas novos, como se a história não fosse o desenrolar de possibilidades surpreendentes.

A lista é longa e seria fastidioso para o leitor convocá-la para comprovar seu aspecto mofado. Bastaria destacar alguns pontos puídos, como por exemplo o reflexo de elevar taxas de juros para debelar a inflação. No presente quadro sindêmico, muitos especialistas acreditam que seria um grave erro à vista do maciço endividamento das grandes corporações na casa dos trilhões. O impacto sobre o sistema financeiro poderia ser catastrófico. Os juros, no entanto, foram elevados. Outro exemplo é a cegueira na OMC, que insiste em proteger a propriedade privada de medicamentos e vacinas, não obstante o desastre humanitário em volta, bem como a obscenidade dos lucros da indústria farmacêutica que ironicamente depende para a sua existência do setor público. Um terceiro e último exemplo é a crença que as fontes de energia renováveis podem entrar em operação imediatamente e assim preservar o mesmo padrão de consumo. Não se dão conta que cada fonte de energia define a sua possível utilização tecnológica. A eletrificação de toda a frota mundial de automóveis certamente levaria ao colapso do sistema elétrico global, ademais de exaurir as minas de cobalto no Congo, o que levaria a mais miséria humana e planetária. Voltar ao normal o mais rápido possível, assim todos terão a chance de repetir os mesmos erros.

Decisões erradas, canalhas, medíocres ou burras desencadearam relações causais que conduziram ao estado de coisas que vivemos. As causas e efeitos da mudança de clima e da degradação do meio ambiente, do corte nos orçamentos dos setores de saúde, da falta de investimentos em redes de proteção social e em áreas críticas, como a ciência, da falta de coesão comunitária – a famosa falta de solidariedade, tão reclamada – são, em última instância, provenientes de decisões políticas. Por essa razão, são demonstrações de fracassos e, em muitos casos, de falência moral.

É de se imaginar que as constituições de todos os países façam referência ao esforço de garantir políticas que velem pelo bem comum. É de supor que acordos, convenções, tratados e demais atos jurídicos internacionais alcancem aceitação porque dizem respeito a algum sentimento de consenso sobre valores inalienáveis do ser humano.

No âmbito das Nações Unidas, existem mais de 560 importantes instrumentos multilaterais depositados junto ao Secretariado, cobrindo amplo espectro temático que inclui, mas não esgota, direitos humanos, desarmamento, commodities, refugiados, meio ambiente e direito do mar, sem contar a própria Carta da Organização que quer livrar as próximas gerações dos horrores da guerra, e, presume-se, de calamidades semelhantes como a Covid-19.

Existem inúmeras declarações e resoluções sobre aqueles mesmos temas, que não têm o mesmo status jurídico, mas que refletem consensos importantes, de que são exemplo a resolução A/RES/70/1, intitulada “Transformando o nosso mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, bem como as múltiplas referências, no âmbito do sistema Nações Unidas, ao Acordo de Paris sobre mudança de clima.

Em setembro de 2021, o Secretário Geral, Antônio Guterres, apresentou o informe “Nossa agenda comum”, documento de natureza prospectiva que pretende servir de mapa de caminho para a comunidade internacional a partir da nossa situação comum atual. O problema é que essa agenda foi batida em cima de promessas não realizadas, como a Agenda 2030 e o Acordo de Paris. Foi, portanto, construída a partir de fracassos.

Acredita o SG, com razão, que o caminho à frente deve ser trilhado sob o signo da solidariedade. E que esse substantivo abstrato deve ser o nódulo que liga possíveis agentes num horizonte que se estende das cidades às corporações, às academias, aos profissionais de saúde, pesquisadores, sociedade civil, mídia, movimentos religiosos e indivíduos – todos em suma. É sem dúvida uma visão paradisíaca, louvável sem dúvida, acima de qualquer crítica. O único entrave é que para tornar-se concreto e cumprir a sua função de nódulo, o substantivo *solidariedade* teria que se transformar no adjetivo *solidário*, e assim transmutar o homem. Não é impossível, mas por que seria diferente agora? Estamos por acaso frente a uma iminente catástrofe universal que poderá extinguir a vida na Terra? Não olhem para cima!

Ou talvez sim. Olhem. Parem o carro. Desembarquem o piloto soberbo e o copiloto mentiroso e deixem o passageiro no banco de trás, reassumir o comando e a direção, e assim realizar, por fim, a Grande Política, aquela destinada ao bem de todos.

Principais momentos políticos nas Nações Unidas

Santiago Alcázar

Em 2 de fevereiro, o **Conselho Econômico e Social (ECOSOC)** dedicou suas atividades ao *Foro Anual das Partes Interessadas (Annual Partnership Forum)*. O Foro, como se sabe, reúne agentes envolvidos nos esforços de reconstrução pós-pandemia nos países em desenvolvimento. Inevitavelmente, as referências obrigatórias de tais esforços passam pelo fardo da dívida, o apartheid vacinal e as crescentes desigualdades.

Para Gabriela Bucher, Diretora Executiva da OXFAM, a pandemia criou uma explosão de desigualdade que agora resulta em uma ameaça existencial para a Agenda 2030. As rachaduras e fraturas de antes da pandemia se converteram em verdadeiros abismos na pandemia. A experiência dos que vivem a pandemia de perto não fariam objeção a essa afirmação da representante da OXFAM. Provavelmente tampouco levantariam sobrancelhas duvidosas ante a informação por ela oferecida, constante de recente relatório da Organização, segundo o qual os dez homens mais ricos do mundo teriam dobrado as suas respectivas fortunas durante a pandemia. Acrescente-se a essa mágica perversa, a inflexibilidade com que são protegidos os direitos de propriedade intelectual e a voracidade demonstrada no açambarcamento de vacinas e tem-se a receita perversa para o build-back(se possível)-worse(com certeza).

O fato concreto e imediato com o qual há de se ater é que o atraso na imunização global resultará no atraso de qualquer tentativa de recuperação. Mais de um destacou a importância de se ter sistemas de proteção social. Evidentemente, ademais de uma questão econômica de bom senso, há também o desafio de sobrepor-se à enorme falha moral, mas isso é de difícil solução, como se sabe. As demais intervenções giraram em torno às mesmas questões e constituem repetições indignadas, importantes sem dúvida, mas talvez ignoradas fora daquele recinto.

A vice Secretária-Geral, Amina Mohammed, destacou, em um plano diferente, a falta de compromissos ambientais, que levarão a um aumento de 14% nas emissões de gases de efeito estufa até 2030, quando o objetivo era a redução de 45% daquelas emissões. Abraçada à Nossa Agenda Comum do SG, a Senhora Mohammed repetiu o que já se sabe: a solidariedade entre todos os atores, em amplo espectro, permitirá levar adiante as promessas contida na Agendas 2030 e no Acordo de Paris. Nada, no entanto, garante que a partir de agora a solidariedade irá se instalar nos corações, e talvez, mentes, dos tecnocratas encarregados de indicar o caminho à frente aos políticos e aos verdadeiros condutores.

No dia seguinte, dia 3 de fevereiro, o ECOSOC convocou, pela primeira vez, o segmento de coordenação, com vistas a ouvir de especialistas e delegados a melhor maneira de abordar a questão da mudança climática, a implementação da Agenda 2030 e formular uma estratégia para alcançar um plano de recuperação pós-pandemia.

É curioso que o ECOSOC não tenha convocado esse exercício de coordenação antes. Não se pode descartar que, sabendo de antemão que o exercício seria de qualquer maneira fútil, os responsáveis tenham procurado poupar os eventuais participantes. Agora, por algum motivo, a coordenação se fez imperiosa e não há mais tempo a perder. Amina Mohammed, dando início aos trabalhos disse que os desafios que a humanidade enfrenta hoje foram produzidos por ela, a humanidade, não a Senhora Mohammed. Nesse contexto, a vice Secretária-Geral das Nações Unidas acredita que por essa razão eles podem ser resolvidos por ela, a humanidade, não a Senhora Mohammed. O que temos, disse, é um problema de governança. Não se sabe como

terão reagido os delegados, mas é possível que alguns, de natureza mais nervosa, terão respirado aliviado.

O segmento de coordenação, criado em 2021 pela AGNU, substitui o segmento de integração do Conselho. O objetivo seria facilitar o Conselho a cumprir o seu mandato constitucional (Carta) e coordenar-se com diferentes áreas do sistema Nações Unidas. Não é preciso fazer comentários.

O Presidente do Conselho, o Embaixador Collen Vixen Kelapile, Representante Permanente do Botsuana junto às Nações Unidas, disse na ocasião que era preciso reascender o espírito de solidariedade entre os países e os povos, referindo-se talvez a uma época passada em que o leão se solidarizava com a ovelha.

Deve-se ressaltar a realização do *Foro Multi-stakeholder*, sob os auspícios da **Comissão de Desenvolvimento Social**, realizada na segunda semana de fevereiro. Segundo um dos panelistas presente, 80% dos alimentos no mundo são produzidos por agricultores familiares. Destaco essa informação para contrastar com a realização da Cúpula sobre sistemas alimentares para a qual foram convidados representantes das grandes corporações responsáveis pela produção de sementes e fertilizantes, mas não aqueles pequenos produtores. Não é preciso seguir adiante e se perguntar por que nada funciona e os objetivos traçados nunca são alcançados.

Em 9 de fevereiro, o **Conselho de Segurança** reuniu-se para examinar a situação em Burkina Faso. Como se sabe, o Presidente Marc Christian Kaboré foi deposto por uma junta militar. A situação continua instável no país, e em toda a região.

Atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

Ainda no processo de preparação para a 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU – que iniciará em 28 de fevereiro de 2022, destacamos os informes de duas atividades de 2021 do CDH – o Fórum Social sobre lições aprendidas e desafios na luta contra a Covid19, realizado em outubro de 2021 e o Painel Intersessional sobre o Direito à Seguridade Social realizado em Novembro de 2021 - que subsidiam diretamente os debates em torno a um novo contrato social ou eco-social sustentado pelo UNRISD - Instituto das Nações Unidas para a Pesquisa em Desenvolvimento Social - e o fortalecimento dos sistemas de proteções sociais e de seguridade social, como conclamou o Secretário Geral da ONU de forma reiterada desde 2020 e com ênfase após sua reeleição.

Os dois informes em suas conclusões e recomendações, assim como a elaboração do Alto Comissariado sobre as Proteções Sociais / Seguridade Social com a perspectiva dos direitos humanos, reforça a necessidade urgente de combater as desigualdades sociais ainda mais visibilizadas no contexto da Pandemia e apontam o protagonismo iniludível dos estados na garantia dos direitos e da necessidade de um esforço internacional para superar as fragilidades acumuladas na persistência da ordem hegemônica colonial.

Como materialização destas preocupações e necessidades urgentes, a contribuição do UNRISD - Instituto das Nações Unidas para a Pesquisa em Desenvolvimento Social – em torno a um novo contrato eco-social, permite entender o enorme potencial do proposto pelo Secretário Geral Guterres, debate este que deveria ocupar a centralidade do nosso esforço no campo da saúde global e da diplomacia em saúde, pois daí podem surgir os argumentos e condições para abrigar de fato sistemas universais, integrais e igualitários de saúde em todo o planeta, com variadas formas de contratos eco-sociais, mas capazes em conjunto de consolidar uma nova perspectiva para a Humanidade, surgida da força dos conflitos sociais e ambientais que estão em marcha, no bojo de uma necessária nova ordem econômica internacional. Há que se lutar por isso e a nota do UNRISD traz elementos de grande potência para esta luta. Leiam com atenção.

1. **Relatório do Fórum Social 2021 do Conselho de Direitos Humanos.** 11 e 12 de outubro de 2021. Genebra. <https://undocs.org/en/A/HRC/49/79>

Resumo: De acordo com a resolução 44/22 do Conselho de Direitos Humanos, o Fórum Social foi realizado em Genebra nos dias 11 e 12 de outubro de 2021. Os participantes consideraram boas práticas, histórias de sucesso, lições aprendidas e desafios na luta contra a doença Covid19, com foco especial na cooperação internacional e solidariedade, e do ponto de vista dos direitos humanos. O presente relatório contém um resumo das discussões, conclusões e recomendações do Fórum. Abaixo apresentamos a tradução das conclusões e recomendações.

“Conclusões: 54. A pandemia COVID-19 e outros desafios globais, como mudanças climáticas, conflitos armados e migração internacional, lançaram luz sobre a interdependência global e a interconexão. 55. A pandemia exacerbou desigualdades sociais e econômicas de longa data dentro e entre países e violações dos direitos humanos. Embora a pandemia seja uma crise global, os países em desenvolvimento, e em particular os países menos desenvolvidos, foram os mais atingidos. 56. O impacto direto da pandemia e das respostas políticas adotadas em consequência retardaram ainda mais o progresso em relação aos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável, que já estavam fora dos trilhos. 57. Haverá outras pandemias potencialmente letais e o mundo ainda não está bem-preparado para preveni-las e responder a elas. Os países aprenderam que a segurança da saúde é parte integrante da segurança nacional e da segurança socioeconômica. Uma forte liderança política e a liderança em saúde pública levam a uma melhor preparação e resposta.

58. A confiança na coordenação internacional foi corroída e tem havido uma tendência crescente de os países se recuarem ao nacionalismo. A cooperação internacional e a solidariedade são ferramentas indispensáveis para responder efetivamente à pandemia e outras crises globais e para a realização dos direitos humanos. O sistema multilateral e a governança global devem ser fortalecidos. 59. A enorme lacuna global no acesso a vacinas e medicamentos, devido às desigualdades entre os países, colocou em risco milhões de vidas nos países em desenvolvimento. Também representava uma ameaça para as pessoas em todo o mundo, uma vez que mutações de vírus eram capazes de emergir entre populações não vacinadas, e ser facilmente transmitidas através das fronteiras, para reacender a pandemia em países onde a maioria das pessoas foram vacinadas.

60. As vacinas COVID-19 devem ser bens públicos globais. O acesso igualitário às vacinas é um direito humano, e uma abordagem global bem coordenada para o desenvolvimento e distribuição de vacinas baseada na solidariedade de todas as nações e povos é a resposta mais eficaz, sustentável e moral à pandemia. 61. O fornecimento de vacinas apenas aos países em desenvolvimento não é suficiente. A transferência de tecnologia e a oferta de apoio para melhorar as capacidades produtivas foram fundamentais para o aumento da produção de vacinas em todo o mundo. As obrigações e políticas de comércio e propriedade intelectual não devem prejudicar o gozo das obrigações de direitos humanos em todo o mundo. A cooperação Sul-Sul deve ser aprimorada para apoiar capacidades produtivas e transferência de tecnologia. 62. Os direitos à água, saneamento e higiene são essenciais para manter as pessoas saudáveis e seguras do vírus. Se esses direitos fossem realizados globalmente, nossa capacidade de responder e recuperar da pandemia seria reforçada.

63. Os ciclos da dívida estavam impedindo a capacidade dos países em desenvolvimento de construir infraestrutura social e resolver preocupações relativas ao direito à saúde. É importante e urgente reformar a estrutura da dívida e priorizar a justiça social e a equidade, aumentando assim o nível de respeito pelos direitos humanos. 64. Alguns grupos e populações foram mais afetados do que outros devido ao alto risco de infecção, perda de oportunidades de trabalho, baixa renda, restrições à livre circulação, deslocamento, falta de acesso digital e sérios desafios à saúde mental. A pandemia A/HRC/49/79 17 COVID-19 teve impactos desproporcionais em grupos e populações marginalizadas, como mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, povos indígenas e minorias raciais e étnicas.

65. Os jovens de todo o mundo têm grande potencial para se mobilizar e tomar pequenas ações com grandes impactos. O espaço deve ser criado para permitir que eles se envolvam em debates e negociações políticas de alto nível. 66. O direito ao desenvolvimento é uma ferramenta vital para responder aos impactos da pandemia em milhões de pessoas em todo o mundo. 67. As medidas coercitivas unilaterais enfraqueceram a capacidade dos Estados-alvo de agir em resposta à pandemia, e resultaram em grandes impactos negativos sobre o gozo dos direitos humanos de suas populações. 68. Qualquer restrição de movimento na resposta à pandemia deve estar de acordo com as normas de legalidade, necessidade baseada em evidências, proporcionalidade e gradualismo. Uma resposta excessivamente securitizada para

controlar a ameaça à saúde pública poderia desencorajar as pessoas a acessar o cuidado, arriscando assim uma transmissão adicional.

Recomendações: 69. Os Estados e todas as partes interessadas devem assegurar que qualquer recuperação da pandemia esteja fundamentada em todos os direitos humanos: direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e o direito ao desenvolvimento. 70. Todas as partes interessadas, incluindo Estados, organizações internacionais, sociedade civil e setor privado, devem demonstrar e fortalecer sua vontade política, reafirmar seu compromisso com a cooperação internacional e tomar ações coletivas para o multilateralismo efetivo nos interesses comuns de toda a humanidade. 71. Os Estados precisam reconstruir a confiança no multilateralismo para se recuperar da pandemia, abordar as mudanças climáticas e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 72. Os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais são universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados. As políticas relativas às vacinas devem manter o equilíbrio entre o respeito aos direitos individuais e a proteção dos direitos coletivos, incluindo o direito à saúde de grupos vulneráveis.

73. Ao responder a uma pandemia, os Estados devem garantir a participação das pessoas na tomada de decisões que afetem suas vidas. Eles devem construir a confiança pública por meio de consulta, diálogo e comunicação, a fim de melhorar a compreensão e a confiança das pessoas nas medidas de resposta adotadas e melhorar seu impacto. 74. Os Estados devem assegurar acesso universal e equitativo às vacinas e informações COVID-19, uma vez que sem acesso a todos, o direito à saúde de ninguém será respeitado. Uma abordagem baseada em direitos deve identificar e eliminar barreiras sistêmicas à vacinação dentro e entre os países. Os Estados precisam garantir que as políticas adotadas em relação às vacinas sejam baseadas em evidências, por tempo limitado, proporcionais e necessárias, e que tais políticas respeitem a privacidade individual. 75. Os Estados devem comprometer-se com iniciativas multilaterais de vacinação, como a COVAX Facility, e evitar o acúmulo de vacinas, o que só leva a minar os esforços globais para acabar com a pandemia.

76. Os governos dos provedores de vacinas devem examinar sua política externa para garantir que a busca de interesses econômicos não supere os direitos de saúde da população global, incluindo suas obrigações com seus próprios cidadãos. 77. Os Estados devem fornecer acesso igualitário à educação online para crianças durante o fechamento da escola e garantir o retorno seguro à escola. Os Estados que não têm recursos para fazê-lo devem buscar apoio internacional e cooperação, enquanto os Estados com recursos devem fornecer apoio financeiro e assistência técnica.”

2. Painel de Discussão intersessional sobre o direito à seguridade social no mundo do trabalho em mutação. 1º de novembro de 2021.
<https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/Pages/right-to-social-security.aspx>

De acordo com a resolução 42/13 do Conselho de Direitos Humanos sobre o direito à seguridade social, o Conselho de Direitos Humanos realizou um painel de discussão intersessional para identificar desafios e melhores práticas na realização do direito à seguridade social. Proporcionou uma oportunidade para um debate inclusivo e interativo entre Estados, agências das Nações Unidas, fundos e programas, organismos de tratados, procedimentos especiais e mecanismos regionais de direitos humanos, bem como a sociedade civil, organizações não governamentais.

A discussão do Painel examinou como o conteúdo normativo do direito à seguridade social e as obrigações correspondentes de direitos humanos dos Estados podem orientar a formulação de políticas a nível nacional e internacional no avanço do gozo desse direito. Isso é vital. Apesar dos progressos na extensão da proteção social em muitas partes do mundo, o direito humano à seguridade social ainda não é uma realidade para a maioria da população mundial. A crise do COVID-19 tornou a concretização desse direito ainda mais urgente ao expor as fragilidades de um sistema social e econômico que tem negligenciado investir suficientemente em serviços públicos fundamentais, como proteção social e saúde, revelando lacunas na cobertura, inadequação dos benefícios de proteção social e exacerbação de profundas desigualdades. Os debates foram arquivados em: <https://media.un.org/en/webtv>

Formato e painelistas: O painel foi presidido pela Senhora Keva L. Bain, Vice-Presidente do Conselho de Direitos Humanos. Abertura: Michelle Bachelet, Alta Comissária da ONU para direitos humanos. Sessão I: 10:00 às 11:00 CEST: O direito humano à seguridade social e as mudanças do mundo do trabalho: Sra. Shahra Razavi, Diretora do Departamento de Proteção Social, OIT. Sra. Sharan Burrow, Secretária Geral da Confederação Sindical Internacional. Sr. Mohamed Ezzeddine Abdel Moneim, Presidente da Comissão dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Sessão II: 11:00 às 12:00 CEST: Promovendo igualdade substantiva e não discriminação no gozo do direito à seguridade social: Hon. Utoni Nujoma, Ministra do Trabalho, Namíbia. Sr. Alradi Abdalla, Proteção Social Inclusiva da Deficiência, Aliança Internacional de Deficientes. Sra. María Rodríguez Alcázar, Membro do Conselho, Fórum da Juventude. Sra. Michele Levoy, Diretora, Plataforma de Cooperação Internacional sobre Migrantes Não Documentados. Sessão III: 14.30-15.30 CEST: Espaço fiscal para a proteção social e obrigações de direitos humanos dos Estados: Sra. Isabel Ortiz, Diretora do Programa Global de Justiça Social na Iniciativa de Joseph Stiglitz para o Diálogo Político, Universidade de Columbia. Sra. Kate Donald, Diretora de Programa, Centro para os Direitos Econômicos e Sociais. Sessão IV: 15:30 às 16:30 CEST: O direito à seguridade social no centro do novo contrato social: Sra. Rachel Moussie, Vice-Diretora do Programa de Proteção Social, Mulheres no Emprego Informal: Globalizando e Organizando. Sr. Gerard Quinn, Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência. Sra. Isiuwa Iyahan, Especialista do Programa - Empoderamento Econômico e Estatística, ONU Mulheres.

Documentação

[Concept note](#) , [Programme of work](#) , [Human Rights Council resolution 42/13 on the right to social security](#)

Links relacionados: Committee on Economic, Social and Cultural Rights, "[General Comment No. 19](#)"

"United Nations High Commissioner for Human Rights, "[Report on economic, social and cultural rights to the Economic and Social Council, June 2021 \(E/2020/63\)](#)"

International Labour Organization, "[World Social Protection Report 2020–22](#)"

["OHCHR web page on the right to social security"](#)

[OHCHR's overview on the right to social security](#) Veja abaixo um recorte deste documento:

“Visão geral do Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos – OHCHR, sobre o direito à seguridade social: Conteúdo do direito à seguridade social. O direito à seguridade social visa proporcionar segurança de renda e apoio a todas as pessoas em todo o ciclo de vida, com especial atenção aos mais marginalizados. Tal apoio, seja em dinheiro ou em espécie, é

fornecido sem discriminação, a fim de garantir proteção contra (a) falta de renda relacionada ao trabalho causada por doença, incapacidade, maternidade, acidente de trabalho, desemprego, velhice ou morte de um membro da família; (b) Acesso inacessível aos cuidados de saúde; (c) Apoio familiar insuficiente, particularmente para crianças e dependentes adultos.

Disponibilidade: é preciso estar disponível e em vigor um sistema previdenciário para garantir que os benefícios sejam proporcionados para os riscos sociais e contingências relevantes. Adequação: os benefícios, seja em dinheiro ou em espécie, devem ser adequados em quantidade e duração para que todos possam realizar seus direitos à proteção e assistência familiar, um padrão de vida adequado e acesso adequado à assistência à saúde. Isso exigiria o acompanhamento regular da adequação dos benefícios.

Cobertura: todas as pessoas devem ser cobertas pelo sistema previdenciário, especialmente os grupos mais desfavorecidos e marginalizados, sem discriminação. Para garantir a cobertura universal, são necessários esquemas não contributivos. Elegibilidade: as condições de qualificação para os benefícios devem ser razoáveis, proporcionais e transparentes. A retirada, redução ou suspensão de benefícios deve ser circunscrita, com base em fundamentos razoáveis, sujeitos ao devido processo legal e previstos em lei nacional.

Acessibilidade: os custos diretos e indiretos associados à realização de contribuições devem ser acessíveis para todos, não devem comprometer a realização de outros direitos econômicos e sociais. Participação e informações: os beneficiários dos regimes previdenciários devem poder participar da administração do sistema previdenciário. O sistema deve ser estabelecido por lei nacional e garantir o direito de indivíduos e organizações de buscar, receber e transmitir informações sobre todos os direitos previdenciários de forma clara e transparente. Acesso físico: os benefícios devem ser prestados em tempo hábil e os beneficiários devem ter acesso físico aos serviços previdenciários para acessar benefícios e informações.

Conteúdo central: garantir, de forma não discriminatória, um regime de seguridade social que forneça um nível mínimo essencial de benefícios a todos os indivíduos e famílias que lhes permitam adquirir pelo menos cuidados essenciais de saúde, abrigo básico e habitação, água e saneamento, alimentos e as formas mais básicas de educação. Todos devem ser cobertos pelo sistema previdenciário, especialmente indivíduos pertencentes aos grupos mais desfavorecidos e marginalizados, sem discriminação e, portanto, para garantir a cobertura universal, são necessários regimes não contributivos.”

3. Um novo Contrato Eco-Social: Vital para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Issue Brief 11, Março 2021.

[https://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=2D51D21D694A94D4802586A1004D18FC&parentdoctype=brief&netitpath=80256B3C005BCCF9/\(httpAuxPages\)/2D51D21D694A94D4802586A1004D18FC/\\$file/IB11---Eco-social-contract.pdf](https://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=2D51D21D694A94D4802586A1004D18FC&parentdoctype=brief&netitpath=80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/2D51D21D694A94D4802586A1004D18FC/$file/IB11---Eco-social-contract.pdf)

O Instituto das Nações Unidas para a Pesquisa em Desenvolvimento Social (UNRISD) é um instituto de pesquisa autônomo dentro do sistema das Nações Unidas que realiza pesquisas multidisciplinares e análises políticas sobre as dimensões sociais das questões de desenvolvimento contemporâneo. Por meio do nosso trabalho, buscamos garantir que a equidade social, a inclusão e a justiça sejam fundamentais para o pensamento, a política e a prática do desenvolvimento.

“Chegou a hora de substituir o contrato social quebrado e criar um novo voltado para maior inclusão e sustentabilidade. Secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, 2020.”

“O contrato social do século XX — uma barganha implícita entre imperativos econômicos de crescimento e produtividade e imperativos sociais de redistribuição e proteção social — quebrou e não pode sustentar a visão transformadora da Agenda 2030. A quebra do contrato social manifesta-se em múltiplas crises globais e nas profundas divisões em nossas sociedades. As desigualdades em muitas dimensões cresceram, particularmente nos últimos 40 anos, e as pessoas se sentem deixadas de fora e deixadas para trás.

O fracasso do nosso modelo econômico em explicar as fronteiras naturais do nosso planeta levou à destruição ambiental e à precariedade humana por causa das mudanças climáticas, eventos climáticos extremos e pandemias de saúde, como o Covid-19. Para o século XXI, acredita o UNRISD, o contrato está precisando de uma revisão fundamental. Em primeiro lugar, deve garantir os direitos humanos para todos — importante, isso significa trazer aqueles que não se beneficiam totalmente de contratos sociais anteriores, como mulheres, trabalhadores informais e migrantes. Em segundo lugar, deve garantir maior liberdade para todos em um mundo em rápida mudança, incluindo segurança e proteção à medida que novos desafios emergem. Em terceiro lugar, deve estimular a transformação das economias e das sociedades para deter as mudanças climáticas e a destruição ambiental.

O que queremos dizer com o antigo contrato social? O contrato social do século XX, comumente entendido como relações mais equalizadas entre capital e trabalho, sustentava a política social em estados de bem-estar industrializados durante a era de ouro do capitalismo. Os processos de negociação entre empregadores, trabalhadores e governos (o que a OIT chama de diálogo social) se propunham a combinar o crescimento liderado pela produtividade com o melhor bem-estar dos trabalhadores e suas famílias. A ampliação da cobertura previdenciária e do acesso aos serviços públicos levou a uma maior igualdade, oportunidades e confiança dos cidadãos em seus governos, com impactos positivos na conformidade fiscal e nas receitas estaduais (Hujó e Bangura 2020).

Este contrato social fazia parte da ordem multilateral de paz, segurança e desenvolvimento do pós-guerra, com as Nações Unidas liderando a luta pelos direitos humanos, pela liberdade de querer e pela justiça social. Os contratos sociais do século XX associados ao capitalismo de bem-estar mostraram-se úteis na criação de direitos sociais institucionalizados substantivos para muitos cidadãos no Norte global, e para alguns grupos no Sul global. No entanto, esses contratos não têm sido uma "força progressista sem problemas" (Hickey 2011:9), apesar de terem sido fundamentados em valores universais estipulados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e pela Carta das Nações Unidas (1945).

Contratos sociais do mundo real, refletindo assimetrias de poder e restrições financeiras, criaram *insiders* e *forasteiros* entre trabalhadores formais e informais, por exemplo — muitas vezes devido ao maior poder de barganha de trabalhadores organizados, com sindicatos menos poderosos e trabalhadores não organizados permanecendo excluídos (Mesa-Lago 1978). Esses contratos sociais também reforçaram as desigualdades de gênero — entre homens como ganhadores de pão e mulheres como dependentes. A partir do final da década de 1970, os contratos sociais do século XX começaram a se desenrolar como consequência da mudança de paradigma neoliberal e da hiperglobalização. Foram cada vez mais substituídos por novos tipos de contratos que enfatizavam as responsabilidades dos indivíduos pelo seu próprio bem-estar e proteção social. Enquanto o recuo estatal foi menos pronunciado no Norte global, os contratos sociais de desenvolvimento no Sul global foram esvaziados como resultado de crises de dívida e austeridade (Nugent 2010).

As relações estado-cidadão e a legitimidade política pioraram como resultado da redução dos recursos fiscais, da deterioração dos serviços públicos e dos custos sociais do ajuste estrutural. As barganhas de doadores ignoraram os cidadãos e mudaram a prestação de contas relacionada aos resultados do desenvolvimento de populações nacionais para atores externos (Hujo e Bangura 2020). Em todo o mundo, a pobreza persistente e um aumento sem precedentes das desigualdades, do crescimento sem emprego, dos conflitos, da criminalidade e da insegurança, bem como de múltiplas crises, incluindo a crise climática, foram manifestações de contratos sociais quebrados e desatualizados cada vez menos capazes de cumprir suas promessas. Uma característica comum da maioria dos contratos sociais do século XX foi o seu fracasso em garantir o respeito às fronteiras planetárias, à biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Muitas vezes, agricultores tradicionais, pescadores ou comunidades indígenas com meios de subsistência baseados no uso sustentável de florestas, terras e recursos hídricos foram privados de direitos tradicionais de terra por grandes corporações ou governantes predatórios, ou viram seus meios de subsistência baseados em recursos naturais destruídos como resultado da poluição e da exploração de recursos comercializados. Agora, diante dos efeitos devastadores da crise climática, cidadãos de todo o mundo estão questionando as capacidades de seus governos para fornecer proteção, segurança e bem-estar (Willis 2020). Nesse contexto, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável se dispõe de erradicar a pobreza, reduzir a desigualdade e promover o desenvolvimento sustentável, sociedades pacíficas, inclusivas e instituições responsáveis. Constitui um roteiro para um novo contrato ecológico e social para pessoas e planetas, envolvendo governos, cidadãos, empresas e outras partes interessadas relevantes.

Ao assinar a Agenda 2030, os governos se comprometeram a criar contratos sociais inclusivos que não deixem ninguém para trás e protejam a natureza. Como essa promessa pode ser cumprida? Como um contrato eco-social para o século 21 deve diferir dos modelos anteriores? Que ações devem ser tomadas para nos levar até lá?

Quadro 1: As origens da ideia. A ideia do contrato social remonta a questões fundamentais da filosofia política, refletidas entre outras no pensamento comunitário islâmico, africano e indígena. É, no entanto, mais frequentemente associado à filosofia iluminista europeia representada por Hobbes, Locke e Rousseau, deliberando sobre autoridade política, legitimidade estatal e ordem social. As obrigações morais e políticas que os indivíduos livres aceitam voluntariamente entre si e em relação ao seu governo, a fim de escapar do estado de natureza, foram descritas como um contrato social. Um influente representante contemporâneo é John Rawls, argumentando em sua Teoria da Justiça (1971) que os cidadãos que, sob um "véu da ignorância", não sabem sobre sua posição na sociedade concordam com padrões básicos de liberdade e igualdade, a fim de garantir um campo de igualdade para todos. Os estudiosos distinguem entre a variante social ou baseada em direitos da teoria dos contratos sociais associadas a Rousseau e Rawls, e contratos liberais ou baseados em interesses que remontam a Hobbes e Locke (Hickey 2011), com o primeiro indo além das preocupações de criar ordem social para promover ativamente a justiça social.

Quadro 2: Não um, mas muitos contratos sociais. Além do contrato social associado ao capitalismo de bem-estar ocidental, diferentes tipos de contratos sociais podem ser identificados em todo o mundo não ocidental, por exemplo, na África, desde abordagens comunitárias dedicadas ao bem comum como o Ubuntu — "Sou porque somos" — (Chemhuru 2017), a contratos sociais pós-coloniais relacionados com a construção nacional, legitimidade e

coesão do estado. Esses contratos sociais tomaram formas diferentes, com os mais desenvolvidos sendo ativamente desmantelados por políticas de ajuste estrutural nas décadas de 1980 e 1990 (Mkandawire 2009; Nugent 2010). Diferentes manifestações de contratos sociais corporativistas ou pactos sociais podem ser encontrados em países com importantes setores agrícolas. Isso pode vincular organizações de produtores, políticos e burocratas para a formulação de políticas, ou trazer agricultores para partidos políticos de base rural. Um resultado são benefícios mais universais e financiados por impostos, como visto nos países nórdicos (Sheingate 2008; Palme e Kangas 2005).

Um contrato social também evoluiu em alguns países com recursos com aluguéis minerais de propriedade e distribuídos pelo Estado. As negociações de recursos em países ricos em minerais são frequentemente caracterizadas por conflitos de captura e distribuição de elite; este foi o foco da contestação da sociedade civil durante a Primavera Árabe. No entanto, há também exemplos de grupos marginalizados sendo trazidos para contratos sociais através da ampla distribuição dos benefícios da extração de recursos, como no caso da população de maioria indígena na Bolívia (Paz Arauco 2020), ou trabalhadores migrantes nos regimes republicanos na região do MENA - Oriente Médio e Norte da África (Löwe 2014).

A visão de um novo contrato eco-social difere fundamentalmente do contrato social do século XX em muitos aspectos, incluindo o seguinte:

1. Direitos humanos para todos Um novo contrato eco-social deve superar os assentamentos estatais de bem-estar social pós-guerra, garantindo direitos humanos para todos, incluindo aqueles excluídos de contratos sociais anteriores ou relegados a um papel secundário, como as mulheres; trabalhadores informais; minorias étnicas, raciais e religiosas; migrantes; e pessoas LGBTQIA+. Isso requer uma abordagem baseada em direitos humanos que vai além dos benefícios sociais formais dependentes do emprego.

2. Um contrato fiscal progressivo. Um novo contrato eco-social deve estar de mãos dadas com um novo contrato fiscal que eleve recursos suficientes para a ação climática e a implementação de ODS, e distribua de forma justa o ônus do financiamento.

3. Transformando economias e sociedades Um novo contrato eco-social deve basear-se no entendimento comum de que precisamos transformar economias e sociedades para deter as mudanças climáticas e a destruição ambiental e promover a inclusão social e a igualdade.

4. Um contrato com a natureza. Um novo contrato eco-social deve reconhecer que os seres humanos fazem parte de um ecossistema global. Deve proteger processos ecológicos essenciais, sistemas de suporte à vida e a diversidade de formas de vida, e buscar a harmonia com a natureza.

5. Enfrentamento das injustiças históricas. Um novo contrato eco-social deve ser descolonizado, informado pelo conhecimento indígena, informado pelo conhecimento indígena, valores sociais e capacidades do Sul Global. Deve remediar injustiças históricas e combater a crise climática de forma justa através de apenas transições.

6. Um contrato para justiça de gênero. Um novo contrato eco-social deve reconhecer que os contratos sociais anteriores foram construídos sobre um contrato sexual desigual. Deve estar de mãos dadas com um contrato de justiça de gênero no qual as atividades de produção e reprodução sejam igualmente compartilhadas por mulheres e homens e diferentes gêneros, e

onde as orientações e expressões sexuais de identidade de gênero sejam concedidas igualmente respeito e direitos.

7. Novas formas de solidariedade. Um novo contrato eco-social requer novas abordagens de baixo para cima para mudanças transformadoras para o desenvolvimento, reunindo movimentos sociais e alianças progressistas entre ciência, formuladores de políticas e ativistas. Deve superar a mentalidade de "nós contra eles", promovendo, em vez disso, um espírito de "todos unidos contra" desafios globais, como mudanças climáticas, desigualdades e fraturas sociais.

Um contrato eco-social do século XXI, em termos de processo e resultado, refletirá uma reconfiguração de uma gama de relações que se tornaram fortemente desequilibrados — aquelas entre estado e cidadão, entre capital e trabalho, entre o Norte global e o Sul global, entre os seres humanos e o meio ambiente natural. Será baseado no reequilíbrio dos papéis hegemônicos de gênero, na redefinição dos discursos dominantes e na desenraização das relações fundamentadas no patriarcado e nas normas culturais. Ajudará a definir direitos e obrigações, promover maior igualdade e solidariedade, e fornecer legitimidade, credibilidade, confiança e entrada para reformas que sustentam mudanças transformadoras.

Servirá para reduzir as desigualdades em todas as suas dimensões, nos ajudar a recuperar do Covid-19 de forma equitativa e transformadora, e melhorar nossa resiliência para choques e crises ainda por vir. Como chegamos lá? Construir um novo contrato eco-social é uma forma de dar substância à visão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Será melhor compreendido e terá mais tração se fundamentado na ampla participação, diálogo e construção de consenso, ao mesmo tempo em que contém mecanismos claros de responsabilização. Ele precisará refletir a realidade da vida das pessoas. Ela será construída — e, de fato, já está sendo construída — incrementalmente, passo a passo entre setores e questões, e em diferentes níveis, do local ao nacional, regional e global.

Um contrato eco-social do século XXI deve ser fomentado por meio de uma série de mudanças nas políticas e instituições para que sejam democráticas, inclusivas e promovam a justiça de gênero e meio ambiente, aliadas às economias alternativas e às políticas sociais transformadoras. Como a UNRISD contribuirá? A UNRISD apresentou a ideia de um contrato eco-social em seu Principal Relatório, Policy Innovations for Transformative Change (2016). O atual período de múltiplas crises, incluindo a pior recessão pandêmica e econômica da história moderna, exige uma resposta oportuna que catalisa o diálogo e a ação agora para começar a avançar melhor em direção a futuros resilientes e sustentáveis.

O UNRISD contribuirá para esse esforço por meio de atividades de pesquisa e networking que apoiem a criação de um novo contrato eco-social. Convocamos pesquisadores, profissionais, defensores, ativistas e tomadores de decisão políticos a se juntarem a nós neste esforço. Juntos trabalharemos para desempacotar e redefinir a ideia do contrato social, tornando-o inclusivo e à prova de clima, e adaptando-o aos novos desafios do século XXI. Em termos de pesquisa, a Estratégia Institucional da UNRISD 2021-2025 e nosso próximo Relatório Principal estão se preparando para explorar as diferentes manifestações do contrato social quebrado; quais são as causas básicas; qual o papel das desigualdades crescentes, e quem e o que as impulsiona; e quais políticas e reformas institucionais são necessárias para superar as desigualdades e construir maior justiça social e climática.

O foco vai além das políticas e instituições para a mudança transformadora, para seus agentes: os valores, mentalidades, alianças políticas e movimentos sociais que será necessário

para construir um novo contrato eco-social. Este amplo inquérito tem quatro pontos de entrada: 1. Contestação e negociação 2. Relações-chave 3. Instituições e políticas 4. Normas e valores. A UNRISD visa mobilizar suas diversas redes globais, incluindo parceiros da ONU, para garantir o sucesso dessa iniciativa. Criamos uma nova parceria com a Coalizão economia verde (GEC) que se juntará a pesquisadores, estudiosos, profissionais, defensores, ativistas e tomadores de decisão políticas em uma rede para explorar as múltiplas facetas de um novo contrato eco-social.

A rede reunirá vozes diferentes, mas conectadas, pedindo um novo contrato eco-social, para construir a compreensão em suas principais dimensões — contestação e negociação, relacionamentos-chave, instituições e políticas, normas e valores. Fornecerá espaços e contrapartidas para debate, diagnóstico e diálogo sobre esses temas — bem como outros que ainda não recebem atenção transdisciplinar, mas que serão cruciais para um novo contrato eco-social, como justiça intergeracional (juventude), abordagens baseadas em direitos humanos (grupos marginalizados) e direitos da natureza (meio ambiente). A rede também terá como objetivo ser um espaço de coprodução de conhecimento e análise com povos indígenas e grupos minoritários com conhecimento tradicional que abrange não só o diálogo social e a construção de consensos, mas também o uso sustentável e a gestão dos recursos naturais.

Principais perguntas que norteiam as atividades de pesquisa e networking da UNRISD 1. O que podemos aprender com diferentes expressões e experiências de contratos sociais do mundo real, especialmente no Sul global? 2. Qual seria a natureza de um novo contrato ecossocial, e quais seriam seus principais objetivos? 3. Como um novo contrato eco-social contribuiria para alcançar sociedades e economias justas, sustentáveis e resilientes? 4. Como criar um processo participativo, de baixo para cima e inclusivo, inaugurando um novo contrato ecossocial? 5. Como um novo contrato eco-social seria implementado em diferentes níveis e quais medidas de prestação de contas são necessárias? Caixa 3. Chame os participantes! Pesquisa e networking para um novo contrato eco-social.

Junte-se ao UNRISD e seus parceiros enquanto trabalhamos juntos para desempacotar e redefinir a ideia do contrato social, e criar um novo contrato eco-social inclusivo, à prova de clima, e adaptado aos desafios complexos do século XXI. Pesquisadores, praticantes, defensores, ativistas, tomadores de decisão de políticas, sociedade civil, fabricantes de mudanças — damos as boas-vindas em nossos processos de co-criação: • Rede global • Diálogos de política e prática • Série de blogs • Relatório emblemático • AOB!”

Referências

Chemhuru, Munamoto. 2017. “Gleaning the social contract theory from African communitarian philosophy”. *South African Journal of Philosophy*, 36:4, 505-515

Guterres, António. 2020. *Tackling the Inequality Pandemic: A New Social Contract for a New Era*. Message by the Secretary-General of the United Nations, at the 18th Nelson Mandela Annual Lecture, 18 July 2020.

Hickey, S. 2011. “The politics of social protection: what do we get from a ‘social contract’ approach?” *Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d’études du développement*, 32(4):426-438.

Hujo, Katja and Yusuf Bangura. 2020. “The politics of Domestic resource mobilization for social development: An introduction”. In Hujo, K. (ed.), *The Politics of Domestic Resource Mobilization for Social Development*. Basingstoke: Palgrave Macmillan and UNRISD.

Löwe, Markus. 2014. “Pension schemes and pension reform in the Middle East and North Africa”. In Hujo, K. (ed.), *Reforming Pensions in Developing and Transition Countries*. Basingstoke: Palgrave Macmillan and UNRISD.

Mesa-Lago, Carmelo. 1978. *Social Security in Latin America: Pressure Groups, Stratification, and Inequality*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

Mkandawire, Thandika. (2009). “From the national question to the social question”. *Transformation: Critical*

Perspectives on Southern Africa, No. 69. Nugent, P. 2010. "States and social contracts in Africa". *New Left Review*, (63):35-68. Palme, Joakim and Olli Kangas (eds.). 2005. *Social Policy and Economic Development in the Nordic Countries*. Basingstoke: Palgrave Macmillan and UNRISD. Paz Arauco, Verónica. 2020. "Domestic resource mobilization for social development in Bolivia (1985–2014): Protests, hydrocarbons and a new state project". In Hujo, Katja (ed.). 2020. *The Politics of Domestic Resource Mobilization for Social Development*. Basingstoke: Palgrave Macmillan and UNRISD. Sheingate, Adam. 2008. "Agrarian social pacts and poverty reduction". Paper prepared for the UNRISD Flagship Report: *Combating Poverty and Inequality*. Geneva: UNRISD. UNRISD. 2016. *Policy Innovations for Transformative Change: Implementing the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Geneva: UNRISD. Willis, Rebecca. 2020. "A social contract for the climate crisis". *IPPR Progressive Review*, 27(2): 156-164.

Os avanços e percalços das colaborações em pesquisa: a OMS segue como catalisadora financeira e científica?

Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez

O investimento em pesquisa e na profusão de conhecimentos é sabidamente algo fundamental para o progresso global, de forma justa e saudável. A conjuntura atual expõe a necessidade de coordenação e priorização dos investimentos, com mobilização de recursos financeiros, intelectuais e ativistas.

Apesar dos avanços, ainda é preciso que sejam delineados de forma construtiva e cambiável os mecanismos para interações e colaborações científicas contínuas. A utilização da OMS como plataforma de junção é fundamental para otimização do que tem sido estudado.

A cientista chefe da OMS Soumya Swaminathan e outros autores, incluindo a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima publicou um [artigo na Nature](#) clamando por um reinício da Pesquisa e Desenvolvimento Biomédico como interesse público global.

O artigo ressalta o acesso injusto aos produtos da pesquisa durante a pandemia COVID-19, como testes para diagnóstico, terapêuticas e vacinas, destacando a urgência em reorientar o sistema em direção ao interesse público. O artigo lista quatro preocupações: a falta de medicamentos em áreas onde os incentivos ao mercado são inadequados para atrair investimentos privados, o ritmo lento do progresso em algumas áreas, como a doença de Alzheimer, o risco de danos, como reações adversas de drogas e o acesso restrito às tecnologias, causado por preços elevados, produção insuficiente ou oferta inadequada.

Para melhorar o quadro atual, o artigo clama por uma cooperação global para reorientar o sistema biomédico de P&D voltado a atender ao interesse público global e propõe uma lista de ações de P&D necessária para atender ao interesse público global.

Acelerador de Acesso a Ferramentas de Covid-19 (ACT Accelerator)

Quase dois anos depois de sua criação, o [ACT-Accelerator](#) ainda enfrenta diversos obstáculos, principalmente em relação à distribuição justa e equitativa de vacinas em todos os países do mundo. Apesar de uma grande demonstração de solidariedade e cooperação internacional em abril de 2020 no lançamento do ACT-A, que contou com a participação de mais de quarenta países e parceiros, incluindo governos, academia, sociedade civil, organizações de saúde global, fundações filantrópicas e empresas, com o desenrolar da pandemia o que ficou evidente foi a ganância dos países desenvolvidos, acumulando doses de vacinas enquanto outros países não tinham acesso às mesmas.

Ainda em setembro de 2020, foi criado um Conselho de Facilitação do ACT-A com o objetivo de promover uma liderança política de alto nível para garantir a realização dos objetivos da iniciativa. Dentre as atribuições deste Conselho estão a promoção de ações coletivas para problemas de abrangência global e a mobilização de recursos conforme necessário (ver [aqui](#)).

Neste sentido, o Conselho criou uma estrutura de financiamento com vistas a garantir o financiamento adequado para que as agências responsáveis pelos diferentes pilares do ACT-A pudessem apoiar os países de baixa e média renda a atingir as [metas globais](#) de acesso à vacinas, testes, tratamento e EPIs. Assim, foi realizado um evento de lançamento da campanha de financiamento do ACT-A, no dia 9 de fevereiro, a fim de gerar conscientização sobre os avanços da iniciativa e ampliar o apoio político para as agências responsáveis.

O evento contou com a participação do Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor Geral da OMS, do António Guterres, Secretário Geral da ONU, além de altos representantes de países membros da iniciativa, destacando-se África do Sul e Noruega, co-presidentes do ACT-A. Assim, foi lançado o pedido de mobilização de recursos a partir de uma “parcela justa” (*fair share*) por parte dos países desenvolvidos para preencher a lacuna de financiamento de US\$16 bilhões, que cobriria o trabalho mais urgente determinado no [plano estratégico](#) do ACT-A com foco nos países de renda média-baixa. O orçamento total definido no plano é de US\$23,4 bilhões, assim os US\$6,5 bilhões restantes seriam autofinanciados por países de renda média com possível apoio de bancos internacionais.

Os participantes do evento destacaram o ACT-A como a melhor solução para abordar as desigualdades e inequidades que o mundo enfrenta em relação ao acesso à produtos de Covid-19 e que a pandemia não terminará se todos não tiverem acesso às mesmas. Cabe destacar que representantes dos governos da Alemanha e da Indonésia, presidências do G7 e G20 respectivamente, se comprometeram a priorizar a questão do fortalecimento da arquitetura da saúde global e atuação do ACT-A em suas agendas. Além disso, o representante da Alemanha anunciou que a Biontech está construindo uma fábrica de vacinas na África e se comprometeu a apoiar o trabalho do Hub de mRNA da África do Sul.

Todos pareciam muito comprometidos com a colaboração para o fim da pandemia através do acesso a vacinas e outros produtos de Covid-19, principalmente para os países de baixa e média renda. Nos resta acompanhar para saber se as palavras se converterão em ações ou se é só mais um “blá blá blá” de líderes mundiais.

Consulta da OMS sobre pesquisa de vacinas COVID-19: Que evidências recentes temos de que o Ômicron está fugindo da imunidade e quais são as implicações?

No marco das atividades do [R&D Blueprint](#) da OMS foi realizada, no dia 14 de fevereiro, uma reunião de [consulta](#) sobre as pesquisas de vacinas contra Covid-19 para compartilhar evidências sobre a eficácia das vacinas existentes em relação à variante omicron. A última reunião sobre esse tema tinha sido no dia 15 de dezembro de 2021, onde os cientistas definiram as prioridades de pesquisa para as semanas seguintes, que incluíram a necessidade de aumentar a padronização dos ensaios, realizar estudos maiores, realizar estudos em animais, a importância do compartilhamento de reagentes, estudos específicos sobre a resposta da omicron à vacinas, a articulação entre resultados laboratoriais e resultados clínicos, a necessidade de mais informações sobre mecanismos de proteção contra sintomas graves e de mais dados epidemiológicos sobre a variante.

Neste sentido, os cientistas se reuniram novamente para compartilhar os avanços e desafios de suas pesquisas desde então. Após um grande número de apresentações de pesquisas sendo realizadas em todo o mundo, algumas conclusões compartilhadas foram que os anticorpos neutralizantes são severamente afetados pela omicron; que as doses de reforço claramente levam à melhores respostas de neutralização contra a variante, porém ainda não se sabe a combinação ideal entre esquemas homólogos e heterólogos; que as respostas da dose de reforço diminuem mais lentamente do que após a segunda dose; que a doença causada pela variante omicron foi mais leve em modelos animais; que a Omicron é mais transmissível do que a Delta; que vacinas específicas para a Omicron induzem anticorpos neutralizantes e protegem contra a variante, porém não fornecem bons anticorpos neutralizantes contra outras variantes, então não mostram uma grande vantagem sobre as outras vacinas existentes.

Com isso, as brechas de conhecimento encontradas foram a necessidade de estudos adicionais com mais vacinas além das de mRNA e avaliação de diferentes regimes e intervalos; de avaliações de duração de vacinas contra omicron em modelos animais; de estudos de avaliação da amplitude das respostas em diferentes variantes de preocupação com vacinas específicas para omicron; além de estudos adicionais em animais de séries primárias versus doses de reforço; e o desenvolvimento de vacinas amplamente neutralizantes.

Por fim, cabe destacar que alguns eventos importantes no marco do R&D Blueprint serão realizados nas próximas semanas. No dia 23 de fevereiro será realizada uma nova consulta global sobre o desenvolvimento de um marco para a avaliação de novas vacinas contra covid-19, e nos dias 24 e 25 de fevereiro terá lugar o Fórum Global de Pesquisa e Inovação em Covid-19, onde cientistas dos diversos grupos de trabalho do R&D Blueprint se reúnem para compartilhar seus avanços em estudos e definir as prioridades de pesquisa para o futuro.

Covid-19 e o aprofundamento dos entraves ao acesso global em saúde

A OMS trabalha através de diversos programas de rastreamento das condições em saúde que afetem a população ao redor do mundo. Desde o início da pandemia de Covid-19, tal ação tornou-se ainda mais sobrepajante para a compreensão e a construção de planos de trabalho que minimizem as interrupções nos serviços essenciais de saúde. Para tanto, desde 2020 são realizados ciclos de pesquisa em compactuação com 129 países, e o último report pode ser encontrado em [Third round of the global pulse survey on continuity of essential health services during the COVID-19 pandemic](#).

O material publicado dia 07 de fevereiro mostra que 92% do total dos países envolvidos ainda relata algum tipo de interrupção dos serviços de saúde durante os seis meses anteriores à data de envio da pesquisa (junho-novembro de 2021). Dentre os apontamentos de maior defasagem estão os cuidados primários e cuidados comunitários, intervenções em emergência, incluindo redução em mais de um terço nos serviços de ambulância e redução em até 59% do número de cirurgias eletivas (dentre os 71 países participantes da fase).

De forma contraproducente, apesar do aumento da vacinação contra a Covid-19, as interrupções nos serviços de imunização de rotina aumentaram, com quase metade dos 82 países relatando hiato das funções. O reflexo da baixa cobertura vacinal é o reavivamento de infecções adormecidas, como a poliomielite, o sarampo, dentre outras.

Positivamente, todos os países participantes informam implementação de estratégias para reduzir as interrupções nos serviços, seguindo abordagens recomendadas pela OMS para mitigar os problemas da força de trabalho de saúde, incluindo apoio na aquisição de commodities e ampliação das comunicações comunitárias, incluindo redistribuição das tarefas dos profissionais de saúde e otimização de funções, recrutamento de pessoal adicional e mecanismos de formação rápida e auxiliares de trabalho para tarefas e funções chave.

Dentre os gargalos no acesso a ferramentas essenciais da COVID-19, a maioria dos países relatam desafios da força de trabalho em saúde como ponto definidor da qualidade do enfrentamento à pandemia. Sendo o recrutamento, retenção e treinamento de profissionais de saúde, aquisições emergenciais, planejamento financeiro e comunicação de risco e envolvimento da comunidade nas principais áreas de necessidades de suporte técnico identificadas pelos países.

Ao fim do documento da OMS, ainda se vê que mesmo após dois anos de pandemia e alguns avanços, a magnitude e a extensão das interrupções nos países não mudaram significativamente desde o primeiro trimestre de 2021, embora todos os países tenham intensificado os esforços para responder aos desafios dos sistemas de saúde, gargalos e barreiras ao atendimento decorrentes da pandemia de COVID-19. A pesquisa também destaca o impacto de problemas pré-existentes nos sistemas de saúde que foram exacerbados pela pandemia.

Os incansáveis números da Covid-19

Globalmente, durante a semana de 31 de janeiro a 6 de fevereiro de 2022, o número de novos casos de COVID-19 diminuiu 17% em relação ao número registrado na semana anterior, enquanto o número de novas mortes aumentou 7%. Nas seis regiões da OMS, foram notificados mais de 19 milhões de novos casos e pouco menos de 68 mil novas mortes. Até 6 de fevereiro de 2022, mais de 392 milhões de casos confirmados e mais de 5,7 milhões de mortes foram relatadas globalmente.

Figure 1. COVID-19 cases reported weekly by WHO Region, and global deaths, as of 6 February 2022**

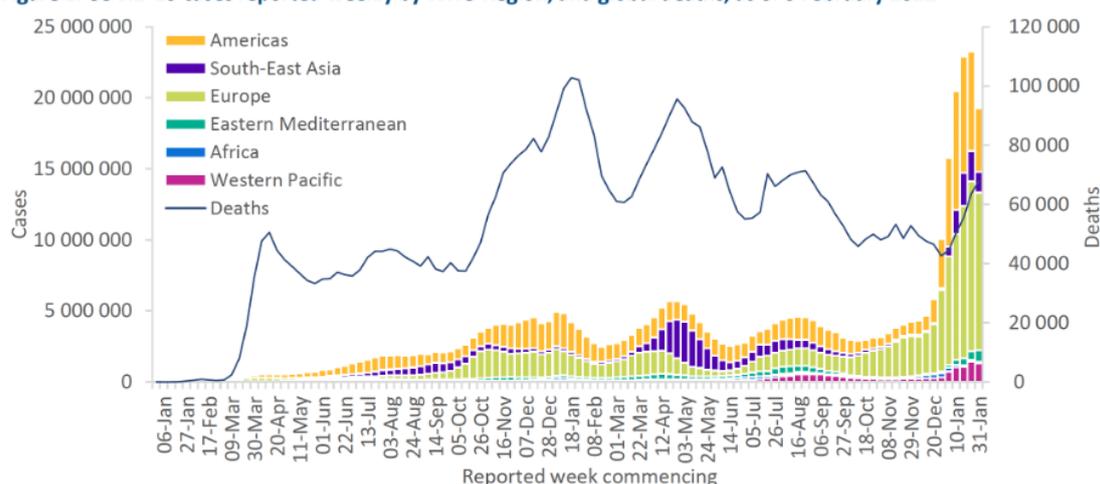


Table 1. Newly reported and cumulative COVID-19 confirmed cases and deaths, by WHO Region, as of 6 February 2022**

WHO Region	New cases in last 7 days (%)	Change in new cases in last 7 days *	Cumulative cases (%)	New deaths in last 7 days (%)	Change in new deaths in last 7 days *	Cumulative deaths (%)
Europe	11 106 661 (58%)	-7%	154 414 207 (39%)	23 446 (35%)	2%	1 789 169 (31%)
Americas	4 487 367 (23%)	-36%	139 283 017 (36%)	29 560 (44%)	0%	2 531 968 (44%)
South-East Asia	1 452 690 (8%)	-32%	53 362 809 (14%)	8 761 (13%)	67%	744 541 (13%)
Western Pacific	1 323 186 (7%)	-8%	17 291 386 (4%)	2 427 (4%)	-5%	169 777 (3%)
Eastern Mediterranean	808 497 (4%)	36%	19 636 359 (5%)	2 357 (3%)	45%	323 481 (6%)
Africa	98 071 (1%)	-22%	8 157 159 (2%)	1 402 (2%)	-14%	165 404 (3%)
Global	19 276 472 (100%)	-17%	392 145 701 (100%)	67 953 (100%)	7%	5 724 353 (100%)

*Percent change in the number of newly confirmed cases/deaths in the past seven days, compared to seven days prior

**See [Annex 2: Data, table, and figure notes](#)

2022 será o ano de protagonismo da agenda ambiental global?

**Danielly de P Magalhaes, Luiz Augusto Galvão, Léo Heller,
Carlos Machado, Guilherme Franco Neto**

A Covid-19 escancarou e intensificou no mundo as desigualdades econômicas, sociais, ambientais e de saúde. Uma crise global, que perdura por mais de 2 anos, na qual as soluções exigem cooperação, solidariedade e corresponsabilidade de todos os atores da sociedade, não só governos. Ela impôs que o mundo parasse, refletisse e revisse suas políticas e acordos globais, reconhecendo a importância da ONU, da ciência e a importância de melhor estruturar os acordos bi e multilaterais, dentre outros compromissos definidos depois na Nossa Agenda Comum⁶. Ela fez o mundo entender que “ninguém está totalmente seguro enquanto todos não estivermos seguros”, que a baixa cobertura em saúde, recursos e vacinas em países de baixa renda possibilita a perpetuação e mutação do vírus e, portanto, essas inequidades e desigualdades precisam ser combatidas com urgência. A Covid-19 também exigiu a participação da sociedade, responsabilizando-a pelo uso de medidas protetivas para diminuir a propagação do vírus. Para além disso, esta crise evidenciou que o bem-estar humano depende do equilíbrio ambiental.

Saúde, bem-estar e natureza

Os limites da natureza têm sido intensamente perturbados pelo desmatamento, uso inadequado de terras para produção agrícola e pecuária, superexploração, superprodução, superconsumo, consumo ilegal, consumo de combustível fóssil, queimadas, entre outros.

A Covid-19 acontece em um cenário de tripla crise ambiental, composta pelas crises climáticas, perda da natureza e da biodiversidade, e de poluição e resíduos – a Crise Planetária. Isto significa que recuperar da crise trazida pela Covid-19 não é retomar ao modelo de desenvolvimento e produção degradante do passado/atual, mas sim aproveitar a mobilização global para fazer a transição para modelos mais sustentáveis. Não é saudável a combinação desenvolvimento econômico, desigualdade social e exploração dos recursos naturais sem respeito aos limites da natureza.

A revolução tecnológica 4.0 que estamos por vivenciar, inclusive no setor saúde, pode trazer muitas soluções para essas crises, mas precisa se alinhar com o conceito de economia circular (redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia) e respeitar os limites planetários (*planetary boundaries*⁷). Segundo os autores do conceito de “*planetary boundaries*”, nós já ultrapassamos os limites de três dos nove sistemas planetários identificados como reguladores da estabilidade e resiliência do sistema terrestre: a taxa de perda de biodiversidade, mudança climática e a interferência humana no ciclo do nitrogênio (Figura 1). Ultrapassar esses limites significa aumentar o risco de gerar mudanças ambientais abruptas e irreversíveis.

O reconhecimento de que as questões ambientais se relacionam com todos os setores da economia e do desenvolvimento vem se intensificando, e hoje faz parte de todas as agendas e discussões globais. O último relatório do PNUD de 2020, inclusive, ajustou os cálculos de índice

⁶ OUR COMMON AGENDA Report of the Secretary-General. Disponível em https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/assets/pdf/Common_Agenda_Report_English.pdf acessado em 9/2/2022

⁷ Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. Disponível em <http://https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/> acessado em 9/2/2022.

de desenvolvimento humano às pressões sobre o planeta (emissões de dióxido de carbono *per capita*, transição energética em detrimento dos combustíveis fósseis, e a pegada material *per capita*, que diz respeito ao encerramento dos ciclos de materiais).⁸

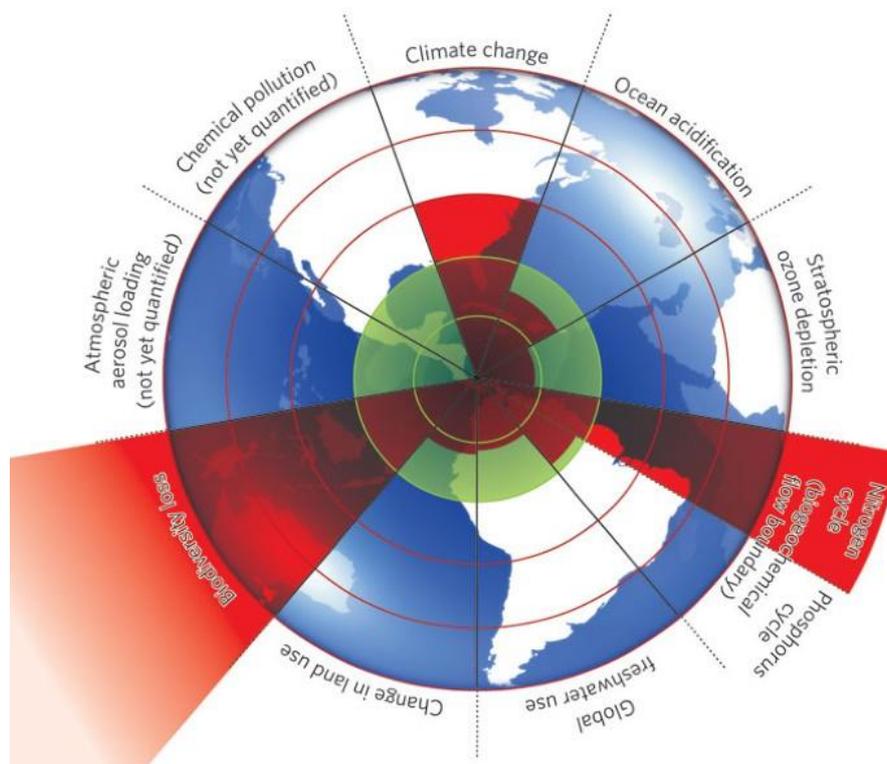


Figura 1 –Os nove sistemas planetários. O sombreado verde interno representa o espaço operacional seguro proposto para os nove sistemas planetários. As fatias vermelhas representam uma estimativa da posição em 2009 para cada variável. Fonte: Rockström et al., 2009⁹

Outro exemplo, é o reconhecimento do direito a um ambiente limpo, atóxico, saudável e sustentável pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU publicado em 12 de janeiro de 2022¹⁰, marcando um ponto de virada na evolução dos direitos humanos. O Conselho reconhece que as abordagens atuais para gerenciar os riscos representados pela poluição de substâncias químicas estão claramente falhando, evidenciada pelas milhares de mortes prematuras, pela saúde prejudicada para bilhões de pessoas e vidas vividas no purgatório de zonas de sacrifício. O Conselho ainda exige ação imediata e ambiciosa para desintoxicar o corpo das pessoas e o planeta: “Os estados devem prevenir a exposição tóxica eliminando a poluição, terminando o uso ou liberação de substâncias perigosas e reabilitação de comunidades contaminadas”.

Os impactos ambientais da pandemia

A OMS lançou a ‘Análise global dos resíduos de cuidados de saúde no contexto do COVID-19: Status, impactos e recomendações’¹¹. A análise do documento está limitada a 87.000

⁸ Relatório de Desenvolvimento Humano 2020. Disponível em https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_pt.pdf acessado em 9/2/2022

⁹ <https://www.nature.com/articles/461472a>

¹⁰ The right to a clean, healthy and sustainable environment: non-toxic environment. Disponível em [A/HRC/49/53 - E - A/HRC/49/53-Desktop \(undocs.org\)](https://www.undocs.org/A/HRC/49/53-E-A/HRC/49/53-Desktop) acessado em 9/2/2022

¹¹ Global analysis of healthcare waste in the context of COVID-19: status, impacts

toneladas de equipamentos de proteção individual (EPI) que foram adquiridos entre março de 2020 e novembro de 2021 por uma iniciativa de emergência da ONU, incluindo 140 milhões de kits de teste, com potencial para gerar 2.600 toneladas de resíduos não infecciosos (principalmente plástico) e 731.000 litros de resíduos químicos (equivalente a um terço de uma piscina olímpica). O relatório também afirma que as 8 bilhões de doses de vacina administradas produziram 144.000 toneladas de resíduos adicionais na forma de seringas, agulhas e caixas de segurança. O documento estima que 30% das unidades de saúde (60% nos países menos desenvolvidos) não estão equipadas para lidar com os resíduos existentes e menos ainda com o adicional durante a pandemia. Essa situação expõe os profissionais de saúde a lesões de agulhas, queimaduras e microrganismos patogênicos e representa uma ameaça às comunidades que vivem perto de aterros.

Expectativas para 2022

Como a saúde, a partir da pandemia da COVID-19, o ambiente torna-se também um elemento central da geopolítica global contemporânea. A agenda do uso adequado de florestas entrou no centro da agenda ambiental global. O ano de 2022, especificamente, promete ser um ano bastante propício para o engajamento global nas crises ambientais em função de todos os desafios e aprendizados da pandemia, do receio ao surgimento de novas epidemias, somadas a percepção real dos efeitos das mudanças climáticas. Como exemplos desses efeitos na saúde, podemos destacar o aumento de doenças metabólicas e mortes associadas a ondas de calor, aumento dos casos de doenças respiratórias e a intensificação de eventos climáticos catastróficos. Essa melhor percepção global se refletiu na participação expressiva dos mais diversos setores da sociedade na COP26, a Conferência do Clima, em novembro de 2021, em Glasgow. Neste ano, acontecerão ainda diversos momentos políticos-que favorecerão a agenda política ambiental, como a comemoração dos 50 anos do PNUMA¹², Estocolmo+50¹³ e 30 anos desde a convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) e as Convenções do Rio, além da 5ª. Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA 5.2)¹⁴ e das COPs de Biodiversidade¹⁵, do Clima¹⁶ e de Poluentes (Basileia, Roderdã, Estocolmo¹⁷ e Minamata¹⁸).

Fórum de Ministros do Meio Ambiente da ALC

Em preparação para aqueles eventos e em decorrência dos 40 anos de existência, o *Fórum de Ministros e Ministras do Meio ambiente da América Latina e Caribe* se reuniu em sessão extraordinária de 27 a 28 de janeiro de 2022. O Fórum é o organismo de cooperação mais antigo e relevante para as autoridades ambientais da região, e se reúne a cada dois anos desde 1982. Andrea Meza, Ministra de Meio Ambiente e Energia da Costa Rica, detém a atual

and recommendations. Geneva: World Health Organization; 2022. Licence: (CC BY-NC-SA 3.0 IGO). Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240039612>

¹² 50 anos do PNUMA Disponível em: <https://www.unep.org/50-years/> acessado em 14/02/2022

¹³ Estocolmo 50. Disponível em: <https://www.stockholm50.global/acessado> em 14/02/2022

¹⁴ 5ª. Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Disponível em <https://www.unep.org/environmentassembly/unea5> acessado em 14/02/2022.

¹⁵ UN Biodiversity Conference (COP 15). Disponível em: <https://www.unep.org/events/conference/un-biodiversity-conference-cop-15>, acessado em 14/02/2022

¹⁶ [UN Climate Change Conference 2022 \(UNFCCC COP 27\)](https://www.unep.org/events/conference/un-climate-change-conference-2022-unfccc-cop-27). Acessado em 14/02/2022

¹⁷ Conference of the Parties to the Basel, Rotterdam and Stockholm Convention. Disponível em: <http://www.brsmas.org/20212022COPs/Overview/tabid/8395/language/en-US/Default.aspx> acessado em: 14/02/2022

¹⁸Conference of Parties to the Minamata Convention on Mercury (COP-4). Disponível em: <https://www.mercuryconvention.org/en/meetings/cop4> acessado em 14/02/2022.

presidência do organismo. Também participaram do evento os grupos de especialistas em finanças, líderes do setor privado e representantes da juventude, sociedade civil e povos indígenas, no intuito de buscar soluções integradas para deter a degradação ambiental e, ao mesmo tempo, produzir crescimento econômico em uma região fortemente impactada pelos efeitos da pandemia de Covid-19.

Nesse evento, a diretora regional do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) na América Latina e Caribe, Jacqueline Álvarez, afirmou que “em 2022, as Nações Unidas fazem um chamado a todos os setores para que entrem em modo de emergência em relação às crises ambientais que o planeta enfrenta. Nossos países enfrentam enormes desafios para resolver essas crises e proteger seus povos, principalmente os mais vulneráveis. Este fórum regional é uma plataforma para ação orientada de cooperação, à qual o PNUMA tem servido com orgulho desde o seu início.”

Dentre os pontos discutidos estiveram a revisão das perspectivas regionais e contribuições para a implementação Agenda 2030 e seus ODS em um contexto de recuperação econômica e social pós-Covid-19, e como reforçar as parcerias e o financiamento da ação ambiental. Outro ponto chave da reunião foram os desafios e oportunidades para a implementação de Acordos Multilaterais Ambientais (AMA), incluindo sinergias de Mobilização de Recursos de AMAs, parcerias e outros meios de implementação. Também foram debatidas soluções para importantes desafios regionais como o fechamento progressivo dos lixões a céu aberto, o financiamento da ação climática e da proteção das florestas, o impulso à economia circular, o monitoramento da qualidade do ar, entre outros.

Foi debatido o estabelecimento de um comitê de negociação intergovernamental para criação de acordo global vinculante sobre poluição de plásticos. A resolução contra poluição plástica é promovida pelo Peru em conjunto com Ruanda, e com o apoio de países como Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Peru, Uruguai, além do Grupo de Amigos de Nairóbi para Combater o Lixo Marinho e a Poluição Plástica, liderado pelo Chile e Portugal, bem como o grupo de amigos de Nova Iorque sobre o mesmo assunto. Em 2019, a OMS publicou um relatório sobre os potenciais efeitos de microplásticos na saúde humana.¹⁹ Os microplásticos são onipresentes no meio ambiente e foram detectados em ambientes marinhos, água doce, águas residuais, alimentos, ar e água potável, tanto água engarrafada como água da torneira. Apesar da concentração de exposição humana não seja relevante para causar danos à saúde, a WHO recomenda o melhor manejo para evitar seu aumento no ambiente.

Ainda no Fórum, os ministros e ministras debateram medidas para a implementação do Plano de Ação Regional para a Década da Restauração de Ecossistemas²⁰ lançado em 2 de fevereiro de 2021– o primeiro do gênero no mundo. O Plano toca em vários pontos da importância da conservação da natureza para se ter melhor saúde. O Plano de Ação centra-se em mecanismos de cooperação e descreve dez ações em três vias para a implementação:

- O **movimento regional** será alcançado por meio da promoção da sensibilização pública, dando visibilidade aos campeões e campeãs da restauração de ecossistemas e levando a restauração de Ecossistemas para as escolas;

¹⁹ Microplastic in drinking water. Disponível em <https://www.who.int/publications/i/item/9789241516198> acessado em 9/2/2022

²⁰ Plano de Ação Regional para a Década da Restauração de Ecossistemas. Disponível em [RestorationLAC_PT.pdf \(unep.org\)](#) acessado em 9/2/2022.

- O **engajamento político** será buscado apoiando liderança na restauração de ecossistemas, desenvolvendo uma estratégia de financiamento inovadora e promovendo diálogos regionais de alto nível, e

- A **capacidade técnica** será construída por meio do incentivo ao investimento em pesquisa científica de longo prazo, garantindo o acesso ao conhecimento, promovendo a colaboração e treinando profissionais na restauração de ecossistemas.

Outro ponto abordado pelo Fórum foram mecanismos para aumentar os fundos para adaptação ao clima na região, que detém alguns dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas. O Relatório sobre a Lacuna de Adaptação 2021²¹ do PNUMA apontou que há uma necessidade urgente de aumentar o financiamento da adaptação climática. Os custos estimados de adaptação nos países em desenvolvimento são cinco a dez vezes maiores do que os atuais fluxos de financiamento público de adaptação, e a lacuna de financiamento está aumentando. Somado a isto, os pacotes de estímulo à recuperação da COVID-19 também estão se tornando uma oportunidade perdida para financiar a adaptação ao clima. Menos de um terço dos 66 países estudados financiou explicitamente as medidas da COVID-19 para enfrentar os riscos climáticos até junho de 2021. No lado positivo, a adaptação à mudança climática está sendo cada vez mais incorporada na política e no planejamento. Cerca de 79% dos países adotaram pelo menos um instrumento de planejamento da adaptação em nível nacional - um aumento de 7% desde 2020. A implementação de ações de adaptação também continua a crescer lentamente, com os dez principais doadores financiando mais de 2.600 projetos com um foco principal na adaptação entre 2010 e 2019.

Panorama Brasil

No Fórum de ministros, o Brasil reforçou seus acordos firmados na COP 26 sobre mudanças climática - de atingir desmatamento ilegal zero até 2028, e alcançar neutralidade de carbono até 2050, reduzir as emissões de combustíveis fósseis, e também reforçou seu papel nos acordos sobre a Conservação da biodiversidade (CDB). Entretanto, hoje o Brasil é o campeão mundial da produção de gás carbono ocasionado pela destruição da biomassa de nossos ecossistemas e biomas (correspondendo a 50% da emissão nacional de gás carbono). Na mesma direção, o presidente Jair Bolsonaro sancionou, em janeiro, lei que cria condições para prorrogar até 2040 os contratos de termelétricas a carvão em Santa Catarina, além de um programa de subsídios, que serão pagos por todos os consumidores nas **contas de luz**. As termelétricas a carvão são as mais poluentes de todo o sistema e estão sendo abandonadas em todo o planeta.

Observa-se desde 2019 um retrocesso em várias entidades, leis e processos ambientais no Brasil, como apontado em estudo recente²². Enquanto o mundo pandêmico em que vivemos entende as íntimas relações da saúde com o meio ambiente, o Brasil retira do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) a participação do Ministério da Saúde, entre outros ministérios, cujas missões são essenciais para assegurar a Política Nacional do Meio Ambiente.

²¹United Nations Environment Programme (2021). Adaptation Gap Report 2021: The gathering storm – Adapting to climate change in a post-pandemic world. Nairobi. Disponível em [AGR21.pdf](#) acessado em 9/2/2022

²² Imaflora, Instituto Sócio Ambiental e Article 19. Mapeamento dos Retrocessos de Transparência e Participação Social na Política Ambiental Brasileira, 2019-2020. [https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/mapeamento_dos_retrocessos_de_transparencia_e_participacao_social_na_politica_ambiental .pdf](https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/mapeamento_dos_retrocessos_de_transparencia_e_participacao_social_na_politica_ambiental.pdf)

A falta de comprometimento com o avanço da Agenda 2030 foi reportada na quinta edição do Relatório Luz²³. Entre 2015 e 2019, das 169 metas definidas na Agenda 2030; 92 (ou 54,4%) estão em retrocesso; 27 (16%) estagnadas; 21 (12,4%) ameaçadas; 13 (7,7%) têm progresso insuficiente; e 1 (0,6%) não se aplica à realidade brasileira. Há, ainda, 15 metas (8,9%) que não foram ranqueadas por falta de dados. Além da análise das metas, o relatório traz 127 recomendações para que o Brasil avance no cumprimento do que foi pactuado em 2015 na ONU. Todas as metas referentes especificamente à saúde (ODS 3) apresentaram retrocessos e somente a meta 3.6 referente à mortes e ferimentos por acidentes em estradas apresentou progresso, porém classificado como insuficiente.

O Relatório Luz 2020 alertou para a intensificação do retrocesso na trajetória nacional de enfrentamento à fome e garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, eliminando os ganhos da construção do sistema e da política de segurança alimentar e nutricional do início da década até 2015, e promover a agricultura sustentável. Na contramão, por 301 a 150, a Câmara dos Deputados aprovou na noite do dia 09 de fevereiro de 2022, o Pacote do Veneno (PL 6299/2002) que **umentará ainda mais a quantidade de agrotóxicos no Brasil, permitindo a liberação de substâncias cancerígenas e proibidas em outros países. Foi aprovado em** menos de 4 horas de debate entre a aprovação do pedido de urgência e a votação do projeto de lei. Sem participação popular, o projeto agora segue para apreciação pelo Senado. “Vence o discurso de que vale tudo para produzir mais soja, enquanto o povo passa fome na fila do osso”²⁴.

“A insistência em beneficiar os interesses do agronegócio continua arrasando com o Brasil e gerando adoecimento, desmatamento, violência e morte. **Se a urgência do Congresso é facilitar ainda mais o uso de veneno, a de muitos brasileiros tem sido sobreviver em um cenário de pandemia e retorno da fome.** A vida sempre será mais importante e essa deveria ser a prioridade dos parlamentares, mas o que vemos é uma guerra contra a sociedade e a natureza.” diz Marina, porta-voz do Greenpeace Brasil.

Considerações finais

A pandemia impôs um tempo de reflexão sobre as prioridades do planeta, evidenciando a necessidade cada vez maior de construir novas alianças, colocando saúde e ambiente no centro das agendas globais, reconectando civilização e natureza, por uma recuperação pós-pandemia mais justa, equitativa e sustentável. Sem um ambiente saudável, não há saúde e sem saúde, não há desenvolvimento. Que esses novos valores se reflitam também nas políticas nacionais porque entre o dito e o feito há profundas discordâncias, como é o caso do Brasil que navega às braçadas para trás.

Várias agendas apontam para a importância e desafios em se estabelecer regras para acordos bi e multilaterais flexíveis do ponto de vista de negociação e burocracia, mas que estejam alinhadas com os tratados pré-existentes. Neste caso, regras mais restritivas com relação a importação e exportação de produtos, não só do ponto de vista ambiental, mas que também

²³ V RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BRASIL. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf acessado em 14/02/2022

²⁴ Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, 2022. <https://contraosagrototoxicos.org/camara-aprova-pacote-do-veneno-em-votacao-relampago-e-marca-derrota-civilizatoria/>

preconizam leis trabalhistas justas, que tenham melhor controle sanitário, podem ajudar a inibir políticas públicas negacionistas e retrógradas, e impulsionar o mercado para um caminho mais sustentável que considera os limites planetários.

A ciência vem tendo papel fundamental no fornecimento de dados para à construção das agendas globais, apesar da letal infodemia propagada por alguns governantes e mídias. Ainda nesse contexto, a pandemia também co-responsabilizou cada indivíduo, e é oportuno usar essa mobilização para ações de mitigação da tríplice crise ambiental ou crise planetária. A construção de políticas públicas que envolva à participação pública e que considerem as necessidades locais, utilizando as metas globais como métricas, podem trazer resultados mais positivos no enfrentamento às crises.

A agenda internacional da água

Léo Heller

A arquitetura das organizações internacionais que atuam no tema relacionado à água é complexa e multifacetada. Em primeiro lugar, o próprio tema é multidimensional e multisetorial, indo, no campo internacional, desde o campo que se convencionou denominar de WASH (water, sanitation and hygiene, ou água, saneamento²⁵ e higiene), até a água em seu estado nos cursos d'água, no solo ou na atmosfera. Em segundo lugar, encontram-se diferentes organizações – agências das Nações Unidas, especialistas independentes, organizações não-governamentais – tratando do tema, com uma diversidade de enfoques.

Para se mapear essa arquitetura internacional, seria necessário abranger um conjunto de atores e acontecimentos. Neste texto, dou prioridade às instituições globais que tratam do tema, abordando também alguns próximos eventos de interesse. Ademais desta descrição, caberia também incluir agências regionais que dialogam com a temática da água, como a [CEPAL](#), a OEA ou a OPAS. Poderiam também ser descritas instituições acadêmicas que lidam com o tema, como aquelas patrocinadas pela Unesco (a exemplo da [Unesco-IHE](#), em Delft, Países Baixos) ou a própria [Universidade das Nações Unidas](#), com sede no Japão.

Seguem algumas instituições relevantes nesse mapeamento.

UN-Water

Para se compreender a arquitetura das Nações Unidas relacionada ao tema, é útil observar a organização da UN-Water (ou ONU Água). [Em sua página eletrônica](#), a organização se apresenta como sendo “o mecanismo de coordenação interagências das Nações Unidas para todas as matérias referentes à água doce incluindo o saneamento”. A organização, criada em 2003 pelo “Sistema das Nações Unidas dos Chefes Executivos dos Board para Coordenação” “proporciona uma plataforma para a abordagem de natureza transversal da água e para maximizar as ações coordenadas e a coerência ao longo do sistema”.

O espectro de organizações reunidas sob o guarda-chuva da UN-Water mostra a diversidade do setor. São 33 agências e programas da ONU, além de outras entidades das Nações Unidas, operando em questões relacionadas à água, “incluindo saneamento e desastres naturais”. Abrangem entidades tão distintas como a OMS, o Banco Mundial, a Convenção para a Diversidade Biológica, a ONU-Mulher e o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos.

A UN-Water também conta com “parceiros”, quatro deles com “status especial” e que participa da tomada de decisões mais estratégicas, e 38 parceiros, formando um amplo espectro de entidades, desde aquelas que representam o setor privado, e que têm um peso importante no grupo, até aquelas que representam trabalhadores no setor ou entidades acadêmicas.

Uma nota digna de menção é de que o processo de tomada de decisões da organização ocorre por meio de reuniões periódicas. Pode-se dizer que, embora as agências da ONU tenham

²⁵ “Sanitation” equivale, no vocabulário utilizado no Brasil, a “esgotamento sanitário”, sendo que “saneamento” ou “saneamento básico” tem sido aqui empregado com o significado mais amplo, incluindo as áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo das águas pluviais. Como, entretanto, no nível internacional e nas várias outras tradições idiomáticas, “saneamento” (“sanitation”, “assainissement”, “saneamento”, “saneamento” em português de Portugal) é a expressão usada para refletir o esgotamento sanitário, manteve-se esse termo no presente texto.

certa preponderância nas decisões, os agentes externos não deixam de exercer influência. Como em todo o Colegiado, nem sempre a participação é horizontal e simétrica, havendo discursos mais ouvidos, participações mais preparadas e consensos artificialmente produzidos. Nesse processo, nota-se uma postura relativamente acrítica das agências da ONU e da própria UN-Water em relação à participação dos agentes privados, que são muito poderosos no setor, ou de entidades que apoiam ou promovem a participação privada, sempre muito presentes e participativos nesse fórum²⁶.

A Organização desenvolve um conjunto de atividades, com destaque para a publicação anual do Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento da Água (World Water Development Report). Trata-se de relatório temático, que procura pautar a ênfase a ser atribuída ao tema da água no ano em curso. Os temas têm oscilado entre abordagens mais técnicas ou econômicas e aquelas com visão mais social. O relatório de 2021 teve o título “Valorando a Água”. Relatórios anteriores aproximaram-se mais do tema da saúde global como o de 2020 (“Água e mudanças climáticas”) e o de 2019 (“Não deixando ninguém para trás”). O relatório deste ano abordará as águas subterrâneas (ver mais detalhes em Eventos), sendo relevante ao destacar a importância do uso dos aquíferos, mas, pela escolha do tema, pode fazer prevalecer um olhar mais técnico e menos social do acesso.

O JMP

O [Joint Monitoring Programme – JMP](#) é a instância das Nações Unidas custodiante do monitoramento das metas 6.1 (relacionada ao abastecimento de água) e 6.2 (relacionada ao saneamento) dos ODS. É composto pela OMS e pelo Unicef. O trabalho das duas agências, que já havia se iniciado na era dos ODM, vem consolidando como um espaço importante para reflexão sobre as questões relacionadas a WASH nas Nações Unidas. Particularmente o setor de Ambiente, Mudanças Climáticas e Saúde da OMS, vem trabalhando com temas relevantes na relação entre WASH e saúde.

O JMP vem produzindo relatórios periódicos sobre a situação do acesso a água, saneamento e higiene e no mundo e em cada país, no monitoramento das respectivas metas dos ODS. Têm sido produzidos relatórios sobre água e saneamento nos domicílios, tendo sido a última versão a de [2021](#). Interessante constatar o tom pessimista desse último relatório, ao sugerir que o cumprimento dos ODS em 2030, tanto para água quanto para saneamento e higiene, requeria quadruplicar o esforço observado nos primeiros cinco anos do período 2021-2030. O JMP também publicou relatórios sobre o acesso aos serviços em [unidades de saúde](#), sobre [lavagem das mãos](#), sobre água e banheiros nas [escolas](#), com ênfase na Covid-19,

Relator Especial para os Direitos Humanos à Água e ao Saneamento

O [Relator Especial para água e ao saneamento](#) é parte dos chamados Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos. Desde 2021, o atual detentor do mandato, terceiro relator especial, é Pedro Arroyo-Agudo, que vem de uma trajetória na Espanha e internacional de lutas ambientais. Foi um dos fundadores da Fundação Nova Cultura da Água, na Península Ibérica.

²⁶ Como Relator Especial das Nações Unidas, tive oportunidade de participar de algumas reuniões da UN-Water e pude perceber como os representantes das entidades privadas estavam sempre presentes e preparados em suas intervenções. Nas reuniões presenciais, pré-pandemia, nem sempre outros representantes, sobretudo da sociedade civil, tinham recursos financeiros e disponibilidade para comparecerem, mas não era o caso do setor privado.

O relator realiza visitas a países, desenvolve [relatórios temáticos](#), faz manifestações públicas, articula-se com a sociedade civil e com as instâncias da ONU, dentre outras funções. Para tanto, recebe apoio do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos. Em 2021, apresentou um relatório temático sobre [riscos e impactos da comodificação e financialização da água nos direitos humanos à água e ao saneamento](#). No relatório, o Relator Especial “propõe o desenvolvimento da governança democrática da água a partir de uma perspectiva sustentável e baseada nos direitos humanos e a implementação de estratégias participativas de adaptação a mudanças climáticas, no lugar da promoção da comodificação e da especulação financeira associadas à água”. Neste ano, ele publicou um relatório especial sobre mudanças climáticas e os direitos humanos à água e ao saneamento. No relatório, afirma que “o inadequado acesso à água Segura e ao saneamento, entre outros impactos da mudança climática, exacerba uma camada adicional de vulnerabilidade que as pessoas enfrentam, especialmente sua saúde”.

Sociedade civil internacional

Há um mosaico de organizações não-governamentais que atuam, ou que dialogam com o tema da água. Parte delas tem relação mais próxima com os direitos humanos, a exemplo da [WASH United](#); outras têm um portfólio mais voltado para ações comunitárias, como a [WaterAid](#); outras representam os prestadores privados de serviços de água, como a [Aquafed](#); outras representam os trabalhadores em serviços públicos, como a [PSI](#)²⁷; outras se alinham como movimentos anti-privatização, com o [TNI](#)²⁸. Essas organizações, em algumas circunstâncias, tendem a trabalhar em conjunto, mas frequentemente se digladiam, por exemplo quando o tema é a privatização ou a comodificação da água.

Identificam-se também algumas instituições de caráter mais técnico, que reúnem empresas de engenharia e profissionais. Um exemplo é a International Water Association ([IWA](#)), que realiza eventos mundiais periódicos. Há alguns grupos de sociedade civil que consideram a IWA como uma entidade que, utilizando o enfoque técnico como um biombo, praticam uma visão acrítica sobre o acesso aos serviços e oculta seu apoio ao mercado privado da água.

Momentos políticos (Eventos)

A UN-Water está programando uma série de eventos para lançamento de seu Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento da Água, de 2022: [“Águas subterrâneas: fazendo o invisível, visível”](#). O release de lançamento do relatório destaca que “esse recurso natural é frequentemente mal-entendido, e conseqüentemente, subvalorizado, mal gerido e mesmo abusivamente utilizado. No contexto de crescente escassez de água em muitas partes do mundo, o vasto potencial das águas subterrâneas e a necessidade de geri-las sustentavelmente não pode ser minimizada”. O lançamento ocorrerá em março, na cerimônia de abertura do Fórum Mundial da Água no Senegal, conforme apresentado a seguir.

O [Fórum Mundial da Água](#) é um megaevento, promovido pelo Conselho Mundial da Água. A nona edição do Fórum ocorrerá entre 22 e 27 de março em Dacar, sob o slogan

²⁷ Esta, na última reunião do Conselho Executivo da OMS propôs que esta deveria colocar a saúde pública à frente dos lucros privados, enfatizando a necessidade de uma recuperação da Covid que priorize instituições da saúde fortes, acima da provisão do mercado (ver [Put Public Health ahead of Private Profits PSI tells WHO - PSI - The global union federation of workers in public services](#))

²⁸ O TNI vem trabalhando com a promoção e o mapeamento de remunicipalizações de serviços nos vários países, por meio de um projeto denominado [Public Alternatives](#), que “trabalha para a construção de uma poderosa força contestatória que reverta a privatização e que ajude a construir serviços públicos democráticos, accountable e efetivos”.

“Segurança da água para a paz e o desenvolvimento”. É útil destacar que o oitavo Fórum ocorreu em Brasília em 2018, tendo sido o primeiro realizado nas Américas.

Os FMA têm sido um evento muito controvertido. De um lado, reúne muitas empresas, profissionais, governos, agências das Nações Unidas e diversos outros atores. Ao final do encontro, é tradicional a adoção de uma Declaração Interministerial sobre a água. De outro, tem sido taxado de “evento das corporações” pela sociedade civil, pois tradicionalmente promove a privatização dos serviços, o que é compatível com o perfil das entidades que compõem o [Conselho Mundial da Água](#). Como contraponto, vem sendo paralelamente organizado pela sociedade civil o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), com uma agenda antiprivatista e de valorização das iniciativas comunitárias e tradicionais de gestão das águas

Considerações finais

Como se viu, a arquitetura e a agenda da água no plano global formam um complexo mosaico de agentes e visões, nem sempre em convergência nas abordagens e algumas vezes emergindo tensões entre esses agentes. O tema da água no âmbito das Nações Unidas talvez forme um interessante ângulo para análise da possível faixa de atuação das agências na transformação das relações globais. Provocativamente, pode-se sugerir que a água revela os limites e ambiguidades nessa atuação.

Assim, de um lado, muitas das iniciativas das Nações Unidas no campo da água, a exemplo de alguns dos relatórios mundiais da UN-Water e da forma como os ODS são monitorados, coloca na cena mundial uma visão progressista para avanço da discussão do tema. Para países que estão muito atrás na universalização do acesso, essas iniciativas sinalizam formas progressistas de abordar o tema e de atuar para a diminuição da desigualdade no acesso, que marca muito fortemente o padrão de acesso aos serviços em todo o mundo.

De outro, no entanto, pode-se perceber os limites desse avanço. É como se a corda esticasse até o limite da estabilidade do sistema de concertação mundial. Dois elementos podem ser evocados nesse particular, como exemplos.

O primeiro é a relação das Nações Unidas com a agenda neoliberal da água. É frequente se ouvir o discurso do “agnosticismo” do sistema para com a forma de gestão da água – a clássica ideia de que “não importa a cor do gato, desde que mate os ratos”. Ou seja, notam-se uma visão acrítica dos processos de privatização, uma ideia de que os representantes das grandes corporações²⁹ são parceiros e a adesão das agências à agenda de eventos das entidades representativas dessas corporações. Um exemplo dessa intenção são iniciativas como o [Sanitation and Water for All](#) (SWA), que se apresenta como uma “parceria ‘multistakeholder’ hospedada pelas Nações Unidas, de governos e seus parceiros da sociedade civil, o setor privado, agências das Nações Unidas instituições de pesquisa e ensino, bancos de desenvolvimento e a comunidade de doadores”. Ou seja, a clássica ideia de que os atores são equivalentes e simétricos em sua capacidade de influenciar decisões “para o bem de todos”³⁰.

O segundo é a incorporação apenas parcial, por parte das agências, do marco dos direitos humanos. Se esse marco tem sido de alguma forma refletida nos padrões dos ODS, por exemplo, ressurte-se de sua incorporação mais plena, seja nessa atividade, seja na própria

²⁹ É importante notar que o setor de águas é extremamente oligopolizado, como poucas empresas dominando o mercado e com tendências crescentes de fusões e maior concentração.

³⁰ Essa visão reflete o conceito de “governança da água”, propagada pelo Banco Mundial na década de 1990.

missão do UN-Water. Um exemplo desse limite é o tema da desigualdade no acesso à água. A ONU reconhece e destaca várias faces dessa desigualdade, mas está longe de buscar explicar suas causas estruturais...

Em próximos textos sobre o tema, pretendo explorar mais especificamente alguns dos aspectos levantados neste sobrevoo, a partir de uma visão crítica dos avanços e limites da agenda internacional da água, na conquista de mudanças em profundidade no setor, na direção a realização dos direitos humanos à água e ao saneamento.

Saúde no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): Observação permanente e intervenções eventuais

Rômulo Paes-Sousa

O PNUD possui escritórios em aproximadamente 170 países ou regiões do planeta, estabelecendo-se desta forma como uma das agências mais capilarizadas do sistema ONU. Em um passado recente, esta condição fazia com que os representantes do PNUD nos países acumulassem também o papel de coordenador-residente das agências do sistema. Isto se dava em função da possibilidade de financiamento desta atividade por parte do PNUD e pela sua capacidade de oferecer apoio para a operação administrativa às demais agências.

Embora fosse uma função dominante, mas não exclusiva, do PNUD em muitos países, esta condição era alvo de reclamação por parte das demais agências de maior porte em função da vantagem competitiva que esta condição concedia ao PNUD frente às demais na disputa por projetos financiados pelos governos nacionais. Em um processo de transição que se iniciou na segunda metade da década de 2010, a função de coordenador-residente da ONU nos países passou a ser uma atividade exclusiva separando-a das demais agências.

O objetivo do PNUD é promover o desenvolvimento sustentável, contribuindo com: a redução da pobreza e da exclusão, e da construção de resiliência. De acordo com o Plano Estratégico do PNUD 2022-2025³¹, a missão do PNUD para o período é contribuir para o desenvolvimento de soluções de desenvolvimento integrados de acordo com as prioridades nacionais. A premissa subjacente é que realizar o desenvolvimento é um processo complexo que se apresenta diferente em cada contexto.

O PNUD tem como meta para o período contribuir nos seguintes temas: pobreza e desigualdade, governança, resiliência, meio ambiente, energia e igualdade de gênero.

No Relatório de 2020³², que é o último disponível sobre a execução financeira da agência, indica a seguinte alocação dos recursos executados:

- Governança alcançou o valor de 20,9 bilhões de dólares americanos, perfazendo 44% do total executado;
- Pobreza e desigualdade contribuíram com 14,8 bilhões de dólares americanos executado, perfazendo 31% do total;
- Meio ambiente participou com 6,2 bilhões de dólares na proporção de 13% do total;
- Resiliência ocupou 3,9 bilhões de dólares dos valores executados, correspondendo a 8%;
- Igualdade de gênero participou com 1,3 bilhões de dólares, o que representou 3% do total;
- Energia consumiu 1 bilhão de dólares, alcançando 2% do total.

Um aspecto que chama atenção na agenda e orçamento do PNUD é a sobreposição temática com outras agências do sistema ONU. Isto se dá em função da flexibilidade com que o tema desenvolvimento é tratado e da capacidade do PNUD em alavancar recursos junto aos países.

O PNUD está engajado no enfrentamento à pandemia como agência responsável técnico principal na resposta socioeconômica à COVID-19, embora outras agências sobretudo os bancos

³¹ PNUD (2021). PLAN ESTRATÉGICO 2022-2025.

³² UNDP (2021). FUNDING WINDOWS ANNUAL REPORT 2020.

de desenvolvimento também tenham presença relevante no tema. O PNUD presta apoio aos governos no desenvolvimento e implementação de planos de estímulo econômico inclusivos que restituam os meios de vida dos que tenham se empobrecido. Busca realizar intervenções combinadas, que incluem saúde, educação e acesso digital.

Em março de 2020, o PNUD alocou 30 milhões de dólares americanos para reforçar as ações de 110 escritórios nos países no combate à pobreza. As execuções variaram de \$46,510 a \$856,000, atingindo a média de \$270,270 por projeto. Ao final do ano, 98% dos total alocado havia sido executado.

No Brasil, o PNUD é uma das 22 agências e formas diversas de organização do sistema ONU em atividade. Há mais uma agência que atua sem ter um escritório no país.

Saúde no PNUD

O tema saúde se apresenta de duas formas no PNUD. Está presente em seu sistema de monitoramento global do desenvolvimento, seja pelo Relatório de Desenvolvimento Humano e por publicações especiais sobre temas ligados ao desenvolvimento, seja por projetos específicos relacionados a saúde, que são executados pelos escritórios nos países.

O último Relatório do Desenvolvimento Disponível é de 2020, que foi lançado em dezembro de daquele ano. O tema do relatório foi “A próxima fronteira do desenvolvimento humano e o antropoceno.”³³ O relatório marcou o 30º aniversário do primeiro relatório humano.

O Relatório apresentou 5 medidas compostas de desigualdade: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), IDH Ajustado por Desigualdade (IDHD), Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG), Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e Índice Multidimensional de Pobreza. Trata-se do esforço em cobrir aspectos diversos da desigualdade que são capturados pelo IDH. Contudo, estes indicadores compostos não serão tratados nesta nota. Trataremos somente os indicadores específicos relacionados à saúde.

Na página do PNUD sobre o tema é possível o acesso ao relatório detalhado por país. No referente ao Brasil, há um conjunto de 172 indicadores específicos, dos quais 17 são classificados como de saúde. Em uma revisão mais acurada, observam-se que 50 indicadores são de interesse da saúde (ANEXO 1).

No início de 2022, foi lançado o “2022 SPECIAL REPORT New threats to human security in the Anthropocene Demanding greater solidarity.” O capítulo 6 trata dos sistemas de saúde como parte do conceito amplo de segurança, que é o objeto deste relatório especial. O título deste capítulo é “Healthcare systems outmatched by new human security challenges.”

As principais mensagens do Relatório quanto ao tema são:

“A lacuna entre as ameaças à saúde e a capacidade dos sistemas de saúde de enfrentá-las representa um desafio crítico para a segurança humana. Ao mesmo tempo, os sistemas de saúde estão entre os espaços mais promissores para o avanço da nova geração de estratégias de segurança humana, combinando: proteção, empoderamento e solidariedade.

“Enquanto a maioria das economias se recuperou e a renda global per capita atingiu um pico histórico, os indicadores de saúde pioraram novamente: a expectativa de vida global diminuiu pelo segundo ano consecutivo.

³³ UNDP (2020). Human Development Report 2020: The next frontier Human development and the Anthropocene.

“O uso das vacinas tem sido fundamental para possibilitar a recuperação econômica. Portanto, a disparidade no acesso às vacinas não é apenas moralmente repugnante, mas também um fator-chave nos diferenciais na recuperação econômica entre os países.

“À medida que os países se tornaram melhores na atenção básica à saúde, as maiores ameaças à saúde mudaram para doenças não transmissíveis – principalmente câncer, diabetes, doenças cardiovasculares e doenças pulmonares crônicas.

“Sistemas de saúde com bom desempenho são essenciais para a realização do direito humano à saúde.

“Os cuidados de saúde continuam a ser proibitivamente caros para muitas pessoas em todo o mundo. Quando as pessoas não têm cobertura financeira para cuidados de saúde, adoecer pode ter consequências financeiras catastróficas, que por sua vez comprometem a segurança humana.

“Melhorar a qualidade dos cuidados de saúde é importante para a equidade em saúde: cuidados de saúde de alta qualidade devem ser acessíveis a todas as pessoas, independentemente de seu status e identidade, e os esforços para melhorar a qualidade devem priorizar as pessoas que estão recebendo os cuidados de pior qualidade.

“A saúde universal é uma estratégia que promove a segurança humana através da proteção, empoderamento e solidariedade, se vinculando a um consenso internacional mais amplo expresso na aspiração da Agenda 2030, que é não deixar ninguém para trás.”

O texto também apresenta um índice da universalização do cuidado em saúde. Contudo, apenas a metodologia é apresentada. Faremos uma análise do índice tão logo tenhamos acesso aos dados.

O novo Relatório do Desenvolvimento Humano cobrirá os anos de 2021 e 2022, explorando as incertezas no antropoceno. Ele deverá ser lançado no meio do ano e trabalhará as incertezas provocadas por fenômenos como a pandemia do COVID-19 e as mudanças climáticas. Buscará ainda refletir sobre as transformações sociais, a saúde mental, a polarização política, mas também sobre as oportunidades geradas para o desenvolvimento humano³⁴.

Em relação aos projetos implementados pelos escritórios nos países, tomaremos como ponto de partida os 11 projetos identificados como relacionados à saúde na página do PNUD Brasil em junho de 2021. Desta forma, poderemos observar a relevância do PNUD no tema saúde.

³⁴ UNDP (2022). El Informe sobre Desarrollo Humano 2021/22 explorará la incertidumbre en el Antropoceno. Press release.

ANEXO 1	
T1. Indicators for Brazil – UNDP Human Development Indicators 2020	
Life expectancy at birth (years)	75.9
Age-standardized mortality rate attributed to noncommunicable diseases, female	370.3
Age-standardized mortality rate attributed to noncommunicable diseases, male	555.8
Child malnutrition, stunting (moderate or severe) (% under age 5)	7.0
Current health expenditure (% of GDP)	9.5
HIV prevalence, adult (% ages 15-49)	0.5
Infants lacking immunization, DTP (% of one-year-olds)	19
Infants lacking immunization, measles (% of one-year-olds)	9
Life expectancy at birth, female (years)	79.6
Life expectancy at birth, male (years)	72.2
Life expectancy index	0.860
Malaria incidence (per 1,000 people at risk)	5.1
Mortality rate, female adult (per 1,000 people)	91
Mortality rate, infant (per 1,000 live births)	12.8
Mortality rate, male adult (per 1,000 people)	189
Mortality rate, under-five (per 1,000 live births)	14.4
Tuberculosis incidence (per 100,000 people)	45.0
Inequality in life expectancy (%)	10.9
Adolescent birth rate (births per 1,000 women ages 15-19)	59.1
Antenatal care coverage, at least one visit (%)	97.2

Child marriage, women married by age 18 (% of women ages 20–24 who are married or in union)	
Contraceptive prevalence, any method (% of married or in-union women of reproductive age, 15–49 years)	80.2
Human Development Index (HDI), female	0.760
Human Development Index (HDI), male	0.765
Maternal mortality ratio (deaths per 100,000 live births)	60
Proportion of births attended by skilled health personnel (%)	99.1
Unmet need for family planning (% of married or in-union women of reproductive age, 15–49 years)	n.a.
Violence against women ever experienced, intimate partner (% of female population ages 15 and older)	16.7
Violence against women ever experienced, nonintimate partner (% of female population ages 15 and older)	n.a.
Homicide rate (per 100,000 people)	27.4
Birth registration (% under age 5)	96
Suicide rate, female (per 100,000 people, age-standardized)	2.8
Suicide rate, male (per 100,000 people, age-standardized)	9.7
Mortality rate attributed to household and ambient air pollution (per 100,000 population, age-standardized)	30
Mortality rate attributed to unsafe water, sanitation and hygiene services (per 100,000 population)	1.0
Number of deaths and missing persons attributed to disasters (per 100,000 population)	0.1
Total population (millions) (Data refers to 2030)	223.9
Median age (years)	33.5
Old-age (65 and older) dependency ratio (per 100 people ages 15-64)	13.3

Population ages 15–64 (millions)	147.2
Population ages 65 and older (millions)	19.5
Population under age 5 (millions)	14.6
Sex ratio at birth (male to female births)	1.05
Urban population (%)	86.8
Young age (0-14) dependency ratio (per 100 people ages 15-64)	30.1
Population using safely managed drinking-water services (%)	n.a.
Population using safely managed sanitation services (%)	49
Ratio of education and health expenditure to military expenditure	11.1
Research and development expenditure (% of GDP)	1.3
Fonte: https://www.hdr.undp.org/en/countries/profiles/BRA#	

Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Jameson Vinicius Martins, Ananda Melo King e
Deisy de Freitas Lima Ventura*

O segundo informe do Grupo Migrações, Refúgio e Saúde Global complementa o que publicamos nos Cadernos CRIS-Fiocruz n. 1/2022, com informações relativas ao período de dezembro de 2021 a 15 de fevereiro de 2022. Destacamos primeiramente o efeito danoso das políticas migratórias restritivas dos países desenvolvidos, que se traduzem em números elevadíssimos de mortes de migrantes em suas fronteiras, apesar da pandemia de Covid-19, como reporta a Organização Internacional para as Migrações (OIM) em dois relatórios publicados recentemente pelo "Missing Migrants Project". Em seguida, apresentamos brevemente alguns dados importantes de relatórios relacionados à mobilidade humana (Human Rights Watch e OBMigra), além de iniciativas institucionais da OIM e da UE. Por fim, destacamos algumas notícias do período que ressoam o tema da mobilidade e sua relação com a saúde, com relevo para a crise humanitária em Moçambique, o caso do tenista Djokovic, na Austrália e o assassinato brutal de Moïse Kabagambe, um jovem refugiado de 24 anos da República Democrática do Congo, residente no Brasil desde 2014.

Repercussão da morte de migrantes

Como destacamos no informe da primeira edição dos Cadernos CRIS/Fiocruz, a abordagem da mobilidade humana sob o prisma da saúde global pode alterar os termos do debate, no sentido de considerar a vida de migrantes e refugiados como ponto central das políticas migratórias. Este prisma vai de encontro à abordagem securitária das políticas restritivas à mobilidade, indissociáveis das políticas dos países desenvolvidos, que provocam diretamente violações sistemáticas de direitos humanos. Estas violações ocorrem tanto por ação direta como por omissão deliberada desses governos e resultam em números aviltantes de mortes nas linhas fronteiriças.

Entre o fim de 2021 e o início de 2022 repercutiram ainda mais casos de naufrágios mortais no Mar Mediterrâneo, de embarcações lotadas de potenciais solicitantes de refúgio provenientes de países do Oriente Médio (Síria e Afeganistão, em particular), que partem de portos da Turquia em direção à Itália, tentando desviar dos controles fronteiriços europeus nas costas das ilhas gregas³⁵. Trata-se de rotas marítimas ainda mais perigosas do que aquelas que levam à Grécia, conduzidas por atravessadores que chegam a cobrar 9 mil euros de seus passageiros. As autoridades gregas acusam a Turquia da falta de controle sobre esse trânsito, que partiria de grandes portos turcos em direção à Itália, passando pelo Mar Egeu e o sul da ilha de Creta.

O cenário se repete do outro lado do Mar Mediterrâneo, onde estima-se que 4.404 vítimas fatais pereceram em naufrágios tentando alcançar a costa espanhola em 2021³⁶ e no Canal da Mancha, entre França e Reino Unido³⁷. Estes casos são mais uma demonstração do quanto os controles fronteiriços ostensivos da União Europeia têm por consequência mais direta a elevação do número de mortes em suas fronteiras, uma vez que as causas fundamentais dos

³⁵https://www.lemonde.fr/international/article/2021/12/30/en-grece-migrants-et-passeurs-empruntent-des-routes-plus-perilleuses_6107733_3210.html

³⁶ https://caminandofronteras.org/wp-content/uploads/2022/01/MONITORE-DALVES_v05.pdf

³⁷ <https://www.bbc.com/news/uk-59412329>

fluxos -- conflitos armados e terríveis violações de direitos humanos nos países de origem -- não encontram solução imediata e, até certo ponto, são alimentados por interesses dos mesmos Estados que reforçam as fronteiras contra a chegada de potenciais solicitantes de refúgio. Mesmo com a importante redução dos fluxos de entrada devido à pandemia de Covid-19, é preocupante que a migração siga sendo um verdadeiro "combustível político para os demagogos" da extrema direita europeia, como definiu um recente editorial do francês *Le Monde*³⁸, o que contribui para o reforço de uma política migratória mortal, completamente desalinhada dos próprios acordos internacionais de proteção de migrantes e refugiados subscritos pela maioria dos Estados.

A OIM confirma um cenário cada vez mais mortal para as rotas migratórias em direção aos países desenvolvidos. Nas Américas, a organização estima em mais de 5 mil as mortes pela travessia de migrantes pela América Central, Caribe e México em direção aos EUA entre 2014 e 2021³⁹, embora esses números possam estar muito subestimados pela falta de registros em muitas regiões. Com efeito, 2021 teria sido o ano com mais ocorrências de mortes na Europa e nas Américas, a despeito da pandemia de Covid-19, de acordo com o "Missing Migrants Project". Para além dos dados extremamente alarmantes, mesmo que parciais, a OIM também destaca o impacto profundo nas famílias dos mortos e desaparecidos nas rotas migratórias, que em geral não recebem qualquer assistência na busca de informações por seus entes e enfrentam enormes obstáculos para realizar a própria procura, em geral apoiada por organizações da sociedade civil que tentam preencher essa lacuna deixada pelo Estado⁴⁰.

Relatório Global HRW com seções sobre migrações e refúgio em diversos países

A Human Rights Watch (HRW) lançou em 13 de janeiro um relatório global⁴¹, no qual observa a evolução de tendências autocráticas por todo o mundo e alerta para a necessidade do reforço da democracia para fazer frente a estes avanços autoritários. Destaca-se no relatório a menção explícita ao tema das migrações e do refúgio em relação às tendências políticas mais amplas, no sentido de sublinhar tanto a vulnerabilidade dos migrantes frente a medidas de diversos governos marcadamente autoritários (como o Brasil sob o governo Bolsonaro) quanto a ambiguidade de governos considerados mais democráticos na condução de suas políticas migratórias (como os Estados Unidos sob a administração Biden).

No caso brasileiro, o relatório destaca o incremento do número de migrantes e refugiados venezuelanos residentes no Brasil, que ultrapassaram o patamar de 250 mil. Ao mesmo tempo, o documento salienta o aumento significativo de deportações por parte do governo Bolsonaro a partir da pandemia em 2020, mais de 2 mil, em relação a 2019, apenas 36. Em relação aos EUA, o relatório chama a atenção para a contradição do governo Biden, que prometeu uma política externa mais orientada pelos direitos humanos, enquanto manteve laços econômicos importantes com governos autocráticos e que, em matéria de migração

³⁸https://www.lemonde.fr/idees/article/2022/01/21/immigration-fausses-menaces-vraies-questions_6110402_3232.html

³⁹<https://missingmigrants.iom.int/sites/g/files/tmzbd1601/files/publication/file/MMP%20LAC%20data%20briefing%20ES.pdf>

⁴⁰https://missingmigrants.iom.int/sites/g/files/tmzbd1601/files/publication/file/LAC%20best%20practice%20search_EN.pdf

⁴¹https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2022/01/World%20Report%202022%20web%20pdf_0.pdf

especificamente, mais se preocupou em conter os fluxos de pessoas providas da América Central em direção aos EUA do que em desincentivar a autocracia dos governos da região.

Migration Health Evidence Portal for COVID-19 (OIM)

A Organização Internacional para Migrações (OIM) criou o "Migration Health Evidence Portal for Covid-19, um repositório das publicações de pesquisa sobre a Covid-19 e sua intersecção com a saúde dos migrantes. A organização reconheceu a necessidade de construir plataformas para o compartilhamento de evidências derivadas da literatura científica relevantes para os campos da mobilidade humana e da saúde, o que pode auxiliar na tomada de decisões políticas mais sensíveis às migrações. O portal contém um repositório aberto e interativo de publicações sobre a Covid-19 em relação a migrantes, migração e mobilidade humana, além de um artigo de análise quantitativa das próprias publicações, que deve ser atualizado regularmente para incluir estudos revisados mais recentes⁴².

Nova agência para refúgio na União Europeia

Seguindo decisão do Conselho Europeu de dezembro de 2021, a partir de 19 de janeiro de 2022, a Agência da União Europeia para o Refúgio (EUAA) substituiu o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Refúgio (EASO). A nova agência deve se ocupar de aperfeiçoar o funcionamento do Sistema Europeu Comum de Refúgio, tornando mais consistentes os padrões para pedido e concessão do refúgio entre os Estados-Membros da UE. Com um "mandato reforçado", a EUAA anunciou pretender reforçar a proteção contra violações de direitos dos refugiados e assistir os Estados Membros na implementação de práticas comuns para o refúgio dentro do bloco, no sentido de mitigar as enormes disparidades nas condições de recepção e procedimentos para o refúgio, que ainda variam muito entre os Estados da UE e provocam a chamada migração secundária, quando os solicitantes se deslocam ao território de outros Estados, além do território de chegada⁴³.

Relatório OBMigra

Ainda em dezembro, o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), ligado ao Ministério da Justiça e composto por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), lançou seu último relatório com dados sobre a migração no Brasil ao longo da década de 2011 a 2020⁴⁴. O documento traz dados relevantes sobre as mudanças ocorridas no período no perfil dos principais fluxos direcionados ao país e representa uma importante fonte de informação para os estudos sobre mobilidade humana e as políticas migratórias no contexto brasileiro.

Entre os dados mais relevantes, está o próprio aumento absoluto da população de migrantes, estimada hoje em 1,3 milhão de pessoas, o que representa mais que o dobro dos quase 600 mil identificados pelo censo de 2010. Além disso, a origem dos migrantes também se alterou significativamente: dos dez principais fluxos de imigração, apenas dois são de países do Norte Global (EUA e França), enquanto os dois primeiros fluxos provêm de Venezuela e Haiti. Também se elevou o volume de mulheres nesta população (cerca de 37%) e de negros e pardos

⁴² <https://migrationhealthresearch.iom.int/migration-health-evidence-portal-covid-19>

⁴³ <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2021/12/09/migration-and-asylum-pact-council-adopts-eu-asylum-agency-regulation/>

⁴⁴ https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anual/Relato%CC%81rio_Anual_-_Completo.pdf

(54% daqueles com ocupação no mercado de trabalho formal). Além disso, a população migrante está mais espalhada pelo território -- enquanto em 2010 60% se concentravam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em 2020, essa proporção caiu a 38%. O relatório ainda chama atenção para os baixos rendimentos dos migrantes -- 65% recebem até dois salários-mínimos mensais -- e a disparidade entre homens e mulheres -- estas últimas recebem 70% dos salários dos primeiros.

Cobertura de imprensa no período

Eleições no Chile

A mobilidade humana internacional continua sendo tema de campanhas eleitorais, como demonstrou a reta final das eleições no Chile. O candidato derrotado, José Antonio Kast, tinha como proposta elaborar um estatuto de expulsão de migrantes em situação migratória irregular, além de reforçar o policiamento dos postos de controle e locais de passagem, construindo torres de controle e um muro em partes da região fronteiriça⁴⁵. Já o Presidente eleito, Gabriel Boric, defende um enfoque pautado nos direitos humanos. Instados a comentar o colapso de um acampamento de urgência de migrantes na região de Colchane, com grande repercussão na mídia, membros do governo aventaram a possibilidade de propor cotas regionais para acolhida de refugiados entre os países do Cone Sul⁴⁶.

Crise humanitária em Moçambique

Em Moçambique uma crise humanitária está em curso através de conflitos originados por uma milícia islâmica na província de Cabo Delgado, no norte do país, ocasionando o deslocamento interno de mais de 735 mil pessoas até o momento. A crise, que iniciou-se em 2017 e teve uma escalada de violência entre 2019 e 2021⁴⁷, vem afetando mais diretamente outras províncias vizinhas, como Niassa e Nampula, além de gerar consequências como a falta de água na região, a dificuldade na abertura de postos de saúde, o aumento expressivo de crianças de famílias deslocadas em outras escolas, e o aumento de casos de desnutrição infantil⁴⁸. Um rede de apoio local formada por famílias e comunidades vem contribuindo significativamente para ajudar as pessoas deslocadas internas que são, em sua maioria, mulheres: em novembro de 2021 elas somavam cerca de 52% das pessoas deslocadas segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), sobretudo por serem inúmeras vezes responsáveis por acompanhar crianças e pessoas idosas. Organizações internacionais, como a OIM, Médicos Sem Fronteiras, Helpo e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (ICRC, em inglês), também estão na região oferecendo abrigo, suporte médico, integração escolar de crianças e a reabilitação de infraestruturas de água, saneamento e de saúde^{49 50}.

A situação das mulheres em deslocamento interno em Moçambique as coloca em enorme vulnerabilidade e muitos relatos obtidos por organizações locais e internacionais

⁴⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/12/migracao-opoe-candidatos-na-reta-final-da-eleicao-no-chile.shtml>

⁴⁶ <https://www.t13.cl/noticia/ex-ante/politica/quien-es-y-piensa-luis-eduardo-thayer-encargado-crisis-migratoria-del-programa-boric-27-01-2022>

⁴⁷ <https://www.msf.org/mozambique>

⁴⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/01/conflito-civil-e-mudanca-climatica-deflagram-crise-de-deslocados-em-mocambique.shtml>

⁴⁹ <https://www.helpo.pt/pt/karibu-integracao-escolar-de-deslocados-internos-em-cabo-delgado>

⁵⁰ <https://www.icrc.org/en/document/mozambique-icrc-director-operations-says-combined-impact-conflict-and-extreme-weather-cabo>

apontam que muitas delas são obrigadas a trocar sexo por dinheiro, víveres e o direito de ter passagem em trajetos a pé que podem somar até 700km⁵¹. A organização internacional Médicos Sem Fronteiras aponta que a temporada de ciclones está atualmente em seu início⁵² o que reforçará as condições de deterioração de acesso à saúde e habitação das populações mais vulneráveis. Um aspecto bastante relevante da crise diz respeito a uma coalizão de cinco países africanos, liderados por Ruanda, que foi formada no segundo semestre de 2021 para o envio de tropas à Cabo Delgado, uma tentativa do continente de enfraquecimento e resolução do conflito, e que concede a Moçambique uma autonomia relativa em relação aos países do ocidente⁵³.

Caso Djokovic

O tenista sérvio Novak Djokovic foi detido ao tentar entrar em território australiano para o torneio internacional de tênis Aberto da Austrália em janeiro de 2022. A sua detenção ocorreu por não ter apresentado o atestado de vacinação às autoridades locais, já que o tenista optou por não se vacinar. Para além dos efeitos de sua não participação no torneio, sua detenção deixou à mostra para a comunidade internacional a discricionariedade do Ato Migratório, que discorre sobre as leis migratórias no país, cujo poder está concentrado nas mãos do ministro da imigração, Alex Hawke.⁵⁴

Sua posição implica em deter um poder consideravelmente maior que suas e seus contrapartes de outros países, permitindo escolher quem constituiria ou não uma ameaça ao país e suas populações com base na interpretação do ministro sobre o que seria “bom caráter”, ou “um risco para a saúde” ou “um risco para a ordem pública”, entre outras discricionariedades. Como bem pontua a matéria do The Guardian de 21 de janeiro, “esses poderes se baseiam no estado de espírito subjetivo de uma pessoa, com motivos severamente limitados de revisão pelos tribunais”.⁵⁵ A Aliança de Advogados Australiana, que se pronunciou a respeito do ocorrido, pontuou que esses poderes extraordinários poderiam, para além do que já implicam para pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou de refúgio, interpretar outros visitantes de ótima situação social e/ ou econômica que possuam visões “alternativas” como sendo inadequados e indesejados ao desenvolvimento do país.

Inúmeros refugiados e solicitantes de asilo têm encontrado ao longo dos anos várias barreiras no processo migratório para a Austrália, e contam com pouco ou nenhum suporte para sobrepô-las. O caso Djokovic - que, apesar de ter envolvido a detenção do tenista, foi resolvido em um espaço de tempo de menos de uma semana - permite a reflexão sobre condições inumanas a que muitas e muitos migrantes vêm se submetendo para conseguir entrar e permanecer no país, incluindo pessoas em fuga de guerras e de violência extrema. Como já pontua o polarizado debate presente na saúde global sobre a “escolha” entre “medidas de

⁵¹ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/01/conflito-civil-e-mudanca-climatica-deflagram-crise-de-deslocados-em-mocambique.shtml>

⁵² <https://www.msf.org/attacks-and-violence-cabo-delgado-displace-thousands-cyclone-season-begins-mozambique>

⁵³ <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/14/cabo-delgado-o-conflito-em-que-o-brasil-passou-ao-lado>

⁵⁴ <https://minister.homeaffairs.gov.au/>

⁵⁵ <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/jan/22/the-djokovic-shambles-highlights-what-refugees-have-long-known-australias-god-powers-are-dangerously-broad>

segurança” e princípios humanitários, constata-se o exemplo extremamente atual dessa polarização na arbitrariedade intencional da política migratória australiana.

Assassinato de Moïse Kabagambe no Brasil

Moïse Kabagambe, um jovem de 24 anos da República Democrática do Congo residente no Brasil desde 2014 com estatuto de refugiado, foi violentamente assassinado por um grupo de homens na praia da Barra da Tijuca, no último dia 24 de janeiro⁵⁶. Moïse trabalhava como atendente em um quiosque nessa mesma praia e, naquele dia, cobrou salários atrasados de seu empregador e foi espancado após cobrar R\$ 200. Os três assassinos admitiram o espancamento e alegam que o jovem assassinado estava “violento”, negando que o evento tenha motivações racistas⁵⁷. A Comunidade Congoleza no Brasil e outras organizações negras e antirracistas, em especial a Coalizão Negra por Direitos, convocaram manifestações em diferentes capitais do país, ocorridas no dia 5 de fevereiro.

O presidente da Comunidade Congoleza no Brasil, Fernando Mupapa, aponta as difíceis condições de vida de famílias congolezas, cujos membros terminam por sujeitar-se a condições vulneráveis de trabalho e remuneração, um dos indicadores do racismo estrutural existente no Brasil⁵⁸. A socióloga Vilma Reis aponta que a postura em relação a imigrantes negros “é de repulsa” em um país que vende a imagem de hospitalidade e comunicação⁵⁹. Uma audiência pública sobre o caso intitulada “Violência contra migrantes e refugiados no Brasil e o caso Moïse” aconteceu no dia 8 de fevereiro no Senado Federal e contou com a participação das Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e Comissão Mista Permanente Sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR).

A ausência e o abafamento do debate racial que ainda ocorrem no Brasil levam jovens negros, como Moïse, a serem considerados banais, segundo a vereadora carioca Tainá de Paula (PT/ RJ). A polícia do Rio de Janeiro ainda investiga se o crime contou com a participação de outras pessoas além dos três homens identificados e presos⁶⁰.

⁵⁶ https://cultura.uol.com.br/noticias/46428_apos-morte-de-mose-presidente-da-comunidade-congoleza-no-brasil-cobra-mudancas-no-sistema.html

⁵⁷ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-do-rj-ve-assassinato-de-moise-kabagambe-como-tragedia-social/>

⁵⁸ https://cultura.uol.com.br/noticias/46428_apos-morte-de-mose-presidente-da-comunidade-congoleza-no-brasil-cobra-mudancas-no-sistema.html

⁵⁹ instagram @coalizaonegrapordireitos

⁶⁰ <https://www.otempo.com.br/brasil/policia-do-rio-investiga-se-outras-pessoas-participaram-do-assassinato-de-moise-1.2610861>

Em busca de maior representatividade e garantia de direitos para mulheres e crianças

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes
Maria Teresa Rossetti Massari

ONU Mulher

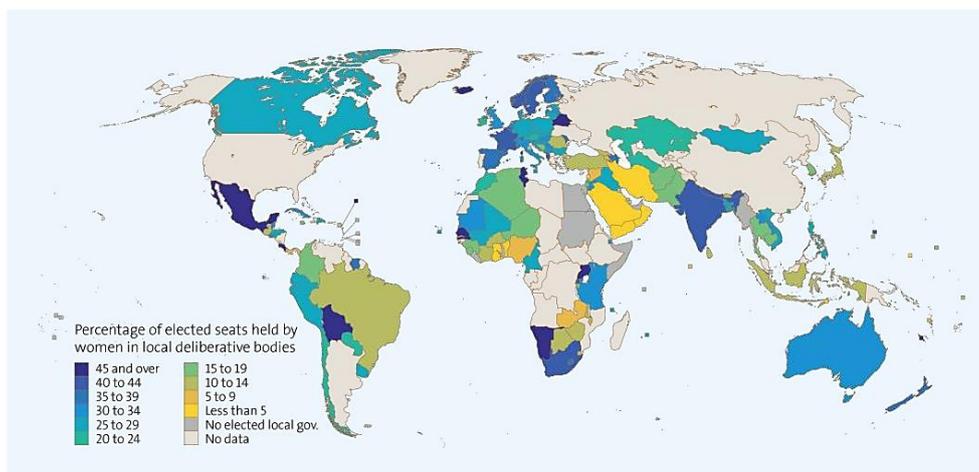
Relatório – Representação das mulheres no governo local: uma análise global

O documento apresenta dados e análises sobre a representação das mulheres no governo local, fornecendo uma visão abrangente da participação política das mulheres a nível local.

Os dados disponíveis para 133 países e áreas indicam que a representação das mulheres nos órgãos deliberativos do governo local é maior do que no parlamento, mas ainda não em igualdade com os homens.

O artigo também analisa o uso de cotas de gênero legisladas e tipos de sistemas eleitorais em eleições locais como fatores que afetam a participação política das mulheres. Também são discutidas as lacunas de dados sobre a participação política das mulheres em nível local.

Representação das mulheres eleitas em órgãos deliberativos (a partir de 1/01/2020)



Fonte: UN Women

No ranking mundial apresentado pelo relatório, o Brasil ocupa o 106º lugar entre os 133 países avaliados, com menos de 14% dos cargos decisórios ocupados por mulheres.

Rank	Country/ Area name	Reference election year or equivalent	Number elected women	Number elected men	Number elected women and men	Proportion of elected seats held by women (per cent) (SDG indicator 5.5.1b)
106	Brazil	2016	7,811	50,017	57,828	13.51

Fonte: UN Women

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

OMS

A Organização Mundial da Saúde lançou duas novas ferramentas de treinamento para Prevenção e Cuidados da Mutilação Genital Feminina. Além de curar ferimentos físicos, os profissionais de saúde têm o potencial de fornecer apoio para as diversas complicações que a mutilação genital feminina pode causar para meninas e mulheres – incluindo impactos negativos na saúde física, mental e sexual. Eles também podem desempenhar um papel importante em influenciar positivamente a mudar as atitudes das pessoas sob seus cuidados para ajudar a prevenir novos casos de mutilação genital feminina.

- Comunicação centrada na pessoa para a prevenção da mutilação genital feminina: um guia do facilitador para a formação de profissionais de saúde ([clique aqui](#))
- Integrando o conteúdo de mutilação genital feminina nos currículos de enfermagem e obstetrícia: um guia prático ([clique aqui](#))

Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA)

Campanha anual #IDONT para ajudar a acabar com o casamento infantil

Desde 2015, todos os anos, no Dia dos Namorados (14 de fevereiro - Valentine's Day), a UNFPA convoca a comunidade internacional a dizer #IDONT (#EUNAO) em apoio às meninas de todo o mundo que dizem “sim” contra sua vontade.

O casamento infantil é uma violação dos direitos humanos que nega à menina sua autonomia corporal, marca o fim da infância e a escolha de quando o casamento deveria acontecer. É uma imagem de sonhos frustrados quando o casamento deveria ser um símbolo de esperança. O casamento infantil é enraizado na pobreza e na desigualdade de gênero, prejudica a saúde e o bem-estar de meninas. Dentre algumas consequências do casamento infantil, a campanha cita:

- Gestação em corpos que podem não estar prontos para a gravidez
- Complicações na gravidez e no parto (principal causa de morte de meninas de 15 a 19 anos em alguns países em desenvolvimento)
- Risco de infecções sexualmente transmissíveis
- Violência doméstica
- Isolamento social
- Abandono da escola e limites em sua capacidade de ganhar uma renda no futuro

Para acessar a campanha #IDONT, [clique aqui](#).

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

UNICEF tem nova diretora executiva: Catherine Russell

Catherine Russell, bacharel em artes e filosofia, é a quarta mulher a assumir a posição em 75 anos de história da UNICEF. Sua trajetória profissional inclui:

- Consultora para questões internacionais da mulher no Comitê de Relações Exteriores da Casa Branca no período de Barack Obama
- Embaixadora geral americana para questões globais da Mulher no Departamento de Estado dos EUA, onde trabalhou com governos estrangeiros, organizações multilaterais e sociedade civil
- Professora no Instituto de Política da Harvard Kennedy School

Para acessar a notícia, [clique aqui](#).

Declaração da Diretora Executiva da UNICEF: Sem desculpas. Mantenham as escolas abertas. As crianças não podem esperar.

À medida que a variante Omicron continua a se espalhar por todo o mundo, cabe aos governos fazer tudo o que estiver ao seu alcance para impedir interrupções ainda maiores na educação das crianças. Nesse sentido, a UNICEF recomenda:

- **Manter as escolas abertas** - Estima-se que 616 milhões de crianças estejam sendo afetadas pelo fechamento total ou parcial das escolas. Medidas de mitigação ajudam a manter as escolas abertas, além de investimentos em conectividade digital. É necessário propor ações ousadas para permitir que todas as crianças voltem à escola. Isso inclui fornecer apoio e foco principalmente em crianças marginalizadas, como aulas de recuperação, apoio à saúde mental, nutrição, proteção e outros serviços essenciais.
- **Vacinar professores e funcionários da escola imediatamente** - Professores e funcionários da escola devem ser apoiados e priorizados para receber as vacinas COVID-19, uma vez que os profissionais de saúde da linha de frente e as populações de alto risco sejam vacinadas.
- A UNICEF apoia a **vacinação de crianças** assim que elas estiverem disponíveis para essa faixa etária.
- O órgão reitera que não se faça da vacinação um pré-requisito para o ensino presencial. Tornar o acesso à educação presencial contingente à vacinação contra a COVID-19 corre o risco de negar às crianças o acesso à educação e aumentar as desigualdades.

Para acessar a declaração, [clique aqui](#).

Publicações de interesse

Em concordância com o contexto atual, a FIOCRUZ dispõe de [Recomendações para o planejamento de retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia de Covid-19](#), onde apresenta atualizações e contribuições sobre o planejamento, monitoramento e vigilância para o retorno seguro das atividades escolares presenciais. Além disso, a Sociedade Brasileira de Imunizações, Sociedade Brasileira de Pediatria, Sociedade Brasileira de Infectologia e a Fiocruz alertaram sobre a importância da vacinação das crianças brasileiras. Os documentos podem ser acessados [aqui](#) e [aqui](#).

1ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo da UNICEF

A primeira sessão ordinária do Conselho Executivo do UNICEF em 2022 se reunirá em Nova York de 8 a 11 de fevereiro de 2022.

O Conselho Executivo é o órgão dirigente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), fornecendo apoio intergovernamental e supervisão à organização, de acordo com a orientação política geral da Assembleia Geral das Nações Unidas e do Conselho Econômico e Social. Ele analisa as atividades da UNICEF, aprova suas políticas, programas nacionais e orçamentos.

A Diretoria Executiva se reúne três ao ano: fevereiro, junho e setembro, na sede das Nações Unidas em Nova York. O encontro é composto por 36 membros, representando os cinco grupos regionais de Estados-Membros nas Nações Unidas. O trabalho é coordenado por uma mesa composta pelo Presidente e quatro Vice-Presidentes, cada um representando um dos

cinco grupos regionais. Em 2022, a América Latina e Caribe estão representados por: Argentina, Costa Rica, Cuba, Granada e Paraguai.

Para maiores informações, [clique aqui](#).

Organização das Nações Unidas (UN)

Relatório Especial sobre a venda e exploração de crianças, incluindo prostituição infantil, pornografia e qualquer outro material de abuso sexual infantil

O documento apresenta uma proposta prática para abordar a venda e exploração sexual de crianças, fornecendo um conjunto de medidas concretas e boas práticas, recolhidos a partir de diversos países, para combater a venda de crianças para fins de casamento infantil e exploração sexual, no contexto de viagens e turismo.

O relatório refere-se a serviços de prevenção, proteção e reabilitação, e há uma lista de verificação na página web para que os Estados e outras partes interessadas usem como ferramenta concreta e fácil de usar em seu trabalho para prevenir essas formas de venda e exploração, proteger as crianças e fornecer serviços adequados às vítimas e sobreviventes.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

Governança integrativa para a transformação do sistema alimentar global

Denise Oliveira e Silva

O Marco Estratégico da FAO 2022-2031 aprovado na 42ª Sessão da Conferência Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO-ONU) em 18 de junho de 2021, foi publicado em fevereiro deste ano, como expressão do impulso político para o alcance de um mundo sustentável no contexto da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”. <https://www.fao.org/3/ne577es/ne577es.pdf>

A implementação do Programa Saúde Única (PSU) é apresentada pela FAO como acelerador transversal e intersetorial de governança e gestão como estratégia política (<https://www.fao.org/one-health/en/>). Como também a importância do acesso a dados e informações oportunas e confiáveis pela implementação e a criação do Índice de Pobreza Multidimensional Rural (R-MPI)³ para a transformação do sistema alimentar global. <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb8269en>

O PSU é apresentado como estratégia estruturante para o desenho e implementação de sistemas de governança nacionais, regionais e global. Pelo enfoque unificador, integrador e sistêmico da saúde humana que está “intimamente ligada à salubridade dos alimentos, dos animais e do meio ambiente, e ao equilíbrio saudável de seu impacto nos ecossistemas que compartilham, em todos os lugares do mundo”. Este programa atende a diretriz proposta em 2021 pelo Painel de Especialista de Alto Nível em Saúde Humana (OHHLEP) (<https://www.who.int/groups/one-health-high-level-expert-panel/members>) onde são propostas diretrizes o fortalecimento de sistemas integrados de vigilância, alerta precoce e informação; melhor desenvolvimento de biossegurança para o manejo de pragas e doenças; redução de riscos por meio de parcerias multissetoriais para preparação, ação antecipatória e resposta; aumentar as capacidades no controle da resistência antimicrobiana. Assim, a importância de implementar sistemas de governança baseados na interconexão de todos os sistemas agroalimentares para efetuar alertas precoces, avaliação e gerenciamento de risco ambiental, endemias e pandemias são estratégias que têm sido destacadas sobretudo para o apoio de vários países, como a destinação de US\$ 10 milhões dos Estados Unidos da América para a FAO para aplicar neste programa.

Mas os desafios relacionados a inadequação e insuficiente de dados e informação para estimar a magnitude, os determinantes e as condições de vida relacionadas a soberania, segurança alimentar e nutricional no mundo interferem na transformação dos sistemas alimentares no futuro. A necessidade de informações oportunas e confiáveis sobre o perfil da situação alimentar e nutricional das pessoas no mundo, principalmente dos mais pobres, das áreas rurais é importante para implementação do Marco Estratégico da FAO 2022-2031.

A estratégia apresentada pela FAO neste mês de fevereiro foi a criação do R-MPI, baseado no Índice Global Multidimensional de Pobreza (MPI), lançado em 2010 pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), elaborado pela Iniciativa de Desenvolvimento Humano e Pobreza de Oxford (OPHI), com base em estudos que abrangeu 109 países e 5,9 bilhões de pessoas em 2021.

Segundo a FAO, são “amplamente reconhecidas as dificuldades na área rural que “significam muito mais do que uma conta bancária vazia”. Para a organização, o R-MPI é um índice que amplia os métodos existentes para medir a pobreza rural, de segurança alimentar,

qualidade da nutrição; educação e padrões de vida, porque, permite a expansão e a combinação de dados geoespaciais para moldar o ambiente de dados com potencial de superar as armadilhas de sistemas meramente de produção de dados.

A FAO considera que esta ferramenta pode “desempenhar um papel crucial na formulação de políticas mais precisas para combater a pobreza e a fome rural e estará apoiando os países em seu uso para a elaboração e implementação de política para combater a pobreza rural.

A igualdade de gênero por meio do empoderamento da mulher rural e a reconexão com memórias e patrimônios alimentares ancestrais são destacados como ações importantes para a FAO neste mês. Foram apresentados os depoimentos de Betty Ndugga de Kampala área rural de Uganda, como exemplo de resiliência na produção de café como negócio prospero e exitoso (<https://www.fao.org/gender/background/en/>). E mulheres na vanguarda científica do que atuam na Comissão de Pesca do Mediterrâneo (CGPM) da FAO7. <https://www.fao.org/fao-stories/article/en/c/1471294/>

A inovação e tecnologia foram nas experiências na Palestina, de produção em cooperativa com a participação de cinquenta jovens que desenvolveram uma máquina que permite reutilizar as ceras das abelhas que foram destruídas nas colmeias para a produção de novos produtos gerando renda e trabalho (<https://www.fao.org/fao-stories/article/en/c/1470869/>). Da experiência do produtor rural, Abdullah Bilal Tobal, de construção de uma enfardadeira de forragem para reduzir as perdas de colheita para garantir a produtividade do rebanho de gado de Tal Hasel, província de Aleppo, no noroeste da República Árabe Síria (<https://www.fao.org/fao-stories/article/en/c/1469341/>).

A reconexão de memórias e patrimônios alimentares ancestrais foram destacadas por meio da apresentação de duas experiências. A primeira da Mariah Gladstone, da reserva indígena do noroeste do Estado de Montana nos EUA, campeã do Forum Alimentar Mundial, sobre recuperação da gastronomia tradicional de seus ancestrais (<https://www.fao.org/fao-stories/article/en/c/1471279/>). A segunda experiência de resgate do “pão com tsiteli doli” feito a partir do trigo vermelho, que está ameaçado de extinção na Geórgia na região do Cáucaso meridional para estimular o turismo rural¹¹. <https://www.fao.org/fao-stories/article/es/c/1470089/>

Foi um mês que ocorreram reuniões e comemorações. Em Bagdad/Roma ocorreu a 36.^a Conferência Regional da FAO para o Meio Oriente (NERC36), em formato virtual com 409 participantes distribuídos entre o setor privado, sociedade civil e acadêmicos e 27 de Estados membros. Nesta oportunidade foram discutidas a promoção de sistemas alimentares resilientes, com recomendações de incentivo ao fomento de iniciativas sustentáveis que atuam na crise climática e nos perigos ao bem-estar das populações rurais como as mulheres e os jovens. O evento apontou que a água, energia e segurança alimentar são fundamentais para o desenvolvimento da região.

Em 02 de fevereiro a FAO comemorou, o Dia Mundial das Zonas Húmidas. No dia 10 de fevereiro, foi comemorado, o Dia Mundial das Leguminosas, em evento virtual com a participação do Diretor-geral da FA, QU Dongyu, que declarou que as “leguminosas contribuem para criar oportunidades de subsistência e equidade, que são essenciais para sistemas agroalimentares. No dia 24 de fevereiro, ocorrerá o evento de Encerramento do Ano Internacional de Frutas, Legumes e Verduras.

As situações emergenciais como a seca no chifre da África obtiveram destaque da FAO como territórios que precisam de ajuda humanitária a famílias rurais. Foi apresentado o investimento nesta a região de US\$ 130 milhões, que oferecerá até 90 milhões de produção de litros de leite e cerca de 40.000 toneladas de alimentos básicos na primeira metade de 2022. Estas ações ofertarão suporte a pessoas em situação de insegurança alimentar de famílias rurais para melhorar a saúde e nutrição animal e apoio no transporte de água de áreas remotas e acesso a energia solar. Como também estão previstas transferências de renda para garantir que os mais vulneráveis possam ter acesso a alimentos.

O Programa Mundial de Alimentos (WFP) no mês de fevereiro destacou ações de apoio financeiro de países para ajudas humanitárias, como o recebimento de US\$ 66 milhões do Governo do Japão para assistência alimentar de emergência pessoas vulneráveis em 26 países da Ásia, Oriente Médio e África. A realização de parceria na Indonésia para a realização de campanha digital para promover alimentação saudável entre adolescentes.

Em 05 de fevereiro o ciclone Batsirai atingiu os distritos de Mananjary e Manakara em Madagascar e o WFP atuou com ajuda humanitária as pessoas afetadas com fornecimento de alimentos, logística e assistência informática para apoiar as operações de socorro.

Para FAO e o WFP, a proteção social e a resiliência como caminho para a promoção de sistemas e ambientes alimentares saudáveis e sustentáveis e contribui para a recuperação econômica da COVID-19.

O Diretor da FAO em seu discurso na 60ª Sessão da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social “têm desempenhado um papel fundamental para ajudar os pobres do mundo a se recuperarem da pandemia de COVID-19 e devem ser ampliados”. Destacou como exemplo a experiência de 200 países com fortes sistemas de proteção social que foram mais eficazes tanto na assistência imediata como ações de transferências de renda, implementação e ampliação de programas de alimentação escolar e infantil, subsídios de preços de alimentos básicos e alívio de impostos e dívidas para empresas e famílias vulneráveis.

O WFP tem destacado a resiliência coletiva e individual para a sociedade mundial garantir alimentos saudáveis e sustentáveis. Estimulada pelo Prêmio Nobel da Paz recebido em 2020, desenvolveu seis episódios de podcast sobre “Melhor Comida. Mundo Melhor”. São seis episódios, desenvolvidos por Elizabeth Nyamayaro, orientados pela pergunta “Como podemos 'fazer' comida melhor?”, de sistemas alimentares em todo o mundo – da fazenda ao prato – e de todas as pessoas envolvidas no processo. <https://www.wfp.org/podcast-better-food-better-world>

A transformação dos sistemas alimentares contemporâneos são expressão de interconexões ambientais, sociais, econômicas e políticas da produção e consumo de alimentos e ocorrem integrando Estados nacionais e continentes. Que precisam de ação integrada com dados e informações oportunas, confiáveis, de acesso amplo e transparente para a construção de governança e gestão de ações em nível nacional, regional e global para a promoção de vida saudável e sustentável entre os seres humanos e o Planeta.

Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

Isis Pillar Cazumbá

Não é preciso destacar que as incertezas trazidas pela pandemia colocaram o mundo em um verdadeiro “estado de nervos”. As instituições financeiras multilaterais (IFMs) se esforçam para conter os impactos negativos da Covid-19, mesmo diante da desconfiança da liberação de tanto crédito para os países, especialmente os países mais pobres.

Como esses países irão pagar por esses empréstimos é uma pergunta sem uma resposta atualmente. Vai depender muito do fim da pandemia e de como serão empregadas as novas diretrizes econômicas destes países.

Fundo Monetário Internacional – FMI

Principal destaque: O risco de calote

Um G20 com Ministros das Finanças está previsto para acontecer nos dias 17 e 18 de fevereiro na Indonésia. Dentre os mais diversos assuntos a serem tratados, o principal destaque será a validação das propostas do FMI sobre as dívidas dos países mais pobres, que segundo a instituição, no momento, recrudescem o risco de calote. As propostas do Fundo possuem o intuito de fortalecer o marco de reestruturação destas dívidas.

Quando se iniciou a pandemia, os países mais ricos do G20 permitiram aos países mais pobres uma moratória de suas dívidas até o fim de 2020, estendendo até o fim de 2021. Ainda em 2020, foi criado um "marco comum", promovendo a reestruturação ou a anulação de dívidas, solicitadas pelos países. Atualmente, este marco vem encontrando dificuldades para ser implementado, uma vez que, os credores privados – especialmente chineses – estão impedindo a sua admissão.

Para maiores informações: <https://www.msn.com/pt-br/dinheiro/economia-e-negocios/fmi-pede-ao-g20-das-finan%C3%A7as-a-%C3%A7%C3%A3o-sobre-a-d%C3%ADvida-dos-pa%C3%ADses-pobres/ar-AATl4k6?ocid=msedgdhp&pc=U531>

FMI e o Banco Mundial realizarão reuniões anuais de 2022 em Washington DC e reuniões anuais de 2023 ocorrerão no Marrocos

O FMI e o Banco Mundial anunciaram que as reuniões anuais planejadas do Grupo Banco Mundial-FMI que estavam programadas para acontecer em Marrakesh, Marrocos, em outubro de 2022, agora ocorrerão em Washington D.C. devido à contínua incerteza sobre a pandemia Covid-19. As Reuniões Anuais de Outubro de 2023 serão realizadas em Marrakesh.

As Reuniões Anuais são geralmente realizadas por dois anos consecutivos no Grupo do Banco Mundial e na sede do FMI em Washington, D.C. e a cada três anos em outro país-membro. As Reuniões Anuais reúnem banqueiros centrais, ministros das finanças e desenvolvimento, executivos do setor privado, sociedade civil, mídia e acadêmicos para discutir questões de preocupação global, incluindo a perspectiva econômica mundial, estabilidade financeira global, erradicação da pobreza, crescimento econômico inclusivo e criação de empregos, mudanças climáticas, entre outros.

Para maiores informações: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/01/31/pr2223-world-bank-group-imf-2022-annual-meetings-washington-dc-2023-annual-meetings-morocco>

Banco Mundial

Banco Mundial e a distribuições de vacinas Covid-19 no leste da Ásia e no Pacífico

O BM forneceu US\$ 1,44 bilhão para apoiar a compra e distribuição de vacinas, testes e tratamentos Covid-19 na região do Leste Asiático e do Pacífico, especialmente para os mais vulneráveis.

Parcerias fortes e abordagens flexíveis de financiamento ajudaram os países a aumentar seus programas de vacinação, investindo em saúde, educação e proteção social para garantir um futuro mais resiliente.

Com base no ritmo atual de vacinação e disponibilidade de vacinas para os países do Leste Asiático e do Pacífico, a maioria alcançará pelo menos 70% de cobertura até meados de 2022.

Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2022/02/01/how-the-world-bank-delivered-covid-vaccines-in-east-asia-and-the-pacific>

Projetos do setor da saúde

Uma subvenção adicional de US\$ 3,75 milhões foi destinada à Cisjordânia em curso e à Resposta de Emergência Covid-19 de Gaza. O financiamento adicional continuará apoiando a resposta da Autoridade Palestina à ameaça representada pela pandemia Covid-19, garantindo a continuidade dos serviços essenciais de saúde e contribuindo para a resiliência a longo prazo.

A subvenção será do Fundo de Confiança Multi-doador de Emergências em Saúde administrado pelo BM. É um mecanismo flexível de financiamento rápido para apoiar países e territórios para melhorar suas capacidades de preparação, prevenção, resposta e mitigação do impacto das epidemias nas populações.

Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/02/04/new-us-3-75-million-grant-to-help-palestinians-fight-the-coronavirus-outbreak-and-future-health-shocks>

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

BID bate recorde de US\$ 23,4 bilhões em financiamento e mobilização em 2021, superando estimativa anterior

O BID e seu braço do setor privado, o BID Invest, atingiram um recorde de quase US\$ 23,4 bilhões em novas aprovações de financiamento, compromissos e mobilizações do setor privado, superando estimativas iniciais anteriormente relatadas para assistência financeira à América Latina e ao Caribe em 2021.

Este novo recorde inclui a mobilização da BID Invest de mais financiamento privado em 2021 – quase US\$ 3 bilhões – do que durante qualquer ano de sua história. O total também inclui níveis recordes ou quase recordes de aprovações de financiamento do BID em áreas prioritárias para a recuperação da região e crescimento sustentável e inclusivo, incluindo saúde e resposta a pandemia de Covid-19, mudanças climáticas, cadeias de suprimentos e digitalização.

Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/idb-sets-record-234-billion-2021-financing-mobilization-surpassing-prior-estimate>

BID aprova valores adicionais de empréstimo de US\$ 1,65 bilhão para estimular a recuperação econômica da América Latina e Caribe (LAC)

Em 2021, o BID aprovou oito operações que totalizaram US\$ 1,65 bilhão para Argentina, Brasil, Equador, Haiti, Honduras e Uruguai. Esses empréstimos adicionais e novos recursos ajudarão os governos a fortalecer suas finanças públicas, impulsionar suas economias e melhorar os serviços de saúde, água, saneamento básico e transporte. Os fundos também ajudarão a melhorar a resiliência a desastres naturais, segurança alimentar, ambiente de negócios e conectividade nas áreas rurais, entre outros objetivos.

Valores e projetos aprovados por país

O financiamento não reembolsável de US\$ 60 milhões para o Haiti promete ajudar a melhorar a segurança alimentar das famílias rurais do país, incluindo agricultores, pescadores e comerciantes de frutos do mar, aumentando a produtividade e a conexão com os mercados. O projeto inclui US\$ 18,3 milhões em cofinanciamento do Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar.

Um empréstimo de US\$ 80 milhões para o Brasil promete aumentar a cobertura de água potável e saneamento na cidade de Manaus, Amazonas. Os recursos também financiarão projetos de urbanização, transformação digital e iniciativas de inclusão e diversidade de gênero. Aproximadamente 35.000 pessoas se beneficiarão de melhores condições ambientais, de resiliência climática e de saúde.

Para o Uruguai, o BID aprovou dois empréstimos por um total de US\$ 210 milhões. O primeiro, um crédito de US\$ 145 milhões, promete apoiar a recuperação econômica e fiscal pós-pandemia. Os fundos terão a finalidade de fortalecer os efeitos negativos da política fiscal, introduzindo medidas temporárias para proteger a renda das famílias vulneráveis e aumentar a liquidez para micro, pequenas e médias empresas.

O segundo empréstimo, no valor de US\$ 65 milhões, terá como finalidade reparar vários segmentos rodoviários em todo o país. Essas melhorias na infraestrutura de transporte terão um papel fundamental no aumento da competitividade das indústrias florestal e agroindustrial.

Ao Equador, o BID reservou US\$ 400 milhões para ajudar na promoção da recuperação econômica sustentável e inclusiva no país. O programa promete ajudar a fortalecer os marcos institucionais e regulatórios para melhorar o ambiente de negócios, impulsionando o comércio internacional. O programa visa também aumentar a estabilidade financeira e o acesso ao financiamento.

Um crédito contingente de US\$ 400 milhões promete ajudar Honduras a gerenciar desastres naturais e de saúde pública. O financiamento ajudará a amortecer o impacto que desastres naturais e emergências graves ou catastróficas de saúde pública podem ter nas finanças públicas do país. Esta operação foi aprovada no âmbito do Centro de Crédito Contingente para Desastres Naturais e Emergências em Saúde Pública (CCF), um instrumento inovador para promover maior resiliência financeira para os países. O CCF também contribui para o financiamento climático do Banco para a América Latina e o Caribe.

Para a Argentina, o BID aprovou dois empréstimos por um total de US\$ 500 milhões, o maior entre os países. O primeiro é um crédito de US\$ 300 milhões para melhorar o acesso aos serviços públicos de saúde na província de Buenos Aires. O projeto integrará sistemas públicos de saúde de primeiro, segundo e terceiro níveis em uma rede de serviços focada no atendimento

a pessoas que dependem exclusivamente da cobertura pública. A iniciativa também visa aumentar a capacidade de serviços de prevenção, detecção e tratamento relacionados ao Covid-19.

Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/idb-closes-year-nearly-20-billion-new-financing-latin-america-caribbean>

Reunião Anual do BID 2022

O BID decidiu realizar este ano a Reunião Anual em formato virtual. A Reunião Anual do BID e do BID Invest ocorrerá entre as datas de 28 de março a 1º de abril de 2022.

Os Governadores são as mais altas autoridades formulando políticas do BID e do BID Invest. A maioria são ministros das finanças, ministros da economia ou presidentes do Banco Central de seus países.

Durante o evento virtual, líderes econômicos e financeiros dos 48 países membros do BID discutirão os desafios e oportunidades para o desenvolvimento na América Latina e no Caribe.

Para maiores informações: <https://liveevents.iadb.org/>

OMC: *waiver* e cenário patentário

Gordon Brown, ex-primeiro-ministro do Reino Unido, clamou por “medidas extraordinárias” para aumentar o acesso às vacinas contra a Covid, semelhantes à coordenação internacional durante a crise financeira global. Acompanhando o pedido da [Organização Mundial da Saúde](#) (OMS), ele considera como medida crítica para superação da crise a doação de US\$ 16 bilhões por parte dos países ricos. A quantia permitirá acelerar o acesso equitativo a produtos de combate à Covid-19. Mais uma vez, defende a suspensão (*waiver*) de direitos de propriedade intelectual no âmbito da pandemia de Covid-19, apresentada pela Índia e África do Sul, na [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), em outubro de 2020 ([Davies](#), 2022).

Enquanto o *hub* de tecnologia de vacina de mRNA avança na África do Sul e celebra-se o [acordo](#) entre o [Medicines Patent Pool](#) (MPP) e a empresa [Afrigen](#) e outros desenvolvimentos, não há decisão relativa à supracitada proposta no âmbito da OMC. Aguarda-se alguma atualização para a reunião do Conselho Geral da OMC, que está prevista para os dias 23 e 24 de março. A Diretora-Geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, anunciou que espera obter consenso até o fim de fevereiro ([WTO](#), 2022).

A OMC anunciou o lançamento do [working paper](#) “Innovation and patenting activities of COVID-19 vaccines in WTO members: Analytical review of Medicines Patent Pool (MPP) COVID-19 Vaccines Patent Landscape (VaxPaL), de autoria de Ting-Wei (Alex) Chiang e Xiaoping Wu, que empreende análise estatística de 74 famílias de patentes em torno de dez vacinas COVID-19. Essas vacinas representam 99% da produção global de vacinas COVID-19 em 31 de dezembro de 2021. Oito vacinas [BNT162b2 (Pfizer/BioNTech), AZD1222 (AstraZeneca/Oxford), Ad26. COV2-S (J&J), mRNA-1273 (Moderna), BBIBP-CorV (Sinopharm/Pequim), Coronavac (Sinovac), Covaxin (Bharat/ICMR) e NVX-CoV2373 (Novavax)] foram aprovadas pela [Organização Mundial da Saúde](#) (OMS) para na [Emergency Use Listing](#). A metodologia incluiu acesso à base de dados de patentes de vacinas COVID-19 intitulada [VaxPaL](#), lançada pelo MPP em 2021. O trabalho apresenta as dez vacinas COVID-19 cobertas pelos dados da base VaxPaL, os quatro tipos de plataformas de tecnologia utilizados em seu desenvolvimento e o atual status de produção global (Chiang e Wu, 2022).

Em síntese, Chiang e Wu concluem que: (i) Não há uniformidade no número de famílias de patentes envolvidas em cada vacina COVID-19. Diferentes plataformas tecnológicas são representadas por distintas intensidades de depósitos patentários. Por exemplo, vacinas baseadas em mRNA e vetor viral são mais intensivas em patentes do que as vacinas baseadas em subunidades proteicas e de vírus inteiros. (ii) Existe papel relevante de empresas privadas e instituições acadêmicas na inovação de vacinas contra a COVID-19. Entre as empresas, contribuições mais substanciais provêm de pequenas e médias empresas. (iii) Anos de pesquisa antes da pandemia beneficiaram a inovação. (iv) O primeiro depósito é normalmente realizado nos Estados Unidos ou na Europa, indicando que o desenvolvimento, em especial da tecnologia do mRNA, ocorreu principalmente nesses locais. Os pedidos subsequentes são feitos em várias jurisdições: Canadá; Austrália; Japão; China; Índia; República da Coreia; Singapura; Israel; México; Nova Zelândia; Hong Kong, China; Brasil; Rússia; Estados membros da *Eurasian Patent Organization*; e África do Sul. (v) O status legal das 74 famílias de patentes não é similar em diferentes jurisdições. A maioria das patentes, em especial de plataformas de mRNA e vetores

virais, foi concedida nos Estados Unidos, na Austrália, nos Estados membros do *European Patent Office*, no Japão, na Rússia, na China, no Canadá, na África do Sul, na Nova Zelândia, em Israel e na República da Coreia. Na maioria dos países em desenvolvimento, as informações sobre a existência de pedidos permanecem indisponíveis (Chiang e Wu, 2022).

OMPI: crescimento recorde dos depósitos de propriedade intelectual durante a pandemia

A despeito das dificuldades da pandemia, a [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) identificou atividade de depósito patentário recorde. Os pedidos de patentes internacionais depositados por meio do [Tratado de Cooperação de Patentes](#) (PCT) da OMPI cresceram 0,9% em 2021 e alcançaram 277.500 pedidos – o nível mais alto até hoje. A Ásia lidera o ranking, respondendo por 54,1% de todos os pedidos em 2021 e coerente com a trajetória de inovação ascendente nas últimas duas décadas. A título de comparação, em 2011, 38.5% dos pedidos de patentes depositados por meio do PCT eram provenientes da região (OMPI, 2022).

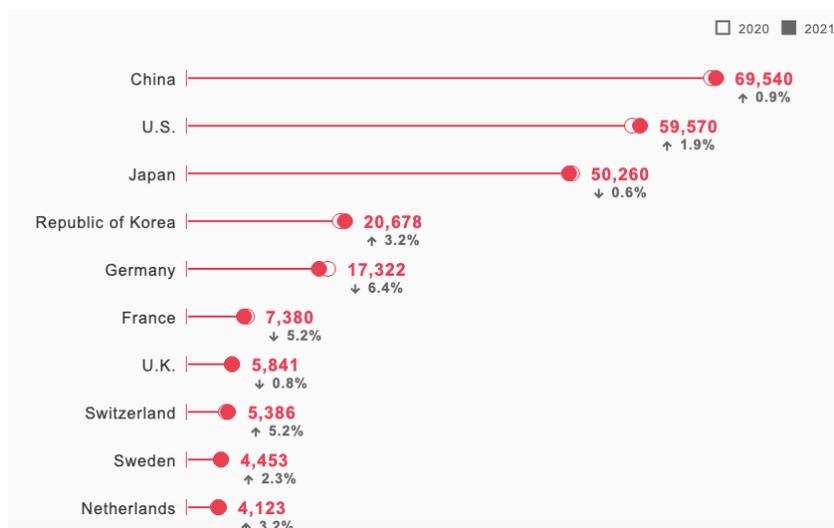
Em 2021, a China permanece como o maior usuário do PCT, seguida pelos EUA, pelo Japão, pela República da Coreia, pela Alemanha, pela França, pelo Reino Unido, pela Suíça, pela Suécia e pela Holanda (ver figura 1). Entre a 11ª e a 20ª posição, encontram-se: Itália, Canadá, Israel, Índia, Finlândia, Turquia, Austrália, Singapura, Áustria e Espanha. O Brasil ocupa a 27ª posição (OMPI, 2022).

Entre os principais depositantes, a chinesa Huawei Technologies, a americana Qualcomm Inc., as sul-coreanas Samsung Electronics e LG Electronics Inc., e a japonesa Mitsubishi Electric Corp. (ver figura 2) Não há empresa brasileira na [listagem](#) apresentada pela OMPI (OMPI, 2022).

O rol de instituições acadêmicas usuárias do PCT também reflete a ascensão asiática. A Universidade da Califórnia encabeça a lista. Em seguida, encontram-se: a Universidade de Zhejiang, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts, a Universidade de Tsinghua, a Universidade de Stanford, a Universidade do Texas, a Universidade de Tecnologia do Sul da China, a Universidade Nacional de Singapura, a Universidade de Suzhou e a Universidade de Tóquio. Não há instituição acadêmica brasileira na [listagem](#) apresentada pela OMPI (OMPI, 2022).

No tocante às áreas tecnológicas, em 2021, a informática (9,9% do total) representou a maior parcela de pedidos PCT publicados, seguida por comunicação digital (9%), tecnologia médica (7,1%), maquinário elétrico (6,9%) e medição (4,6%). Seis dos 10 principais campos de tecnologia registraram crescimento, com os produtos farmacêuticos representando a taxa de crescimento mais rápida, seguidos por biotecnologia, informática e comunicação digital. O destaque desses campos atesta o dinamismo das tecnologias relacionadas à saúde, em especial à pandemia, bem como oportunidades nas tecnologias digitais (OMPI, 2022).

Figura 1
Quais são os principais países usuários do Sistema PCT?



Fonte: WIPO Statistics Database, 2022

Figura 2

Annex 2: Top PCT applicants

2021 overall position in PCT ranking	Position changed in overall PCT ranking	Applicant's Name	Origin	2020	2021
1	0	HUAWEI TECHNOLOGIES CO., LTD.	China	5,464	6,952
2	3	QUALCOMM INCORPORATED	U.S.	2,173	3,931
3	-1	SAMSUNG ELECTRONICS CO., LTD.	Republic of Korea	3,093	3,041
4	0	LG ELECTRONICS INC.	Republic of Korea	2,759	2,885
5	-2	mitsubishi electric corporation	Japan	2,810	2,673
6	2	GUANG DONG OPPO MOBILE TELECOMMUNICATIONS CORP., LTD	China	1,801	2,208
7	0	BOE TECHNOLOGY GROUP CO.,LTD	China	1,892	1,980
8	-2	TELEFONAKTIEBOLAGET LM ERICSSON (PUBL)	Sweden	1,989	1,877
9	0	SONY GROUP CORPORATION	Japan	1,793	1,789
10	0	PANASONIC INTELLECTUAL PROPERTY MANAGEMENT CO., LTD.	Japan	1,611	1,741

Fonte: WIPO Statistics Database, 2022

UNCTAD: reunião do Trade and Development Board

De 10 a 11 e 16 a 18 de fevereiro de 2022, será realizada a septuagésima primeira sessão executiva [Trade and Development Board](#) da [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (UNCTAD). Três pontos relevantes da agenda são: (i) Interdependência e estratégias de desenvolvimento em um mundo globalizado: o documento [Trade and Development Report 2021 From recovery to resilience: the development dimension](#) será apreciado na ocasião, levando-se em consideração a dimensão do desenvolvimento e a recuperação e resiliência após a crise econômica desencadeada pela pandemia do coronavírus (COVID-19). (ii) Investimento para o desenvolvimento. Investir na recuperação sustentável: a reunião deverá considerar o documento [World Investment Report 2021: Investing in Sustainable Recovery](#), que trata das prioridades de investimento para a reabilitação econômica, dos desafios específicos que surgirão com a implementação dos planos de investimento para a retomada, da estrutura política da UNCTAD para melhoria sustentável, das tendências mundiais de investimento e políticas nacionais e internacionais do investimento nos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#), inclusive do ponto de vista dos mercados de capitais e finanças sustentáveis, para analisar o progresso global e propor possíveis cursos de ação. e (iii) Briefing do secretariado sobre perspectivas das políticas de investimento internacional (UNCTAD, 2022).

Em entrevista à agência Xinhua, [Rebeca Grynsipan](#), Secretária-Geral da UNCTAD, clamou por ação coletiva mais potente na luta contra os principais desafios globais. Citou acordos regionais como o [Regional Comprehensive Economic Partnership](#) (RCEP), que podem contribuir para que países de renda inferior, que, grosso modo, crescem a taxas menores do que as economias avançadas, sejam mais resistentes a choques. Países que contam com acordos regionais sofreram menos no contexto da crise da pandemia. Dados do [Trade and Development Report 2021 From recovery to resilience: the development dimension](#) indicam que a recuperação económica deverá ser desigual nos aspectos das regiões, dos setores e dos níveis de renda. Grynsipan destacou que é necessária cooperação mais estreita em nível global, em face da desigualdade na distribuição de vacinas, privilegiando o multilateralismo. A Diretora, que iniciou seu mandato recentemente, pretende revitalizar o espaço de construção de consenso na UNCTAD, oferecendo respostas para um mundo polarizado e melhor compreensão dos desafios do desenvolvimento ([Fuchs](#), 2022).

Referências

Chiang, TW e Wu, X, Innovation and patenting activities of COVID-19 vaccines in WTO members: Analytical review of Medicines Patent Pool (MPP) COVID-19 Vaccines Patent Landscape (VaxPaL). Geneva: WTO, 2022. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/reser_e/ersd202201_e.htm Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

Davies, L. Gordon Brown calls for 'extraordinary measures' to tackle Covid inequalities. Guardian, 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2022/feb/11/gordon-brown-calls-for-extraordinary-measures-to-tackle-covid-inequalities> Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

Fuchs, M. UNCTAD chief calls for multilateralism, regional agreements to tackle trade challenges. Xinhua, 2022. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/20220129/6ffc8d16f71743c59b49f9795e65c5e2/c.html> Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

OMPI. Innovative Activity Overcomes Pandemic Disruption - WIPO's Global Intellectual Property Filing Services Reach Record Levels. Genebra: OMPI, 2022. Disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2022/article_0002.html Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

UNCTAD. Trade and development report 2021: From recovery to resilience: the development dimension. Genebra: UNCTAD, 2021. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/trade-and-development-report-2021> Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

UNCTAD. Trade and Development Board, 71st executive session. Disponível em: <https://unctad.org/meeting/trade-and-development-board-71st-executive-session-continued2022>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

A educação, ciências e cultura informação e comunicação em prol da saúde global

Informe sobre as atividades da UNESCO

Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

O conceito ampliado da saúde, que não se restringe tão somente à ausência de enfermidades, relaciona-se diretamente à missão da UNESCO ao desenvolver programas de educação desde a primeira infância até para além do ensino superior com especial atenção ao liderar a [Agenda 2030](#) da educação global por meio do objetivo de desenvolvimento sustentável 4. Outros objetivos estratégicos propostos pela UNESCO afetam as questões de saúde como o combate à pobreza (01) e a fome (02) – temas que ganham relevância no Brasil, e no mundo, em função da emergência sanitária da COVID-19; além do acesso à água potável e saneamento básico (6).

Ao reforçar investimentos nas ciências naturais com vistas à construção de soluções inovadoras e de políticas públicas para o enfrentamento dos desafios ambientais, econômicos e sociais, educação em ciências, engajamento da sociedade nas ações científicas, com especial atenção no desenvolvimento de sistemas de conhecimento dos povos originários que possuem uma longa e intensa interação com o meio ambiente reforça o conceito da saúde global, interconectada e multifacetada.

Para além das ciências naturais, o desenvolvimento de iniciativas por meio das ciências humanas e sociais para o diálogo intercultural, democracia e cidadania global, cultura de paz e não-violência, transformações sociais, ética nas ciências e tecnologia buscam relacionar com os componentes dos determinantes sociais da saúde.

Sem contar que ao proteger o patrimônio cultural e fomentar a criatividade busca-se empoderar os povos por meio de sua identidade cultural em uma sociedade multiculturalista e interconectada, por meio de seus mais diversos tratados ratificando o poder da cultura para o estabelecimento de uma sociedade justa e equânime.

No que se refere especificamente sobre a pandemia da Covid-19, a UNESCO liderou e coordenou diversas respostas à pandemia, nas áreas de educação, cultura e informação e comunicação. Para acessar mais informações a respeito: <https://pt.unesco.org/covid19>

Educação

A UNESCO é a única agência do sistema ONU que tem sob sua responsabilidade cobrir todos os aspectos da educação, desta forma, cabe a ela liderar as ações para atingir as 10 metas do [objetivo de desenvolvimento sustentável de nr 4 da Agenda 2030](#) com vistas a assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

No que diz respeito à saúde global e ao impacto da pandemia da Covid-19 sobre a educação, a UNESCO publicou recentemente os resultados de uma pesquisa, intitulada [Response to Educational Disruption Survey \(REDS\)](#), realizada em onze países, culturalmente e economicamente diferentes entre si, sobre a interrupção da oferta de educação, os impactos e suas respectivas ações em resposta a tal interrupção.

Ainda como resposta à pandemia da Covid-19 e o impacto na educação, ressalta-se que a UNESCO liderou a iniciativa para a criação da Coalização para a Educação Global buscando minimizar o impacto da pandemia sobre os mais diversos sistemas de educação ao redor do

mundo. No último [relatório anual da Coalização para a Educação Global](#), foram contabilizados mais de 200 membros associados à coalização em 112 nações, beneficiando, direta ou indiretamente, mais de 400 milhões de estudantes e 12 milhões de professores, por meio de capacitação e aprendizado digital em que a transformação do aprendizado digital foi uma das prioridades como forma de resposta à interrupção da oferta de ensino.

Um ponto de destaque é quanto ao modelo de cooperação surgido nesta coalização em que a UNESCO serviu como ponto focal de demandas dos países e buscou soluções para as demandas de forma coordenada e engajando mais de um membro da coalização tanto para soluções locais quanto globais.

Em relação à saúde, a [estratégia UNESCO de educação em saúde e bem-estar: contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#), publicada em 2016, tem como enfoque a educação preventiva às infecções sexualmente transmissíveis, infecção pelo HIV, gravidez juvenil, promoção da saúde nas escolas, especialmente com relação à saúde sexual e reprodutiva na juventude.

A UNESCO no Brasil possui atuação na educação em saúde e bem-estar oferecendo cooperação técnica com os Ministérios da Educação e da Saúde.

Cultura

O poder da cultura é um forte componente para a transformação social. Com esse mote, a preservação do patrimônio cultural e a promoção da cultura criativa são áreas protegidas por um ecossistema jurídico internacional que enfrentam grandes desafios globais.

Nesse sentido, a UNESCO desenvolveu estratégias e liderança para defender mundialmente a cultura como componente do desenvolvimento sustentável, por meio do desenvolvimento de políticas públicas e estruturas legais em defesa da cultura e do apoio aos governos e partes interessadas na salvaguarda do patrimônio cultural, do fortalecimento das indústrias criativas e do incentivo ao pluralismo cultural.

Inicialmente, como forma de monitorar o setor cultural frente à pandemia da Covid-19, a UNESCO manteve a iniciativa mensal do [rastreador da cultura e política pública](#) como forma de monitorar o papel da cultura no desenvolvimento sustentável na Agenda 2030 e a repercussão a longo prazo dos efeitos da pandemia sobre a cultura.

Um ponto a ser destacado para o ano de 2022 na agenda da UNESCO no área da cultura é a preparação para a [Conferência Mundial em Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável - Mondiacult 2022](#), a ser realizado na Cidade do México, de 28 a 30 de setembro. A preparação para a conferência se dá por meio de consultas regionais com a finalidade de mapear as tendências atuais relativas às políticas culturais, notadamente, as estratégias de recuperação pós-pandemia.

No que se refere à preservação do patrimônio considerado relevante para o mundo, a UNESCO busca encorajar a identificação, proteção e preservação do patrimônio natural e cultural, porém há um significativo recorte com o patrimônio considerado de relevância mundial, deixando a mercê dos Estados a responsabilidade de proteger e preservar todo o patrimônio natural e cultural local não considerado de relevância extraordinária para o mundo.

Um dos programas de preservação do patrimônio se refere à informação documental é o [Programa Memória do Mundo da UNESCO](#) que visa dar acesso à informação que é de todos

para todos, incluindo sua preservação e garantindo o acesso à informação. Há três acervos documentais nominados como Memória do Mundo da Unesco em nível nacional que são o arquivo pessoal de Oswaldo Cruz, o acervo de Carlos Chagas e os negativos de vidro que são registros fotográficos do início das pesquisas biomédicas e médicas do Instituto Oswaldo Cruz.

Importante ressaltar que a proteção e preservação do patrimônio cultural e natural nas suas mais diversas expressões reforça a identidade cultural de povos e sociedades, não somente como parte de seu registro de memória, mas também na sua construção e evolução histórica.

Ciências

No campo das ciências naturais, humanas e sociais, a UNESCO estabelece um vasto campo de investimento, incentivo à pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento de um futuro sustentável, buscando engajar a sociedade a participar cada vez mais nas escolhas e construção desse futuro.

A UNESCO estabelece cooperação técnico-científica em temas das ciências naturais para capacitação, pesquisa, inovação, com enfoque nas mudanças climáticas e água. Nas ciências humanas e sociais, o destaque é quanto à inclusão, igualdade de gênero e raça, democracia e cidadania global, diálogos interculturais, cultura de paz e não-violência, empoderamento das mulheres e meninas nas ciências e ética na ciência e tecnologia.

Em novembro de 2021, na Conferência Geral da Unesco, foi assinado pelos Estados-Membros, o [acordo global que estabelece recomendações direcionadas à ética da Inteligência Artificial](#) que envolve uma estrutura holística, multicultural, abrangente de valores, princípios e ações interdependentes que podem orientar as sociedades e meio ambientes e ecossistemas a lidar de forma responsável a aceitar ou rejeitar tecnologias de Inteligência Artificial de modo que proteja-se a dignidade humana, os direitos humanos, o bem-estar e prevenir de possíveis danos causados por tais tecnologias tanto aos seres humanos quanto ao ambiente natural e construído.

Sabe-se dos grandes benefícios das tecnologias de inteligência artificial, porém, há um grande viés de preconceito e discriminação no uso não ético relacionados à gênero e raça, total desregulamentação quanto à privacidade de dados e aplicabilidade do uso de tais tecnologias na aplicação da lei por não haver nenhum padrão legal mínimo em nível global que ofereça algum tipo de limitação ao uso indiscriminado não ético da tecnologia de inteligência artificial.

Calendário de Eventos 2022 – UNESCO – período de 01 a 14 de fevereiro de 2022

https://en.unesco.org/events?field_date_value_1%5Bvalue%5D%5Bdate%5D=01.02.2022&field_date_value2%5Bvalue%5D%5Bdate%5D=14.02.2022&field_postal_address_country=All&title=

Atividades e posições dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

Como elementos de destaque neste informe, apontamos dois conflitos substantivos no âmbito da participação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público no ambiente de confrontação política e ideológica que marca os enfrentamentos com os interesses do capital:

1. a reiterada e propositada confusão em torno ao que caracteriza a sociedade civil de interesse público organizada e sua diferença ética em relação aos atores com interesses privados e comerciais e 2. seus conflitos com os interesses privados das empresas com fins de lucro, tais como os grandes monopólios farmacêuticos e as grandes fundações do filantropocapitalismo, na sua disputa ativa pelo espaço soberano decisório dos estados nacionais e na sua forte oposição aos movimentos sociais de interesse público em sua incidência no âmbito das decisões na OMS e no conjunto do Sistema das Nações Unidas.

O ponto 1 fica ilustrado no texto do importante informe da Revista Lancet sobre “Diplomacia e Cooperação Global em tempos pandêmicos: Lições e recomendações da Covid-19”, publicado em Dezembro de 2021, onde na Lição 6 se fala da destacada atuação da sociedade civil no enfrentamento da Covid, para a seguir enumerar as ações de todas organizações de interesse público ou não, ignorando conflitos de interesse e o crescente debilitamento da sociedade civil e do espaço cívico público no período pandêmico. Parece pouco provável que seja uma visão ingênua, parecendo o fortalecimento de uma constante e deliberada fragilização dos atores sociais e políticos que advogam pelo bem público e os direitos humanos. Na Recomendação 5.1 do mesmo documento, nota-se a fragilidade do argumento em favor da incidência de instituições privadas na arquitetura e financiamento de um novo espaço de manejo de respostas emergenciais e na própria manutenção e operação de atribuições de alçada da OMS, ignorando o evidente conflito de interesses que isso acarreta. O senso comum instalado torna quase naturais argumentos que tornam cada vez mais tênues os limites entre interesses públicos e privados e terminam entronizando o poder da financeirização na saúde global. Os trechos de interesse do Informe Lancet estão traduzidos abaixo.

O ponto 2 fica bem caracterizado na reação de um conjunto amplo de OSC de Interesse Público que se manifestam energeticamente frente à limitação do espaço democrático nos processos de discussão e deliberações da OMS, com um eterno processo de debates sobre o espaço de diálogo com as Organizações da Sociedade Civil de interesse público ao mesmo tempo em que se reparam as tentativas de formalizar a participação das grandes empresas e fundações privadas nos rumos da OMS. Vejam o importante documento de posição das OSC, traduzido abaixo.

Finalmente, neste informe queremos destacar a produção de vários documentos e produtos de posição do Movimento pela Saúde dos Povos - MSP / PHM, informando sobre o que é e o que reivindica este Movimento criado em 2000, indicamos seus extensos informes periódicos denominados “Global Health Watch” cuja sexta edição será lançada em junho de 2022 com instigantes temas de debates e o recente lançamento de três vídeos em que apresentam suas posições sobre a saúde global e seus desafios contemporâneos. A potência da produção crítica das organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ajuda a entender a extensão do conflito relatado nos dois pontos destacados anteriormente.

The Lancet: Comissão Global de Saúde e Diplomacia e força-tarefa de cooperação - "Diplomacia e Cooperação Global em tempos pandêmicos: Lições e recomendações da Covid-19." DEZEMBRO 2021 [GHD+Final+Note+Dec+2021.pdf \(squarespace.com\)](#)

"LIÇÃO 6: ONGs e organizações da sociedade civil (OCS) apresentaram notável desenvoltura e adaptabilidade no preenchimento de lacunas na resposta pandêmica global. Organizações e fundações não governamentais têm desempenhado um papel importante na mitigação da crise de saúde. Vários mostraram flexibilidade e aptidão impressionantes na formulação e execução de planos ambiciosos para ajudar os necessitados. A comunidade mundial de saúde global faria bem em estudar essas respostas e considerar como maximizar os pontos fortes únicos das ONGs e das OCS em qualquer pandemia futura. ONGs e CSOs têm mostrado liderança em uma ampla gama de intervenções pandêmicas. ONGs de todo o mundo estiveram no centro do socorro de emergência COVID-19. Para citar, mas alguns dos inúmeros exemplos, a Ação Contra a Fome tem fornecido alimentos e suprimentos essenciais, como medicamentos e EPI, para pessoas globalmente. Os Médicos Sem Fronteiras têm ajudado a construir a força de trabalho de saúde COVID-19, ao mesmo tempo em que mantêm serviços de saúde não relacionados ao COVID-19. Muitas organizações e iniciativas de saúde previamente estabelecidas mudaram o foco para a pandemia COVID-19. O Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária (Fundo Global), uma parceria que surgiu em 2000, respondeu ao pedido de ajuda durante a pandemia COVID-19. Em 2020, o Fundo Global forneceu cerca de US\$ 1 bilhão a 106 países para reforçar a resposta COVID-19.³³ Também fez parceria com os países para reprogramar até 5% de suas bolsas atuais para apoiar suas respostas COVID-19.

A Fundação Bill & Melinda Gates forneceu apoio financeiro à KU Leuven na Bélgica para testes de substâncias farmacológicas contra o COVID-19, e a Fundação Jack Ma doou 500.000 kits de teste e um milhão de máscaras para os EUA.³⁴ A estrutura orçamentária flexível dessas mega-fundações permitiu que eles redirecionassem seus recursos para responder à crise de uma maneira que a OMS e o Sistema das Nações Unidas não pudessem devido às suas estruturas orçamentárias e administrativas.^{35, 36} Além dessas contribuições de ONGs globais de grande destaque, vale ressaltar que as OCS têm desempenhado um papel crucial na mitigação das consequências da pandemia no nível comunitário; doação de alimentos e produtos de higiene primária; entrega de recursos educacionais; e fornecendo apoio social e psicológico muito necessário – muitas vezes em coordenação com entidades governamentais locais e outras subnacionais (ver Recomendação 2)."

"Recomendação 5.1: Considere o Desenvolvimento de uma Convenção Global de Saúde. Embora liderada por entidades de saúde do setor público, uma convenção global de saúde pública exigiria insumos de – e colaboração com – uma ampla gama de entidades do setor privado, como as indústrias de tecnologia médica, farmacêutica e de saúde; empresas agrícolas e alimentícias; empresas de viagens e transporte; organizações de pesquisa científica; ONGs; e grupos de defesa das mulheres. Instituições financeiras públicas e privadas – incluindo tesourarias e bancos centrais; o FMI e os RDBs; grandes companhias de seguros; empresas de gestão de investimentos; e fundos soberanos – também devem ser incluídos nas consultas. Tal convenção exigiria salvaguardas para conflitos de interesse, mas poderia representar uma oportunidade valiosa para fortalecer ainda mais os quadros para a coleta e compartilhamento de dados, pesquisas e outros conhecimentos científicos – não apenas no campo crucial do desenvolvimento de vacinas, mas também em achados da ciência social e das humanidades em campos como a psicologia do trauma; dinâmicas de grupo e comunidade; os impactos socioeconômicos das pandemias; os efeitos da desinformação; e outras áreas de potencial

relevância. Facilitaria a ação coletiva e a colaboração multisetorial, além de orientar os governos sobre preparação e resposta pandêmica.”

1. Carta Conjunta das Organizações da Sociedade Civil – OSC sobre o envolvimento dos atores não estatais (Non State Actors –NSA ou ANE – Atores Não Estatais) nos Órgãos de Governo da OMS. 24 de janeiro de 2022. [Microsoft Word - 150EB-JointStatmentNonStateActors.Final.docx \(ippf.org\)](#)

“Os fundamentos para os trabalhos das organizações da sociedade civil de interesse público (OSC IP) nas reuniões do órgão regulador da Organização Mundial da Saúde (OMS) é reconhecida nos artigos 18, 33 e 71 da Constituição da OMS e documentos básicos subsequentes. [1] Mais recentemente, o papel crucial das OSC foi reafirmado através do Quadro de Engajamento com Atores Não Estatais (FENSA),[2] e do 13º Programa de Trabalho (PoW) adotado durante a 71ª Sessão da Assembleia Mundial da Saúde em 2018, que se refere consistentemente ao papel crítico das OSC na realização do Programa Geral do Trabalho 2019-2023, e determina o engajamento e a cooperação com a sociedade civil. Como afirmado no PoW, "a OMS só pode cumprir as metas ambiciosas do GPW 13 com parceiros de todos os setores, incluindo a sociedade civil...". [3]

Mais do que nunca, a pandemia COVID-19 tem mostrado consistentemente o papel fundamental que as OSC desempenham na defesa do compromisso da OMS com a saúde de todos, fornecendo cuidados e serviços essenciais à saúde, especialmente para os mais marginalizados, e o interesse dos Estados-Membros em se envolver com as OSC. Organizações da sociedade civil em todo o mundo têm sido críticas tanto para as respostas nacionais à pandemia quanto para sustentar a prestação de serviços essenciais de saúde, incluindo onde os pontos de prestação de serviços públicos fecharam ou não conseguiram atingir as populações. As OSC de interesse público abaixo assinados concordam que o status quo atual dos métodos de trabalho precisa ser revisto para prover um engajamento significativo das OSC e analisar a oportunidade de rever o envolvimento de atores não estatais nos órgãos de governo da OMS. Por essas razões, temos empenhado e investido tempo consistentemente na contribuição para os questionários e pesquisas e na participação em reuniões organizadas pela secretaria da OMS. Também estamos muito envolvidos na criação de uma Comissão da OMS-OSC verdadeiramente representativa, transparente, eficaz e relevante para o trabalho da OMS.

No entanto, apesar de nossos esforços, as vozes e posições da sociedade civil ainda não se refletem nas diversas propostas apresentadas pelos relatórios da secretaria, incluindo o EB150/37, "Envolvimento de atores não estatais nos órgãos de governo da OMS" e as decisões propostas no interior. Em vez de aumentar a participação significativa, estão sendo impostas abordagens de cima para baixo sem um diálogo transparente e aberto entre as diferentes partes interessadas, especialmente os Estados-membros e as OSC. Essa situação simboliza a presença da sociedade civil nos órgãos de governo da OMS.

Restringir todo o engajamento de atores não estatais (NSA) a declarações eleitorais conjuntas sobre itens de agenda definidos apenas pelo secretariado da OMS reduz drasticamente as diferentes vozes e perspectivas do CSO e sufoca aqueles que trabalham em diversas questões relacionadas à saúde. Também força as OSC a concordar plenamente com declarações escritas e posições com empresas do setor privado com interesses, valores e motivações muito diferentes sobre equidade em saúde e direitos humanos. Exigir declarações conjuntas para representar as opiniões de amplos círculos eleitorais de atores não estatais inevitavelmente homogeneiza posições ricas e diversas sobre questões de saúde pública e

silenciará o debate crítico em determinadas áreas. Reduz o engajamento das OSC a intervenções generalizadas sem sentido com base no menor denominador comum. Além disso, ao contrário da nossa orientação em 2021, as pré-reuniões da WHA incluíram os Estados-Membros em apenas uma fração de sessões, e embora apreciemos os Estados-Membros que se esforçaram para participar, havia muito poucos presentes e a estrutura da reunião não facilitou um diálogo de qualquer tipo entre os Estados-Membros e as OSC.

Além disso, a forma como esses processos foram impostos tornou impossível a participação significativa. A má organização, detalhes de participação extremamente tardia, a escassez de informações necessárias à coordenação e os prazos curtos impossíveis tornaram os "julgamentos" das declarações eleitorais e das reuniões pré-WHA em 2021 um fracasso, mesmo para aqueles que tentaram participar apesar desses desafios. Em outros itens da agenda, as declarações das OSC, muitas vezes substantivas, baseadas em evidências, contribuindo com um alto nível de experiência profissional e refletindo situações multi-países, devem ser resumidas em 1 minuto e relegadas ao final da reunião. Esses tipos de dinâmica reduzem a eficácia das reuniões da OMS tanto para as OSC quanto para os Estados, em vez de focar na urgência das questões em pauta.

Em vez de repetir falhas por um segundo ano e, eventualmente, institucionalizar essas pré-reuniões, um processo claro e de baixo para cima precisa ser criado para diferentes modelos de engajamento das OSC e para que as propostas das OSC sejam ouvidas. Portanto, as OSC abaixo assinadas, convocam os Estados-Membros a:

-Estabelecer um grupo de trabalho de Estados-Membros e OSC, levando em conta geográficos, LMICs, diversas áreas de trabalho ou quaisquer outros critérios pertinentes, para definir uma relação de trabalho eficaz e mecanismos significativos de engajamento para que as OSC participem dos órgãos de governança e do trabalho da OMS, e informem-se à 152ª Sessão do Conselho Executivo em janeiro de 2023.

Não endossar as decisões propostas nos parágrafos 22(a) e (b) do documento EB150/37, "Envolvimento de atores não estatais nos órgãos de governo da OMS", e substituir o parágrafo 22(c) por um pedido ao presidente do Conselho Executivo para relatar as conclusões do grupo de trabalho e as propostas resultantes na 152ª Sessão do Conselho Executivo.

- Garantir uma participação aberta e significativa de atores não estatais, não apenas entregar declarações, que possam incluir compartilhamento de informações oportuna, acesso a reuniões e documentos de rascunho e oportunidades significativas de engajamento com os Estados-Membros enquanto as decisões estão sendo consideradas.

- Garantir que os princípios da transparência, da diversidade, da inclusividade, da igualdade e da responsabilização sejam a base dessa nova relação de trabalho.

Solicitamos ao Secretariado da OMS que ajude os Estados-Membros e as OSC nestes debates e não aplique opiniões ou posições. Além disso, encorajamos os Estados-Membros a apoiarem este grupo de trabalho para garantir um engajamento significativo e eficaz das OSC no trabalho e na governança da OMS, não apenas em suas declarações.

Assinam: African Centre Global Health & Social Transformation, Act Church of Sweden, Africa Health Budget Network, Aidsfonds, AIDS Vaccine Action Coalition*, Alzheimer's Disease International*, Association For Promotion Sustainable Development, Bangladesh Breastfeeding Foundation, Centre For Accountability And Inclusive Development (CAAID), Centre for Health

Science and Law, CHEN - Patient Fertility association, Israel, Commonwealth Medical Trust, Community of Practitioners on Accountability and Social Action in Health (COPASAH), Centre for Socio-Economic Development, Corporate Accountability*, El Poder del Consumidor, Enfants du Monde, Fundacion Huesped, HADAM Right to Food Malaysia, Health Action International*, HelpAge International*, International Association for Hospice and Palliative Care*, International Baby Food Action Network (IBFAN)*, International Federation on Ageing*, International Federation of Medical Students' Associations*, International Longevity Center Dominican Republic (ILC-DR), International Longevity Centre Canada, International Longevity Centre Global Alliance, International Network for the Prevention of Elder Abuse (INPEA), International Planned Parenthood Federation (IPPF)*, Madhira Institute, Medecins Sans Frontier*, Medicus Mundi International - Network Health for All*, Member Care Associates, Movendi International*, Near North Palliative Care Network, Non-communicable Diseases Alliance Kenya (NCDAK), Pan African Health Systems Network, Germany People's Health Movement, People's Health Movement Kenya, Public Health Association of South Africa (PHASA), STOPAIDS, The Swedish Association of Sexual and Reproductive Rights, Viva Salud, WaterAid*, Wemos, World Federation of Public Health Associations*, World Public Health Nutrition Association, Wote Youth Development Projects, Youth Initiative for the Promotion of Good Leadership in Nigeria, *OSC em Relações Oficiais com a OMS.

Para baixar a carta: [Download the letter](#)

[1] Critérios para a admissão de ONGs em relações oficiais com a OMS na 47ª edição (2009) [2] Quadro de engajamento com atores não estatais (FENSA), paras 15-20, página 22 [3] Trezeº Programa Geral do Trabalho 2019-2023, Página 46.”

2. Sobre o PHM e seus documentos e posições

O Movimento de Saúde dos Povos (PHM) é uma rede global de organizações e indivíduos comprometidos com o avanço da 'Saúde para Todos' e justiça social. O PHM é composto por círculos de países/entidades relacionadas em mais de 80 países, redes e organizações afiliadas em nível regional e global. Os programas e atividades do PHM são apoiados por uma Secretaria descentralizada, sob o comando da Coordenadoria Global do PHM. • A PHM possui quatro programas globais de grandes empresas. São eles: o Alternative World Health Report ou Global Health Watch (GHW), livro que já teve cinco edições (a sexta edição está na imprensa); a International Peoples' Health University (IPHU) que forma jovens ativistas do PHM; a campanha Saúde para Todos (HFAC) que cria vínculos e um quadro geral para as campanhas dos círculos do país/entidades relacionadas ao PHM em questões importantes; a “Organização Mundial da Saúde (OMS) Watch” que é uma intervenção na governança global da saúde por meio da participação de ativistas na documentação e crítica de resoluções e procedimentos dos órgãos de governo da OMS. • O PHM também realiza uma série de atividades de pesquisa e publicação que ajudam a moldar a conscientização da população e informar e apoiar intervenções políticas.

O Mundo que Queremos: Ações Para uma Sociedade Sustentável, Mais Justa e Saudável. Uma Trilogia de Curta-metragens, produzida pelo Movimento pela Saúde dos Povos (PHM), apoiado pela Prince Mahidol Award Conference, 2022:

I. Construindo Sistemas de Saúde Equitativos: O primeiro filme registra as vozes de agentes comunitários de saúde e profissionais de saúde e ativistas dos direitos de saúde de todo o mundo, sobre os aprendizados da pandemia do COVID para a concepção de sistemas de saúde. Uma das principais razões por trás da atual crise na saúde tem sido a falha da comunidade global

de exigir e prestar assistência ao fortalecimento da prestação de serviços no setor público. Isso ficou mais evidente durante a pandemia COVID-19.

Neste vídeo, analisamos as implicações do subinvestimento público crônico no setor público de saúde, a promoção ativa do setor privado com fins lucrativos e a acelerada comercialização da atenção à saúde, particularmente para aqueles que enfrentam marginalização histórica e que suportaram o peso da exposição, infecção, morbidade e morte por COVID. Os depoimentos reiteram a necessidade de serviços de saúde centrados na comunidade, onde a equidade e a solidariedade são princípios centrais. Com base na visão do PHM para a Saúde Para Todos, discutimos alternativas ao discurso dominante orientado ao mercado e à privatização da saúde. Apresentamos lições, princípios e estratégias para a construção de sistemas de saúde públicos/governamentais fortes e equitativos que promovam a justiça social e os direitos humanos e coloquem as pessoas acima do lucro.

Construir melhor, exige que conceituemos todos os cuidados de saúde, e não apenas vacinas, como um bem público global - algo que nunca seremos capazes de esperar dos modelos atuais baseados no mercado de saúde.

Webcast I: <https://youtu.be/otHKAR3mmPE>

II. Repensando os ODS... no Rescaldo Pandêmico... O segundo filme destaca os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - em que contexto político econômico e que relações de poder desiguais surgiram e continuaram a perpetuar. Este vídeo contém perspectivas da professora Anne-Emmanual Birn, da Universidade de Toronto, que também é ativista do PHM no Canadá, professora Agnes Binagwato Vice-Chanceler da Universidade de Equidade Global em Saúde, Dr. Delen de la Paz ativista do PHM das Filipinas, Dr. Hugo Icu PHM, Guatemala e Dr. Sarojini Nadimpally, SAMA e PHM Índia.

A pandemia Covid-19 destacou e exacerbou as iniquidades existentes dentro dos países e entre os países. Seu impacto ameaça o progresso nos ODS. Durante a pandemia, a COP26 foi realizada, mas fez pouco progresso no estabelecimento de uma base sustentável para o planeta e na contenção da produção de carbono. As múltiplas crises enfrentadas estão fora de controle das mudanças climáticas, iniquidades em rápido crescimento, comportamento capitalista desenfreado por governos e Corporações Transnacionais. Embora os ODS tenham sido uma melhoria em seu antecessor por sua equidade em primeiro plano, é óbvio que os objetivos e aspirações que representam não podem ser alcançados no paradigma atual.

Eles também não lidam com a contradição central de defender mais crescimento econômico e com ele o consumo que tornará as pressões em nosso planeta maiores. Essa contradição existia antes do Covid-19 e agora é mais evidente. As nações - particularmente do mundo majoritário ou do Sul Global - devem reivindicar seu poder e exercitar sua imaginação, aprendendo umas com as outras quando necessário e traçando seu próprio curso. Devemos também repensar o atual modelo econômico global no qual operamos - usando modelos como Buen Vivir e Gross National Happiness e estratégias como o desmantelamento do poder industrial extrativo, justiça fiscal e redistribuição econômica, bem como um foco no bem-estar planetário.

Webcast II: <https://youtu.be/6pPA8w2yJQc>

III. Economia Global Pós-Pandemia- Reestruturação, Reforma ou apenas Re-vitalizar. O terceiro filme mergulha no modelo econômico hegemônico, extrativista e grosseiramente

desigual, que prevalece hoje. Ressalta a necessidade de uma mudança transformadora que evite o consumo insustentável e injusto de recursos ecológicos finitos e redistribua poder, riqueza e traga uma nova ordem econômica baseada na justiça e justiça que garantiria a sobrevivência humana. Quando a pandemia COVID-19 chegou em 2020, ela rapidamente entrou em colapso nas cadeias globais de suprimentos e deprimiu a atividade econômica em todo o mundo. As economias nacionais que ainda estavam lutando após a crise financeira global de 2008 foram jogadas em desordem. Quase imediatamente se falou da necessidade de um "grande reset" pós-COVID, de governos se comprometendo a "reconstruir melhor" e a garantir uma "recuperação verde".

Embora as pessoas cansadas da pandemia possam ansiar pelo que consideram ser um retorno à normalidade, nossas políticas econômicas não podem simplesmente dar calote a um negócio como de costume. A economia pré-pandêmica já estava criando enormes desigualdades de riqueza, acelerando as mudanças climáticas e fomentando migrações em massa de pessoas fugindo da pobreza, seca ou conflito; tudo isso só piorou com a pandemia. Alguma das novas cartilhas políticas decorrentes do caos econômico da pandemia é suficiente para garantir a equidade no acesso das pessoas aos recursos necessários para a saúde? Ou são necessárias medidas mais radicais para melhorar a equidade em saúde globalmente, garantindo a sustentabilidade dos ecossistemas? Tais medidas ecológicas são mesmo compatíveis com o capitalismo, por mais reformado que seja o antigo sistema deste século? Estas são algumas das perguntas que Ronald Labonte colocou a três economistas que têm pensado criticamente sobre tais questões há algum tempo: Tim Jackson, Walden Bello e Jayati Ghosh. Dois pontos que eles fazem abundantemente claros: 1) Não precisamos do nível ou forma de crescimento econômico que nos trouxe o COVID-19. 2) Precisamos de uma visão diferente do papel dos governos em garantir que nossas economias trabalhem para melhorar a saúde e o bem-estar de todos, e para proteger nossos comuns ambientais. Eles explicam isso no terceiro webcast sobre "economia global pós-pandemia"

Webcast III: https://youtu.be/DosldxMob_0

3. Sobre as publicações "Global Health Watch" um informe alternativo de Saúde Global. <https://phmovement.org/global-health-watch/>

Em junho de 2022, será lançada a sexta edição deste Livro: <https://www.bloomsbury.com/us/global-health-watch-6-9781913441265/>

O Global Health Watch (GHW), agora em sua sexta edição, fornece a voz definitiva para um discurso alternativo sobre saúde. Integra análises rigorosas, propostas alternativas e histórias de lutas e mudanças para apresentar um caso convincente para o imperativo de trabalhar por uma transformação radical da forma como abordamos ações e políticas em saúde. Foi concebido em 2003 como um esforço colaborativo por ativistas e acadêmicos de todo o mundo, e foi projetado para questionar as políticas atuais sobre saúde e propor alternativas

O Global Health Watch 6 (GHW6) foi coordenado por oito organizações da sociedade civil – o Movimento de Saúde do Povo, ALAMES, Health Poverty Action, Medico International, Third World Network, Medact, Sama e Viva Salud. Com contribuições de todo o mundo, o GHW6 aborda questões-chave relacionadas aos sistemas de saúde e à gama de determinantes sociais, econômicos, políticos e ambientais da saúde, localizando decisões e escolhas que impactam na saúde na estrutura das relações globais de poder e governança econômica.

Tabela de Conteúdos. Capítulo A1: De patologias pré-pandêmicas à esperança pós-pandemia; Capítulo A2: Iniquidades de gênero durante a COVID-19: uma visão do Sul Global; Capítulo A3: Do crescimento antiético ao decréscimo ético: o capitalismo pode ser transformado? Capítulo B1: O choque entre a Cobertura Universal de Saúde e a Atenção Primária à Saúde; Capítulo B2: Saúde Global 2.0? Tecnologias digitais, disrupção e poder; Capítulo B3: A COVID-19 e a furtiva privatização da saúde; Capítulo B4: Velha nova política de acesso a medicamentos; Capítulo B5: Transformando os cuidados de saúde mental globalmente; Capítulo C1: Austeridade *rerun*; Capítulo C2: Mercados de trabalho desiguais encontram uma pandemia desigualizante; Capítulo C3: Confrontando os determinantes comerciais da saúde; Capítulo C4: Modelo de desenvolvimento, extrativismo e meio ambiente: Tecendo resistências globalmente; Capítulo C5: Transformação de sistemas alimentares para pessoas saudáveis e um planeta saudável; Capítulo C6: Conflito e saúde na era do coronavírus; Capítulo D1: OMS e a política das pandemias; Capítulo D2: Mudando as arenas dos jogos - como novos tratados comerciais governam os governos; Capítulo D3: As Nações Unidas, a governança global e o preço dos fracassos de financiamento; Capítulo D4: Observando as instituições financeiras internacionais: Nova retórica, velha prática? Capítulo D5: O Grande Reset do Fórum Econômico Mundial de Davos.

Mais de um ano após o início da vacinação, a exigência de equidade na distribuição de vacinas é destaque nas manifestações da sociedade civil

*Lara Daibert, Laurenice Pires, Luis Eugênio de Souza,
Marciglei Brito Moraes e Patricia Lewis*

Organizações globais da sociedade civil dedicadas à saúde seguem acompanhando de perto a resposta global à COVID-19, os impactos da pandemia e a dinâmica das relações internacionais para o enfrentamento dos múltiplos desafios sociais e econômicos neste contexto – os novos e os que se agravaram nos últimos dois anos. Ao todo, 37 instituições e movimentos foram monitorados e as atividades mais relevantes foram compiladas. Como questão específica, destacou-se a forte inquietação causada pela persistência da gritante iniquidade na distribuição vacinal ao redor do mundo, associada à elevada lucratividade das grandes empresas farmacêuticas. Outros assuntos abordados incluíram: acesso a testes, impacto social da pandemia e recuperação justa e sustentável, fuga de cérebros, a estratégia chinesa da “Covid Zero”, outros problemas de saúde no contexto da pandemia (doenças tropicais negligenciadas, doenças crônicas não transmissíveis, doenças cardiovasculares e violência), participação das mulheres na ciência e funções essenciais de Saúde Pública. Por fim, deve-se registrar que a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) e a Women in Global Health tiveram reconhecidas, pelo Conselho Executivo da OMS, suas condições de ONGs em relações oficiais com a OMS.

O *apartheid* das vacinas

O principal assunto das manifestações das organizações da sociedade civil na última quinzena foi a persistente e alarmante iniquidade na distribuição de vacinas entre países, notadamente com a dificuldade de acesso a imunizantes pelos países menos desenvolvidos do Sul global.

Em suas [redes sociais](#), [The People’s Vaccine](#) denuncia a dificuldade de países da África e da própria OMS para estabelecer a produção de vacinas contra a COVID-19 no continente. O termo *apartheid* das vacinas destaca a segregação de países africanos no recebimento de vacinas. O assunto também foi tema de um [webinário](#) organizado pela Universidade de Princeton, nos EUA.

Outras organizações como [Action Aid](#) e [Global Justice Now](#) se somaram ao coro ainda mais indignado após a divulgação dos lucros da farmacêutica Pfizer no ano passado e das previsões para 2022. O [Movimento pela Saúde dos Povos](#) (PHM) publicou o boletim quinzenal [People’s Health Dispatch](#) de número 18, em que fala também dos lucros obtidos pela Pfizer com a pandemia e do acesso reduzido a medicamentos. Fala ainda do plano de Cuba para apoiar a distribuição de vacinas no Sul Global.

[Novo estudo](#), publicado como pela [Public Citizen](#), estima que reverter as iniquidades no acesso global a vacinas contra a COVID-19 com o fornecimento de duas doses de vacinas RNAm para toda a população em países de renda baixa e média-baixa poderia evitar 1,3 milhões de mortes e custaria 35,5 bilhões de dólares.

Ainda sobre a distribuição desigual de vacina, o CSIS realizou, em 4 de fevereiro de 2022, um [painel de alto nível](#) que discutiu os esforços para avançar com a equidade no fornecimento de vacinas em países menos desenvolvidos. O painel também discutiu a disseminação de

informações enganosas e a dificuldade de avançar em países ricos devido à politização da vacinação e à hesitação da população.

Na mesma linha, o [Human Rights Watch](#) divulgou o artigo [Stop Conflating Covid-19 Vaccine Access with 'Hesitancy'](#), destacando que ênfase na discussão sobre a hesitação ou resistência à vacina pode subdimensionar o problema das iniquidades na cobertura vacinal em todo o mundo.

O [Centro de Saúde Global do Graduate Institute Geneva](#) sediará um [evento online](#) no dia 28 de fevereiro. Intitulado “COVID-19 e o reenquadramento do discurso sobre a equidade em saúde global: desafios, trocas e oportunidades”, o evento propõe uma reflexão sobre o que mudou no discurso sobre a equidade em saúde global desde o início do surto de COVID-19, as lições aprendidas e perspectivas para o mundo pós-COVID-19.

Por meio das redes sociais, a [CARE \(Cooperative for American Remittances to Europe\)](#) iniciou uma campanha para pressionar os EUA a destinarem US\$ 17 bilhões para a distribuição global equitativa de vacinas (#EndCOVIDEverywhere). A ONG considera que está na hora de o governo Biden assumir “mais uma vez o manto da liderança e dar o exemplo para outros líderes do G7”.

Patentes de vacinas e medicamentos

Relacionada à questão da iniquidade na distribuição de vacinas, tem sido assunto das organizações da sociedade civil a revogação ou suspensão das patentes. Em fevereiro, a organização médica humanitária [Médicos Sem Fronteiras \(MSF\)](#) e o Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) tornaram público um pedido ao governo da África do Sul para revogar as patentes concedidas às empresas farmacêuticas Moderna e Eli Lilly referentes à vacina mRNA e ao medicamento baricitinibe, usado em pacientes com COVID-19 em estado grave e crítico. As duas organizações destacaram que o monopólio de patentes sobre o baricitinib bloqueia a produção e o acesso a versões genéricas de custo mais baixo no país sul-africano. Quanto à vacina, as três patentes concedidas à Moderna pelo país, podem comprometer o sucesso do Centro de Transferência de Tecnologia de vacinas de mRNA da OMS, bem como a futura produção autossuficiente de vacinas na África do Sul.

Ainda sobre a África, em Essuatíni, a MSF está apoiando a campanha nacional do Ministério da Saúde para aumentar a cobertura vacinal por meio de postos móveis de vacinação, principalmente em comunidades rurais e remotas de difícil acesso. Não só o acesso à vacina é um problema, nas comunidades existem também altos índices de desconfiança e desinformação. Como resposta, o MSF implementou atividades de promoção da saúde e de informação, indo de porta em porta, em toda a comunidade rural para compartilhar informações sobre a COVID-19 e as vacinas.

Acesso a testes

A aliança global para diagnósticos, FIND, e Representantes da Comunidade e Sociedade Civil da Plataforma ACT-A⁶¹ realizarão um [seminário online](#) em 16 de fevereiro para compartilhar

⁶¹ O [Acelerador do acesso a ferramentas contra a COVID-19 \(Acelerador ACT\)](#) é uma iniciativa inovadora de colaboração em escala mundial que tem o objetivo de acelerar o desenvolvimento, a produção e o acesso equitativo a testes, tratamentos e vacinas contra a COVID-19. A plataforma é uma iniciativa apresentada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) juntamente com governos, cientistas, empresas, organizações da sociedade civil, filantropos e organizações de saúde de âmbito mundial. Fonte: OMS.

atualizações e descobertas recentes de uma pesquisa sobre acesso global a testes conduzida em 10 países com o objetivo de entender a opinião da população sobre o acesso a testes para COVID-19.

Impacto social da pandemia e recuperação justa e sustentável

O projeto [GROWINPRO](#) (Growth Welfare Innovation Productivity) organiza, para o dia 22 de fevereiro de 2022, um [webinário](#) para avaliar o impacto socioeconômico da pandemia e desenhar propostas de políticas para uma recuperação justa e sustentável. Entre outros nomes, o evento contará com a presença de Nicoletta Dentico.

Fuga de cérebros

O [Consórcio de Universidades para a Saúde Global \(CGHU\)](#) publicou um [artigo](#) sobre a procura por profissionais de saúde em países de renda baixa e média-baixa por países ricos como Estados Unidos, Canadá e Grã Bretanha, alertando que tal prática compromete a capacidade de atenção nos países que mais necessitam de prover cuidados à saúde de seus cidadãos. O CGHU também realizou o evento [“Reinventando a saúde global na África e no mundo em desenvolvimento”](#), no dia 3 de fevereiro de 2022.

A política chinesa “COVID Zero”

O [Centro para Estudos Estratégicos Internacionais \(CSIS\)](#), instituição norte-americana voltada para discutir a segurança nacional, publicou um [artigo](#) crítico da política “Covid zero” da China. Assinado pelo vice-presidente e diretor do *Global Health Policy Center*, entre outros, o artigo mostra as limitações e implicações da política adotada pela China de enfrentamento à pandemia da COVID-19. Trata ainda das relações entre China e Estados Unidos e termina, propondo uma distensão (*détente*) de segurança sanitária. Os autores também reforçam que os EUA e outros países devem continuar a pressionar a China para que colabore com as pesquisas lideradas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Outros problemas de saúde no contexto da pandemia

Doenças tropicais negligenciadas (DTN) no contexto da pandemia

A Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi) lançou, no fim de janeiro, uma [nova parceria para uma pesquisa global sobre a dengue](#) com países em que a dengue é endêmica na busca por um tratamento seguro, acessível e efetivo. A primeira instituição a se juntar ao projeto foi a *Faculty of Medicine Siriraj* do *Hospital* da Universidade de Mahidol, na Tailândia. A iniciativa está também [recrutando participantes](#) para testar uma nova combinação de medicamentos promissora para o combate à COVID-19, dentro do projeto ANTICOV, conduzido em 13 países africanos.

A DNDi também se manifestou sobre [o déficit de financiamento de P&D para doenças tropicais negligenciadas da OMS](#), evidenciado no relatório G-FINDER. Lançado em antecipação ao Dia Mundial das DTN em 30 de janeiro, o relatório mostra que o financiamento caiu para US\$ 328 milhões em 2020 – uma redução de 6% em relação a 2019 – marcando quatro anos consecutivos de declínio e uma década de estagnação do financiamento.

Doenças crônicas não transmissíveis

O dia mundial do câncer de 2022 tem como tema “Close the Care Gap”, reconhecendo as desigualdades relativas ao acesso ao cuidado em todo o mundo. A [NCD Alliance](#) destaca dados

de estudos que indicam que “adultos mais velhos têm maior probabilidade de não receber os cuidados necessários em comparação com os adultos jovens, levando a resultados de saúde significativamente piores em 95,5% dos estudos”.

Doenças cardiovasculares

A [World Heart Federation \(WHF\)](#) lançou o [World Heart Observatory](#), um portal de acesso aberto, que tem por objetivo acompanhar a carga global e regional das doenças cardiovasculares. Conta com os mais de 200 membros da WHF em todo o mundo e tem apoio da Fundação Novartis, do Global Burden of Disease e do Institute for Health Metrics and Evaluation.

A [Coalizão Global para a Saúde Circulatória](#) – da qual a [World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians \(WONCA\)](#) é membro – fez uma declaração por ocasião da 150ª sessão do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde, instando os Estados membros a fortalecer a atenção primária à saúde e a aumentar a alocação de recursos e desenvolver políticas direcionadas para combater os fatores de risco de doenças cardiovasculares e doenças crônicas não transmissíveis, incluindo os determinantes comerciais da saúde, por meio de mecanismos como a tributação de produtos não saudáveis, entre outros pontos.

A WHF também apoiou a declaração do Fórum de Sociedades Respiratórias Internacionais sobre as consequências da compra da Vectura (farmacêutica) pela Philip Morris International (empresa multinacional produtora de tabaco). Na declaração, reitera-se a importância da implementação do artigo 5.3 da Convenção-Quadro do Tabaco por partes dos governos, agindo para “proteger essas políticas dos interesses comerciais ou outros interesses garantidos para a indústria do tabaco, em conformidade com a legislação nacional”.

Violência armada

Em Cabo Delgado, Moçambique, milhares de pessoas estão sendo obrigadas a se deslocar e fugir para outras regiões devido ao surto de violência armada e às tempestades tropicais que começaram na última semana de janeiro, agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade pela falta de abrigo, água potável e saneamento básico adequado. A organização Médicos sem Fronteiras está fornecendo cuidados básicos de saúde para a população afetada por meio de clínicas móveis, abrigos e itens domésticos e tratamento para afecções como malária, tosse, febre, diarreia, dores físicas e problemas de saúde mental.

Ciência e gênero

A [InterAcademy Partnership](#) publicou o documento “O valor de centros de ciência – especialmente em países de renda média e baixa”, com o objetivo de fornecer informações e exemplos para tomadores de decisões sobre as múltiplas dimensões que podem ser impactadas por centros de ciência e museus, particularmente em países de menor renda. A instituição também divulgou um [artigo](#) de coautoria de seu coordenador e membro do Comitê Gestor do [Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde \(SHEM\)](#), Peter McGrath, que fala sobre a baixa representatividade de mulheres em carreiras científicas e pesquisa.

O movimento global [Women in Global Health \(WGH\)](#) publicou a carta “The year of action for gender equity” em que apresenta dez prioridades políticas a serem perseguidas em 2022, visando alcançar a equidade de gênero na liderança da saúde global.

Funções essenciais de Saúde Pública

Em janeiro, a [Associação de Escolas de Saúde Pública da União Europeia](#) (ASPHER) e a [Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública \(IANPHI\)](#) convocaram uma reunião para discutir as funções essenciais e a força de trabalho da saúde pública. Dentro dos objetivos estão o Desenvolvimento Sustentável e a Cobertura Universal de Saúde, alinhando assim o compromisso das organizações com a saúde global. A IANPHI trabalhará nos próximos dois meses com a OMS para desenvolver um plano de ação para o desenvolvimento da força de trabalho.

A IANPHI vem trabalhando também no desenvolvimento de uma proposta para a Fundação Bill e Melinda Gates (BMGF) relacionada à vigilância integrada, um dos grandes desafios da organização. A proposta pretende apoiar o Centro da OMS para Pandemia e Inteligência Epidemiológica no trabalho com os Institutos Nacionais de Saúde Pública em países alvo.

Organizações em relações oficiais com a OMS

A 150ª sessão do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde decidiu manter a [Federação Mundial de Associações de Saúde Pública](#) (WFPHA) em relações oficiais com a OMS. A WFPHA manifestou-se, reafirmando o compromisso de continuar seus esforços para promover a saúde para todos. Como próxima atividade, a Federação realizará um webinar no dia 16 de fevereiro de 2022, intitulado “O que é liderança em uma pandemia?”, para discutir ações concretas para promover a equidade, a liderança em saúde pública e a coordenação global para enfrentar os desafios prementes da saúde global, incluindo a pandemia de COVID-19 e outras ameaças à saúde.

Na mesma sessão, a [Women in Global Health \(WGH\)](#) foi admitida como organização não estatal em relações oficiais com a OMS e colaborará com a Organização no triênio 2022-2024.

Conclusão

Mais de um ano após o início da vacinação contra a COVID-19, enquanto nos países de alta renda os desafios são para aumentar a confiança na vacina, combater notícias enganosas e a politização da vacina, em países de baixa e média renda, com destaque para o continente africano, a falta de vacinas sequer permite a vacinação entre profissionais da saúde, na linha de frente no combate à pandemia. Embora sigam dedicadas a pautas específicas, em sua maior parte, a sociedade civil organizada segue mobilizada pelas discussões em torno da vacinação contra a COVID-19, seus desafios e impactos.

Acumulam-se críticas principalmente quanto à falta de ação em prol da distribuição vacinal equitativa, associada à defesa dos interesses comerciais da *big pharma*. Assim, a alta lucratividade das empresas se realiza às custas de milhões de vidas, sem falar nos outros impactos gerados pela persistência da pandemia – hoje melhor classificada como sindemia. Também se observa a insatisfação com o mecanismo COVAX, visto como uma promessa inócua que falhou na distribuição equitativa de vacinas, além de não ter envolvido de maneira estruturada a sociedade civil e governos de países de baixa renda.

Para denunciar as chocantes desigualdades na distribuição vacinal, fala-se em *apartheid* das vacinas, chamando a atenção para a clara segregação dos países de menor renda na distribuição de imunizantes, com forte destaque para a baixíssima cobertura vacinal nos países da África. Pede-se a ação urgente dos governos de países ricos: seja por solidariedade ou por

interesse próprio, reforçando-se que o controle da pandemia passa necessariamente por uma resposta e ações de caráter global e universal, como demonstrado recentemente pelo surgimento da variante Ômicron. Seguem os pedidos pela quebra de patentes, pelo aumento do financiamento para o fornecimento de vacinas a países em desenvolvimento – incluindo financiamento para o COVAX, e para que o controle das ações saia das mãos das grandes farmacêuticas e da lógica do lucro.

Além da questão fundamental da equidade na distribuição de vacinas, as organizações da sociedade civil estiveram ativas, manifestando-se sobre temas importantes como acesso a testes, impacto social da pandemia e recuperação justa e sustentável, fuga de cérebros, a política chinesa “covid zero”, outras doenças e violência, participação das mulheres na ciência e funções essenciais de Saúde Pública. Finalmente, duas entidades – a WFPHA e a WGH – foram formalmente reconhecidas como agentes não estatais em relações oficiais com a OMS.

G-77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Quadro Estratégico do UNOSSC para 2022–2025

Este novo marco visa melhorar a cooperação Sul-Sul e triangular para que os países tenham a oportunidade de acelerar suas ações em prol da Agenda 2030 e também possam lidar melhor com a pandemia do Covid-19.

De acordo com Adel Abdellatif, Diretor interino do UNOSSC, o quadro estratégico foi elaborado de forma bastante transparente e se baseia nas lições aprendidas com experiências e resultados anteriores.

Reunidos no dia 1º de fevereiro, em sua primeira sessão ordinária de 2022, o Conselho Executivo do PNUD/UNFPA/UNOPS⁶² destacou o projeto de quadro estratégico do UNOSSC, 2022–2025 ([DP/CF/SSC/7](#)).

Foi ressaltado o papel contínuo no avanço da cooperação Sul-Sul e triangular e o esforço que o UNOSSC realizou para cumprir seu mandato durante o período do Quadro estratégico de 2018-2021, ocorrido em contexto internacional muito desafiador.

As delegações presentes agradeceram o processo de consulta conduzido pelo UNOSSC, que incluiu conversas com a diretoria, Estados Membros, atores públicos e privados e outras partes interessadas relevantes. 21 entidades da ONU e membros do mecanismo Interagências da ONU sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular contribuíram, juntamente com 73 outras partes interessadas do Sul e do Norte Global. Este novo quadro se concentrará em cinco áreas, cada uma com indicadores-chave mensuráveis, são elas:

- Facilitação dos processos e relatórios intergovernamentais;
- Desenvolvimento de capacidade;
- Gestão e compartilhamento do conhecimento;
- Laboratório de soluções de cooperação Sul-Sul e triangular
- Gestão de fundos fiduciários.

⁶² Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD)
Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)
Escritório das Nações para Serviços de Projetos (UNOPS)

Essas áreas irão apoiar três produtos (*delivrables*) transversais que sejam coerentes e produzam impacto:

Primeiro produto: 1: As políticas para o avanço da cooperação Sul-Sul e triangular serão fortalecidas por meio de apoio efetivo e baseado em evidências aos processos intergovernamentais e aos diálogos e relatórios multissetoriais.

Segundo produto: Fortalecimento da capacidade das entidades das Nações Unidas para responder às solicitações dos países em desenvolvimento para enfrentar desafios específicos de desenvolvimento na implementação da Agenda 2030 por meio da cooperação Sul-Sul e triangular.

Terceiro produto: Os países em desenvolvimento estarão habilitados a implementar a Agenda 2030 por meio do aproveitamento do intercâmbio de conhecimentos da cooperação Sul-Sul e triangular, capacitação e facilitação do desenvolvimento e transferência de tecnologia.

Além disso, o UNOSSC irá fortalecer suas comunicações e parcerias estratégicas, bem como seus esforços de gestão baseados em resultados.

Na ocasião desta primeira sessão ordinária de 2022, foram proferidas várias declarações incluindo Sua Excelência, o embaixador Munir Akran, representante permanente do Paquistão na ONU, em nome do G-77 e da China, Sua Excelência a embaixadora Maria del Carmen Squeff, representante permanente da Argentina na ONU e Presidente do Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul e o Sr Ronaldo Alexandre do Amaral e Silva em nome do Brasil.

Todos devem lembrar que a Embaixadora Maria del Carmen Squeff, foi uma das palestrantes no nosso Seminário Avançado do dia 23 de junho de 2021, intitulado “Cooperação Sul-Sul, Diplomacia da Saúde e Pandemia”.

As declarações da Embaixadora Maria del Carmen incluíram a necessidade de mobilizar recursos adequados para facilitar a implementação de projetos específicos de cooperação técnica e a necessidade de fortalecer o papel do UNOSSC na administração dos fundos fiduciários da Cooperação Sul-Sul de forma eficaz e eficiente que permita promover o intercâmbio de conhecimentos e a transferência de boas práticas voltadas que possam aliviar a pobreza.

O G-77 e a China destacaram que os países de renda média aumentaram seu papel na cooperação Sul-Sul, especialmente durante o período de pandemia do Covid-19, contribuindo assim para uma agenda de desenvolvimento global mais inclusiva, eficaz e horizontal. Apelaram ao UNOSSC para que continue suas parcerias com os países de renda média e que o Quadro Estratégico possa ser inclusivo e considere todos os grupos de países.

O representante do Brasil ressaltou que uma parceria reforçada com o UNCTAD seria benéfica para a UNOSSC, levando em consideração o papel da UNCTAD em convocar o subgrupo de cooperação Sul-Sul do Grupo de Trabalho sobre Medição do Apoio ao Desenvolvimento do Grupo Interinstitucional e de Especialistas em Indicadores dos ODS.

Para saber mais sobre esta reunião e acessar, na íntegra, o discurso dos participantes, [clique aqui](#).

Destaques do UNOSSC

Quero mais uma vez lembrar da próxima Global South-South Development EXPO, que é o principal evento organizado pelo UNOSSC em sua capacidade de coordenar e promover a Cooperação Sul-Sul e triangular (SSTrC) dentro do Sistema das Nações Unidas, com um mandato da Assembleia Geral da ONU para mostrar sistematicamente o desenvolvimento de soluções do Sul para o desenvolvimento sustentável.

Eu participei da [EXPO 2012](#) (ver página 49) que foi a quinta edição, realizada em Viena na Áustria e foi muito interessante ver soluções exclusivamente dos países do Sul voltadas para os países do Sul. Hoje a GSSD Expo cresceu em importância e escopo, com base nos compromissos assumido em [Nairóbi](#), principalmente no que se refere a melhorar a cooperação Sul-Sul e triangular por meio de investimentos, disseminação de resultados, compartilhamento de lições e boas práticas e replicação de resultados.

Foi nesta GSSD Expo 2012 que a Unidade Especial das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul se transformou em Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul ressaltando a importância da Cooperação Sul-Sul e triangular (SSTrC) dentro do Sistema das Nações Unidas.

As soluções apresentadas nas GSSD Expo demonstram o poder do Sul Global para responder rapidamente aos desafios do desenvolvimento e atender às necessidades globais, mantendo os princípios de respeito à soberania nacional, propriedade e independência nacional.

GSSD EXPO – 2022



Lançada em 2008, a Global South-South Development Expo, já teve edições em vários locais, mas este ano, será a primeira vez em que a GSSD Expo será realizada na região da Ásia e do Pacífico e a primeira GSSD EXPO após a segunda Conferência de Alto Nível da ONU sobre CSS (BAPA+40). Será também a primeira GSSD Expo a

ser realizada em formato híbrido (presencial e virtual), aproveitando as novas possibilidades tecnológicas digitais.

Os principais subtemas da GSSD Expo serão os seguintes:

- Digitalização e futuro Inteligente
- Abordagens, práticas Sul-Sul, comércio e investimento alinhadas aos ODS
- Papel dos jovens e mulheres, voluntariado e empreendedorismo e parcerias Público-Privadas
- Economia criativa e turismo sustentável
- Recuperação verde, sustentabilidade ambiental e ação climática
- Segurança alimentar e cadeia de suprimentos
- Redução do risco de desastres e mudanças climáticas
- Preparação e resposta a emergências para a Saúde Pública

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁶³, Nairóbi (UNEP)⁶⁴, Paris (UNESCO)⁶⁵, Roma (FAO/IFAD)⁶⁶, Viena (UNIDO)⁶⁷ e Washington ((G-24)⁶⁸.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Entre os dias 01 de fevereiro de 2022, o G-77 e a China participaram de três reuniões da Assembleia Geral da ONU.

New York – 01 de fevereiro de 2022

Declaração em nome do G-77 e da China durante a “Consulta Intergovernamental sobre a Conferência das Nações Unidas de 2022 para apoiar a implementação do ODS 14.

ODS 14 – Vida na Água

A AGNU começou a convocar consultas informais sobre a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas de 2022 que será realizada em Lisboa de 27 de junho a 1 de julho de 2022.

Este vídeo é o chamado à conferência:
https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/good_1.mp4

Com base em um documento datado de 28 de abril de 2020 que destaca elementos pertinentes ao tema principal da Conferência: “Ampliando a ação oceânica com base na ciência e inovação para a implementação da meta 14: inventário, parcerias e soluções”, o G-77 e a China consideraram que ainda é necessário fortalecer alguns pontos importantes, antes da aprovação de um documento final, tais como:

As soluções apresentadas, apesar de ainda serem consideradas relevantes, requerem atualização para refletir os desenvolvimentos recentes. Há a necessidade de fortalecer as referências aos meios de implementação e também deve-se buscar soluções institucionais para

⁶³ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁶⁴ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁶⁵ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁶⁶ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁶⁷ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁶⁸ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

a implementação do ODS14. O Grupo tem sugestões e compartilhará comentários detalhados na próxima reunião.

Quanto ao acesso à informação e capacitação para tecnologia marinha, os países desenvolvidos e em desenvolvimento encontram-se em estágios desiguais e este tema, precisa ser abordado para ajudar nossos membros (G-77) a conservar e usar os oceanos de forma sustentável.

Deve-se reformular as questões relativas às metas que venceram em 2020 e refletir sobre os seus sucessos e fracassos, considerando que muitos desenvolvimentos importantes aconteceram desde abril de 2020 e merecem reflexão, tais como:

- A Iniciativa da Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (COP 14 - 2018) sobre a coerência e sinergia entre as três Convenções do Rio para promover e lidar com a perda de biodiversidade, mudança climática e degradação da terra e do ecossistema.

- O trabalho em andamento da Comissão de Direito Internacional sobre as implicações do aumento do nível do mar no direito internacional.

- A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC), o Órgão Subsidiário de Aconselhamento Científico e Tecnológico que mantém um diálogo anual sobre as interconexões entre o clima e o oceano.

- A próxima consideração da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA) sobre o estabelecimento de um comitê de negociação intergovernamental sobre um acordo global para lidar com a poluição marinha por plásticos. Acreditamos que as discussões e desenvolvimentos na UNEA sobre a poluição marinha por plásticos terão implicações importantes para a realização do ODS 14.

- O trabalho sobre um instrumento internacional juridicamente vinculativo no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS)⁶⁹ sobre a conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha de áreas além da jurisdição nacional continuou, mesmo durante o recesso e esperamos concluir um tratado na 4ª sessão da Conferência em 2022⁷⁰.

Vale lembrar que a primeira conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS I) foi realizada em Genebra de 24 de fevereiro a 27 de abril de 1958, com a presença de 86 países. O objetivo desta conferência era examinar os aspectos técnicos, biológicos, econômicos e políticos do direito do mar, bem como codificar os resultados em uma ou mais convenções ou tratados internacionais.

Esta Conferência de 1958 adotou quatro convenções internacionais separadas. A convenção sobre “Mar Territorial e Zona Contígua” que tratou da divisão territorial dos mares e questões de soberania entre as nações. A convenção sobre o “Alto Mar” que adotou resoluções sobre testes nucleares em alto mar e a poluição resultante por materiais radioativos. As duas outras resoluções decorrentes da convenção foram sobre “Pesca e Conservação dos Recursos Vivos do Alto Mar” que refletiam sobre a conservação da pesca internacional e da cooperação

⁶⁹ A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), também chamada de Convenção do Direito do Mar ou Tratado do Direito do Mar, é um acordo internacional que estabelece uma estrutura legal para todas as atividades marítimas e marítimas

⁷⁰ Conferência Internacional sobre a Biodiversidade Marinha a ser realizada em Auckland/Nova Zelândia entre 1 e 2 de dezembro de 2022

em medidas de conservação e finalmente, a convenção sobre “Plataforma Continental” que tratou de resoluções sobre situações especiais relativas à pesca costeira e regime de águas históricas.

Como se pode notar, não é de hoje que os países estão preocupados com o uso sustentável do mar.

Continuando sobre esta Declaração para apoiar a implementação do ODS 14, o G-77 e a China ainda falaram sobre o Covid-19, ressaltando que a pandemia afetou negativamente o ambiente marinho. Material de biossegurança e equipamentos de proteção individual foram parar no oceano. Também afetou negativamente o transporte marítimo e a pesca. Mas também entenderam que a recuperação da pandemia dependerá da conservação e uso sustentável dos oceanos. Destacou que os membros do Grupo têm, entre outras coisas, realizado abordagens baseadas em ecossistemas, protegido a biodiversidade; gerenciado e protegido ecossistemas de carbono azul que contribuem para a mitigação, adaptação e resiliência.

O ponto final é relevante, pois embarcamos na Década das Nações Unidas da Ciência do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável e deve-se exigir maiores esforços de todos os países, de acordo com suas legislações e circunstâncias nacionais.

Finalizando, lembraram que aguardam com expectativa a Conferência organizada por Portugal e Quênia e desejaram-lhes o maior sucesso.

Em notícia publicada na ONU News em português, o ministro do Mar de Portugal, Ricardo Serrão Santos, falou sobre a preparação da 2ª. Conferência dos Oceanos no país em parceria com o Quênia. Veja a [notícia e vídeo](#).

New York – 07 de fevereiro de 2022

Declaração em nome do G-77 e da China durante a nota técnica dos co-facilitadores sobre o roteiro e compartilhamento de expectativas pelo Estados Membros sobre o resultado do Fórum do ECOSOC de 2022 em relação ao acompanhamento do financiamento para o desenvolvimento

O G-77 e a China começaram lembrando a todos que estamos sendo confrontados com um triplo desafio: recuperação da Pandemia Covid-19; realização dos ODS - durante a década restante de ação; e a ameaça existencial das mudanças climáticas.

O Grupo acredita que a desigualdade de acesso às vacinas contra a Covid-19, está dificultando a recuperação dos países em desenvolvimento. A menos que as vacinas sejam distribuídas de forma justa e equitativa, as chances de derrotar o vírus são mínimas. Sem esquecer as barreiras ao desenvolvimento e distribuição de equipamentos médicos, incluindo a propriedade intelectual, transferência de tecnologia e ampliação das capacidades de fabricação de vacinas local e regionalmente.

Além disso, é necessário gerar recursos financeiros, de todas as fontes possíveis, para a recuperação das economias. O fardo crescente e insustentável da dívida é uma grande preocupação entre muitos países em desenvolvimento.

É necessário garantir que a nova alocação de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais de Saque (SDRs) do FMI sejam utilizadas para a recuperação dos países em desenvolvimento necessitados. O Grupo, portanto, ressalta a necessidade de canalizar uma parte considerável dos SDRs não utilizados para os países em desenvolvimento, que precisam de liquidez.

E as medidas de proteção social provaram ser fundamentais para fornecer serviços essenciais e liquidez aos pobres e necessitados durante os tempos de Pandemia. A universalização do acesso à proteção social deve ser uma prioridade em 2022.

Reconhece-se a importância da infraestrutura para o alcance dos ODS. O investimento em infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente é fundamental para a recuperação da COVID-19 e a conquista do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental. Muitos países em desenvolvimento necessitam de apoio na identificação e desenvolvimento de projetos e na mobilização de investimentos públicos e privados. O investimento do setor privado pode e deve ser ampliado significativamente, especialmente em áreas como energia, comunicações, transporte e tecnologia. Reconhece-se o importante papel do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas, do Banco Mundial e de outras instituições multilaterais para suprir as lacunas de capacidade e financiamento para infraestrutura de qualidade, confiáveis, sustentáveis e resilientes, trabalhando por meio de iniciativas existentes, especialmente em países em desenvolvimento.

Importante o acompanhamento do Acordo de Paris e do Pacto Climático de Glasgow para garantir a reflexão sobre as prioridades do Grupo. O G-77 e a China aguardam com expectativa o cumprimento dos compromissos assumidos na COP27.

O relatório do Secretário-Geral intitulado "Nossa Agenda Comum" traz várias novas iniciativas de interesse para os países em desenvolvimento. À luz do recente anúncio do Presidente da Assembleia Geral para discussões de cluster, o G-77 e a China estão formulando possíveis posições comuns sobre as questões de interesse para os países em desenvolvimento no Relatório.

O Grupo acredita que o racismo é a antítese do espírito de humanidade. A busca da igualdade sustenta os ideais consagrados na Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o princípio de não deixar ninguém para trás incorporado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Apesar de nossos esforços, as desigualdades nas esferas econômica, social e política, continuam a permear instituições, estruturas sociais e vida cotidiana.

O G-77 e a China continuarão a dar prioridade aos países menos desenvolvidos, países sem acesso ao mar, e países insulares em desenvolvimento para que estes possam alcançar suas metas de desenvolvimento sustentável.

O Grupo dos 77 e a China continuam comprometidos em se engajar no processo de negociação do Financiamento para o Desenvolvimento (FfD) para garantir uma recuperação sustentável e inclusiva guiada pela Agenda 2030 e está pronto para trabalhar ativamente com os co-facilitadores para um resultado bem-sucedido do processo do FfD.

New York – 10 de fevereiro de 2022

Declaração em nome do G-77 e da China sobre as consultas temáticas informais tais como o acompanhamento do relatório do Secretário Geral intitulado "Nossa Agenda Comum"

O G-77 e a China já compartilharam sua visão sobre o Cluster 1: Acelerando e ampliando os ODS – não deixando ninguém para trás do Relatório "Nossa Agenda Comum", mas destacaram.

Em primeiro lugar, o G-77 e a China solicitam ao Secretário Geral que informe os Estados membros sobre as propostas para as quais considera que já existe mandato em conformidade com os marcos acordados, bem como sobre aquelas cujas ações já foram iniciadas pela Secretaria, e salienta que o caminho a seguir para as novas propostas deve ser orientado pelos Estados-Membros e que é necessária clareza sobre o resultado e os próximos passos dessas discussões agrupadas nas quais os Estados membros devem ter precedência.

No Cluster Temático-I, o Grupo entende que o conceito de contrato social nacional renovado é complexo e busca aprofundar a dimensão internacional do contrato social proposto e enfatiza que a realização dos ODS até 2030. deve permanecer no centro da "Nossa Agenda Comum". Deve incluir o acesso universal às medidas de proteção social e a partilha das melhores práticas.

O Grupo toma nota com interesse da proposta do Secretário-Geral sobre o Fundo Social Global e solicita uma maior elaboração sobre suas modalidades funcionais, mandato, objetivos, beneficiários e mecanismos de monitoramento previstos para ele. Assim como ressalta a importância de convocar a Cúpula da Educação Transformadora que deve envolver entidades especializadas da ONU que tenham um mandato claro para convocar esse diálogo para evitar a duplicação de esforços e este processo deve ser orientado por todos os estados membros. Esta Cúpula de Educação poderia considerar: aprendizagem digital, acesso à educação de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, diminuir a divisão digital entre os países, remover obstáculos à educação e promover educação inclusiva para todos, fortalecer as capacidades dos professores e criar melhores oportunidades de emprego para os jovens nos países em desenvolvimento.

Da mesma forma, são necessárias informações detalhadas sobre a proposta ambiciosa para promover a criação de empregos na economia verde e digital.

Reconhecemos a contribuição positiva dos migrantes para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável nos países de origem, no trânsito e no destino. É necessário a cooperação internacional para garantir uma migração segura, ordenada e regular. Essa cooperação também deve fortalecer a resiliência das comunidades que acolhem refugiados, principalmente nos países em desenvolvimento.

O G77 e a China tomam nota da proposta do Secretário-Geral de realizar uma Cúpula Social Mundial e requer maior clareza no processo, incluindo modalidades, objetivos, escopo e resultado da Cúpula.

Quanto ao relatório do Secretário Geral sobre "[Nossa Agenda Comum](#)", destacamos as cinco medidas transformadoras do parágrafo 31⁷¹ e reafirmamos nosso compromisso com a igualdade de gênero e a integração da perspectiva de gênero no desenvolvimento e agradecemos mais informações sobre um plano de resposta a emergências para acelerar a erradicação da violência contra mulheres e meninas.

O G77 e a China gostariam de mais detalhes sobre os critérios e escopo do "Índice de Juventude na Política" e sobre a proposta de estabelecer um Escritório da ONU dedicado para a Juventude, particularmente na proposta de sua finalidade em comparação com o atual Escritório do Enviado Especial para Juventude.

⁷¹ Página 30 do relatório "[Our Common Agenda](#)"

Sobre a transição para a emissão zero global, o Grupo gostaria de enfatizar que, de acordo com o Artigo 4 do Acordo de Paris, fica claro que o pico global de emissões de gases de efeito estufa, para os países em desenvolvimento, chegaria em uma data posterior em comparação com os países desenvolvidos. Portanto, os países em desenvolvimento precisariam de mais tempo para atingir emissões zero.

Sobre o Sistema das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDS) o Grupo entende que o objetivo principal da reforma do Sistema das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDS) era garantir um apoio efetivo, eficiente, coerente e abrangente para o cumprimento da Agenda 2030.

E as disposições da resolução sobre a [política abrangente quadrienal de atividades](#) (QCPR) para o desenvolvimento do sistema das Nações Unidas devem orientar globalmente o UNDS, inclusive sobre as ligações entre desenvolvimento e paz e segurança.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

Desde a sua fundação, o MNA tem dado voz aos países em desenvolvimento e tem encorajado suas ações em assuntos globais. O MNA representa os interesses e aspirações dos países em desenvolvimento e surgiu no contexto da descolonização pós Segunda Guerra Mundial. No cenário da guerra fria, os países em desenvolvimento argumentavam que não queriam ser obrigados a se aliar com uma das duas super potências antagônicas e que deveriam sim, se unir e apoiar a auto determinação nacional contra qualquer forma de colonialismo ou imperialismo.

Como condição para fazer do movimento, o país não pode ter assinado nenhum acordo militar multilateral com uma das grandes superpotências. No entanto, a ideia de não alinhamento não significa que um país deva remanescer passivo ou mesmo neutro na esfera da política internacional.

Ao contrário da (ONU) ou da OEA, o MNA não possui constituição formal ou secretaria permanente. Todos os membros do MNA igual peso dentro de sua organização e as posições do movimento são alcançadas por consenso na Conferência de Cúpulas de Chefes de Estado ou de Governo, que geralmente se reúne a cada três anos, quando se elege o novo presidente.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaques do MNA

New York – 14 de janeiro de 2022

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Yashar Aleyev, Representante permanente da República do Azerbaijão junto às Nações Unidas, em nome do Movimento dos não alinhados na cerimônia de passagem de cargo de Presidente do G-77 para o Paquistão

Os Estados membros do MNA expressam sua confiança na capacidade do Paquistão de cumprir esse importante papel e estender seu total apoio ao Presidente no cumprimento de suas responsabilidades. Esperamos aprofundar nosso engajamento e parceria na abordagem dos assuntos de interesse comum para o Sul Global.

O embaixador reconheceu e elogiou a gestão e o papel proativo da República da Guiné na presidência do Grupo dos 77 em 2021.

A seguir destacou que a parceria e a cooperação entre o MNA e o G-77 têm uma longa história. Ambas as organizações, embora compartilhem a maioria de seus Estados Membros, também servem a um objetivo comum, mesmo que com focos diferentes. A força do MNA e do G-77 na defesa e promoção dos nossos valores e princípios fundamentais é sustentada pela solidariedade dos seus Estados-Membros. O MNA continua comprometido em preservar a unidade e ação alcançadas entre nossos grupos.

Durante a XVIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Movimento dos Não Alinhados, realizada em outubro de 2019 em Baku, República do Azerbaijão, os Estados-Membros concordaram em continuar a reforçar a coordenação e cooperação com o G-77. O principal objetivo dessa cooperação é promover os interesses coletivos dos países em desenvolvimento em fóruns internacionais relevantes, particularmente no contexto da reforma da ONU; implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e expandir e aprofundar a cooperação Sul-Sul.

O MNA reafirma mais uma vez a importância de fortalecer os atuais mecanismos institucionais de Cooperação Sul-Sul, considerando-a uma ferramenta complementar e não substituta da Cooperação Norte-Sul. A Cooperação Sul-Sul representa um esforço coletivo dos países em desenvolvimento baseado no princípio da solidariedade e nas premissas, condições e objetivos específicos do contexto histórico e político dos países em desenvolvimento, bem como suas necessidades e expectativas para a realização das metas do desenvolvimento sustentável.

No entanto, a pandemia do Covid-19 expôs e agravou vulnerabilidades e desigualdades em países desenvolvidos e em desenvolvimento, entre elas o aprofundamento da pobreza e da exclusão. São os mais pobres e vulneráveis os mais atingidos por esta pandemia e o MNA está seriamente preocupado com o fato de que o impacto adicional da crise reverterá os ganhos de desenvolvimento duramente conquistados e prejudicará o progresso em direção aos ODS.

O MNA enfatiza a importância do acesso acessível, oportuno, equitativo e universal de todos os países às vacinas COVID-19 e, nesse sentido, congratula a recente adoção da resolução intitulada “Garantir o acesso equitativo, acessível, oportuno e universal para todos os países a

vacinas em resposta à pandemia da doença por coronavírus (COVID-19)” pela Assembleia Geral da ONU

Em conclusão, o MNA reafirma sua posição em relação ao desenvolvimento econômico e progresso social e reitera seu total compromisso com o multilateralismo, bem como com os propósitos e princípios do G-77. Esperamos alcançar a paz, a prosperidade e ordem mundial equitativa, inclusive por meio da plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

New York – 19 de janeiro de 2022

Declaração feita pela Delegação da República do Azerbaijão, em nome do Movimento dos não alinhados no debate aberto trimestral do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação no Oriente Médio, incluindo a questão da Palestina.

O Representante do MNA agradeceu a oportunidade de apresentar ao Conselho de Segurança, sua posição em relação a questão da Palestina, tema que constitui uma preocupação e historicamente é considerada de vital importância para o MNA e segue sendo um dos itens mais antigos da agenda do Conselho de Segurança.

Seguiu dizendo que durante a Conferência Ministerial de meio mandato do MNA e realizada entre 13 a 14 de julho de 2021, sob o tema “Movimento dos Não Alinhados no centro dos esforços multilaterais na resposta aos desafios globais”, os ministros adotaram uma declaração política, salientando, entre outras coisas, que uma solução justa, duradoura e pacífica para todos os aspectos da questão da Palestina, baseada em parâmetros internacionalmente endossados e consagrados nas relevantes resoluções das Nações Unidas, deve permanecer uma prioridade na agenda do MNA e uma responsabilidade permanente da ONU até que o assunto seja satisfatoriamente resolvido em todos os seus aspectos de acordo com o direito internacional e as resoluções relevantes das Nações Unidas.

A este respeito, os Estados membros do MNA reafirmam, mais uma vez, que esta injustiça histórica em curso, com a ocupação israelense, que perdura mais de 54 anos, do território palestino e de outros territórios árabes, continua a representar uma séria ameaça à paz e segurança regional e internacional. É a fonte de inúmeras violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, e requer atenção e ação urgentes, de acordo com o direito internacional, as resoluções relevantes das Nações Unidas e a Carta das Nações Unidas. A comunidade internacional não pode ficar paralisada nesta questão e não pode aceitar argumentos de que esta questão é “intratável” ou que a paz “não é possível” neste momento. O consenso internacional sobre uma solução justa é firme e claro, e temos instrumentos políticos e diplomáticos multilaterais para promover a obtenção de uma resolução pacífica e devemos usá-los com responsabilidade e urgência.

O Conselho de Segurança, em particular, tem a responsabilidade clara de garantir a manutenção da paz e da segurança internacionais. Deve cumprir os deveres da Carta das Nações Unidas e deve agir para implementar as suas próprias resoluções, que constituem a base para uma solução pacífica, justa e duradoura para o conflito. A questão da Palestina não pode ser exceção ao direito internacional e à autoridade do Conselho de Segurança. Continuamos, portanto, profundamente preocupados que, por muito tempo, este órgão tenha sido incapaz de cumprir seu mandato nesta questão de vital importância, principalmente devido ao uso do veto por um dos membros permanentes deste Conselho. Os membros do MNA pedem ao Conselho de Segurança que supere sua inércia e cumpra seus deveres para com a Carta da ONU em

relação à questão da Palestina, restaurando a credibilidade deste órgão e mantendo suas obrigações para alcançar uma solução justa e pacífica para este prolongado conflito e trágica injustiça.

A declaração segue falando da importância de manter a solução de dois Estados baseada na decisão de 1967, de acordo com os termos de referência de paz endossados pela comunidade internacional e Resoluções das Nações Unidas, os princípios de Madrid⁷², incluindo o princípio da terra para a paz, a [Iniciativa de Paz Árabe](#) e o [roteiro do Quarteto](#) de 2003, e assegurar o cumprimento pelo povo palestino dos seus direitos inalienáveis, incluindo a autodeterminação e a independência do Estado da Palestina, com Jerusalém Oriental como sua capital, e uma solução justa para a situação dos refugiados palestinos de acordo com a [resolução 194 \(III\)](#) da Assembleia Geral da ONU.

Esta foi uma declaração categórica com cinco páginas que alerta sobre todas as resoluções, decisões e reuniões anteriores que trataram da questão da Palestina desde o início das Nações Unidas mas que não surtiram efeito.

No entanto, na ausência de uma solução, os Estados Membros do MNA reiteram seu apelo para a necessidade de assistência humanitária e socioeconômica ao povo palestino, incluindo os refugiados palestinos. O MNA destaca a importância da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), juntamente com outras agências das Nações Unidas e organizações internacionais, para aliviar esta situação, e apela pleno apoio ao mandato da UNRWA para garantir a continuidade de seus programas vitais e sua contribuição para a estabilidade regional.

Para o leitor interessado, aqui está a [Declaração na íntegra](#).

⁷² A Conferência de Madrid de 1991 foi uma conferência de paz, realizada de 30 de outubro a 1 de novembro de 1991 em Madrid, organizada pela Espanha e copatrocinada pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Foi uma tentativa da comunidade internacional de reviver o processo de paz israelense-palestino por meio de negociações, envolvendo Israel e a Palestina, bem como países árabes, incluindo Jordânia, Líbano e Síria.

G7 e OCDE tomando partido; G20 será espaço de disputa?

*Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,
Vinicius Roland e Júlia Abbud Ribeiro*

G7 – Preocupações ambientais e aviso à Rússia



No G7 os destaques vão para os esforços climáticos, como já previsto na agenda da presidência alemã. A Ministra de relações exteriores, Annalena Baerbock, apresentou a americana Jennifer Morgan, diretora executiva do Greenpeace Internacional desde 2016, como enviada especial para política climática internacional nesta quarta-feira, 09 de fevereiro. A nova dirigente da política climática da Alemanha reforçou a urgência da cooperação internacional para enfrentar os desafios climáticos. Morgan tem sido uma figura de destaque nos eventos de conferências climáticas internacionais há décadas e é uma grande conhecedora das negociações desta arena.

No entanto, enfrenta um grande desafio, principalmente diante da recente declaração do Ministro da Economia e Proteção Climática, o Vice-Chanceler Robert Habeck, do Partido Verde, de que a Alemanha não seria capaz de cumprir suas metas climáticas nos próximos dois anos. Os opositores relatam preocupação com o fato de Morgan ocupar um cargo de funcionária pública tendo em vista a direção de uma organização lobista ambiental. Analistas afirmam que cabe observar se Morgan, ao longo do seu mandato, vai representar as posições do governo alemão ou do Greenpeace.

A ênfase dada ao clima, no programa da presidência alemã, foi expressa na proposta de um “Clube do Clima”, anunciada pelo chanceler Olaf Scholz [durante sua visita à Casa Branca](#). O clube do Clima seria um espaço de coordenação entre as maiores economias (possivelmente reunidas no G7) para alcançar acordos sobre normas uniformes para emissões e preços de CO2 viabilizando acelerar a implantação do Acordo de Paris e evitando fricções comerciais ligadas a tarifas verdes. Outrora, um imposto da EU sobre o Carbono gerou tensões com países, incluindo a China. Habeck garantiu que os novos regulamentos verdes não conduzirão a uma guerra comercial e apelou para uma reforma das políticas comerciais internacionais, mas sem detalhar os planos concretos.

Ainda, na esteira da reponsabilidade adotada pelos membros do G7 em prover um planeta saudável no futuro para todos, no espírito da recuperação econômica sustentável, Agenda 2030 e Acordo de Paris, o grupo reiterou a cooperação em especial com o G20 e as Nações Unidas.

O próximo evento de importância será o Encontro de Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais, a ser realizado no dia 01 de março, de forma virtual. A seguir terá lugar o Encontro dos Ministros do Comércio, no dia 23 do mesmo mês, também de forma virtual. A Cimeira, grande evento esperado, se dará entre os dias 26-28 de junho, em Scholoss Elmau, nos Alpes da Baviera, onde também ocorreu a Cimeira de 2015.

A presidência do G7 coincide com a formação do novo gabinete alemão e se apresenta como ponto de virada da política externa do país e, eventualmente, do próprio G7. No que concerne à política externa alemã, o G7 torna-se uma oportunidade para a projeção de uma política externa que tem o clima como elemento central. No momento em que e a Alemanha se encontra em uma corrida contra o tempo para cumprir suas metas climáticas nos dois próximos anos, sua chancelaria junta-se a um pequeno grupo de países com enviados especiais designados para lidar com a questão (junto aos EUA, China, Emirados Árabes Unidos, Dinamarca, Holanda e Ilhas Marshall). A nomeação de Morgan é central para a constituição do chamado “Clube do Clima”, a ser liderado pela Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido, tendo o G7 como plataforma. Nesse sentido, a Alemanha busca estabelecer um ponto de virada para o próprio G7.

Historicamente, as presidências alemãs do G7 se transformaram em importantes marcos. Em 2007, sob a presidência alemã do G8 foi estabelecido o Diálogo de Heiligendamm, que trouxe para o grupo, como interlocutores, países emergentes como China, Brasil, Índia, México e África do Sul. A criação do G20, no contexto da crise financeira internacional, retirou do G7 o protagonismo no que concerne à coordenação econômica e financeira. A expulsão da Rússia por ocasião da ocupação da Criméia fez com que o G8 fosse transformado em G7. A presidência alemã de 2015 foi nova oportunidade para reinvenção de um grupo que não possuía protagonismo em nenhuma área, não dialogava com os polos de poder emergentes e não incluía a Rússia. A reunião de Elmau, em 2015, afirmou o G7 como uma comunidade de valores que representaria a liberdade e a democracia e que se afirmava, em uma clara tentativa de conter a Rússia, como um instrumento para a defesa da soberania e da integridade territorial. A presidência alemã teria sido instrumental para a adoção da Agenda 2030 e para a manufatura do acordo de Paris (Kloke-Lesch 2021). Ainda assim o G7 permanecia como um grupo destituído de identidade e de uma agenda própria. O Brexit e a eleição do presidente Trump iriam apenas acentuar a irrelevância do grupo. A reunião do Grupo em 2021, sob a presidência do Reino Unido lhe atribuiria uma nova missão: conter o avanço da China.

A presidência alemã parece buscar impor ao Grupo um mandato que vai além da geopolítica. De acordo com a proposta alemã o G7 abrigaria um clube do carbono capaz de impor regras e padrões sobre outros países. Em larga medida, o clube seria um instrumento de difusão das políticas climáticas europeias baseadas na fixação de metas e tarifas como forma de elevar os custos das emissões. A proposta, originalmente apresentada por Scholz no Fórum Econômico Mundial seria baseada no que denominou modelo A-O-C (originalmente A-B-C):

- ambicioso: todos os membros se comprometem com a neutralidade climática até 2050, e estabelecem fortes metas intermediárias;

- ousado (bold): os estados membros determinam um preço compartilhado mínimo para o carbono e coordenam medidas para evitar que a produção seja transferida para países com regras de emissões mais fracas (race to the bottom).
- cooperativo: a associação ao clube estaria aberta a todos os países que introduzissem metas e medidas adequadas de ação climática. (Morgan 2022)

A proposta da presidência alemã faria o G7 recuperar sua centralidade uma vez que o grupo passaria a impor regras e padrões a serem seguidos por todos os Estados com quem mantém relações comerciais. Algumas questões devem ser, contudo, observadas.

1. A proposta marca uma ruptura com o padrão de negociação multilateral bottom-up estabelecido na década de 2010 e materializado na Agenda 2030 e no acordo de Paris. Nesse caso teríamos um modelo top-down que conta com a dependência comercial para produzir aquiescência.
2. O sucesso da proposta depende do grau de coesão interna do grupo. A julgar pelas dificuldades domésticas que a implementação proposta encontraria nos EUA e no Reino Unido, ou mesmo na União Europeia, e particularmente na própria Alemanha, que tem dificuldades de cumprir com suas próprias metas, tal coesão dificilmente será encontrada. Pelo menos nesse momento. Vale, contudo, observar que ainda que não seja adotada nesse momento, a proposta segue ganhando peso.

G7 se posiciona sobre a Ucrânia

Com relação à crise na Ucrânia, os ministros das Finanças do G7 alertaram a Rússia na segunda-feira 14 de fevereiro sobre consequências econômicas "enormes" se o país decidir invadir a Ucrânia, a cuja economia também prometeram apoio rápido e decisivo. "O aumento contínuo das forças armadas russas nas fronteiras com a Ucrânia é motivo de grande preocupação. Nós, os ministros das Finanças do G7, destacamos nossa prontidão para agir rápida e decisivamente para apoiar a economia ucraniana", escreveram em comunicado conjunto. "Qualquer agressão militar adicional da Rússia contra a Ucrânia será recebida com uma resposta rápida, coordenada e vigorosa. Estamos preparados para impor coletivamente sanções econômicas e financeiras que terão consequências enormes e imediatas na economia russa".

Referências

Greenpeace head Jennifer Morgan becomes Germany's first climate envoy. In: DW News. Fevereiro, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/en/greenpeace-head-jennifer-morgan-becomes-germanys-first-climate-envoy/a-60704120>. Acesso em: 13/02/2022.

G7 Presidency Programme. In: *G7 Germany*. Fevereiro, 2022. Disponível em: <https://www.g7germany.de/g7-en/g7-presidency-programme>. Acesso em: 13/02/2022.

Germany presents G7 leadership agenda with focus on Climate. In: *Reuters*. Fevereiro, 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/us/germany-presents-g7-leadership-agenda-with-focus-climate-2022-01-21/>. Acesso em: 13/02/2022.

Kloke-Lesch, Adolf. How Germany's 2022 G7 presidency could shape change. The current Column. Disponível em: <https://www.die-gdi.de/en/the-current-column/article/how-germanys-2022-g7-presidency-could-shape-change/>. Acesso em: 13/02/2022

Morgan, Wesley. New German leader proposes a 'climate club' of leading economies that would punish free-riders like Australia. The Conversation, Feb 2022. Disponível em: <https://theconversation.com/new-german-leader-proposes-a-climate-club-of-leading-economies-that-would-punish-free-riders-like-australia-175842>. Acesso em: 13/02/2022

Remarks by President Biden and Chancellor Scholz of the Federal Republic of Germany at Press Conference. The White House. 07 de Fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/02/07/remarks-by-president-biden-and-chancellor-scholz-of-the-federal-republic-of-germany-at-press-conference/> Acesso em 13/02/2022

Sobre posicionamento do G7 na crise da Ucrânia: <https://www.reuters.com/article/ukraine-crisis-g7-finance-ministers-idUSKBN2KJ0OV> e <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/02/14/ministros-do-g7-alertam-russia-sobre-consequencias-economicas-enormes-em-caso-de-ataque-a-ucrania.ghtml>

G20 – Em meio ao início dos trabalhos G20 será Fórum em disputa?

A Indonésia estabeleceu os temas da arquitetura global em matéria de saúde, da transição energética sustentável e da transformação digital como prioridades durante sua liderança do G20 (1).

Nos dias 9 e 10 de fevereiro, o T20 Indonésia realizou a sua Conferência Inaugural para o grupo de *think tanks* e institutos de pesquisa (2). A Conferência tratou das áreas prioritárias para o G20 que vão desde mudanças climáticas até transição digital, da coesão social ao crescimento e estabilidade financeira. A ministra de relações exteriores da Indonésia pediu que o T20 apresentasse contribuições concretas e inovadoras. Especialmente sobre a arquitetura internacional em matéria de saúde, a chanceler indicou a importância de esforços concentrados contra a desigualdade na vacinação global (3).



Também no dia 9 de fevereiro, na reunião inaugural do B20, o Global Health Security Consortium (GHSC) lançou esforços para auxiliar o trabalho do grupo em sua agenda de saúde global. O GHSC congrega o Instituto Tony Blair para Mudança Global, o Lawrence J. Ellison Institute for Transformative Medicine e cientistas da Universidade de Oxford (3). O Business 20 (B20) é o fórum oficial de diálogo do G20 com a comunidade empresarial global

Paralelamente aos eventos que ocorriam dentro da presidência do G20, as tensões geopolíticas globais se acirravam principalmente em razão das preocupações no leste Europeu e na fronteira russo-ucraniana. Rússia e China lançaram importante declaração conjunta, no texto, o G20 foi destacado como espaço de governança para a gestão de crises e o combate de epidemias:

As partes apoiam o formato do G20 como um importante fórum para discutir questões de cooperação econômica internacional e medidas de resposta à crise, promovem conjuntamente o revigorado espírito de solidariedade e cooperação dentro do G20, apoiam o papel de liderança da associação em áreas como a luta internacional contra epidemias, recuperação econômica mundial, desenvolvimento sustentável inclusivo, melhoria do sistema de governança econômica global de maneira justa e racional para enfrentar coletivamente os desafios globais. (<http://en.kremlin.ru/supplement/5770> Trad. Livre)

Ao longo da declaração, o multilateralismo aparece como resposta às supostas posturas unilaterais dos Estados Unidos. Dessa forma, é possível compreender que a valorização sino-russa do G20 é uma reação ao que ambos os países consideram como esvaziamento ocidental de fóruns multilaterais. (4)

Iniciados os trabalhos do G20 e de seus grupos de engajamento, durante a presidência da Indonésia, num cenário de acirramento das rivalidades geopolíticas, resta saber até que ponto essas rivalidades irão impactar consensos nas reuniões deliberativas do grupo de países, em especial na área da saúde global e sua governança.

Destaques na agenda dos próximos meses (<https://g20.org/>) :

22 a 24 de fev. - 1ª reunião do C20 (Organizações da sociedade civil junto ao G20)

28 a 30 de mar. Reunião do Grupo de Trabalho em Saúde

1 de maio – Primeira reunião ministerial da Saúde

Referências

1. GOVERNO DA INDONÉSIA. Recover Together Recover Stronger. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://g20.org/g20-presidency-of-indonesia/#recover>. Acesso em: 11 fev. 2022.
2. <https://www.t20indonesia.org/events/t20-inception-conference/>
3. GOVERNO DA INDONÉSIA. Indonesian FM Calls Upon Research Communities for Concrete Contribution to G20 – G20 Presidency of Indonesia, 9 fev. 2022. Disponível em: <https://g20.org/indonesian-fm-calls-upon-research-communities-for-concrete-contribution-to-g20/>. Acesso em: 11 fev. 2022.
3. Governo da Indonésia. Sir Tony Blair joins B20 Indonesia International Advocacy Caucus to promote the global health agenda through the GHSC, 9 fev. 2022. Disponível em: <https://g20.org/sir-tony-blair-joins-b20-indonesia-international-advocacy-caucus-to-promote-the-global-health-agenda-through-the-ghsc/>. Acesso em: 9 fev. 2022.
4. Governo Russo. Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development, 4 fev. 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/5770>. Acesso em: 12 fev. 2022.

OCDE

Membros da OCDE que são doadores de vacina discordam sobre como direcionar o excesso de vacinas de COVID-19.

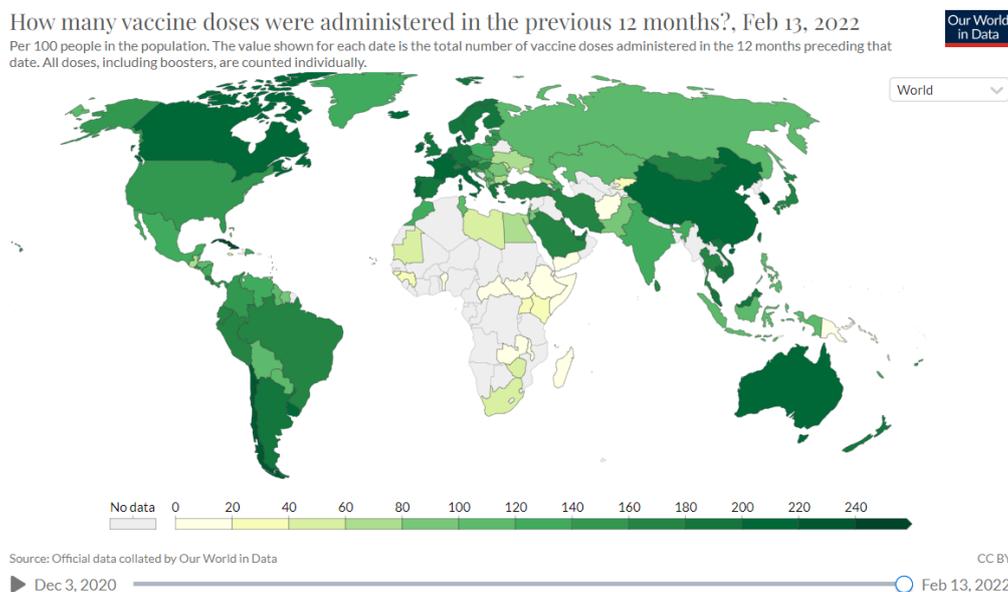
Recentemente, uma nota pública elaborada por uma série de Organizações Não-Governamentais vem chamando a atenção. Há a intenção, por parte dos doadores tradicionais, de incluir as vacinas compradas como Assistência Oficial para o Desenvolvimento.

Há uma série de impasses como isso será regulamentado na OCDE, de forma que o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC, na sigla em inglês) emitirá um guia de como a doação desses excessos de vacina deverão ser reportados, com a proposta inicial de que o preço de declaração de uma dose de vacina seja US\$ 6,72.

Há uma grande preocupação com a falta de transparência dos instrumentos de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD), podendo prejudicar projetos de desenvolvimento, e em consequência, resultados práticos para os países beneficiários.

Ao mesmo tempo em que decidem como a doação de excesso de vacinas, compradas a revelia de países com taxas muito menores de vacinação, muitos membros do DAC da OCDE se opõem à liberação de patentes e transferência de tecnologia para a produção de vacina. Tais posições colocam em questão as reais intenções dos doadores tradicionais e denotam seu

descompromisso com a redução real e veloz da desigualdade vacinal⁷³. Ao analisar a quantidade de doses administradas em países de renda menor, a desigualdade vacinal fica clara:



Fonte: OCDE⁷⁴

A OCDE, como um todo, vem realizando relatórios voltados para o crescimento e retomada econômica, e foram emitidas, em vários momentos, recomendações para a promoção da igualdade vacinal, combate às desigualdades e desenvolvimento sustentável, principalmente em países em desenvolvimento.

A posição dos doadores que pretendem reportar suas doações de vacinas como Assistência pode causar uma nova ampliação e contribuir para a erosão no próprio conceito de AOD. Cabe lembrar aqui que para serem considerados como AOD, fluxos financeiros devem passar por dois testes (i) devem ter como objetivo o desenvolvimento e o bem-estar de países em desenvolvimento; (ii) devem ser concessionais. Contudo na última década o conceito está sob permanente ataque. De fato, nos últimos anos o conceito de AOD foi expandido para dar conta de atividades cuja caracterização como Assistência é, no mínimo, contestável: (i) auxílio à refugiados (já no território do doador) ou ações de mitigação da mudança climática (ainda que realizada em no território do doador). Em 2020, muitos doadores propuseram tratar os investimentos em pesquisa para a produção de vacinas como AOD. O CAD, contudo, declarou que tal investimento não seria elegível como AOD, uma vez que é um desafio global, que afeta tanto países desenvolvidos como em desenvolvimento, portanto não são políticas voltadas para questões específicas para países em desenvolvimento.

Segundo a ata de reunião de outubro de 2021 dos membros do DAC, argumentos e preocupações de Organizações da Sociedade Civil (OSC) sobre o tratamento da doação de vacinas como AOD foram ouvidos e registrados. Um dos pontos centrais das OSCs é a real possibilidade da substituição dos fluxos de AOD (real) por doações de vacinas. As Organizações lembram ainda que o apoio dos doadores à aliança COVAX não tem sido suficiente para garantir a cobertura vacinal de países em desenvolvimento, seja pela baixa quantidade de vacinas para países com baixas porcentagens de vacinação, seja pela falta de recursos para a compra de itens

⁷³ [ACT-A asks 55 countries for \\$16B amid significant underfunding | Devex](#), acesso em 14 de fevereiro de 2022

⁷⁴ [COVID-19 Data Explorer - Our World in Data](#), acesso em 14 de fevereiro de 2022.

essenciais para garantir a vacinação, como agulhas e testes para o diagnóstico e controle da doença. Para além do tímido apoio à iniciativa multilateral que garantiria a vacinação, em si mesma, a posição dos doadores tradicionais apresenta importantes fragilidades:

1. As vacinas que serão doadas como AOD foram adquiridas inicialmente para que fossem aplicadas nas populações dos próprios países doadores. Tal aquisição se deu em detrimento das necessidades dos países em desenvolvimento. A rigor, poderia se indagar em que medida tal aquisição não atrasou ou prejudicou o processo de vacinação em países recipiendários. Nesse sentido, a doação de vacinas excedentes dificilmente passaria no primeiro teste (desenvolvimento e bem-estar de países em desenvolvimento). A deliberação do DAC que libera os doadores a reportar conforme seus próprios critérios parece inconsistente com os sentidos mais estritos do conceito de AOD.

2. Há um impasse, ainda, no que concerne à precificação das vacinas para sua declaração como Ajuda Oficial para o Desenvolvimento. Enquanto os membros do DAC não chegam a um acordo, elas vêm sendo declaradas como Ajuda Oficial, com preços diferentes. Naturalmente, foram apontados os riscos de sobrepreço e, eventualmente o risco de hierarquização das vacinas de acordo com os preços que lhe são atribuídos. Dessa forma o DAC vem encorajando a adoção de um valor médio para todas as vacinas.

3. Ainda há o questionamento acerca da eficácia das doações dos excessos de vacina. Em 2021, 100 milhões de doses foram doadas à COVAX e foram recusadas, em razão de estarem muito próximas a data de vencimento, de forma que não seria possível realizar a vacinação nos países antes que ultrapassasse sua validade. Tratava-se de um expediente de países desenvolvidos para descarte das doses em excesso sem que houvesse questionamentos ou custos políticos relacionados ao desperdício de vacinas. Esta é somente mais uma consequência da concentração de vacinas em países desenvolvidos.

Esses questionamentos nos levam a refletir sobre o real comprometimento dos doadores, em primeiro lugar para com o desenvolvimento e bem-estar de países em desenvolvimento. Em segundo lugar pode—se indagar também acerca do compromisso desses Estados com as iniciativas multilaterais e com os objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente.

Fontes

[Talks collapse on classifying vaccine donations as development aid – EURACTIV.com](#)> acesso em 14 de fevereiro de 2022

[Coronavirus vaccine research doesn't count as ODA, says OECD | Devex](#)> acesso em 14 de fevereiro de 2022

[Why Covax, the Covid-19 global vaccine fund, is struggling - Vox](#)> acesso em 14 de fevereiro de 2022

<https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/FAQs-ODA-eligibility-of-COVID-19-related-activities-FEB-2022.pdf> > acesso em 14 de fevereiro de 2022

[https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DCD/DAC/STAT\(2021\)29&dclLanguage=En](https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DCD/DAC/STAT(2021)29&dclLanguage=En)> acesso em 14 de fevereiro de 2022

[https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DCD/DAC/STAT\(2021\)28&dclLanguage=En](https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DCD/DAC/STAT(2021)28&dclLanguage=En)> acesso em 14 de fevereiro de 2022

<https://www.euronews.com/2022/01/13/poor-countries-refuse-100-million-covid-19-vaccine-doses-set-to-expire>> acesso em 14 de fevereiro de 2022

[Coronavirus \(COVID-19\) vaccines for developing countries: An equal shot at recovery - OECD \(oecd-ilibrary.org\)](#)> acesso em 14 de fevereiro de 2022

<https://www.oecd.org/coronavirus/en/vaccines#:~:text=Between%2050%25%20and%2075%25%20of,and%20planning%20massive%20vaccination%20campaigns.> > acesso em 14 de fevereiro de 2022

<https://www.firstpost.com/tech/science/who-call-to-fund-covid-19-equipment-for-poor-countries-falls-short-by-16-8-bn-dollars-9785161.html>> acesso em 14 de fevereiro de 2022

Rússia e China se aproximam de forma inédita e prometem envolver o BRICS

Cláudia Hoirisch

Putin visitou a China em 4/02/2022 a convite do presidente Xi, o encontro ocorreu em meio à tensão na fronteira Rússia-Ucrânia e com a ameaça de países ocidentais de responder à uma possível invasão russa. Na declaração conjunta ambos prometeram contribuir nos formatos bi e multilateral com foco na luta contra a pandemia, colaborando no desenvolvimento e produção de vacinas Cov-19, de medicamentos, na saúde pública e medicina moderna. Fizeram rara menção ao BRICS, apoiando a parceria no interior do grupamento na área de saúde pública, CTI e na coordenação entre os países BRICS em plataformas internacionais. Comprometeram-se em fortalecer o BRICS Plus/Outreach⁷⁵ como um mecanismo de diálogo com associações de integração regional e organizações de PEDs e Estados com mercados emergentes.

Enquanto a Rússia e China mantêm o foco, o presidente brasileiro mantém a visita à Rússia dia 16/2 na tentativa de ampliação da agenda externa no ano eleitoral, mesmo com o alerta da Casa Branca sobre uma potencial invasão de tropas russas à Ucrânia até 20/2. A África do Sul (AS), por meio da Afrigen, conseguiu recriar a tecnologia de produção da vacina de mRNA da Moderna e sediará o 1º centro global de TT de vacinas de mRNA anti-Cov-19 na África. O Hub sul-africano da OMS pretende ser um centro de disseminação de tecnologia, equipamentos, conhecimento técnico, apoio financeiro e de RH, necessários para desenvolver, produzir, e regulamentar vacinas de mRNA democratizando assim a tecnologia desse tipo de vacinas e ajudando o continente africano a aumentar a produção de vacinas que consome.

Declaração Conjunta da Rússia e China sobre as Relações Internacionais para adentrar em uma nova era e o desenvolvimento sustentável global⁷⁶



⁷⁵ O BRICS Plus/Outreach: A lógica por trás do conceito BRICS Plus é criar uma plataforma para maior diálogo entre os países do sul global para moldar a agenda para efetuar mudanças no desenvolvimento e crescimento econômico (integração do comércio e investimento) e cooperação em instituições financeiras, econômicas e políticas de governança global. O BRICS Plus serve para aproximar líderes de países que representam as Comunidades Econômicas Regionais do sul global (país que tiver assumido a presidência do G20, ou tiver posição proeminente no MERCOSUL; (co)presidir a ASEAN; G77+China; CARICOM; SG da ONU) e as Nações Unidas. Já o Diálogo de Extensão (Outreach) conecta por exemplo os BRICS a líderes de países ligados à África, onde seriam chamados líderes africanos representantes da UA, NEPAD, EAC (Comunidade da África Oriental), COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral), IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), CEDEAO (Com. Econ. dos Estados da África Ocidental), SADC (Com. De Desenvolvimento da África Austral), ECCAS (Com. Econômica dos Estados da África Central).

⁷⁶ Declaração Conjunta da Federação Russa e da República Popular da China sobre as Relações Internacionais entrando em uma nova era e o Desenvolvimento Sustentável Global • Presidente da Rússia (kremlin.ru)

Os líderes da China e da Rússia formalizaram em 4 de fevereiro de 2022 uma “aliança” que vinha ganhando corpo nos últimos anos, contra as políticas ocidentais na agenda dos EUA. No comunicado conjunto, os dois mandatários concordaram em denunciar a expansão da Otan (aliança militar ocidental) que está no cerne da grave crise em curso na fronteira da Rússia com a Ucrânia, os pactos militares americanos na região do Indo-Pacífico e a ameaça de países ocidentais de responder a uma possível invasão russa.

“[A Rússia e a China] pretendem combater a interferência de forças externas [EUA e aliados] nos assuntos internos de países soberanos” e afirmaram que “[ambos] aumentarão a cooperação nas áreas mencionadas”. Xi afirmou que os dois países se apoiarão na defesa de interesses centrais e aprofundarão a coordenação estratégica mútua, acrescentando que essa cooperação é “inabalável, passado, presente e futuro”. Para Putin, as relações bilaterais dos dois países progrediram em um espírito de amizade e de associação estratégica e “celebrou as relações ‘sem precedentes’ entre os dois países”. Se alguém tinha dúvida acerca do afinamento entre Xi e Putin, os líderes resolveram desenhar suas intenções.

O que está por trás da Declaração é a insatisfação da China com os EUA que vem colocando lenha nos protestos de Hong Kong e apoiando a independência de Taiwan. Outro fato que vem incomodando a China é que no ano passado, o governo Biden formalizou um pacto militar com Austrália e Reino Unido e reavivou a aliança Quad (com australianos, japoneses e indianos) em contraposição àquele país. Putin, por sua vez, vem acusando os americanos de desestabilizar a Ucrânia. No final de janeiro, a China já havia dito que as preocupações da Rússia sobre a Ucrânia deveriam ser levadas a sério.

Em essência, o conjunto do documento representa uma defesa do multilateralismo e revela a vontade dos dois países de, unidos, lutarem por “*relações internacionais de um novo tipo*”, baseadas na Carta das Nações Unidas e no respeito ao direito internacional.

Ainda no documento, as partes avaliam positivamente a interação entre as partes nos formatos bi e multilaterais com foco na luta contra a pandemia de Covid-19, proteção da saúde da população de seus países e do mundo. Prometeram aumentar ainda mais a colaboração no desenvolvimento e produção de vacinas contra o coronavírus, na área de medicamentos e aperfeiçoarão a colaboração em saúde pública e medicina moderna. Planejam fortalecer a coordenação das medidas epidemiológicas para garantir a saúde e segurança entre seus cidadãos. Pretendem considerar a criação de um mecanismo de controle e prevenção de epidemias nas áreas fronteiriças e melhorar a eficiência do desembarço aduaneiro de mercadorias.

Ambos os países fizeram rara menção aos BRICS quando disseram apoiar o aprofundamento da parceria dentro do grupo. Pretendem incentivar a interação nos campos da saúde pública, CTI e o aumento da coordenação entre os países do BRICS em plataformas internacionais. Se esforçarão em fortalecer ainda mais o formato BRICS Plus/Outreach⁷⁷ como

⁷⁷ O BRICS Plus/Outreach: A lógica por trás do conceito BRICS Plus é criar uma plataforma para maior diálogo entre os países do sul global para moldar a agenda para efetuar mudanças no desenvolvimento e crescimento econômico (integração do comércio e investimento) e cooperação em instituições financeiras, econômicas e políticas de governança global. O BRICS Plus serve para aproximar líderes de países que representam as Comunidades Econômicas Regionais do sul global (país que tiver assumido a presidência do G20, ou tiver posição proeminente no MERCOSUL; (co)presidir a ASEAN; G77+China; CARICOM; SG da ONU) e as Nações Unidas. Já o Diálogo de Extensão (Outreach) conecta por exemplo os BRICS a líderes de países ligados à África, onde seriam chamados líderes africanos representantes da UA, NEPAD, EAC (Comunidade da África Oriental), COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral),

um mecanismo eficaz de diálogo com associações de integração regional e organizações de países em desenvolvimento e Estados com mercados emergentes⁷⁸.

No âmbito da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX)⁷⁹, que inclui entre outros países a China, a Índia e a Rússia-, as partes continuarão a promover a interação em áreas como saúde, C&T, entre outras.

Rússia e China também pretendem desenvolver a cooperação no formato RIC (Rússia-Índia-China), assim como fortalecer a interação na Cúpula da Ásia Oriental, no Fórum Regional de Segurança da ASEAN, na Reunião dos Ministros da Defesa dos Estados-Membros da ASEAN e com os Parceiros de Diálogo. A Rússia e a China apoiam o papel central da ASEAN no desenvolvimento da cooperação no leste da Ásia, continuam a aumentar a coordenação sobre o aprofundamento da cooperação com a ASEAN e promovem conjuntamente a cooperação nas áreas de saúde pública e desenvolvimento sustentável. Os lados pretendem continuar a trabalhar no interesse de um papel fortalecido da ASEAN como elemento-chave da arquitetura regional.

Quanto aos ODS, ressaltaram que a pandemia contínua da Covid-19 representa um desafio para o cumprimento da Agenda 2030 (ONU) para o DS, e com o intuito de acelerar sua implementação, pediram à comunidade internacional para intensificar as medidas práticas de cooperação nas áreas de redução da pobreza, controle de vacinas e epidemias, financiamento para o desenvolvimento, segurança alimentar, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, entre outras.

Por fim, os lados buscam avançar em seus planos de desenvolvimento da União Econômica Eurásiana (UEE) e da Iniciativa Cinturão e Rota (ICR), com o objetivo de intensificar a cooperação entre a UEE e a China, e promover uma maior interconexão entre as regiões da Ásia-Pacífico e da Eurásia. Os lados reafirmam seu foco na construção da Grande Parceria Eurásiana em paralelo com a construção do Cinturão e Rota, para fomentar o desenvolvimento de associações regionais, bem como processos de integração bilateral e multilateral em benefício da população do continente eurásiano.

Em todo este processo, a Índia, que tem grandes interesses eventualmente contraditórios com a China, manteve silêncio até aqui, e está 'com as barbas de molho'.

Visita do presidente Bolsonaro à Rússia: tentativa de ampliação da agenda externa no ano eleitoral

Se Rússia e China vem mantendo o foco em seus objetivos, o Brasil manteve a viagem do presidente à Rússia. O mandatário irá manter a visita ao seu homólogo russo dia 16/2, mesmo com o alerta da Casa Branca sobre potencial invasão de tropas russas à Ucrânia até 20/2. A suspensão somente se dará se o ataque efetivamente começar nos próximos dias.

Na viagem, não está estabelecida uma pauta de acordos expressiva; a Rússia ocupa o 36º lugar no ranking de exportações brasileiras. Com uma balança deficitária de mais de US\$ 4

IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), CEDEAO (Com. Econ. dos Estados da África Ocidental), SADC (Com. De Desenvolvimento da África Austral), ECCAS (Com. Econômica dos Estados da África Central).

⁷⁸ O Brasil avançou no processo de ingresso na OCDE e a Índia tem privilegiado o QUAD (com EUA, Japão e Austrália), bloco que se iniciou em 2207 em reação à expansão chinesa no SE asiático.

⁷⁹ OCX: China, Cazaquistão, Quirquistão, Rússia, Tajiquistão e Uzbequistão (2001). Em 2017, Índia e Paquistão tornaram-se membros plenos.

bi para o lado de cá, o Brasil exporta commodities agrícolas (soja, carne bovina e de aves, café), veículos e tratores e compra adubos e fertilizantes. Em meio às tensões russas à Ucrânia, Putin buscará instrumentalizar a visita do presidente brasileiro a seu favor. Se a visita realmente acontecer, o mandatário brasileiro ganhará a segunda foto em visita oficial a uma potência estrangeira para exibir na campanha eleitoral: a primeira foi na China em 2019 mas depois fez inúmeras insinuações sobre o “vírus chinês” e atacou o que denominou de “vachina” do Instituto Butantã.

Os EUA têm pressionado o governo brasileiro para que o presidente cancele sua viagem à Rússia em meio às tensões em torno da Ucrânia. Putin fez o convite ao líder brasileiro para que visitasse a Rússia em uma reunião dos BRICS em 2019 (BSB) e depois o convite foi resgatado em dezembro de 2021. O 1º VP do Comitê dos Assuntos Internacionais do Parlamento russo, Vyacheslav Nikonov, considera que Washington tenta impedir a aproximação entre a Rússia e o Brasil. Tanto é verdade que no dia 28/01 os EUA já haviam mencionado a visita do presidente à Rússia, um dia após a confirmação de sua visita à Moscou. Dois dias depois, o secretário de Estado norte-americano, Anthony Blinken ligou para o chanceler Carlos França para dialogar sobre o assunto. Para o deputado Nikonov, “os EUA estão praticando uma diplomacia global destinada ao isolamento da Rússia [...] Aqui também [se inclui] o Brasil, ao qual se atribui grande importância”. A viagem à Rússia é uma alternativa para o presidente brasileiro que enfrenta dificuldades para ser recebido na UE poder ampliar sua agenda externa no ano eleitoral.

Antes, os EUA também haviam tentado influenciar a reunião entre o presidente Putin e o PM indiano Modi, mas essa ocorreu de uma forma muito positiva. O EUA vem organizando múltiplos golpes nos países latino-americanos para controlar o ambiente político em cada um deles, mas nem tudo tem dado certo: instruir a AL sobre o que devem fazer em relação à Rússia ou à China é uma antiga tradição americana. No caso do Brasil, os EUA o consideram um país-chave da América Latina. Já Bolsonaro simpatizava mais com Trump do que com Biden. Nesse contexto, o presidente do Brasil pode demonstrar independência, mesmo que esteja menos inclinado para uma parceria com a Rússia do que seus predecessores. De qualquer forma, espera-se que os laços entre a Rússia e o Brasil se desenvolvam.

A OTAN e os EUA acusam a Rússia de estar formulando uma invasão à Ucrânia, mesmo Moscou negando esta intenção. Enquanto isso, a Rússia observa a expansão da aliança Atlântica para países do Leste Europeu e a não consideração por parte dos EUA e aliados em levarem suas preocupações de segurança à sério.

O líder brasileiro declarou que o intuito da viagem é estreitar os laços diplomáticos e o tópico Ucrânia/EUA/OTAN só será abordado caso Putin traga a pauta à mesa de discussões. Antes da viagem, o MRE do Brasil se apressou em divulgar uma nota exaltando a parceria comercial entre Brasília e Kiev. Em 2009, Brasil e Ucrânia estabeleceram parceria estratégica com desdobramentos no setor de saúde.

Um segundo caso de influência americana no Brasil é o fato do Brasil ter decidido abrir uma representação do Ministério da Economia na Embaixada do Brasil em Washington (26/01/2022) antes de abrir na China - o maior parceiro e cliente comercial brasileiro-, enquanto os EUA estão em segundo lugar, e longe da China. O decreto foi assinado pelo ministro Paulo Guedes e pelo embaixador Carlos França. O escritório foi uma iniciativa do próprio ministro da Economia e pode ser visto como uma tentativa de driblar o Itamaraty e negociar diretamente com os EUA.

A medida confirma um fenômeno de diplomacia descentralizada, que se tornou muito comum nos anos 1990. A globalização fez com que fossem construídas medidas diplomáticas de natureza mais pulverizada, ligadas à para-diplomacia com organizações transnacionais, de setores privados ou públicos que não tem ligações diretamente ao Itamaraty ou ao governo federal e desenvolvem relações diretas com outras nações. O novo escritório será subordinado administrativamente à embaixada, mas tecnicamente quem serão os responsáveis são o Min. da Economia e em menor medida, o MRE. O novo escritório pode ser visto como uma espécie de geringonça brasileira, conforme Pedro Costa Junior, cientista político, professor de RI da FACAMP, especialista em política externa dos EUA⁸⁰. Além dos mais, a perspectiva de crescimento do PIB neste ano ser próxima a zero e considerando a falta de credibilidade internacional no Ministro da Economia do Brasil e da figura presidencial, dificilmente o escritório vai ter sucesso na atração de novos investimentos.

Há interesse de abrir um escritório nos EUA e não na China para conter o avanço da China na região e para tanto é preciso ter o Brasil alinhado com os EUA. Do ponto de vista geopolítico, o Brasil representa metade da população, da economia e do território da América do Sul. A implementação dessa nova estrutura na Embaixada além de ter pouco impacto na economia brasileira, não é visto com bons olhos por fazer parte de um movimento de formar novos canais diplomáticos a partir de uma nova diplomacia.

Capacidade científica da África do Sul (AS) no desenvolvimento de um centro global de TT de vacinas mRNA contra a Covid-19

A AS deu demonstração de que é possível vencer as restrições de propriedade intelectual de grandes farmacêuticas e apoiada pela OMS, pode ajudar outros países a ganhar autonomia no campo das vacinas e diminuir o apartheid vacinal. O DG da OMS Tedros Adhanon, divulgou que a Afrigen sul-africana conseguiu recriar a tecnologia de produção da vacina de mRNA da Moderna ao produzir microlitros de vacina antiCov-19. A vacina entrará em testes clínicos em breve. A Afrigen foi escolhida pela OMS como 'hub sul-africano' para produzir vacinas de mRNA e depois compartilhar a tecnologia com outros países de baixa e média renda. A OMS pediu à Moderna, Pfizer e BioNTech que ajudassem nesse esforço, contudo as empresas não responderam, então a OMS decidiu seguir em frente.

A OMS já havia anunciado no ano passado que a AS seria sede do 1º centro de transferência de tecnologia de vacinas mRNA contra a Covid-19 na África, numa iniciativa com o governo sul-africano e vários outros países e parceiros de saúde. De acordo com a OMS, o continente africano participa atualmente na produção de menos de 1% das vacinas que consome.

Cientistas de todo o mundo ajudaram pois estavam se sentindo desiludidos com a distribuição distorcida de vacinas e quiseram ajudar a tirar o mundo desse dilema. Acredita-se que agora várias empresas do sul global aprenderão com a Afrigen.

A tecnologia mRNA servirá não apenas para desenvolver vacinas para a Cov-19, espera-se que possa ser adaptada para ajudar na luta contra o HIV, TB e malária.

No final de 2020, a AS e a Índia propuseram à OMC a suspensão dos DPI dos medicamentos e vacinas contra a Cov-19. A AS que vem lutando pela igualdade de acesso às

⁸⁰ [Por que o Brasil abre escritório na embaixada em Washington e não em Pequim? Analista responde - 02.02.2022, Sputnik Brasil \(sputniknews.com\)](https://sputniknews.com/02.02.2022/pt-br/analista-responde-por-que-o-brasil-abre-escritorio-na-embaixada-em-washington-e-nao-em-pequim/)

vacinas anti-Covid-19 lançou em 19/1 na Cidade do Cabo (19/1), a 1ª fábrica do continente (NantSA) que produzirá doses do princípio ao fim, num investimento estimado em 172 milhões de euros financiada pelo milionário das biotecnologia Patrick Soon-Shiong. A fábrica terá instalações de investigação científica de ponta e capacidade para desenvolver e produzir vacinas e tratamentos de alta tecnologia que terão como prioridade o continente africano.

Saúde global e diplomacia da Saúde na América Latina

Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger

A pandemia da Covid-19, desde o princípio, encontrou um sistema de saúde frágil, precário e incapaz de lidar com um desafio da dimensão que se apresentava na maior parte da região das Américas. Desde então, a região vem sofrendo as duras consequências econômicas e sociais de décadas de obsolescência.

De acordo com a última coletiva de imprensa da OPAS⁸¹, dia 9 de fevereiro, na última semana, embora os números continuem altos, o número de novos casos e internações começaram a diminuir em alguns países da região das Américas, com uma queda de 31%.

O número de mortes, por sua vez, teve um aumento médio de 13%, com subida significativa em algumas partes da América Central e do Sul. Na semana passada, foram mais de 4,8 milhões de novos casos e mais de 33.000 novas mortes na região.

Na América do Norte, em todos os três países o número de novos casos e mortes diminuiu. Em toda a América Central, o número de mortes aumentou cerca de 30% (em média), mas o aumento do número de casos está começando a desacelerar em toda a sub-região. Por exemplo, foi registrada uma redução de 70% de novos casos em El Salvador. Em Belize e no Panamá houve uma queda de mais de um terço.

O aumento no número de casos também está diminuindo em algumas partes da América do Sul. O número de casos foi reduzido pela metade no Peru e na Argentina. No entanto, o número de mortes continuou a aumentar em toda a região, em proporções que variaram de 9,4% na Bolívia a 42% na Venezuela. As internações estão aumentando na maioria dos países do Cone Sul; no Chile, por exemplo, o aumento foi de 50%.

O Caribe também viu uma desaceleração no aumento do número de casos, enquanto as mortes continuam a aumentar em todos os países, exceto em alguns. Os novos casos aumentaram 88% na Dominica na última semana e continuaram a aumentar também em São Vicente e Granadinas.

Um olhar atento à situação revela uma tendência: países com maior cobertura vacinal têm menos internações em UTI e menos mortes, ressaltando a importância de expandir o acesso às vacinas.

Ao final de janeiro de 2022, 62,3% da população da América Latina e do Caribe contava com um esquema completo de vacinação, para o qual a CEPAL pede para aumentar esforços para que em meados de 2022 todos os países da região tenham vacinado 70% de sua população com o esquema completo.⁸²

Para isso, a Comissão ressalta a urgência no fortalecimento dos programas de compra de vacinas e os mecanismos de cooperação e coordenação regional, em consonância com o Plano de Autossuficiência Sanitária para a América Latina e o Caribe, elaborado pela CEPAL no ano passado e aprovado pela Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

Situação política da Região

⁸¹ <https://www.paho.org/es/medios/rueda-prensa-semanal-sobre-situacion-covid-19-region-americas>

⁸² <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pobreza-extrema-regiao-sobe-86-milhoes-2021-como-consequencia-aprofundamento-crise>

Há vários anos, o continente latino-americano tem estado mergulhado em uma crise de identidade, com o observa o professor Jerónimo Ríos Serra. Embora o ciclo progressista da primeira década do século XXI tenha conseguido promover interessantes cenários de acordos regionais, como a CELAC, ou de cooperação intergovernamental, como a UNASUL, Ríos Serra ressalta que ao longo dos anos essas propostas caíram no ostracismo ou pesaram as deficiências do passado. A falta de liderança, o ceticismo quanto ao processo de integração, além da proliferação de projetos integradores ou a ideologização da política externa na região, têm sido evidentes.

No entanto, o presente ano pode ser um ponto de virada em potencial. A chegada de governos progressistas na Argentina, na Bolívia ou no México, ou mais recentemente no Peru, permite a possibilidade de relançar, com as lições do passado, algumas iniciativas ou possibilidades de cooperação, além da liberalização das agendas econômicas e comerciais. Da mesma forma, existem três processos eleitorais que podem marcar potencialmente as possibilidades de mudança: Chile, Brasil e Colômbia.⁸³

Em Costa Rica, o processo eleitoral profundamente fragmentado, no qual 25 candidatos se apresentaram nas eleições em que os costarriquenhos foram convocados para eleger o sucessor do presidente cessante Carlos Alvarado, dois vice-presidentes e os 57 deputados do Congresso para o período 2022-2026. O primeiro turno das eleições, realizada no dia 6 de fevereiro, resultou na escolha de dois candidatos: um com larga experiência política e outro que dedicou sua vida durante anos a pesquisar a economia. José María Figueres, do Partido da Libertação Nacional (PLN), que obteve pouco mais de 27% dos votos, e o economista Rodrigo Chaves, do Partido Social-Democrata do Progresso (com mais de 16 %).^{84 85}

No Peru, pouco mais de seis meses de sua chegada à presidência do país, Pedro Castillo anunciou a formação do que será seu quarto governo (o anterior durou cerca de 72 horas). O presidente havia anunciado três dias antes, em mensagem à nação, uma recomposição do gabinete que havia nomeado naquela semana. A curta vida de seus gabinetes expôs a instabilidade que caracterizou a presidência de Castillo. Desde que chegou ao poder contra todas as probabilidades, Castillo alternou executivos de orientação diversa, o que levou seus críticos a acusá-lo de liderar o país em uma direção errática, e viu como vários de seus ministros tiveram que renunciar em meio à crise escândalo e contestado no Congresso. No momento, a instabilidade é o que define o cenário político do país.⁸⁶

PROSUL: III Cúpula Presidencial do Fórum para o Progresso e Integração da América do Sul: avanços na direção da cooperação e desenvolvimento regional

Presidente da Colômbia Iván Duque entregou a Presidência Pro Tempore de Prosul ao Paraguai⁸⁷

No dia 29 de janeiro, em um evento presencial na Colômbia, foi realizada a cerimônia de transferência da Presidência Pro Tempore do PROSUL da Colômbia para o Paraguai.

⁸³ Ríos Serra, J. Qué esperar de América Latina en 2022? Disponível em: <https://www.esglobal.org/que-esperar-de-america-latina-en-2022/> Acesso em: 12 fev 2022.

⁸⁴ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-60223963>

⁸⁵ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-60283581>

⁸⁶ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-60269518>

⁸⁷ <https://foroprosur.org/presidente-de-colombia-ivan-duque-entregou-la-presidencia-pro-tempore-de-prosur-a-paraguay/>

O presidente Iván Duque destacou que um dos eixos centrais da presidência colombiana foi posicionar o PROSUL como o principal Fórum para responder aos desafios sociais, econômicos e políticos da América do Sul atual.

Por sua vez, a Vice-Presidente e Ministra das Relações Exteriores da Colômbia apresentou o relatório de gestão no qual explanou as conquistas deste grande objetivo comum, graças ao trabalho de cooperação e consulta dos países participantes durante o ano de trabalho.

Entre eles destacam-se:

A formação do Grupo de Meio Ambiente: foi elaborado, apresentado e aprovado um plano de trabalho que contempla objetivos específicos em um horizonte de 5 anos e iniciativas que não estão sendo desenvolvidas em outros mecanismos regionais.

O lançamento do projeto "Aprimoramento das Capacidades de Imunização nos países do PROSUL", com o objetivo de fortalecer as capacidades de produção sustentável de vacinas na mesma região, para garantir acesso equitativo e oportuno aos países do fórum.

A criação de uma carteira de projetos de infraestrutura para integração e uma carteira de projetos para licitação internacional, com mais de 60 projetos identificados que serão divulgados entre investidores e câmaras de infraestrutura e permitirão a articulação de sinergias no planejamento regional.

Realização do Fórum sobre Segurança Regional e Ameaças Híbridas convocado em conjunto com a Secretaria de Segurança Multidimensional da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ali, foram identificadas ações urgentes para responder aos desafios de segurança emergentes, como a cooperação em matéria de inteligência, o fortalecimento das capacidades informáticas da força pública e a literacia digital da população para prevenir o uso indevido da informação e do Ciberespaço.

Organização do Fórum "Desafios e Oportunidades da Indústria Militar no Contexto da Biossegurança" e elaboração de um "Manual de Boas Práticas para a Ciberproteção de Ativos Críticos de Defesa"

Elaboração de um modelo de ficha regional de saúde e migração para ingresso nos países do PROSUL.

Além disso, a reunião anunciou a entrada do Suriname como país participante desse mecanismo, fato que reafirma a vontade da região de continuar trabalhando pelo bem-estar dos 386 milhões de habitantes da região.

O evento culminou com a declaração de Cartagena⁸⁸, na qual destaca-se a vontade de continuar o trabalho conjunto e a cooperação dos países.

Participaram da reunião de alto nível: o Presidente do Chile, Sebastián Piñera; o Presidente do Equador, Guillermo Lasso; o Presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez; o vice-presidente do Brasil Hamilton Mourão; o primeiro-ministro da Guiana, Mark Phillips; Ministro das Relações Exteriores da República do Peru, Oscar Maúrtua; Ministro das Relações Exteriores do Suriname, Albert Ramdin.

⁸⁸ <https://foroprosul.org/wp-content/uploads/2022/01/VF-DECLARACION-DE-CUMBRE-DE-PROSUL-2022-Versio%CC%81n-Final-27.01.2022.pdf>

SEGIB: Andrés Allamand assume como novo secretário-geral ibero-americano⁸⁹

Em 6 de fevereiro, Andrés Allamand assumiu o cargo de novo Secretário-Geral Ibero-Americano, cargo para o qual foi nomeado por consenso dos governos dos 22 países ibero-americanos.

O novo Secretário-Geral Ibero-Americano exercerá suas funções por um período de quatro anos, que – de acordo com o disposto no artigo 4 da Convenção de Santa Cruz de la Sierra – poderá ser renovado apenas uma vez.

Allamand substituiu a costarriquenha Rebeca Grynspan, que deixou suas funções em setembro do ano passado.

ORAS-CONHU apoia a aplicação de instrumentos para garantir a disponibilidade de recursos humanos nos países andinos⁹⁰

A Secretária Executiva do Convênio Organização Andina da Saúde-Convênio Hipólito Unanue, Dra. María del Carmen Calle Dávila, participou da apresentação do estudo sobre recursos humanos na Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, elaborado pela OMS.

No marco do trabalho articulado com organismos internacionais para garantir o pleno direito à saúde, a Organização Andina de Saúde - Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) promove a aplicação de instrumentos eficazes que possam garantir a disponibilidade de recursos humanos capacitados para enfrentar os desafios da pandemia nos países andinos.

A secretária executiva do ORAS-CONHU, destacou a atuação do organismo durante a sua participação como comentarista na apresentação do estudo: Impacto da Covid-19 nos recursos humanos para a saúde e resposta política na Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, elaborado pela OMS.

A Secretária observou que após um trabalho de consenso com cinco dos seis países que compõem o organismo, foi possível coletar informações significativas com base em três pilares temáticos priorizados que dariam uma resposta dos países andinos para abordar aspectos relacionados a recursos humanos e responder ao COVID-19. Foram eles: (1) a preparação para a resposta inicial à emergência sanitária, que envolveu estimar a necessidade de pessoal de saúde para atender os casos de Covid-19 e a adaptação de metodologias já utilizadas pelos países para estimar a necessidade de recursos humanos; (2) o reforço dos recursos humanos para aumentar a capacidade de resposta do sistema de saúde, através de mecanismos para aumentar a sua disponibilidade, medidas financeiras e não financeiras para melhorar as suas condições de trabalho, formação, rastreamento de exames, equipamentos de proteção individual, saúde mental, entre outros e (3) revisão e atualização das medidas para manter a disponibilidade de recursos humanos, através de planos de contenção, migração, recuperação pós-confinamento, bem como o plano de vacinação para o pessoal de saúde.

Nesse contexto, María del Carmen Dávila propôs sobre a necessidade de avaliar o perfil dos profissionais de saúde da área andina para que seja possível projetá-lo nos próximos 10 anos.

⁸⁹ <https://www.segib.org/pt-br/andres-allamand-asume-como-nuevo-secretario-general-iberoamericano-por-un-periodo-de-cuatro-anos/>

⁹⁰ <http://orasconhu.org/portal/blog/820>

Ressalta-se que o ORAS-CONHU, juntamente com outros órgãos de integração e cooperação, conclamou à convergência e articulação entre as políticas de saúde, econômicas, sociais e produtivas com o objetivo de reposicionar os sistemas de saúde como atores-chave nas políticas públicas de cada país.

No lançamento do estudo pela OMS, a Diretoria de Recursos Humanos para a Saúde da Organização, em colaboração com a Organização Pan-Americana da Saúde, apresentou um estudo de caso da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru sobre o impacto da COVID-19 em Recursos Humanos para a Reposta Política e Sanitária, que fornece métricas padronizadas para identificar, analisar e quantificar o impacto multifacetado do COVID-19 nos recursos humanos.

Esse conhecimento e as lições aprendidas contribuirão para fornecer evidências e alinhar prioridades e objetivos políticos em torno da proteção da força de trabalho em saúde em toda a região, bem como a necessidade de melhorar o investimento em recursos humanos como estratégia prioritária para fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde, garantindo a sua continuidade e funcionamento ideal com acesso e cobertura adequados para toda a população.

Organização dos Estados Americanos (OEA)

Quinta Reunião de Ministros da Aliança de Energia e Clima das Américas⁹¹

No dia 10 de fevereiro, teve lugar a V Reunião Ministerial da Aliança Energia e Clima das Américas (ECPA), na cidade do Panamá, sob o lema “Transições justas e inclusivas”.

O presidente panamenho abriu a reunião acompanhado do Enviado Presidencial Especial dos Estados Unidos para o Clima, John Kerry; o Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro; o Secretário de Energia do Panamá, Jorge Rivera Staff; e da presença de 33 delegações.

O presidente do Panamá destacou o papel do país como nação geradora de mudanças, destacando sua tarefa na etapa de recuperação econômica global e o objetivo de alcançar a sustentabilidade energética do planeta.⁹²

O secretário-geral da OEA, Luis Almagro, enfatizou a importância do papel do Panamá na realização de uma transição energética justa e inclusiva, devido às suas vantagens reconhecidas mundialmente, como centro logístico, comercial e empresarial.

A reunião buscou promover liderança, cooperação e integração energética compartilhada nas Américas para atingir zero emissões líquidas até 2050. Também será uma oportunidade para identificar prioridades energéticas, áreas de conhecimento e sinergias potenciais para facilitar a cooperação em diferentes níveis (ex: Sul-Sul, Norte-Sul, bilateral, multilateral) e destacar projetos ou iniciativas com resultados mensuráveis de alto impacto.

Além de orientar as futuras atividades da ECPA, o evento serviu como fonte de informações energéticas para as deliberações dos chefes de Estado na IX Cúpula das Américas, a ser realizada em Los Angeles em junho.

⁹¹ https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=AVI-018/22

⁹² <https://www.presidencia.gob.pa/Noticias/Presidente-Cortizo-Cohen-inaugura-V-Reunion-Ministerial-de-la-Alianza-de-Energia-y-Clima-de-las-Américas-#:~:text=La%20quinta%20Reuni%C3%B3n%20de%20Ministros,11%20de%20febrero%20de%202022.&text=La%20reuni%C3%B3n%20de%20ministros%20le,agenda%20regional%20de%20transici%C3%B3n%20energ%C3%A9tica.>

A OEA, por meio de sua Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral, SEDI, administra a Unidade de Coordenação Técnica da ECPA desde 2009. Essa unidade foi criada para fomentar alianças interinstitucionais, promover maior diálogo, colaboração e conscientização sobre questões relacionadas à energia e mudanças climáticas.

Comunicado sobre o falecimento de presos políticos na Nicarágua⁹³

A Secretaria Geral da OEA emitiu um comunicado no qual condenou a morte do preso político General Hugo Torres, no dia 12 de fevereiro, detido pelo regime nicaraguense, e condenou categoricamente a perseguição e detenção arbitrária por motivos políticos no país.

A Secretaria Geral da OEA considera abominável o fato de manter presos políticos, com doenças terminais sem assistência médica necessária, abominável, violando seus direitos fundamentais. Da mesma forma, exige a libertação imediata de todos os presos políticos, passo fundamental para a redemocratização do país. A Nicarágua precisa de outro caminho que não seja a repressão, a perseguição e a violação sistemática dos direitos dos nicaraguenses.

⁹³ https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-007/22

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

Augusto Paulo Silva, Tomé Cá e Felix Rosenberg

UNIÃO AFRICANA

35ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo⁹⁴

O Conselho de Ministros das Relações Exteriores/dos Negócios Estrangeiros (2-3 de fevereiro). Como ocorrem com todas as Cúpulas, também esta foi precedida da reunião de Ministros das Relações Exteriores com agendas refletindo a situação do continente.

Reunindo-se fisicamente pela primeira vez desde o surto da pandemia em 2020, dominaram as discussões a abordagem dos efeitos devastadores da pandemia, as crescentes ameaças de insegurança decorrentes de conflitos e terrorismo, as mudanças inconstitucionais dos governos dos estados africanos e o desenvolvimento socioeconómico do continente.

A melhoria do acesso às vacinas para todos os cidadãos africanos continua a ser uma prioridade da União Africana. A vacinação continua a ser muito baixa, estando apenas 10% da população africana com um ciclo completo de vacinação, enquanto 11% estão parcialmente vacinados. A produção de vacinas em África, cujo processo de implantação já bastante avançado em alguns dos nossos Estados-Membros, facilitará a inversão desta tendência negativa, tornando as vacinas prontamente disponíveis para a grande maioria das populações.

O outro assunto importante foi o impacto socioeconómico da pandemia traduzido numa recessão testemunhada pela primeira vez em décadas, levando ao aumento da inflação e do peso da dívida dos Estados-Membros.

O terceiro tema debatido foi o ressurgimento das mudanças inconstitucionais de governo que, segundo os Ministros, estão a minar a fundação dos Estados africanos e os esforços de desenvolvimento no continente. Continuam optimistas que a Cúpula fará com que os líderes do continente renovem o seu compromisso e deem à futura geração uma África pacífica e integrada, centrada no progresso socioeconómico.

A Arquitetura Africana de Paz e Segurança (APSA - *the African Peace and Security Architecture*), a Arquitectura Africana de Governança (AGA - *the African Governance Architecture*), a Agenda 2063 e a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA/AfCFTA - *African Continental Free Trade Area*), constituem alavancas para o continente emergir da pobreza e subdesenvolvimento, que são fontes de instabilidade no continente.

A reunião ministerial discutiu também uma série de questões incluindo o financiamento da União e a escala de avaliação e contribuições para os Estados-Membros; as candidaturas africanas no âmbito do sistema internacional; a implementação da Agenda 2063; as reformas institucionais; a paridade de género e juventude e os esforços para acabar com a violência contra as mulheres e raparigas; educação, ciência e inovação; actualizações sobre a situação no Parlamento Pan-Africano (PAP); a eleição de membros do Conselho de Paz e Segurança da UA, entre outros.

35ª CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO AFRICANA

⁹⁴ O programa a ser desenvolvido encontra-se anexo

Líderes de todo o continente se reuniram nos dias 5 e 6 de fevereiro em Adis Abeba para discutir questões que afetam o continente, principalmente a pandemia e a insegurança.

O tema deste ano é *“Reforçar a Resiliência na Nutrição e Segurança Alimentar no Continente Africano; Fortalecimento dos sistemas agroalimentares, sistemas de saúde e proteção social para a aceleração do desenvolvimento do capital humano, social e econômico.”*

Embora seu tema implique a construção de resiliência em nutrição e autossuficiência alimentar, a Covid-19 e a insegurança também estão no topo da agenda, pois golpes e instabilidade política continuam afetando muitas partes da África.

Ao dirigir-se aos líderes do continente, o Presidente da Comissão da União Africana, disse que a África está entre os continentes duramente atingidos pela Covid-19. Ele também levantou preocupação com a indisponibilidade de vacina para a maioria dos africanos. Pediu aos líderes africanos que apoiem o CDC África. Ele também compartilhou sua preocupação com a deterioração da segurança na África. Ele disse que a União Africana enfrentou o fracasso institucional por causa de golpes e insurgências. Ele pediu aos blocos econômicos regionais que trabalhem em estreita colaboração com a União Africana e outros Estados-Membros para abandonar o uso de *‘sua soberania’* como pretexto.

O Primeiro-Ministro etíope Abiy Ahmed, anfitrião desta Cúpula, enfatizou a vontade de seu governo de encerrar o conflito de 16 meses com os rebeldes Tigrayan. *“Como um gesto de boa vontade, liberamos suspeitos de alto perfil, com o objetivo de criar [a] ambiente propício para conversas”*, disse Abiy. *“Consistente com a nossa resolução pacífica de conflitos, lançamos recentemente um diálogo nacional inclusivo com legislação formal. Nosso compromisso de buscar uma paz duradoura e duradoura em nosso país deve permanecer firme e rápido”*. Abiy pediu aos líderes que ecoassem seu pedido para que a África obtenha representação permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres, discursou na sessão por videoconferência. Guterres disse que a África está sendo afetada pelas mudanças climáticas, contribuindo com menos de 3% das emissões de gases de efeito estufa. *“Para enfrentar esta trágica realidade, precisamos de um impulso radical no financiamento, adaptação e mitigação no continente”*, disse Guterres. Guterres observou que está trabalhando com a comunidade internacional para atender às ambições de mudança climática da África. Ele também pediu aos líderes africanos que incluam os jovens em sua administração e deixem os cidadãos exercerem seus direitos políticos e democráticos. Os participantes da 35ª Cimeira Extraordinária da União Africana nomearam o líder senegalês Macky Sall como o novo presidente pro tempore da UA⁹⁵.

Democracia sob risco

Começando pelos golpes de Estado, em nenhum momento da história da União Africana teve quatro (04) países suspensos em 12 meses: Mali, República da Guiné (Conakri), Burkina Faso e República do Sudão. Os três destes golpes concentraram-se no Sahel/África Ocidental, mais os recentes acontecimentos na Guiné-Bissau. O Senegal, porta de acesso ao Atlântico para toda uma hinterlândia africana, em muito terá presente nos seus políticos e acadêmicos que tudo o que acontece no Níger, por exemplo, lhes diz também respeito. No seu discurso, o novo Presidente *pro tempore* pede mais sanções e mais dureza para golpistas. Impor a União Africana aos seus blocos econômicos sub-regionais poderá ser um ponto de partida para o mesmo

⁹⁵ <https://www.zeddbrasil.com/pandemia-e-seguranca-35a-cimeira-da-uniao-africana/>

acontecer nas restantes organizações regionais da África Central (CEEAC), África Austral (SADC), África Oriental (EAC/COMESA) e Magrebe (UMA).

O segundo ponto importante desta Cúpula é Israel. Há muito que esse país tem um natural interesse em África, porque não pode ficar de fora da nova corrida ao continente por causa das simpatias africanas à causa palestiniana. Tendo Israel obtido o estatuto de Observador no seio da União Africana em julho de 2021, foi-lhe retirado agora nesta 35ª Cúpula, pela pressão exercida pela África do Sul e Argélia. Esta disputa extravasa a questão palestiniana, a partir do momento em que Marrocos e República do Sudão aderiram aos Acordos de Abraão em dezembro de 2020 e integra a questão sarauí, por via das acusações argelinas a Marrocos, de traição à causa palestiniana. A assinatura marroquina nesta normalização de relações com Israel valeu-lhes o reconhecimento americano da soberania marroquina sobre o Sahara em disputa com sarauís independentistas.

Por falar em Sudão, nesta semana também há notícia de uma visita secreta, logo não confirmada, de um oficial sudanês ligado à Junta Militar, a Israel. Apesar de Acordos de Abraão, as relações entre os dois países não evoluíram muito desde dezembro de 2020. A União Africana celebra neste ano o seu 20.º aniversário e, precisando de se unir ainda mais, tudo fará para não ter assuntos polémicos e fraturantes criadores de discórdia⁹⁶.

Vale realçar a participação de Cabo Verde. No seu discurso de apresentação, o novo Presidente afirmou: *“Não podendo África, sozinha, ter meios suficientes para financiar as medidas de resposta e recuperação da crise económica, pandémica e climática, haverá necessidade de se assegurar financiamento complementar através de outras formas e fontes de financiamento externo, nomeadamente: o investimento direto estrangeiro, a cooperação internacional, a assistência financeira externa apropriada e o perdão ou reconversão da dívida. O Presidente de Cabo Verde condenou igualmente os recorrentes golpes de estado “que têm minado o continente” e sublinhou a necessidade de África “reforçar a capacidade africana de prevenção e gestão de conflitos”. “Manifesto a minha preocupação pelas constantes ameaças à paz, segurança e estabilidade no nosso continente, mormente na região oeste africana e do Sahel. Estou a falar concretamente do terrorismo e da subversão da ordem constitucional instituída, através de golpes de estado que têm minado o continente. Endereço toda a solidariedade às vítimas do terrorismo, designadamente no Burkina Faso, Mali, Níger, norte da Nigéria e Moçambique e reafirmo o mais veemente repúdio a todo e qualquer ato terrorista, bem como de subversão da ordem constitucional, como as que ocorreram no Sudão, Mali, Guiné-Conackry, Burkina Faso e a recente tentativa de golpe de estado na Guiné-Bissau e é preciso reforçar a capacidade africana de prevenção e gestão de conflitos e apostar fortemente na diplomacia preventiva”⁹⁷.*

União Africana confere autonomia ao CDC África

A 35.ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana aprovou a passagem do CDC África para a agência de saúde autónoma da organização continental. A decisão, classificada como *“histórica”* pelo Diretor do CDC África, *John Nkengasong*, significa que a agência de saúde panafricana recebeu plenos poderes para operar de forma autónoma. Significa, entre outras atribuições, que a agência terá agora autonomia legal, institucional e operacional para, designadamente, servir de canal para mobilizar financiamento para construir

⁹⁶ <https://www.dn.pt/opiniao/a-cimeira-da-uniao-africana-14577429.html>

⁹⁷ <https://www.rfi.fr/pt/cabo-verde/20220205-jos%C3%A9-maria-neves-defende-perd%C3%A3o-ou-reconvers%C3%A3o-da-d%C3%ADvida-africana>

as capacidades necessárias e adquirir ativos continentais vitais para a prevenção e controlo de doenças.

Até recentemente, o CDC África estava subordinada à Comissão da União Africana, tutelada pela Comissário para os Assuntos Sociais, dificultando a tomada de decisões caso haja necessidade de uma resposta urgente de mobilização de recursos para combater doenças. O CDC África também poderá fortalecer os sistemas nacionais de saúde na África, que começaram durante a pandemia de Covid-19, por via da formação e capacitação em todo o continente, melhorando a qualidade dos ativos e pessoal de saúde pública. O financiamento do CDC África provirá da União Africana, enquanto entidade independente, e o cargo de Diretor será elevado ao de Diretor-Geral que será equiparado a um Comissário da União Africana.

Recorde-se que o CDC África é uma instituição técnica especializada da União Africana criada para oferecer apoio coordenado às iniciativas de saúde pública dos Estados-Membros e fortalecer a capacidade das suas instituições de saúde pública para detectar, prevenir, controlar e responder com rapidez e eficácia às ameaças à saúde. Foi criado em 2017, após o surto de Ébola na África Ocidental em 2014-2016, que infetou mais de 28.000 pessoas, das quais 11.000 morreram. O surto destacou a necessidade crítica de uma entidade continental para prevenção, vigilância e resposta a doenças.

Algumas das preocupações que justificaram a criação do CDC África incluem o rápido crescimento populacional; o crescente e intenso movimento populacional no continente, com maior potencial para patógenos novos se transformarem em pandemias; doenças infecciosas endémicas e emergentes existentes, incluindo o Ébola; resistência antimicrobiana; aumento da incidência de doenças não transmissíveis e lesões; altas taxas de mortalidade materna; e ameaças representadas por toxinas ambientais, como escreveu o seu atual Diretor em 2017 na revista Lancet: "*Além dessas preocupações, os países africanos estão sobrecarregados com falta de recursos para a saúde pública, incluindo vigilância, redes de laboratórios, força de trabalho competente e experiência em pesquisa que dificultam a tomada de decisões com base em evidências*", acrescentou Nkengasong na Lancet. Durante a pandemia de Covid-19, o CDC África coordenou a estratégia de resposta continental da União Africana. E um dos principais objetivos era criar uma plataforma de suprimentos de insumos que atuasse como um balcão único para a aquisição de equipamentos de proteção individual pelos governos. Numa saudação ao novo estatuto do CDC África, conferido pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, *Chikwe Ihekweazu*, chefe do Centro da Organização Mundial de Saúde (OMS) para informações sobre pandemias e epidemias, escreveu no Twitter: "*Este é um grande momento para a saúde pública na África. Os nossos líderes falaram*"⁹⁸.

Mensagem do Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

O Presidente do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, Akinwumi Adesina, disse que a lição mais importante da pandemia de Covid-19 para África é a necessidade de construir um mecanismo de defesa contra os choques externos, especialmente nos cuidados de saúde e na segurança financeira. "*Investir na saúde é investir na segurança nacional*", disse Adesina aos líderes africanos na abertura da 35ª Cúpula da União Africana. "*A África não pode dar-se ao luxo de entregar a segurança dos cuidados de saúde dos seus 1,4 mil milhões de cidadãos à benevolência de outros*". O líder do Banco disse que o continente precisava de 484 mil milhões de dólares durante os próximos três anos para enfrentar os impactos socioeconómicos da

⁹⁸ https://www.rtp.pt/noticias/mundo/uniao-africana-confere-autonomia-ao-africa-cdc_n1382722

pandemia de Covid-19 e apoiar a recuperação económica. Adesina delineou três prioridades estratégicas para um sistema sanitária africano: construção de infraestruturas sanitárias de qualidade, desenvolvimento da indústria farmacêutica e aumento da capacidade de fabrico de vacinas. Acrescentou que o Banco Africano de Desenvolvimento planeia investir 3 bilhões de dólares para apoiar a capacidade farmacêutica e de fabrico de vacinas em África.

Adesina reiterou os seus anteriores apelos a um Mecanismo Africano de Estabilidade Financeira para fornecer amortecedores de liquidez para proteger o continente contra os choques financeiros e económicos. Disse que enquanto outros continentes têm tais mecanismos, a África é o único que não o tem. Explicou que isto levou a efeitos de contágio e instabilidade regionais generalizados devido a choques financeiros induzidos pela Covid-19. "As economias africanas devem ser protegidas", sublinhou.

Vários Chefes de Estado e de Governo falaram do impacto socioeconómico do Covid-19 nos seus países, e das medidas que estavam a tomar para combater o vírus e outros desafios. O país anfitrião, a Etiópia, que está a enfrentar vários desafios, fez investimentos substanciais na produção de trigo e está no bom caminho para atingir o seu objetivo de plantar 20 mil milhões de árvores até 2022. O primeiro-ministro, Abiy Ahmed, disse que a iniciativa irá mitigar os impactos das alterações climáticas.

O Ano da Nutrição da União Africana, em 2022, centra-se no reforço da resiliência na nutrição e segurança alimentar no continente africano. Com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola e a Comissão da União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento lançou o Instrumento Africano para a Segurança Alimentar e Nutrição, na Cimeira dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas, em 2021. Adesina afirmou que a Facilidade "irá mobilizar um bilhão de dólares para apoiar a entrega de tecnologias resistentes ao clima a 40 milhões de agricultores e produzir 100 milhões de toneladas métricas de alimentos para alimentar 200 milhões de pessoas". Acrescentou, "isto irá reduzir em 80% o número de pessoas que enfrentam a fome em África"⁹⁹.

OMS AFRO

Conferência de imprensa com o Ministro da Saúde de Cabo Verde

Já é habitual a Diretora Regional convidar alguns Ministros da Saúde e alguns dirigentes de saúde para a acompanharem nas suas conversas com a imprensa. Foi o que aconteceu no dia 10 do corrente em que participaram, além de Cabo Verde, o Diretor-Geral da Diretoria Nacional de Saúde da África do Sul e o chefe da *Rwanda Biomedical Centre* do Ministério da Saúde do Ruanda, congénere de Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP).

O tema dessa conferência de imprensa conjunta "*África no caminho certo para controlar a pandemia de COVID-19 em 2022*" sugere o balanço e perspectivas que os convidados da Diretora Regional brindaram aos jornalistas. Foi dito, por exemplo, que quase dois anos após a África ter identificado o seu primeiro caso de Covid-19 (14 de fevereiro de 2020), a Organização Mundial da Saúde (OMS) descobriu que, se as tendências atuais se mantiverem, o continente pode controlar a pandemia em 2022. No entanto, a OMS advertiu que a vigilância contínua é fundamental. Segundo a Diretora Regional, nos últimos dois anos, o continente africano tornou-se mais inteligente, mais rápido e melhor a responder a cada novo surto. Ela observou que

⁹⁹ <https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/comunicados-de-imprensa/africa-nao-pode-entregar-sua-seguranca-sanitaria-benevolencia-de-outros-48992>

contra todas as probabilidades, incluindo enormes desigualdades no acesso à vacinação, o continente tem resistido à tempestade da pandemia com resiliência e determinação, informada pela longa história e exposição de África no controlo de surtos. Entretanto, salientou que a Covid-19 custou muito caro, com mais de 242 000 vidas perdidas e prejuízos tremendos para as economias dos Estados-Membros. Como exemplo citou as estimativas do Banco Mundial, segundo as quais a pandemia empurrou cerca de 40 milhões de pessoas para a pobreza extrema no continente, e que cada mês de atraso no levantamento das medidas de contenção é estimado em 13,8 bilhões de dólares americanos no produto interno bruto perdido em África.

A Diretora Regional ainda disse que embora a Covid-19 continue por um longo prazo, há luz ao fundo do túnel e que as ações em 2022 possam acabar com a perturbação e destruição que o vírus deixou no seu caminho e recuperar o controlo sobre as vidas das pessoas, pois o controlo desta pandemia deve ser uma prioridade, aferindo que não há dois Estados-Membros países que tenham tido a mesma experiência pandémica, e cada um deveria traçar o seu próprio caminho para sair desta emergência.

Ainda neste balanço, é referido que desde o início da pandemia, a capacidade do continente em gerir os casos da Covid-19 melhorou gradualmente, com o aumento da disponibilidade de profissionais de saúde formados, oxigénio e outros insumos. O número de camas da Unidade de Cuidados Intensivos (UCI) aumentou em todo o continente, de 8 por 1 milhão de pessoas em 2020 para 20 atualmente. A OMS também ajudou a aumentar o número de unidades de produção de oxigénio em África de 68 para 115 - um aumento de 60% - através do apoio à reparação, manutenção e aquisição de novas unidades de oxigénio. Onde as unidades de produção foram instaladas, o custo do oxigénio diminuiu em 40%. Contudo, apesar destas melhorias, a disponibilidade de oxigénio continua a ser uma preocupação, e a grande maioria dos pacientes que necessitam de oxigénio como parte do seu plano de tratamento clínico não têm acesso ao mesmo.

A Diretora Regional é de opinião de que ao entrarem nesta nova fase da pandemia, os Estados-Membros devem basear-se em lições aprendidas nos últimos dois anos para fortalecer os sistemas de saúde do continente, de modo a estar melhor preparado para lidar com as futuras ondas da doença, uma vez que novas variantes alimentaram ondas, é fundamental que os países tenham as capacidades de as detectar através de uma melhor sequenciação genômica, garantido simultaneamente a detecção rápida de outros vírus mortais. Ela recordou que a OMS aumentou o número de laboratórios capazes de detectar a Covid-19 de dois para mais de 900 atualmente e continuam iniciativas de sequenciamento genômico em África, incluindo a criação do Centro Regional de Excelência em Vigilância Genômica e Bioinformática (*Regional Centre of Excellence for Genomic Surveillance and Bioinformatics*) na África do Sul, em colaboração com o Instituto Nacional de Bioinformática da África do Sul (SANBI - *South African National Bioinformatics Institute*) da Universidade de Western Cape. Estes esforços levaram a que mais de 7500 amostras fossem sequenciadas todos os meses na África Austral em comparação com um ano atrás e a um aumento de mais de 54% nos dados sequenciados no continente.

No quis diz respeito à vacinação, aqui é referido o que tem sido conseguido até à data presente. Assim, cerca de 672 milhões de doses de vacinas foram recebidas em África, das quais 65% foram fornecidas pela COVAX, 29% através de acordos bilaterais e 6% através do Fundo de Aquisição de Vacinas da União Africana. Só em janeiro do corrente ano, 96 milhões de doses foram enviadas para África, o que corresponde a mais do dobro da quantidade enviada há seis meses. E desde janeiro, a COVAX só passa a enviar vacinas para países que as solicitassem, assegurando que os países recebem a quantidade certa no momento adequado.

E embora a África ainda esteja atrasada na vacinação, com apenas 11% da população adulta totalmente vacinada, existe agora um fornecimento constante de vacinas, não esquecendo a Diretora Regional em chamar a atenção pelo facto de que embora a vacinação seja crítica, não se esquecer os testes e a vigilância, que são instrumentos básicos para devolver a vida das pessoas a alguma semelhança de normalidade¹⁰⁰.

Ainda com relação às vacinas em África, foi divulgada no dia 2 de fevereiro que os sul-africanos conseguiram recriar a tecnologia de produção da vacina de mRNA da farmacêutica Moderna. Eles produziram apenas microlitros de vacina. Mas foi uma grande conquista da OMS, realizada pela empresa sul-africana *Afrigen Biologics and Vaccines*. A Afrigen demonstrou que é perfeitamente possível aumentar a capacidade de fabricação global de vacinas de mRNA aproveitando o potencial técnico, científico e industrial dos países emergentes.

As grandes farmacêuticas destinaram aos países industrializados, que têm elevada renda de consumo, mais de 70% das doses de imunizantes que produziram, conforme artigo na revista *Nature* citando análises de mercado. A revista cita os desenvolvedores de vacinas de mRNA Moderna e Pfizer nos EUA e BioNTech na Alemanha.

Essa distorção continua, diz *Martin Friede*, da OMS, que coordena o “*Hub sul-africano*” da OMS, instalado em julho de 2021 na Cidade do Cabo, junto à *Afrigen* e do Instituto *Biovac*.

Como tivemos a oportunidade de escrever nos Informes anteriores, o “*hub*” é um centro de disseminação de tecnologia, equipamentos, conhecimento técnico, apoios financeiros e de recursos humanos, necessários para desenvolver, produzir, fazer controle de qualidade e regulamentar vacinas de mRNA. A ideia essencial, materializada no produto da *Afrigen*, é democratizar a tecnologia das vacinas de mRNA.

Nesses termos, a perspectiva industrial é mais importante do que a meta imediata de conter a pandemia – que o programa da OMS nem poderia realizar. O cientista-chefe da *Afrigen*, *Gerhardt Boukes*, enfatiza a importância da autonomia. “*Fizemos isso sozinhos para mostrar ao mundo que pode ser feito, e feito aqui no continente africano*”. A OMS pediu à Moderna, Pfizer e BioNTech que ajudassem nesse esforço. Mas as empresas não responderam, e a OMS teve a coragem de seguir em frente sem elas.

Tarefa dura, que requereu deduzir os processos de produção dos imunizantes, que são sigilosos, à parte alguma informação pública disponibilizada. O produto da Moderna, diz Martin, era melhor conhecido nesse aspecto, e por isso foi escolhido. Além disso, a Moderna prometeu não impor seus direitos de propriedade durante a pandemia. Alguns países – França, Alemanha, Bélgica e outros – ajudaram com o financiamento. Desde o final de setembro, uma equipe da Universidade de *Witwatersrand*, em Joanesburgo, ajudou na pesquisa.

No início de dezembro, a *Afrigen* já estava recebendo frascos preliminares de mRNA. Cientistas de todo o mundo, relata *Nature*, também ajudaram. *Petro Terblanche*, diretor da *Afrigen*, acha que ficaram desiludidos com a distribuição distorcida de vacinas “*e quiseram ajudar a tirar o mundo desse dilema*”. Acredita-se que agora várias empresas do “*sul global*” aprenderão com a *Afrigen*.

Vacinas de mRNA são um caminho novo e importante na saúde. Cientistas de várias universidades estão desenvolvendo novos produtos nessa linha, que podem ser vacinas mais baratas que as atuais, ou não exijam armazenamento ultrafrio como as vacinas contra a Covid-

¹⁰⁰ <https://www.afro.who.int/news/africa-track-control-covid-19-pandemic-2022>

19 da Moderna e Pfizer-BioNTech. A própria Afrigen já está buscando um imunizante com essas características. E prometem revolucionar o tratamento de outras doenças, com vacinas contra a HIV/Aids e outras doenças infecciosas e anti-câncer. Os cientistas africanos estão especialmente entusiasmados com a conquista de novas tecnologias. Apostam que vão se livrar da dependência das grandes empresas, decorrente dos desequilíbrios de poder global. A resposta a essa situação, acreditam, passa pelo desenvolvimento das capacidades dos países emergentes, dando-lhes condição de assumir a responsabilidade por sua própria saúde¹⁰¹.

Prévia da 6ª Cúpula União Europeia – União Africana (Bruxelas, 17-18 de fevereiro)

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, esteve no Senegal, tendo anunciado um primeiro pacote de investimentos de 150 bilhões de euros financiados no âmbito da iniciativa Global Gateway criada, segundo analistas, em resposta à Rota da Seda da República Popular da China. Esse investimento destina-se a promover a construção de infraestruturas estratégicas no continente africano num horizonte temporal de uma década, até 2030, financiamento esse assim distribuído: subvenções ao setor privado em projetos de energias renováveis e a produção de hidrogénio verde; a redução de riscos e adaptação às alterações/mudanças climáticas, a proteção das paisagens, ecossistemas e biodiversidade, instalação de cabos de fibras óticas terrestres e submarinos; o desenvolvimento das infraestruturas de transportes e das ligações regionais, desenvolvimento de recursos humanos (educação e mobilidade de estudantes), entre outras. Este primeiro plano regional será dirigido e implementado pela União Europeia em parceria com o Senegal.

Durante a visita também foram discutidas as perspectivas da próxima Cúpula dos dois blocos em Bruxelas numa ambição comum de renovação e modernização da parceria há muito estabelecida entre a União Europeia e a União Africana, agora mais orientada para a ação.

A recente Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana reuniu matéria mais que suficiente para a próxima reunião de Bruxelas.

A Presidente da Comissão Europeia visitou o Instituto Pasteur de Dakar considerado um dos campeões em África na sua luta pela produção de vacinas e soberania farmacêutica e médica no continente.

A Cúpula EU-UA deverá preparar o caminho para uma recuperação económica sustentável e inclusiva na sequência da pandemia, com prioridade para acelerar o acesso às vacinas, abordar a pobreza, promover a igualdade de género e empoderamento das mulheres e os ODS da Agenda 2030¹⁰².

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

O Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (SE-CPLP), **Zacarias da Costa**, vem realizar uma visita oficial ao Brasil, entre os dias 13 e 16 de fevereiro.

Conforme a agenda divulgada, o Secretário Executivo vai ser recebido em audiência pelo Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, e realizar encontros com o Ministro das Relações Exteriores interino, Fernando Simas Magalhães, com o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, com o Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Roberto Fendt Junior e com o Secretário de Comunicação e Cultura do Itamaraty, Leonardo Fernandes.

¹⁰¹ <https://outraspalavras.net/outrasaude/sul-africanos-criam-a-tecnologia-de-mrna-da-moderna/>

¹⁰² Jornal Público, edição nº 11 611 de 11 de fevereiro de 2022.

Nessa visita oficial estão previstos, ainda, encontros com a Agência Brasileira de Cooperação e com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.

Durante a sua estada no Brasil, o Secretário Executivo vai também participar presencialmente na sessão de abertura da 2ª Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola (CILPE), que decorre nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro de 2022, em Brasília, sob o tema "*Línguas, Cultura, Ciência e Inovação*".

XIII Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP

A XIII Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CMJD-CPLP) foi realizada por videoconferência e contou com autoridades do Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Na abertura, o ministro da Cidadania do Governo Federal brasileiro, João Roma, afirmou considerar fundamental reforçar a lusofonia e aproveitar a confluências de ideias entre os integrantes da CPLP para uma troca de *know-how*, de tecnologias e avanços desenvolvidos em cada país nas políticas públicas voltadas para o esporte e a juventude.

“Essa comparação entre as ações de cada nação é fundamental para mitigarmos os graves prejuízos sociais e econômicos decorrentes da pandemia, em especial no ambiente esportivo para a juventude. Queremos sempre trabalhar juntos e promover o desenvolvimento dos jovens em busca da sociedade que sonhamos”, afirmou o ministro¹⁰³.

O Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Zacarias da Costa, proferiu uma intervenção na sessão de abertura, também por videoconferência. Disse que, para a CPLP, “não deixar ninguém para trás” não deve ser apenas afirmação de um objetivo retórico da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, mas antes um verdadeiro desígnio humanista.

Em agenda, destaca-se a deliberação de diversas atividades, nomeadamente, sobre a realização da X Biental de Jovens Criadores da CPLP e sobre a determinação do local e data dos XII Jogos Desportivos da CPLP.¹⁰⁴

¹⁰³ https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/noticias_esporte/governo-federal-exalta-politicas-voltadas-para-esporte-e-juventude-em-encontro-da-cplp

¹⁰⁴ <https://secretariadoexecutivo.cplp.org/informacoes/noticias/noticia-detalle/?news=6676>

ANEXO

Programa de 5 e 6 de fevereiro

CERIMÓNIA DE ABERTURA (sessão pública)		
Entoação do hino da União Africana		
Discursos	Presidente da Comissão da União Africana	
	Primeiro-Ministro da Etiópia	
	Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes	
	Secretário-Geral das Nações Unidas	António Guterres enviou vídeo e seu discurso menciona quatro motores de recuperação: entrega de vacinas, estímulo às economias, recuperação sustentável para mitigar alterações do clima e inclusão nos processos de paz.
	Presidente do Estado da Palestina	
	Presidente em exercício cessante da União Africana	
	Presidente da República do Senegal e novo Presidente em exercício da União Africana	
	Anúncio da Mesa da Conferência da União Africana para 2022 e do Presidente <i>pro tempore</i> da União Africana para 2022-2023	
	Declaração de passagem de pastas do Presidente cessante da UA S., Presidente da República Democrática do Congo	
	Declaração de aceitação do novo Presidente em exercício da União Africana	
	Breves intervenções de Chefes de Estado e de Governo recém-eleitos	
Lançamento do tema do ano da União Africana para 2022	<i>"Construir a resiliência na nutrição no continente africano": Acelerar o capital humano e o desenvolvimento económico social"</i> ¹⁰⁵ .	
INFORMES/RELATÓRIOS (Sessão à porta fechada)		
DOSSIÊS		RESPONSÁVEL
Paz & Segurança		
Covid-19	Relatório de progresso sobre a resposta da União Africana à pandemia da Covid-19 em África	Presidente da África do Sul e líder da UA sobre a resposta à Covid-19
Financiamento	Mobilização de financiamento para o desenvolvimento e integração no quadro da	Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

¹⁰⁵ https://au.int/sites/default/files/documents/41426-doc-EX_CL_1288_XXXIX_E.pdf

	aceleração da recuperação económica de África	
Chefes de Estado e de Governo, Presidentes dos Comitês da Conferência	Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP)	Presidente da África do Sul
	A governação de África de 2021: o futuro da governação de África para a África que almejamos	Presidente da África do Sul
	Relatórios do 30.º e do 31.º Fóruns dos Chefes de Estado e de Governo que participam no mecanismo africano de avaliação pelos pares (Fórum do MAAP)	Presidente da África do Sul
	Relatório do Comitê de Orientação dos Chefes de Estado e de Governo da AUDA-NEPAD	Presidente do Ruanda
African Union Development Agency (AUDA- NEPAD)	Comitê de Orientação dos Chefes de Estado e de Governo	
Relatório anual da União Africana	Incluindo seus órgãos e questões temáticas específicas dos Chefes de Estado	Presidente da Comissão da União Africana
DECLARAÇÕES TEMÁTICAS		
Nutrição	Iniciativa dos líderes africanos em matéria de nutrição (ALN)	
Migração		
Malária	Fundada em 2009, a Aliança dos Líderes Africanos contra a Malária (ALMA) é uma coligação pioneira de Chefes de Estado e de Governo africanos que trabalham através das fronteiras nacionais e regionais para alcançar uma África livre de malária até 2030 ¹⁰⁶	Presidente do Quênia
Terrorismo/extremismo violentos		
Reforma institucional		
Financiamento de sistemas nacionais de saúde		
Agenda 2063		
Instituições financeiras	As instituições financeiras da União Africana	
Revisão bienal do CAADP	<i>Comprehensive Africa Agriculture Development Programme</i>	
Mutilação Genital Feminina	A eliminação da mutilação genital feminina	
Reforma do Conselho Segurança da ONU	Comité dos dez Chefes de Estado e de Governo para a Reforma do Conselho de Segurança das Nações UNIDAS (C10)	
Situação da Líbia	Comité de Alto Nível sobre a Líbia	
Mudanças climáticas	Comité dos Chefes de Estado e de Governo sobre as alterações climáticas (CAHOSCC)	

¹⁰⁶[https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41489-pr-41469-pr-Press Release Africa Malaria Progress Report 202103022022mrTC.pdf](https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41489-pr-41469-pr-Press%20Release%20Africa%20Malaria%20Progress%20Report%20202103022022mrTC.pdf)

Fim do casamento infantil		
Zona Comércio Livre Continental		
análise da decisão de conceder ao Israel o estatuto de Observador junto da União Africana	Ponto proposto pela Argélia e Africa do Sul	
análise dos projetos de instrumentos jurídicos	Projecto de Regulamento Financeiro da UA Revisto Projecto de Regulamento do Pessoal da UA Revisto Proposta de alteração do n.º 1 do Artigo 22.º da Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate à Corrupção Projecto de Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos dos Cidadãos à Proteção Social e Segurança Social Alterações propostas ao Estatuto da Comissão de Direito Internacional da União Africana	
NOMEAÇÕES		
Nomeação dos quinze (15) membros do CPS		
Nomeação dos membros do painel de sábios		
Nomeação do Director Executivo da AUDA-NEPAD		
APROVAÇÃO/DECISÕES		
Aprovação do resultado da 3ª reunião de coordenação semestral	Realizada em outubro de 2021	
Adopção das decisões e declarações	35.ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana	
Data e local da próxima reunião	36.ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana	
data e local da próxima reunião semestral	4.ª Reunião de Coordenação Semestral	
Data da Cimeira/Cúpula sobre a industrialização e diversificação económica	Niamey, Níger	
Data e local da cimeira extraordinária sobre o terrorismo		
CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO (SESSÃO PÚBLICA)		
Discurso de Encerramento	Presidente da República do Senegal e Presidente em exercício/ <i>pro tempore</i> da União Africana	
Entoação do Hino da UA		
Conferência de Imprensa	Presidente em exercício da União Africana e do Presidente da Comissão (para os meios de comunicação social)	

Na Europa, Ucrânia tensionada e ameaçada

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Paira uma nuvem de tensão sobre o continente europeu. A Rússia ameaça invadir a Ucrânia, caso ela ingresse na Otan, passando a integrar a aliança militar ocidental. Para os russos, esta possível adesão se constitui uma ameaça à sua segurança, por ser a Ucrânia considerada a “fronteira ocidental” da Rússia. Moscou exige o fim da política de ampliação da Otan, o compromisso de não instalar armas ofensivas perto das fronteiras russas e o recuo da infraestrutura militar da Aliança às fronteiras de 1997, quando a organização não albergava ex-membros do bloco soviético. O presidente russo, Vladimir Putin, diz que os crescentes laços da Ucrânia com a aliança poderiam fazer dela uma plataforma de lançamento de mísseis da Otan voltados para a Rússia.

As relações entre Rússia e Ucrânia vêm se deteriorando desde 2014, quando o governo russo tomou e anexou a península da Crimeia. O leste da Ucrânia é palco de movimentos separatistas pró-Rússia. Este conflito no leste da Ucrânia entre o governo e separatistas apoiados pela Rússia provocou milhares de mortes, e continua apesar dos acordos de paz de 2015. Durante o ano de 2021, forças bélicas russas foram se instalando ao longo da fronteira entre Rússia e Ucrânia.

Além da ocupação da fronteira, a Rússia promove, na Bielorrússia, um exercício conjunto de manobras militares entre ambos os exércitos, com previsão de duração de 10 dias. O ministério da Defesa russo diz que os exercícios russo-bielorrussos "se desenvolverão com o objetivo de se preparar para deter e repelir uma agressão estrangeira como parte de uma operação defensiva". Acrescentou que os exercícios militares prosseguirão até 20 de fevereiro em cinco campos militares, quatro bases aéreas e "vários pontos" da Bielorrússia, particularmente na região de Brest, na fronteira com a Ucrânia. O governo russo enviou seis navios de guerra à Crimeia para os próximos exercícios no Mar Negro, ao redor do sul da Ucrânia.

A Ucrânia acusa a Rússia de promover uma guerra híbrida, associando-a a ciber-ataques recentemente sofridos e diz que os exercícios russos no Mar Negro tornam navegação "virtualmente impossível", trazendo complicações significativas e injustificadas ao transporte marítimo internacional, especialmente ao comércio. O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, classificou de "pressão psicológica" a concentração de soldados russos nas fronteiras de seu país. Em preparação para responder a um possível ataque, nesta semana, o exército ucraniano iniciou exercícios em todo o território do país, incluindo o uso de drones de combates turcos e mísseis antitanques fornecidos por Reino Unido e Estados Unidos.

Putin exige garantias jurídicas de que a Ucrânia não vai aderir à Otan. Moscou chegou a apresentar esboços de tratados para proibir qualquer ampliação da Otan e o estabelecimento de bases militares americanas em países da antiga União Soviética. Após tensas negociações, Otan e Rússia constataram suas profundas divergências sobre a segurança na Europa. Em resposta à mobilização de soldados russos na Bielorrússia, a Otan anunciou estar pronta para reforçar suas defesas no leste europeu, enviando tropas, navios e aviões de combate.

Os ucranianos dizem que vão resistir e não estão dispostos a renunciar à adesão à Otan. As aspirações do país de aderir à Otan e à União Europeia estão inscritas na Constituição e permanecem um objetivo prioritário para Kiev, o que é considerado inaceitável pelo líder russo, Vladimir Putin. as autoridades ucranianas estão dispostas a fazer de concessões à Rússia para

evitar a guerra, mas nenhuma delas está relacionada com o abandono do projeto de ingressar na Otan.

Enquanto os EUA tensionam a relação ameaçando atacar a Rússia em caso de invasão, a União Europeia busca uma saída diplomática para a crise. O chefe da diplomacia da União Europeia (UE), Josep Borrell, convidou a Rússia para uma conversa sobre a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). A OSCE é um órgão de prevenção de conflitos que inclui tanto os membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) quanto a Rússia. Em outro movimento, emissários de Rússia e Ucrânia se reuniram em Paris com negociadores de França e Alemanha para tentar reativar o processo de paz no leste da Ucrânia. Emmanuel Macron, cujo país ocupa a presidência temporária do Conselho da UE, esteve no Kremlin. O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, se ofereceu para sediar uma cúpula entre Rússia e Ucrânia em seu território.

A saúde pública pautada na União Europeia (UE)

A presidência francesa do Conselho da UE promoveu um [encontro entre os Ministros da Saúde dos países membros](#), em Grenoble, para discutir o futuro da saúde na União e a implementação de uma política de saúde pública comum para o bloco. A cooperação europeia na área da saúde foi discutida, com identificação de possíveis caminhos para aumentar a cooperação em saúde pública e ênfase na relevância de se construir uma União da Saúde Pública na UE. A pandemia trouxe à tona a profunda inequidade entre os sistemas de saúde dos países membros e a pergunta que se coloca é: uma União Europeia da Saúde teria dimensões suficientes para enfrentar os desafios conjuntos que se colocam no horizonte, como o envelhecimento da população, as mudanças climáticas ou a crescente insegurança em relação à saúde pública? Os ministros concordaram sobre a necessidade de melhor se levar em conta o impacto que outras políticas comuns podem exercer sobre a saúde das populações, evitando efeitos adversos das políticas sobre a saúde.

Três dias antes, a OMS Europa repercutia [publicação da OMS](#) acerca dos desafios de manutenção dos serviços essenciais de saúde durante a pandemia, que não foram superados, mesmo depois de dois anos. Interrupções foram reportadas em quase 90% dos países pesquisados, em diversos serviços, inclusive na imunização de rotina. Os achados desta terceira rodada da pesquisa, sugerem que sistemas de saúde em todas as regiões e países de todos os níveis de desenvolvimento, seguem sendo severamente impactados, e com pouca ou nenhuma melhora, quando comparados à pesquisa anterior, de 2021.

[Publicação anterior](#), chama atenção para a importância de melhorar o gerenciamento dos sistemas de descarte de resíduos, que também ficaram sobrecarregados com a pandemia. Dezenas de milhares de toneladas de resíduos estão sendo gerados extraordinariamente com a pandemia. O relatório aborda a importância de um gerenciamento seguro e sustentável dos resíduos de saúde relacionados ao Covid-19.

O [discurso do diretor regional da OMS Europa](#) enfatizou a importância das populações seguirem se vacinando, ao apresentar o recorde de 12 milhões de novos casos de Covid-19, na última semana. Este número é impulsionado pela alta transmissibilidade da variante Ômicron. 30% de todos os casos desde o início da pandemia foram relatados neste ano. As hospitalizações continuam a subir, principalmente em países com baixa cobertura vacinal. Este crescimento, no entanto, não acompanha aquele dos novos casos, assim como as internações em terapia intensiva, que não tiveram crescimento significativo, segundo ele. O número de mortes está estável.

Apesar do cenário epidemiológico ainda inspirar cuidado no continente europeu, a possibilidade de um conflito armado na região é a mais latente desde os tempos da Guerra Fria. A mídia concede grande espaço a este fato e é apontada como uma fonte de histeria, ao lado das ameaças do governo norte-americano. Putin joga com a dependência europeia do gás russo e faz exigências que nem a Otan, nem a Ucrânia estão dispostas a aceitar. Para além das especulações, a Ucrânia está sob profunda tensão. A diplomacia está em campo, buscando uma saída pacífica pelo diálogo (e algumas ameaças).

Ásia estará no centro dos cenários positivos em 2022. E China também.

Lúcia Marques

“A paz é quase sempre um período de “trégua” que dura o tempo imposto pela “compulsão expansiva” dos ganhadores e pela necessidade de “revanche” dos derrotados. Esse tempo pode ser mais ou menos longo, mas não interrompe o processo de preparação de novas guerras, seja da parte dos vitoriosos, seja da parte dos derrotados. Por isso se pode dizer, metaforicamente, que toda paz está sempre “grávida” de uma nova guerra.” José Luís Fiori¹⁰⁷

2022 será o ano da Ásia. Com desdobramentos para os países da Ásia Central e do Oriente Médio. E, segundo a astrologia chinesa, será um bom ano para a China também. Como bem disse Xi Jinping ao finalizar seu [discurso](#) no jantar de boas-vindas dos Jogos Olímpicos de Inverno 2022, de Pequim: “a China acaba de entrar no Ano do Tigre de acordo com o calendário lunar. O tigre é um símbolo de força, coragem e destemor.”

Mas não é simplesmente porque entramos no Ano do Tigre que será um bom ano para os chineses. Os cenários apontam para um 2022 favorável à China. Este ano, a presidência dos BRICS é da China; a presidência da ASEAN¹⁰⁸ é do Camboja, um aliado da gigante asiático; outro aliado, o Paquistão, assumiu a presidência do G-77¹⁰⁹; a presidência do G-20 está com a Indonésia, que é membro da ASEAN e aderiu à Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), liderada pela China. O país de Xi Jinping vem se preparando e construindo alianças há pelo menos três décadas. E acaba de consolidar uma aliança extremamente estratégica nas áreas diplomáticas, políticas, econômicas, tecnológicas e ambientais com a Rússia. E extremamente importante na geopolítica global. As ações hostis dos EUA para com os dois países - histeria de guerra sobre a Ucrânia e Taiwan e construção de alianças militares como Quad e AUKUS - ajudaram a consolidar a parceria entre a China e a Rússia, os dois inimigos da América.¹¹⁰

E a cerimônia de abertura dos Jogos de Pequim foi uma excelente oportunidade para Xi Jinping fortalecer laços estratégicos com vários países, principalmente da **Ásia Sudeste, Pacífico e Central e do Oriente Médio** - a despeito do boicote diplomático¹¹¹ liderado pelos Estados

¹⁰⁷ Fiori, José Luís. Prefácio – Paradoxo de Kant e a leveza da paz. In: José Luís Fiore (organizador) *Sobre a Paz*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. pp. 25

¹⁰⁸ Associação das Nações do Sudeste Asiático (Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã).

¹⁰⁹ O Grupo dos 77 é uma coalizão de nações em desenvolvimento, do qual a China faz parte, que visa promover os interesses econômicos coletivos de seus membros e criar uma maior capacidade de negociação conjunta na ONU. O G-77 integra os Cadernos CRIS, com análise de **Regina Ungerer**, que acompanha também o Movimento dos Nãos Alinhados.

¹¹⁰ [EUA consolidando parceria China-Rússia através de histeria de guerra: professor indiano - Teerã Times \(tehrantimes.com\)](#)

¹¹¹ A justificativa para o boicote liderado pelos EUA foram “direitos humanos” e as ações da China, na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, de etnia muçumana. A “indignação” americana é extremamente parcial. Existem muitas outras realidades que envolvem direitos humanos que exigem soluções urgentes, mas diante das quais os EUA se calam, ou porque são praticadas por seus aliados, ou porque foram provocadas por eles próprios: famílias palestinas arrancadas de suas casas, na Cisjordânia, pelas patrulhas israelenses; o flagelo de fome, que obriga famílias a venderem seus filhos, no Afeganistão, e agora o confisco do dinheiro do país; a situação dos apátridas Rohingya (quase 3 milhões) fugitivos de Myanmar

Unidos, que resultou na ausência de representantes oficiais de nove países. Coreia do Sul, um aliado dos EUA, não aderiu ao boicote, justificando que a China é um parceiro estratégico. Outros aliados da América estiveram presentes: França, Itália e Letônia.

Na presença de vários líderes e representantes oficiais, o presidente chinês enfatizou a necessidade do mundo de praticar o verdadeiro multilateralismo, de defender o sistema internacional centrado nas Nações Unidas e a ordem internacional sustentada pelo direito internacional. “Devemos agir de acordo com o propósito do Movimento Olímpico e buscar continuamente o progresso humano. Precisamos seguir a tendência dos tempos, permanecer fiéis aos valores comuns da humanidade de paz, desenvolvimento, equidade, justiça, democracia e liberdade, promover intercâmbios e aprendizado mútuo entre civilizações e trabalhar juntos para construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade”, destacou o presidente Xi Jinping no seu [discurso](#).

Também prestigiaram a cerimônia, o Diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Ghebreyesus, e o Secretário Geral das Nações Unidas (ONU), António Guterres. O aporte financeiro para a Iniciativa Covax, a doação de dois bilhões de doses de vacinas para países da África (além das doses doadas aos países da AP e OM) e, principalmente, o apoio ao multilateralismo, com foco na aceleração para o desenvolvimento sustentável e Agenda 2030, fizeram parte das conservas. A China e a ONU estabeleceram em conjunto o primeiro centro internacional de pesquisa de big data do mundo para objetivos de desenvolvimento sustentável e o primeiro centro global de conhecimento e inovação geoespacial para apoiar a ONU no avanço da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.¹¹²

Mas de todos os encontros, o mais esperado - e que não deixou de ser um recado para o Ocidente - foi a cimeira entre o presidente chinês e o presidente russo. A [declaração conjunta](#) resultante desse encontro reforça um ponto que não só a China e a Rússia vêm martelando; desde o episódio da saída desastrosa dos americanos do Afeganistão, vários países do Oriente Médio e Ásia Pacífico questionam as intervenções de potências ocidentais e imposição de seus valores, sem entender as culturas milenares.

Durante a cimeira, Xi e Putin falaram sobre atuais situações internacionais e regionais e os principais pontos críticos de interesse mútuo: as relações internacionais na nova era e o desenvolvimento sustentável global, que explicita a posição comum dos dois países sobre como veem a democracia, o desenvolvimento, segurança e ordem¹¹³. E o mais importante: acordaram que nenhuma tentativa de semear discórdia entre a Rússia e a China terá sucesso. A colaboração inclui intensificar a coordenação e a colaboração nos assuntos internacionais,

Uma longa reunião virtual entre os dois líderes - preparatória para a declaração conjunta -, já havia acontecido em janeiro¹¹⁴. Na conversa, encontro de visões semelhantes sobre “forças no mundo” que tentam se intrometer nos assuntos internos da China e Rússia, sob pretexto de

e os novos refugiados birmaneses que fogem da guerra civil no país; e a situação de centenas de refugiados afegãos (que trabalharam para os militares americanos durante a ocupação) que estão temporariamente em outros países, há seis meses, aguardando asilo nos EUA. Para não mencionar nos dramas da Síria, do Yemem e dos países do Chifre da África.

¹¹²

https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/wshd_665389/202202/t20220207_10639665.html

¹¹³

https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/wshd_665389/202202/t20220204_10638923.html

¹¹⁴

https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/wshd_665389/202112/t20211215_10470186.html

“democracia” e “direitos humanos”. Concordaram em ser mais vocais na governança global, apresentar soluções viáveis para a pandemia, as mudanças climáticas e outras questões globais e defender a justiça internacional no processo de resolução de conflitos internacionais.

O fato é que o bloco ocidental sempre viu Rússia e China como grandes concorrentes/rivais e a união dessas duas potências não estava nos planos. Acabou-se a era dos valores ocidentais. Há uma nova forma de atuar globalmente.¹¹⁵

EUA ainda estão no passado colonial; demonstram seu poder aplicando sanções e implantando bases militares. China atua fazendo acordos e atraindo parceiros com interesses comuns. Ashok Swain¹¹⁶ resume esse novo cenário: os EUA sonham em recuperar a mesma posição dominante no poder global como tinha nas duas primeiras décadas após o fim da Guerra Fria. Mas o mundo mudou. A China tornou-se um desafiante poderoso e sua aliança com a Rússia mudou o equilíbrio a seu favor. Os dois países estão trabalhando para construir uma nova parceria estratégica e têm se alinhado com as principais potências regionais e em diferentes partes do mundo, para expandir seu alcance político. Sua estreita cooperação com o Irã é parte da estratégia para ganhar vantagem na geopolítica do Oriente Médio e Oeste da Ásia, em relação aos EUA.

Em reunião urgente com os aliados do Quad¹¹⁷ (Índia, Japão, Austrália e EUA) para encontrar melhor forma “deter” a China, o Secretário de Estado americano, Antony Blinken, expressou esse pensamento “antigo” claramente em uma entrevista: “embora a ameaça russa sobre a Ucrânia mantenha os Estados Unidos ocupados agora, a questão a longo prazo para Washington é o crescente poder de Pequim, que desafia a “ordem tradicional”. Na minha cabeça, há poucas dúvidas de que a ambição da China é ser a potência líder a nível militar, econômico, diplomático e político não só na região, mas no mundo”.¹¹⁸

Acompanhando os novos movimentos, países da Ásia Pacífico e Sudeste aprofundam relações com países do Oriente Médio e da Ásia Central: China, Singapura, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Quirguistão, Paquistão, Qatar, Síria, Irã, entre eles. Energia, novas redes de transportes de suprimentos, saúde e vigilância, infraestrutura em saúde e fortalecimento dos sistemas de saúde, educação e capacitação e tecnologias verdes estão no centro dos acordos. Ásia estará no centro dos cenários positivos de 2022.

Nações da Ásia Central, Pacífico e Oriente Médio confirmam parcerias com China

Saúde e mudanças climáticas no centro das novas parcerias estabelecidas. Seja no âmbito da Rota da Seda (Belt and Road Iniciativa – BRI), agora mais verde e tendo saúde como prioridade; seja no âmbito da Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI) para a implementação

¹¹⁵ O professor de Economia e Política Internacional (UFRJ), José Luís Fiori, apresentou esse novo olhar sobre as diferentes formas de democracia – valores ocidentais x valores orientais – no seminário “Agenda Política Global e Saúde: Perspectivas 2022” ([início no tempo 46:30](#), da série de Seminários Avançados CRIS em Saúde Global e Diplomacia da Saúde).

¹¹⁶ Ashok Swain, professor e pesquisador sobre Paz e Conflitos no Departamento de Pesquisa em Paz e Conflitos da Universidade de Uppsala, Suécia. [EUA consolidando parceria China-Rússia através de histeria de guerra: professor indiano - Teerã Times \(tehrantimes.com\)](#)

¹¹⁷ Aliança Quad foi criada em 2007, com a finalidade de garantir a segurança no Indo-Pacífico. Foi revitalizada pelo governo Trump para tentar combater uma China mais assertiva. Agora, com Biden, a cooperação passou a incluir combate à Covid-19, mudanças climáticas e questões críticas da tecnologia de informação e redes 5G. Os quatro países já doaram 500 milhões de doses de vacina para a região.

¹¹⁸ [EUA se reúne com aliados da Ásia-Pacífico para estreitar vínculos contra a China \(msn.com\)](#)

acelerada da Agenda 2030, seja no âmbito da iniciativa RCEP (Parceria Econômica Regional Abrangente), que entrou em vigor este ano; seja através de declarações conjuntas ou através de Memorandos de Entendimento e Planos de Ação, a China vem estabelecendo parcerias estratégicas, com foco no multilateralismo e recuperação econômica igualitária – que é o que todos querem.

Rota da Seda¹¹⁹ – A versão renovada da iniciativa BRI, aplica o que foi aprendido com a pandemia da Covid-19 e com os desafios climáticos: injeta milhões em projetos de saúde pública, investe em hospitais e infraestruturas para sistemas de saúde; investimentos no novo conceito de desenvolvimento verde (nenhuma usina de carvão no exterior foi financiada em 2021), energia de baixo carbono, inovação tecnológica e intercâmbios de tecnologia¹²⁰. **Síria** acaba de aderir ao Cinturão, buscando ampliar seus horizontes de cooperação bilateral com a China e multilateral com outros países, visando reconstrução econômica e social.¹²¹

Iniciativa de Desenvolvimento Global - lançada na Assembleia Geral da ONU, em setembro passado, a [GDI](#) é uma iniciativa para apoiar uma nova etapa de crescimento equilibrado e superar os desafios trazidos pela pandemia; visa a atender às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, promover a recuperação econômica global na era pós-pandemia e fortalecer a cooperação internacional, com parcerias mais equilibradas, forjar sinergia entre multilateralismo. A GDI identifica oito áreas prioritárias de cooperação e traça caminhos viáveis para acelerar a implementação da Agenda 2030.¹²² Bem recebida pelas Nações Unidas, a China realizou, em dezembro passado, um workshop com representantes da ONU para discutir como avançar a cooperação no âmbito da GDI. O retrocesso na implantação da Agenda 2030 por conta da pandemia exige urgência.

[Quirguistão](#) e [Paquistão](#) assinaram declaração conjunta com China para fortalecer a cooperação em vários campos, como economia e comércio, infraestrutura, desenvolvimento industrial, modernização agrícola, ciência e tecnologia, economia, com foco na saúde, proteção ambiental e tecnologia da informação: Corredor de Saúde, Corredor Verde e Corredor Digital.

[Singapura](#), [Arábia Saudita](#), [Qatar](#), [Emirados Árabes](#), [Turquia](#), [Kazaquistão](#), [Turcomenistão](#), [Uzbequistão](#), [Tajiquistão](#) também aprofundaram relações com a China. Além de cooperação para o enfrentamento da pandemia, energia renovável, economia digital, transporte e corredor econômico, P&D e produção de vacinas e medicamentos, produtos agrícolas verdes, tecnologia aeroespacial, redução da pobreza, educação, segurança, estabilidade regional e antiterrorismo, fazem parte das novas parcerias em construção.

Myanmar - Profissionais da saúde trabalham em instalações improvisadas subterrâneas¹²³

Um ano após os militares tomarem o poder em Myanmar, o país tornou-se um dos lugares mais perigosos para um trabalhador da saúde, segundo organizações não-

¹¹⁹ Proposta em 2013, compreende o Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI, com o objetivo de construir uma rede de comércio, investimento e infraestrutura conectando a Ásia com outras partes do mundo ao longo das antigas rotas comerciais da Rota da Seda e além. Argentina é o primeiro país da América do Sul a aderir à iniciativa.

¹²⁰ <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3165950/chinas-belt-and-road-funding-pivot-pumps-millions-public>

¹²¹ <https://english.news.cn/20220113/819fc4163f384be6b8fdf2f4d9956a1c/c.html>

¹²² [A China se dirigiu à neutralidade de carbono até 2060; Presidente Xi Jinping promete deter novas usinas de carvão no exterior | | Notícias da ONU \(un.org\)](#)

¹²³ [Escalada de ameaças aos trabalhadores da saúde em Mianmar - The Lancet](#)

governamentais internacionais (ONGs). Com a infraestrutura de saúde pública dizimada, médicos e profissionais da saúde precisam se esconder para evitar a prisão e acabam por continuar seu trabalho médico em clínicas subterrâneas improvisadas, mantidas pelos membros da Força de Defesa Popular (FDP), a frente que luta contra o regime.

Os médicos birmaneses são alvos do Tatmadaw tanto por suas associações com a FDP, quanto por fornecer cuidados médicos a manifestantes feridos. Ao continuar seu ativismo político e trabalho médico, muitos deles enfrentam graves riscos de prisão, abuso e tortura, e suas famílias enfrentam vigilância e intimidação das autoridades para desvendar as redes subterrâneas dos trabalhadores médicos.

Segundo Médicos Sem Fronteira, o sistema de saúde pública destruído, falta de trabalhadores da saúde e insegurança generalizada, surto devastador de infecções pela COVID-19 e uma crise econômica que tem destruído os meios de subsistência das pessoas, diminuiu drasticamente a disponibilidade e a acessibilidade dos cuidados de saúde. Muitas unidades públicas de saúde do país fecharam, acrescentam, enquanto aquelas que permanecem abertas normalmente só oferecem serviços limitados.

Afeganistão - Até 1 milhão de crianças podem morrer de desnutrição até março

A economia do país está à beira do colapso. O mundo deve agir agora para enfrentar a crescente crise humanitária do Afeganistão. Há relatos de crianças sendo trancadas em prisões por “roubar bicicletas”, fome crescente e venda de crianças, principalmente meninas, e de órgãos.¹²⁴ A grande maioria da população está passando fome e é por isso que as pessoas recorrem a essas medidas extremas.

O Talibã culpou as sanções ocidentais pelo aprofundamento da crise humanitária no Afeganistão. Para que as sanções lideradas pelos EUA sejam suspensas, o Talibã deve garantir os direitos das mulheres, educação aberta para todos e forme um governo inclusivo. O representante do regime disse que o Talibã já implementou essas mudanças, mas muitos no Ocidente discordam. As reservas brutas do Banco Central do Afeganistão foram bloqueadas depois que o Talibã tomou Cabul em 2021; são cerca de 9,4 bilhões de dólares, depositados em instituições financeiras nos EUA, principalmente, e na Alemanha, Emirados Árabes e Suíça.

Agora, para piorar a situação, o presidente Joe Biden, em decisão unilateral, [assinou](#) (11/02) um decreto que permite aos EUA confiscarem US\$ 7 bilhões de dólares desse dinheiro. O presidente quer que metade desse dinheiro seja destinada à indenização das famílias das vítimas dos atentados do 11 de Setembro. Os outros US\$ 3,5 serão destinados a um fundo fiduciário a ser gerenciado pela ONU para fornecer ajuda aos afegãos, de forma que o dinheiro não caia nas mãos do Talibã. Para justificar a decisão do confisco, a Casa Branca aponta que essas reservas vieram em parte da ajuda internacional, em especial dos EUA, recebida pelo Afeganistão.

Talibã inicia campanha de vacinação contra pólio

Revertendo anos de oposição à intervenção que salva vidas, Talibã inicia campanha de vacinação contra pólio. Enquanto a campanha acontece, ministro da saúde afegão visitou o diretor da OMS, Tedros Ghebreyesus, em Genebra. A campanha tem como alvo 9,9 milhões de

¹²⁴ <https://www.arabnews.com/node/2020001/world>

crianças até cinco anos. Afeganistão e Paquistão são os únicos países que ainda registram casos de poliovírus selvagem tipo 1 (WPV1), [de acordo com a Organização Mundial da Saúde \(OMS\)](#)

Após anos de oposição à vacinação, o governo talibã prometeu manter o ímpeto. A campanha está ocorrendo em meio ao espectro contínuo da fome, crise humanitária e uma situação de saúde terrível, de acordo Tedros.¹²⁵

Buscando desesperadamente reconhecimento e apoio internacional, o Ministério da Saúde Pública do Talibã vê claramente a vacinação contra a pólio como um ganha-ganha internacional e doméstico. O ministério também assumiu a campanha da vacinação para conscientização das pessoas para vacinarem seus filhos, revertendo anos de hesitação vacinal que caracterizava os linha-dura do grupo. Enquanto isso, os extremistas Khorasan (ISIS-K) do Estado Islâmico, linha dura, que recentemente reivindicou vários ataques mortais no Afeganistão, continuam a se opor à vacinação.

Refugiados residentes no Irã cobertos pelo seguro de saúde pública iraniano

Refugiados vulneráveis, com o apoio do ACNUR e do Irã, são segurados gratuitamente.¹²⁶ O sistema universal de seguro de saúde pública do Irã, conhecido como Salamat Health Insurance, abrange internação, serviços para clínicos e ambulatoriais, incluindo consultas médicas, radiologia, exames laboratoriais e custos de medicamentos em qualquer hospital público afiliado ao Ministério da Saúde.

O Irã hospeda a quarta maior comunidade de refugiados do mundo, a maioria do Afeganistão, Iraque e Síria, que vivem em áreas urbanas ou em assentamentos localizados em todo o país. Com base nas últimas estatísticas, mais de 3 milhões de afegãos vivem no Irã - cerca de 780.000 refugiados afegãos, mais de 2 milhões de afegãos indocumentados e outros 600.000 portadores de passaportes afegãos com vistos iranianos. Estima-se que até 300.000 solicitantes de asilo afegãos fugiram para o Irã somente este ano em busca de segurança. A ACNUR rastreou cerca de 24.000 afegãos recém-chegados para necessidades de proteção.

No entanto, à luz da pandemia, todos os refugiados, mesmo aqueles não documentados, beneficiaram do acesso a serviços de saúde primária gratuitos e de testes, tratamento e internação relacionados ao COVID-19 gratuitos, assim como os iranianos. O mesmo aconteceu com a vacinação.

ASEAN e Índia – Conferência de Alto Nível sobre Energias Renováveis¹²⁷

A Conferência focou no tema *Experiência e Inovações para o Mercado Integrado de Renováveis*, abordando conquistas e próximos avanços para cooperação para o domínio das energias renováveis e facilitar as transições energéticas. Os ministros reconheceram a ameaça representada pelas mudanças climáticas e reiteraram sua intenção de fazer a transição para energias renováveis para construir um futuro sustentável. Se comprometeram a trabalhar juntos para desenvolver um ecossistema completo: compartilhamento de conhecimento, capacitação e assistência técnica; e também explorar iniciativas conjuntas para o desenvolvimento de polos de produção de energia renovável na região.

¹²⁵ [Revertendo anos de oposição, Talibãs iniciam campanha de vacinação contra pólio; Tedros encontra ministro da Saúde afegão em Genebra - Vigilância da Política de Saúde \(healthpolicy-watch.news\)](#)

¹²⁶ [Seguro de saúde fornecido para 170.000 refugiados - Teerã Times \(tehrantimes.com\)](#)

¹²⁷ <https://asean.org/asean-india-holds-high-level-conference-on-renewable-energy/>

Próximos eventos nas duas regiões

•15 a 17 de março – Fórum Árabe para Desenvolvimento Sustentável 2022.

O Fórum Árabe para o Desenvolvimento Sustentável (AFSD) é o principal mecanismo regional para o acompanhamento e revisão da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na região árabe. Reúne governos árabes e atores do desenvolvimento sustentável para discutir o progresso, rever experiências nacionais e regionais e considerar os últimos desenvolvimentos e mecanismos de implementação da Agenda 2030 nos níveis nacional e regional. Tem parceria com a Liga dos Estados Árabes e as agências da ONU que operam na região árabe.

[O Fórum Árabe para o Desenvolvimento Sustentável 2022](#) foi convocado sob o tema "Recuperação e Resiliência" e revisa os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, 5, 14, 15 e 17. [Agenda prévia](#). O resultado da AFSD será a voz da região no [Fórum Político global de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável](#) (HLPF 2022), que acontecerá em julho.

•23 e 24 de março - ASEAN e RCEP - Analisando a ascensão da ASEAN no cenário global

A [CONFERÊNCIA](#) DA CHINA: SUDESTE ASIÁTICO 2022 deste ano conta com palestras e painéis de discussão sobre o que o acordo RCEP (Parceria Estratégica Abrangente Regional) entre a ASEAN e a China significa para a região; sobre como a CPTPP e a RCEP estão afetando o comércio global e as cadeias de suprimentos; o que as nações da ASEAN podem fazer à medida que a disputa sobre o Mar Meridional da China se intensifica; o impacto econômico de "viver com Covid" versus "Covid-zero"; estratégias na integração da ASEAN e dos sistemas financeiros da China; como as moedas digitais estão impactando o ecossistema da região; como a ASEAN e a China podem trabalhar juntas na transformação verde e por que a economia digital da região deve continuar níveis de crescimento. [| da Agenda Conferência da China: Sudeste Asiático 2022 \(chinaconference.asia\)](#)

•28 a 31 de março de 2022 - Fórum Ásia-Pacífico sobre Desenvolvimento Sustentável (APFSD)

O Fórum Ásia-Pacífico sobre Desenvolvimento Sustentável (APFSD) é um fórum intergovernamental e uma plataforma regional para apoiar países, em particular aqueles com necessidades especiais, na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e oferece uma perspectiva regional sobre a implementação da agenda, servindo como uma reunião preparatória regional ao Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) em 2022:

O tema do [9º APFSD](#) é "Recuperar melhor da COVID-19 enquanto avança na implementação completa da Agenda 2030 na Ásia e no Pacífico". O 9º APFSD terá papel catalisador de soluções e aprendizado entre pares sobre como acelerar as transformações para a implementação da Agenda 2030, enquanto se recupera da COVID-19. [Agenda prévia](#). Nesse contexto, o fórum fornecerá espaço para uma análise aprofundada dos ODS 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 14 (Vida na Água), 15 (Vida na Terra) e 17 (Parcerias pelos Objetivos), que serão revisados.

Como a Ásia Pacífico reúne muitos países, diferentes geografias e diferentes economias e diferentes estágios de desenvolvimento, reuniões preparatórias sub-regionais já aconteceram:

- [Fórum do Sudeste Asiático, 28 a 30 de setembro de 2021](#)

- [Fórum da Ásia Central e do Norte, 5 a 7 de outubro de 2021](#)
- [Fórum do Nordeste Asiático, 28 a 29 de outubro de 2021](#)
- [Sul e Sudoeste da Ásia, 15 a 16 de novembro de 2021](#)
- [Fórum do Pacífico, 25 a 26 de novembro de 2021](#)
- [5ª Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos \(LDC5\)](#) segue aguardando nova data

Cenário pandêmico

A variante Ômicron segue com altas taxas de contágio. O número de casos novos diários é impressionante. Hospitais lotados com casos graves ligados aos não vacinados.

Na Ásia Pacífico, principalmente, há um grande número de anti-vax. Nova Zelândia lida com manifestações populares contra a vacina e contra medidas de restrição. Malásia fecha fronteiras enquanto Austrália abre as portas para quem tiver o passaporte vacinal. Alguns países impõem regras mais duras para conter a Covid-19, enquanto outros tentam conviver com o vírus. Coreia do Sul abandonou a rotina de testagem e monitoramento de contágios porque ficou inviável com o aumento de casos diários: 54.941.

O problema agora não é ter vacina, mas fazer as pessoas se vacinarem. Órgãos regulatórios de vários países autorizam vacinação infantil com a Pfizer (a partir dos 5 anos) e as chinesas Sinovac e Sinopharm (a partir dos 6 anos). Filipinas usa personagens de filmes e desenhos para estimular a vacinação infantil.

Índia alcançou a marca de 96% de cobertura vacinal com 1ª dose e avalia se aplicará 3ª dose. Apesar do número de casos graves ter reduzido em relação ao mesmo período do ano passado, com a variante Delta – era início da vacinação -, os hospitais começam a ficar cheios e o temor da falta de oxigênio está de volta. Mas, diferente do ano passado, o governo aprendeu com os erros e construiu fábricas de oxigênio. O país avança para a fase 3 de ensaios clínicos para a vacina de RNA mensageiro indiana – a plataforma de mRNA pode ser aplicada para o desenvolvimento de vacinas para outras doenças que até então não contam com vacinas eficazes e acessíveis como malária, dengue ou tuberculose.¹²⁸

¹²⁸ <https://timesofindia.indiatimes.com/india/india-heading-towards-becoming-vaccine-super-power-dg-icmr/articleshow/89484871.cms>

Estados Unidos da América e saúde global

Luiz Augusto Galvão

O Secretário de Estado dos EUA Antony J. Blinken convocou a Reunião de Ação Global COVID-19 com a participação de vários países e da OMS. Durante o evento foi lançado o “Plano de Ação Global” que se baseia nos fatos que a comunidade internacional identificou como as maiores barreiras deixadas na luta para acabar com essa pandemia e tendo em conta que essa pandemia não é apenas uma crise de saúde, mas uma crise humanitária, de desenvolvimento e de segurança.

O Secretário Blinken asseverou: “A segurança da saúde é a segurança nacional, e os ministros das Relações Exteriores devem desempenhar um papel central para acabar com a fase aguda dessa pandemia e se preparar para o futuro. Meus colegas e líderes de organizações regionais e internacionais discutirão os papéis de liderança e ações que tomaremos sob o Plano de Ação Global GAP covid-19, que se baseia nos temas da Cúpula Global COVID-19 do presidente Biden sobre vacinar o mundo, salvar vidas agora e construir uma melhor segurança na saúde.”

O Plano faz um apelo para que os países avancem com os EUA para:

- 1) Colocar vacinas nos braços;
- 2) Reforçar a resiliência da cadeia de suprimentos;
- 3) Resolver o problema de lacunas de informações;
- 4) Apoiar aos profissionais de saúde;
- 5) Garantir intervenções urgentes não vacinais; e
- 6) Fortalecer a arquitetura global de segurança em saúde

O Secretário também disse que o Plano Global está baseado nos objetivos estabelecidos na Cúpula Global COVID-19 convocada pelo Presidente Biden no ano passado: vacinar o mundo, salvar vidas agora, preparar o mundo contra futuras pandemias e que busca conectar as capacidades com onde elas podem fazer o melhor para a maioria das pessoas e descreveu as seis linhas do plano:

Primeiro, levar rapidamente mais vacinas aos braços, resolvendo as lacunas de equidade e outros como os desafios de acesso a tecnologias de resfriamento para vacinas em trânsito.

Em segundo lugar, devemos fortalecer as cadeias de suprimentos para vacinas e outros suprimentos críticos, como seringas, kits de teste, tratamentos.

Em terceiro, temos que resolver as lacunas de informação que levam à baixa confiança nas vacinas devemos adaptar nossa mensagem ao público local, fornecendo orientação clara, contra a desinformação e aumentando a confiança das vacinas.

Em quarto lugar, dar mais apoio, incluindo vacinas, equipamentos, treinamento para os profissionais de saúde que estiveram na linha de frente, arriscando suas próprias vidas para salvar outros.

Em quinto lugar, temos que facilitar o acesso dos pacientes do COVID a tratamentos e terapêuticas, porque acabar com a pandemia não é apenas proteger as pessoas do vírus; também está ajudando a salvar vidas daqueles que adoecem.

E sexto e finalmente, temos que olhar para o futuro e fortalecer a segurança global em saúde para a próxima emergência. Entre outras coisas, isso significa garantir o financiamento

sustentável para a preparação e resposta da pandemia, incluindo instituições internacionais bem financiadas e um novo fundo no Banco Mundial que se concentra especificamente em prover a capacidade que precisamos para prevenir, detectar, responder a ameaças futuras.

Finalmente anunciou que de parte dos Estados Unidos continuarão fornecendo doses de vacinas em todo o mundo através do COVAX que até o momento conta com a doação de mais de 435 milhões de vacinas seguras e eficazes, gratuitamente e sem compromisso político como parte do compromisso de doar 1,2 bilhão de doses até o final do ano

Além das doações de vacinas, os Estados Unidos comprometeram-se a manter-se envolvidos em todas as seis linhas de esforço e desempenhar um papel de coordenação principal no fortalecimento da resiliência da cadeia de suprimentos e no fortalecimento da segurança global em saúde.

Em tudo o que fazemos, vamos procurar trabalhar em estreita colaboração com nossos parceiros, porque essa pandemia é a definição de uma crise que nenhum país pode resolver sozinho. Sabemos que é possível quando trabalhamos juntos.

O Diretor-geral da OMS agradeceu a liderança dos Estados Unidos e de todos os países. Disse também que essa iniciativa acontece em um momento crítico quando muitos países enfrentam problemas de capacidade absorviva e necessitam apoio urgente dos líderes políticos para acelerar a implantação de vacinas. Congratulando com o compromisso contínuo de todos os países representados na reunião e as linhas de esforço propostas pelos Estados Unidos fez três pedidos:

Primeiro, para vacinar o mundo, pedimos a todos os países que apoiem a meta global da OMS de 70%.

Em segundo lugar, para salvar vidas agora, pedimos a todos os países que contribuam com sua parte justa para financiar integralmente o ACT Accelerator, especialmente para a necessidade imediata de US\$ 16 bilhões.

Em terceiro lugar, precisamos apoiar modelos como o hub de transferência de tecnologia mRNA na África do Sul e sua rede mundial para construir capacidade para controlar o COVID-19 e outras doenças evitáveis.

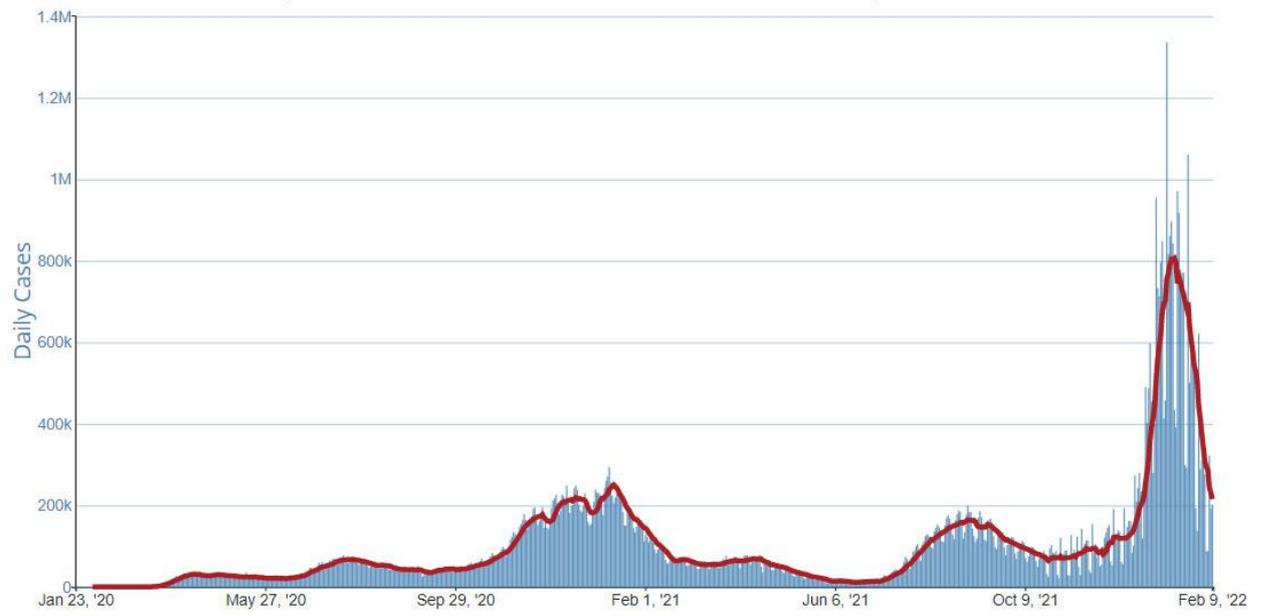
Promover a capacidade de fabricação de vacinas locais em todo o mundo, complementada por renúncias temporárias de propriedade intelectual para ferramentas COVID-19, ajudará a acabar com essa pandemia e nos manter mais seguros.

Trabalhando juntos, em todos os setores público e privado, podemos controlar a pandemia e impulsionar uma recuperação inclusiva e sustentável.

Concentrei-me nas três recomendações, e concordo plenamente com as seis recomendações do Secretário Blinken.

O Plano contempla várias recomendações feitas em diversas instancias, inclusive aquelas estabelecidas no marco de trabalho do colaborativo da COVID nos EUA (<https://www.covidcollaborative.us/initiatives/framework-for-global-action#framework>)

O "bicho" nos EUA



China nos Jogos Globais

André Costa Lobato

Diplomático

Apesar das várias restrições sanitárias para a entrada na China e da campanha liderada por EUA e Reino Unido para a deslegitimação do país, dignitários de cerca de trinta países participaram da cerimônia de abertura das Olimpíadas de Pequim 2022, que acabou sendo majoritariamente do sul global.

Xi Jinping recebeu chefes de governo e estado e fechou acordos diplomáticos da China com países diversos como Rússia, Equador, Paquistão e Argentina.

O mais impactante foi com a Rússia: o “Joint Statement of the Russian Federation and the People’s Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development”¹²⁹. Os países já possuíam um acordo de amizade, assinado em 2001 e revalidado no ano passado. Era, essencialmente, um acordo de segurança comum, com garantia de não apontar armas nucleares uns para os outros nem participar de frentes militares que o façam. Já o comunicado comum absorve construções conceituais chinesas, especialmente o termo “Nova Era”. As economias e forças militares fazem então uma frente comum contra as aspirações por hegemonia militar e econômica da Organização do Tratado do Atlântico Norte, liderada pelos EUA e pelo Reino Unido. Um total de 15 documentos de cooperação foram assinados¹³⁰.

O presidente argentino Alberto Fernandez deu continuidade a planos já desenhados por seus antecessores, Mauricio Macri e Cristina Kirchner, como a construção e financiamento de uma usina de energia nuclear por chineses na Argentina. Fernandez aderiu politicamente à Iniciativa Cinturão e Rota¹³¹. Acordos-quadro foram assinados nos campos de agricultura, astronomia, desenvolvimento verde, geolocalização (sistema Beidou), ciência tecnologia, comunicação pública, educação, esportes e forças armadas. Fernandez disse ainda, no “Grande Palácio do Povo” que “Sem o Partido Comunista, não haveria Nova China”, uma frase icônica e tema de música nacional. Consultas sobre a interação da Argentina com o FMI também fazem parte do acordo. Fernandez espera que os acordos somem US\$ 23 bilhões em investimentos¹³².

Guillermo Lasso Mendoza, presidente do Equador, assinou um comunicado mais genérico. Lasso busca um acordo de livre comércio com a China até o fim do ano¹³³¹³⁴. Propostas de renegociação de dívidas também foram feitas pelos equatorianos.

Com o Paquistão, considerado o principal aliado chinês, o comunicado conjunto inclui uma série de projetos já em andamento, como o porto de Gwadar, os diálogos sobre a situação do Afeganistão e a segunda fase do acordo de livre comércio entre os países¹³⁵.

¹²⁹ https://www.mfa.gov.cn/web/zyxw/202202/t20220204_10638953.shtml

¹³⁰ https://www.mfa.gov.cn/web/zyxw/202202/t20220204_10638957.shtml

¹³¹ https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202202/t20220206_10639419.shtml

¹³² <https://dialogochino.net/pt-br/comercio-e-investimento-pt-br/argentina-adere-oficialmente-a-iniciativa-cinturao-e-rota-da-china/>

¹³³ <https://twitter.com/CancilleriaEc/status/1491158083565154308>

¹³⁴ https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202202/t20220205_10639272.shtml

¹³⁵

https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/202202/t20220206_10639501.html

Os comunicados binacionais mencionam e agradecem à China pelo apoio no combate à Covid-19 e tratam de esforços coordenados na continuidade ao enfrentamento da Pandemia. As fotos oficiais são todas com máscara, exceto Putin.

Sanitário

O circuito fechado montado para impedir a importação do vírus sars-cov-2 pelas delegações das Olimpíadas de Inverno de Pequim 2022 tem se mostrado eficiente, com a organização aumentando o número de pessoas que podem frequentar os estádios do evento. Segundo o diretor de prevenção de pandemia da organização chinesa dos jogos, Huang Chun, a “situação dos contágios está sob controle”. Brian McCloskey, chefe do Painel Médico de Pequim 2022, disse que “a chance de pegar Covid no circuito fechado é menor do que em qualquer outro lugar”¹³⁶.

Membros da delegação estadunidense de ski fizeram elogios à organização dos jogos e ao esforço sanitário do circuito fechado. “Eu não sabia o que esperar, porque pelo lado dos EUA você escuta uma mídia bem ruim e é completamente falso. De fato tem sido fenomenal... é uma das melhores olimpíadas em que já estive”¹³⁷.

A operação do circuito fechado já contabiliza mais de 1,3 milhões de testes realizados¹³⁸, com um total de 432 casos positivos confirmados¹³⁹.

Monday, 14 February, 2022

BEIJING 2022 TESTS AND TOTAL CONFIRMED POSITIVE CASES

Stakeholder and date	Airport testing		Screening testing within closed loop		Total confirmed positive cases ²
	Total airport arrivals ¹	Total confirmed positive cases from airport testing ²	Total screening tests ³	Total confirmed positive cases from screening testing ²	
ATHLETES AND TEAM OFFICIALS					
13 February	14	1	6,051	0	1
12 February	81	1	6,240	1	2
11 February	59	0	6,500	4	4
Cumulative Total (from 23 January)	6,176	115	90,571	68	183
OTHER STAKEHOLDERS					
13 February	18	2	63,821	0	2
12 February	55	1	63,318	0	1
11 February	22	0	64,684	4	4
Cumulative Total (from 23 January)	7,348	148	1,293,573	101	249
TOTALS					
Daily Total	32	3	69,872	0	3
3-Day Rolling Average	83	2	70,205	3	5
Cumulative Total (from 23 January)	13,524	263	1,384,144	169	432

1. Includes all International Games participants arriving in Beijing.
2. Includes both symptomatic and asymptomatic confirmed positive cases.
3. Includes regular screening tests, confirmatory tests, and close contact tests taken by all the domestic and international Olympic-related personnel and staff in the closed loop.

Figura 1 Controle e Prevenção de COVID-19 Beijing 2022 (13 fevereiro)

¹³⁶ <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Sports/Beijing-Winter-Olympics/Beijing-Olympics-to-allow-more-spectators-as-COVID-infections-fall>

¹³⁷ <https://www.chinadaily.com.cn/a/202202/14/WS6209c158a310cdd39bc866fd.html>

¹³⁸ <https://www.insidethegames.biz/articles/1119253/beijing-2022-report-no-cases-inside-loop>

¹³⁹ <https://www.beijing2022.cn/wog.htm?cmsid=MHI2022021400035700>

A empresa WuXi Bio, que produziu quase todo o Ingrediente Farmacêutico Ativo usado pela Fiocruz para a produção da vacina da Oxford-AstraZeneca, foi colocada na “lista não-verificada” do governo dos EUA. Segundo a empresa, a pandemia impossibilitou a entrada de oficiais do governo dos EUA que verificariam os usos dos produtos do país importados pela empresa.¹⁴⁰ A produção, disse a companhia, não será afetada pois os principais equipamentos, como biorreatores, já foram adquiridos.

Socioeconômico

Dois atletas da Olimpíada de Inverno revelam os fortes laços culturais entre os povos da China e dos EUA. Eileen Gu e Nathan Chen são filhos de mãe chinesas, no caso de Nathan também o pai. Ele competiu pelos EUA e ela pela China. Ambos nascidos nos EUA. Nathan usou uma camisa vermelha com estrelas, que lembra, ao menos para mim, a bandeira da China.



Figura 2 Nathan Chen comemora após ganhar o ouro na patinação livre (David J. Phillip/AP)

A energia eólica e solar disponível para o Parque Olímpico de Pequim é quase igual todo o parque desses tipos de energia gerados no Brasil¹⁴¹. Toda a energia dos 25 centros olímpicos é renovável, e 800 veículos de células de hidrogênio estão em operação.

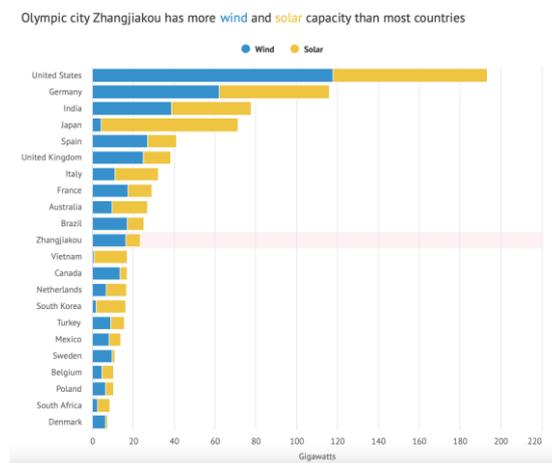


Figura 3 Gráfico do Carbon Brief

O Ministério da Agricultura da China planeja construir mil fazendas ecológicas nacionais e 10 mil locais até 2025. O objetivo é unir alta produtividade e sustentabilidade.¹⁴²

¹⁴⁰ <https://www.cnbc.com/2022/02/08/us-adds-chinese-entities-to-red-flag-export-list-wuxi-bio-shares-plunge.html>

¹⁴¹ <https://www.carbonbrief.org/analysis-how-china-is-powering-the-winter-olympics-2022-beijing>

¹⁴² <https://english.news.cn/20220209/d36dc0cb102d47e796e474529de3bb4a/c.html>

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Carlos Linger – Médico, pesquisador e assessor do CRIS/Fiocruz

Carlos Machado de Freitas - Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde; Escola Nacional de Saúde Pública; Fiocruz

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde.

Guilherme Franco Netto – Médico, Doutor em Saúde Pública, Especialista de CT&I em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

José Luís Fiori – Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia política Internacional, PEPI, UFRJ.

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Léo Heller - Pesquisador do Instituto René Rachou, Fiocruz; Ex-relator das Nações Unidas para os Direitos Humanos à água e ao saneamento

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva; Professor adjunto, Universidade Georgetown, EUA; e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Patricia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes-Sousa – Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vinicius Roland - Bacharel em Relações Internacionais, Pós-graduado em Comércio Exterior na Alumni Coppead e Mestrando em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio.

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são 43 Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já tivemos o primeiro, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMvaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

Seminário 02/2022 – 23/02/2022 – *Saúde global e diplomacia da saúde: Perspectivas 2022*

Seminário 03/2022 – 09/03/2022 – *Gênero e saúde global: A agenda de 2022* (Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher)

Seminário 04/2022 – 23/03/22 – *Ambiente e saúde global I: PNUMA e Assembleia das Nações Unidas sobre Ambiente*

Seminário 05/2022 – 06/04/2012 – *Geopolítica, economia e saúde na América Latina e Caribe*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 02/2022

Período de 1 a 14 de fevereiro de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022.

155 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.